

ANAIS DO XVI SEMINÁRIO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO – PÓSCOM 2019

Vol. 9

GT 5 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA

ISBN 78-85-93747-00-7

PUC- Rio

2019

Comissão Organizadora:

Coordenação-geral: Thaís Cabral e Júlia Pinheiro

Coordenação da comunicação visual: Thaís Cabral

Assistentes de GT: Annie Lattari, Isabel Feix, Marianna Mariano, Paola Sarlo, Mariana Dias, Natalia Machado, Leonardo Firmino, Andrei Maurey, Nathanael Damasceno e Yago Cury

Site: Cristina Matos

Redes sociais: Thaís Cabral e Júlia Pinheiro

Mesa de abertura: Prof. Dr. Adilson Cabral (UFF); Profa. Dra. Beatriz Beraldo (IBMR); e Prof. Dr. Cristiano Ribeiro dos Santos (UFRJ)

Mediação: Profa. Patrícia Maurício (PUC-Rio)

Recepção dos palestrantes: Maria Carolina Medeiros

E-mail do evento: Marcella Azevedo

Credenciamento: Elena Cruz, Mariana Dias, Flávia Moreira, Natalia Machado

Coffee-Break: Alessandra Cruz e Aline Távora

Publicação dos anais: Miguel Mendes e Greyce Vargas

GT 5 – Comunicação e política

Coordenação: Profa. Juliana Garibaldi

Assistência: Andrei Maurey e Leonardo Firmino

Ementa: Discute o papel das tecnologias e das novas experiências na democratização do espaço midiático, de seus usos sociais e do direito à apropriação do espaço para diferentes práticas de comunicação e de expressão em conjunto com a configuração de novas esferas participativas.

SUMÁRIO

O bolsonarismo e a construção da sua verdade

Allan Santos 05

Estupro coletivo no Rio: sentidos que emergem do discurso jornalístico no Twitter

Ana Ávila 19

Necropolítica LGBTQ no Instagram: dessubjetivações em tempos de vigilância distribuída e ódio heteronormativo

Anderson Barreto 33

CGTN, HispanTV, RT, Telesur e a disputa geopolítica e geoestratégica: o caso de emissoras globais na América Latina

Carmem Petit 47

Jornalismo, política e democracia: novos diálogos para a atuação profissional

Cecília Seabra 63

Infografia e Jornalismo de Dados na era das *fakenews*

Cláudio Marques 78

“Balbúrdia é cortar verba da educação”: performance e brincadeira política nas manifestações do #15M

Dandara Magalhães e Tsai Jing 89

A comunicação pública brasileira: o contrapeso ao global na modernidade tardia

Leonardo Silva 108

Uma mulher desprotegida: a apropriação neoliberal do discurso de emoderamento feminino

Marcela Arcoverde 123

Retórica das ruínas, políticas do vestígio: figuras do degradado e do obsoleto nas imagerias do retroativismo contemporâneo

Pedro Drumond139

Repensar a epistemologia da *comunicologia*: um desafio planetário

Placide Okalema155

“Hoje eu vou jogar bem na sua cara”: cultura pop brasileira moduladora de dissidências ético-políticas

Rafael Braga167

A manutenção do diamante: o reforço do ur-fascismo à tradição quando confrontado com rupturas que ameaçam a hegemonia

Sergio Schargel181

Desta vez o Brasil foi longe demais? Fakenews e memes em contexto de polarização política

Thiago Costa192

A transformação do acontecimento em desacontecimento: como Eliane Brum tratou as eleições de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro

Ana Resende Quadros e Luiz Ademir de Oliveira207

Personalidade autoritária e preconceito de gênero: o caso “Vingadores” na Bienal do Livro de 2019

Milena Venancio222

O Bolsonarismo e a Construção da sua Verdade^{1*}

Resumo: Em um contexto marcado pela crise da verdade, investigamos empiricamente como Bolsonaro se apropria dos espaços digitais para a construção dos seus enunciados. Em um primeiro momento, propomos uma revisão teórica que toma o ressentimento e o ódio decorrentes do “poder masculino branco afrontado” como chaves de leitura para a compreensão do regime de verificação instaurado pela aliança do neoliberalismo e do neoconservadorismo. Em seguida, investidos da Análise de Discurso Crítica, monitoramos a página oficial do presidente no *Facebook* por 17 semanas, estabelecendo seis sentidos discursivos predominantes na construção da verdade bolsonarista: ataques à imprensa, às instâncias independentes de poder e aos organismos de fomento à ciência, em oposição a um constante apelo ao nacionalismo, ao militarismo e à religiosidade.

Palavras-chave: bolsonarismo; crise da verdade; Internet; neoliberalismo; neoconservadorismo.

1. Introdução

Ainda no século XIX, Nietzsche (1844-1900) já questionava a relação entre a verdade reconhecida socialmente e a mentira, alertando para um acordo social que girava em torno de uma “vontade de verdade”, ou seja, o desejo de encontrar uma verdade eterna e imutável cuja função política era a normatização da vida e a redução da potência do pensamento. Mais recentemente, Foucault (1926-1984) debruçou parte considerável de sua investigação filosófica em torno da compreensão dos processos pelos quais a relação discursos-práticas-instituições se constitui em dispositivos de poder-saber que permitem legislar sobre o verdadeiro e o falso. Em suas palavras:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2007, p. 12)

Desta forma, na modernidade, a verdade foi alçada à condição de pilar do desenvolvimento social e ético e em seu entorno foram construídos políticas e métodos para se alcançar e reconhecer o verdadeiro em vários campos da vida social.

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

No entanto, a mitologia em torno da *véritas* – situada em torno do real, da objetividade e da imparcialidade – vem sendo continuamente desconstruída na contemporaneidade, distanciando as narrativas informacionais e políticas do factual em direção ao emocional e ao reforço de crenças pessoais e coletivas (SACRAMENTO et al., 2019). Salgado (2018) sugere que a era da pós-verdade – e das políticas da pós-verdade – é produto das tecnologias midiáticas, do populismo e do relativismo da sociedade pós-moderna para a qual a verdade é sempre uma construção discursiva e depende do contexto no qual está inserida. O fenômeno não é exatamente uma novidade epistemológica, porém a intensidade com a qual as mídias digitais têm influenciado a fragmentação, individualização, flexibilização e relativização dos discursos é sem precedentes.

Para refletirmos sobre a problemática, partimos do pensamento foucaultiano ([1978-1979] 2008) que sugere que para se ter um alcance político a análise tem de visar não a gênese das verdades ou a memória dos erros, mas a determinação do “regime de verificação” que foi instaurado num determinado momento para a legitimação da verdade como tal. Mostrar a falsidade dos enunciados pode ser uma estratégia política pouco efetiva, sendo necessário compreendermos o regime de produção de consensos no qual os discursos são construídos para disputarmos valores neste terreno.

Em sua análise, o filósofo francês pensa o liberalismo enquanto princípio e método da governamentalidade moderna, instaurando um “regime de verificação” que autolimita o poder do Estado e administra os problemas específicos da vida e da população a partir de princípios mercadológicos. Compreendendo o neoliberalismo como a forma que o liberalismo clássico se apresenta na contemporaneidade, observamos que a generalização radical da racionalidade de mercado a áreas e atividades humanas não originalmente econômicas – natalidade, família, saúde, educação e sexualidade – funciona como o princípio de inteligibilidade que fundamenta as “verdades” e dá sentido às relações sociais e comportamentos individuais.

No entanto, a partir do final da década de 2010, este regime de verdade tem sido subjogado pela “conjectura da racionalidade liberal, poder masculino branco afrontado, nacionalismo e niilismo não declarado” (BROWN, 2018), legitimando energias afetivas que têm dado forma e conteúdo a formações e expressões políticas populistas e conservadoras em contextos econômicos marcadamente neoliberais. Neste sentido, o relativismo pós-factual argumentado por Salgado (2018) está diretamente relacionado a

discursos emocionalmente inflamados e campanhas políticas articuladas pelas redes sociais de Internet, assim como a campanha pelo Brexit, o posicionamento de Donald Trump sobre imigrantes e as narrativas bolsonaristas contra minorias identitárias.

Neste regime de historicidade contemporâneo, marcado pela aliança entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, quais seriam as políticas, discursos, mecanismos e instâncias capazes de distinguir o verdadeiro do falso? Considerando que a “verdade” situada em torno do real, da objetividade e da imparcialidade vem sendo continuamente desconstruída pelos movimentos da “nova direita”, quais os métodos empregados pelo bolsonarismo para mobilizar a indignação antissistema e desestabilizar as instituições garantidoras da verdade, como a imprensa, a ciência e as instâncias independentes de poder do Estado moderno?

As questões levantadas são extremamente complexas e não poderiam, de forma alguma, serem exaustivamente respondidas neste espaço. Entretanto, é nosso interesse articular a ascensão de uma nova direita global, de viés populista e conservador, com a “crise da verdade” a partir de dois enfoques. Em um primeiro momento, propomos uma revisão teórica que toma o ressentimento e o ódio decorrentes do “poder masculino branco afrontado” como chaves de leitura para a compreensão do “regime de veridificação” que tem sido instaurado pela aliança do neoliberalismo e do conservadorismo a partir do final da década de 2010. Em seguida, monitoramos a página oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook* por 17 semanas – entre os dias 12 de março e 09 de julho de 2019 – para investigarmos empiricamente como o bolsonarismo mobiliza discursivamente o rancor daqueles que se sentem destituídos de um suposto direito nato de supremacia econômica política e cultural para a construção e comunicação de suas verdades.

2. O poder masculino branco afrontado

Embora ainda haja muita luta e resistência no caminho pela conquista da plena igualdade social, vivemos em uma era na qual o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal, permitindo que lésbicas e gays proclamem o seu amor e legalizem as suas relações; mulheres lideram governos nacionais e assumem posições de destaque em grandes corporações; minorias raciais e étnicas são melhores integradas à vida cívica. Concretizado em mantras como o “escola sem partido”, “ideologia de gênero”, “kit gay”, “maioria contra minorias” e “defesa da família”, o ódio do homem branco,

heterossexual, cisgênero e proprietário tem sido atualizado no Brasil contemporâneo em reações violentas diante da emergência de novas gramáticas morais e mudanças culturais operadas pelas lutas dos movimentos LGBTQI+, feminista e negro. Em outras palavras, o ressentimento decorrente do poder masculino branco afrontado – que em uma perspectiva nietzschiana do termo condena moralmente o objeto responsável por sua humilhação – tem sido mobilizado e potencializado através das mídias sociais de Internet pelo bolsonarismo e outros governos populistas de direita, estigmatizando e demonizando as minorias identitárias como culpados pelas suas mazelas.

Kimmel (2013) alerta que a era dos direitos masculinos inquestionáveis e incontestados acabou, deixando os homens brancos heterossexuais com ódio e um desejo nostálgico aos velhos tempos, quando eram os únicos que se beneficiavam da dramática desigualdade social historicamente dominante. Portanto, machos ressentidos e rancorosos procuram diferentes meios de “restaurar, restabelecer, reivindicar algo que é percebido como perdido” e “acreditam que o sistema está contra eles” (KIMMEL, 2013, p. 21). Na mesma linha de raciocínio, Brown (2018, p. 60) sugere que políticos – nos moldes de Donald Trump, Marine Le Pen e Jair Bolsonaro – mobilizam não apenas o ressentimento de classe, mas o rancor branco, “especialmente o rancor masculino branco, sobre o orgulho perdido (social, econômico, cultural e político) no contexto de quatro décadas de neoliberalismo e globalização”.

Com a implementação do neoliberalismo como racionalidade da arte de governar contemporânea, homens heterossexuais e brancos sentem terem perdido a dignidade com o desmantelamento dos sindicatos, a flexibilização do trabalho fordista, o fechamento dos portões das fábricas, alterações nas políticas de Bem-Estar Social, além da expansão de grandes corporações que corroem os meios de subsistência de pequenos agricultores e comerciantes independentes. Homens historicamente privilegiados e unidos pela crença em um ideal de masculinidade percebem que o neoliberalismo traz perdas ao seu “direito nato” à supremacia política, social e econômica, porém deslocam a culpa das derrotas impostas por instituições governamentais e financeiras para “bodes expiatórios” menos poderosos, sejam eles imigrantes, mulheres, negros, homossexuais ou pessoas trans.

Para o pensamento neoliberal, a sociedade constitui o alvo de algum tipo de intervenção governamental, porém não para restringir de forma autoritária as liberdades formalmente concedidas e sim para produzir, multiplicar e garantir o valor, o

posicionamento competitivo e a participação de mercado de pessoas ou empresas. No entanto, segundo Brown (2018), novas iterações e expressões de liberdade foram elaboradas a partir da conjectura da racionalidade neoliberal, poder masculino branco afrontado, nacionalismo e niilismo não declarado. Para a intelectual estadunidense, os efeitos da racionalidade neoliberal em contextos histórico-sociais que privilegiavam a soberania do homem branco heterossexual e cristão, o deslocamento das forças sociais, ataques ao político e o amplo descrédito das normas democráticas têm alimentado e legitimado energias afetivas que dão forma e conteúdo a formações e expressões políticas conservadoras de direita na contemporaneidade.

Ao analisar o processo de construção histórica do atual regime do *self*, Rose (1998) enfatiza que a liberdade, escolha e responsabilidade pessoal são obrigações éticas do *ethos* constitutivo do humano contemporâneo, sendo instrumentalizadas por meio das ciências psi como tecnologias da autonomia em processos de universalização do sujeito neoliberal e conhecimento de sua subjetividade como forma de controle governamental. Em um contexto no qual a fusão da liberdade com o autoritarismo, exclusão social legitimada e diversas formas de violência possui um grande apelo entre grupos populacionais, Brown (2018) problematiza o conceito de liberdade enquanto força política que age sobre a vida e os corpos, definindo-a como uma “liberdade autoritária” que estabelece os limites da normatividade de acordo com os valores familiares e particulares, além da rejeição do político e do social em nome do mercado. Para a autora (p. 67), quando a esfera pessoal é estendida, quando a oposição à regulação se torna um princípio fundamental, quando o social é rebaixado e o político é demonizado, o *animus* individual e os poderes históricos do domínio do homem branco são desencadeados e legitimados.

3. A bolha bolsonarista no *Facebook*

Nomeado pela revista *Times* como “o cérebro de Trump”, Steve Bannon seria o responsável pela “criação” do aspecto ideológico que tem guiado a direita alternativa (*alt-right*) norte-americana e os movimentos populistas conservadores globais, desenvolvendo infraestruturas, linguagens e ferramentas das mídias sociais para o fortalecimento de veículos midiáticos de caráter sensacionalistas e vorazes. Para Alexander (2018), Trump, enquanto personagem performático instruído e projetado por Bannon, engaja o ressentimento daqueles que se veem como *outsiders* e excluídos pelo

establishment em uma luta contra as ideias e o espírito da democracia a partir de categorias binárias simplificadoras e narrativas temporais excludentes: o discurso universalista é antiquado, as instituições independentes são disfuncionais, o jornalismo é falso, as pesquisas de opinião pública são fraudulentas, a justiça é tendenciosa, o voto não é conclusivo e o cargo não é vinculativo.

O *modus operandi* de Jair Bolsonaro – importado pelo “guru” da extrema-direita brasileira, Olavo de Carvalho – se insere neste movimento da ascensão da extrema-direita e da indignação antissistema em escala mundial. A indiferença em relação à veracidade constitutiva dos valores modernistas é facilitada por táticas de guerras culturais (HUNTER, 1991) aos valores democráticos e ao humanismo emancipatório, ou seja, às ideias, instituições e formas de existência que idealizam direitos universais e proclamam a favor da diversidade humana. Temas há pouco restritos a teorias da conspiração – nova ordem mundial, globalismo e marxismo cultural – se tornaram presentes em polêmicas articuladas pelo presidente brasileiro através das suas redes digitais. Neste contexto, o papel de sua página oficial no *Facebook* merece destaque na mobilização do ódio e do ressentimento aos discursos dominantes na mídia, universidades, ciências, Congresso e STF, enfim, a qualquer obstáculo que se imponha contra o bolsonarismo e à construção se sua verdade.

Para analisarmos empiricamente como Bolsonaro constrói e comunica os seus enunciados, monitoramos a sua página oficial no *Facebook* por 17 semanas (entre os dias 12 de março e 09 de julho de 2019), produzindo relatórios semanais dos conteúdos postados. Metodologicamente, investimos na Análise de Discurso Crítica (ADC) para estabelecermos os padrões discursivos, assim como os valores morais e posicionamentos ideológicos nos enunciados postados pelo atual presidente brasileiro. Desta forma, os relatórios produzidos foram cuidadosamente lidos e categorizados a partir de seis sentidos discursivos predominantes: ataques à imprensa, às instâncias independentes de poder do Estado moderno e aos organismos de fomento à ciência, em oposição a um constante apelo ao nacionalismo, ao militarismo e à religiosidade.

A ADC é caracterizada como uma abordagem metodológica que proporciona a interdependência entre interesses de pesquisa e compromissos políticos na análise de amplas unidades discursivas enquanto unidades básicas da comunicação, enfatizando a relação entre o que é comunicado e os processos sociais a essa comunicação.

Considerando que “criticar é essencialmente tornar visível a interconectividade das coisas” (FAIRCLOUGH, 1985, p. 747), o método é capaz de trazer à luz as relações estruturais opacas e transparentes de dominação, discriminação, poder e controle que se manifestaram a partir das narrativas discursivas que circularam no recorte temporal específico.

3.1 Ataques às instituições inimigas

“Respeitamos a todas as instituições, mas é ao povo a quem devemos lealdade” (BOLSONARO, 05 de julho de 2019). Em nome de um populismo de direita reacionário, o bolsonarismo promove ataques sistemáticos, produzindo um curto-circuito nos arranjos político-institucionais do país para a construção de suas verdades. Durante as 17 semanas que o perfil do presidente foi monitorado observamos que, em momentos críticos do seu governo, Bolsonaro constrói narrativas a seu favor denunciando as críticas recebidas como *fake news* e apontando os veículos midiáticos que as publicam como defensores dos interesses da “esquerda socialista”. Desta forma, em 07 de abril, acusa a mídia nacional de ser suja e explorar, de forma negativa e sorrateira, suas colocações para expor, 24 horas por dia, um presidente que não lhes dá o que querem. O que observamos é a tentativa de comunicar – via *Facebook* – uma estratégia de “restauração nacional da desgraça deixada pelo PT”, relegando as muitas críticas midiáticas contra o seu governo como desinformação e defesa de interesses de grupos ideologicamente ligados à esquerda.

Após sucessivos desgastes no ministério da Educação, como a publicação de um edital que alterava as regras para compras de livros didáticos e o envio de cartas a diretores de escolas pedindo que eles filmassem alunos cantando o Hino Nacional, Bolsonaro confessa sofrer “bombardeios diários de *fake news* como esse caso da ‘demissão’ do Ministro Velez. Com mentiras a mídia cria narrativas de que NÃO GOVERNO, SOU ATRAPALHADO, etc.” (contrariando a sua postagem, no dia 8 de abril via *Twitter*, o presidente agradece os serviços prestados pelo Prof. Velez e comunica a indicação de Weintraub para a pasta). Quando seu filho Carlos publicou em uma rede social mensagens com críticas ao vice-presidente e a militares, Bolsonaro postou jamais ter visto “uma perseguição tão infantil e sem sentido por parte de certos ‘veículos de informação’ a uma pessoa, constantemente mostrando este e outros exemplos banais”. Para defender as reformas propostas pelo seu governo – previdência, tributária,

trabalhista e outras – convoca a população a não se deixar manipular por desinformações e interesses de terceiros, alertando que “quando não há problemas no governo, a maior parte da mídia inventa alguma para ter o que falar e manipular. Informe-se sempre buscando uma mídia alternativa, pois infelizmente muitas das habituais não querem o melhor para o Brasil, somente para si mesmas!”.

Apesar de repetidamente defender a liberdade de imprensa como um dos pilares fundamentais para a democracia, Bolsonaro privilegia canais de mídia específicos, deslocando o fenômeno das “bolhas digitais” para outros meios de comunicação. Neste sentido, concede entrevistas e faz aparições exclusivas nos veículos midiáticos que o apoiam. Em 05 de maio, participou do Programa Silvio Santos, no SBT, em entrevista sobre a “Nova Previdência”; no dia 07 de maio foi ao ar entrevista com Luciana Gimenez na RedeTv; em 12 de maio, Milton Neves entrevistou o presidente ao vivo na Rádio Bandeirantes. Durante os protestos contra e a favor dos cortes na educação concedeu entrevista exclusiva ao *Domingo Espetacular*, na Record; recebeu visita de Carlos Alberto de Nóbrega (apresentador da *Praça é Nossa* no SBT); participou do programa *The Noite com Danilo Gentili*, no SBT; apareceu no *Programa do Ratinho*, também no SBT; compartilhou diversos áudios de Alexandre Garcia, parabenizando o jornalista pela “sua imparcialidade de sempre [que] orgulha o bom jornalismo”.

Paradoxalmente ao que tem sido publicado nos principais jornais do país e do mundo, Bolsonaro posta eventos e ações de seu governo que veiculam uma fictícia sintonia e eficiência entre os diversos ministérios e esferas governamentais. Em 09 de abril, compartilhou um vídeo no qual sintetiza os investimentos que o seu governo fez, em pouco menos de 100 dias no poder, e o retorno que a população tem recebido (o vídeo tem 2 horas e 07 minutos e teve 107.161 visualizações até o dia 08 de maio de 2019). Desta forma, constrói a sua versão de episódios polêmicos, publicando ações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em benefício do meio ambiente; a “inserção social indígena” em uma iniciativa da Embrapa e da Funai: “Chega de tratar nossos irmãos como animais de zoológico ou como massa de manobra política”; um levantamento baseado em dados oficiais dos estados que aponta queda de 25% dos assassinatos no Brasil no primeiro trimestre de 2019 em relação ao ano passado; estudo que evidencia que a Nova Previdência gerará economia de 1 trilhão de reais ao país: “Teremos condições de potencializar nossos investimentos como nunca, sendo preciso

consciência e patriotismo para entender que o que está em jogo é a construção de um futuro próspero para todos”.

Em alguns momentos a desarticulação com o Legislativo e o Judiciário serve estrategicamente para a terceirização de problemas e da responsabilidade de governar. Por exemplo, em 13 de maio, declara que o trabalho conjunto dos ministérios do governo Bolsonaro, principalmente com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, vem rendendo excelentes expectativas (mesmo que o Congresso Nacional ainda não tenha analisado projetos de apelo sociais vitais para o combate à insegurança pública, como o pacote anticrimes e tantos projetos de interesse social) e, em 07 de junho, apela à responsabilidade e patriotismo dos deputados e senadores pela aprovação do PLN 4 (da qual dependeria o pagamento de benefícios a idosos, pessoas com deficiências e aposentados). No dia 15 de junho, anuncia que a Comissão de Justiça do Senado decidiu revogar os decretos sobre os CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) e posse de armas de fogo, convocando os “cidadãos de bem” a ligarem para os senadores de seus estados e pressionarem contra o Projeto de Lei a ser votado, que sustaria o Decreto 9785/2019. Finalmente, em 18 de junho, lamenta a derrota no Senado, por 47 votos a 28, e pressiona por apoio da Câmara ao Decreto sobre CACs e Posse de Armas de Fogo.

Ao ser publicamente acusado de incitar a população contra o Legislativo e o Judiciário ataca o jornalista da *Folha de São Paulo*, Celso Rocha de Barro, que “diz que quero fechar o Congresso e o STF, censurar a imprensa e perseguir a esquerda”. Construindo a sua verdade a partir do ataque ao inimigo, lembra “ao jornal que não fui eu que anulei o legislativo comprando votos, não fui eu que tive em meu plano de governo o controle da mídia e da internet e FUI EU QUEM LEVOU UMA FACADA de um militante de esquerda. Mais uma vez, 100% Fake News!”. Quando os atos de 26 de maio em seu favor foram acusados de antidemocráticos, Bolsonaro procurou se desassociar dos discursos que pediam o fechamento do Congresso Nacional e do STF: “Acredito na harmonia, na sensibilidade e no patriotismo dos integrantes dos três Poderes da República para o momento que atravessa nossa Nação”.

No que tange às instituições de fomento à produção científica, Bolsonaro estabelece uma complexa relação. Por um lado, promove conquistas que claramente dependem de pesquisa e desenvolvimento científico, como aquelas relacionadas aos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, do Meio Ambiente, da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Regional e outras áreas técnicas do seu governo. Por outro, ataca instituições e setores da educação que ainda estariam sob a influência dogmática dos 13 anos de governo petista. No mesmo dia em que declara que São Paulo terá o maior Colégio Militar do Brasil, anuncia que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas): “O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”. Posteriormente, denuncia “a mentira do corte de 30% nas Universidades”, compartilhando vídeo no qual Weintraub explica a diferença entre “corte” e “contingenciamento”.

Retomando a estratégia discursiva de terceirização da responsabilidade, durante o #15M classifica os manifestantes de “idiotas úteis”, acusando o socialismo de gerar o mal generalizado. Endossando a narrativa de que o país é “ingovernável” sem os “conchavos” que se recusa a fazer, publiciza que Dilma cortou R\$ 10 bilhões da Educação e doou R\$ 50 bilhões para países amigos (algumas ditaduras): “Quem participou dessa última manifestação e não tinha conhecimento disso, eu lamento, mas foram usados como massa de manobra pelo bando do ‘Lula livre’”. Mais adiante – para se mostrar um governante forte – apela com imagens da visita de alunos no Alvorada: “É pelo futuro dessas crianças o nosso maior empenho. Agradeço a Deus pela minha vida e pela MISSÃO de conduzir os destinos do Brasil”. Desta forma, Bolsonaro aposta na retórica que associa a sua imagem à representação simbólica da infância, compartilhando vídeos nos quais recebe visitas de alunos de diferentes escolas.

3.2 Apelo aos valores conservadores

Paralelamente aos ataques promovidos, Bolsonaro exalta o nacionalismo empreendendo uma verdadeira cruzada internacional para “limpar a imagem do Brasil no exterior” e reconquistar a confiança para o fomento de investimentos e acordos em áreas como comércio, ciência, tecnologia, defesa e segurança, principalmente com os Estados Unidos de Donald Trump. Em 17 de março, “Pela primeira vez em muito tempo, um Presidente brasileiro que não é anti-americano chega a Washington” assustando os defensores do atraso e da tirania ao redor do mundo ao iniciar uma parceria pela liberdade e prosperidade. Desta forma, o bolsonarismo articula o processo de construção das identidades individuais e coletivas do povo brasileiro (CASTELLS,

2010) aos valores, estilos de vida, crenças e comunidades organizadas a partir dos ideais neoliberais norte-americanos. Outras viagens e acordos de “comércio sem ideologia” seriam estabelecidos, assim como em Israel, Buenos Aires, Alemanha, os países islâmicos, União Europeia e o G-20. Paradoxalmente, formaliza a decisão do Brasil de deixar a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), enfatizando que esta “nasceu em 2008 como um projeto do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sendo apoiado por Lula”.

A vinculação nacional – e o populismo de Jair Bolsonaro – também é alimentada a partir do futebol, considerado uma das mais significantes fontes de significado e experiência do povo brasileiro (Idem.). O presidente se associa a jogadores, como Neymar e Ronaldinho Gaúcho, faz aparições em jogos da seleção brasileira na Copa América e agradece às meninas do futebol “por bem representar o Brasil no Mundial Feminino na França”. O simbolismo do futebol serve para comunicar o seu apoio ao ministro Sérgio Moro durante o escândalo da Vaza Jato, postando vídeo no qual vai ao Estádio Mané Garrincha assistir Flamengo x CSA acompanhado de Moro após ter evitado comentar sobre o caso, inclusive abandonando entrevistas coletivas.

“O Brasil tem seus heróis de ontem, de hoje, de sempre... Como Chefe do Supremo das Forças Armadas minha continência e meu muito obrigado ao eterno Comandante, general Villas Bôas” (BOLSONARO, 05 de julho de 2019). A defesa do militarismo é outro sentido discursivo predominante na construção da verdade bolsonarista. O presidente declara ter chegado “na Câmara em 1991 e encontrei-a tomada pela esquerda num clima hostil às Forças Armadas e contrário às nossas tradições judaico-cristã. Aos poucos outros nomes foram se somando na causa que defendia, entre eles Olavo de Carvalho”. O presidente se empenha em restituir a ordem participando de atividades militares, como a Cerimônia Comemorativa do Dia do Exército, acionando um canhão militar na 9ª GAC de Nioaque (MS) em comemoração ao Dia da Artilharia, comemorando o aniversário do Batalhão da Guarda Presidencial e celebrando os 20 anos do Ministério da Defesa que teria surgido em 1999 não por necessidade militar, mas por uma imposição política: “A verdade acima de tudo!”.

Em 27 de março, o presidente compartilha um texto comemorativo no qual afirma que nós brasileiros participamos da “Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela

radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”. No entanto, 02 dias depois, a Juíza Ivani da Luz, da 6ª Vara da Justiça Federal em Brasília, proibiu o governo de Jair Bolsonaro de comemorar o aniversário de 55 anos do golpe de 1964 com cerimônia solene que seria realizada no domingo, dia 31 de março.

Para além do nacionalismo e do militarismo, a religiosidade é o terceiro pilar discursivo conservador na construção do bolsonarismo. Segundo Bolsonaro, “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (JOÃO, 8:32) é a mensagem bíblica que tem estado sempre à frente da sua missão presidencial. Apesar do princípio da laicidade, exposto no texto da Constituição Federal de 1988, pregar a desagregação da religião e seus valores sobre os atos governamentais, o presidente segue afirmando em palavras e ações o *slogan* de campanha e de governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, além de repetidamente compartilhar passagens bíblicas em sua página oficial do *Facebook*. Bolsonaro chegou a questionar a necessidade de se ter um ministro evangélico no STF: “O Estado é laico, mas eu sou cristão. Não está na hora de o Supremo ter um ministro evangélico?”. Ao suplicar a proteção divina e projetar a imagem do homem branco, tradicional e cujos valores cristãos não foram corrompidos pelas mudanças morais que o mundo vem sofrendo contemporaneamente, o bolsonarismo associa as suas políticas neoliberais à proteção e o resgate dos valores da família tradicional e dos “cidadãos de bem”.

4. Considerações finais

Ao dispensar mediações – imprensa, políticos, intelectuais, professores e experts em temas que mobilizam a opinião – Bolsonaro se apropria estrategicamente das tecnologias da comunicação para falar diretamente com os seus apoiadores, criando um ambiente ideologicamente homogêneo que contribui para o fortalecimento da sua credibilidade e favorece a circulação de mensagens que confirmam crenças e valores pré-existent. Segundo Cook, McPherson e Smith-Lovin (2001), a homofilia – literalmente, “amor aos iguais” – é caracterizada como a tendência das pessoas de atração aos seus homônimos em relação a atributos como idade, sexo, crenças, educação e classe social. O termo foi cunhado em 1924 pelo psicanalista alemão Karl-Günther Heimsoth e, desde então, tem sido amplamente utilizado pela sociologia e outros campos, assim como nas análises de redes sociais de Internet.

São nestes espaços digitais constituídos por iguais que Bolsonaro estrategicamente constrói e comunica as suas verdades diretamente a uma “audiência midiática homofílica” (DVIR-GVIRSMAN, 2017) vinculada pela identificação com o líder e comprometida em defender as suas ideias. A atração ao mito está relacionada a uma necessidade de consistência de si (manter, distinguir e reforçar estilos de vida) que tende a polarizar as identidades políticas por meio de uma espiral de reforço. Ao longo do tempo, níveis mais altos de homofilia tendem a aumentar a acessibilidade do *self*-político dos indivíduos, o extremismo ideológico e a intolerância política.

Bolsonaro ignora que não é mais um candidato à presidência e a sua página oficial no *Facebook* não é um site de mídia partidário. Com a publicação do Decreto nº 9671/2019, os perfis pessoais de Bolsonaro ganharam força de Oficiais, dando, inclusive, poder à Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República, para administrar as suas contas. De acordo com o Decreto, Bolsonaro não estaria postando ataques à imprensa, à educação e às esferas independentes de poder na conta pessoal de um cidadão comum, mas nas “contas institucionais da Presidência da República em mídias sociais”.

Segundo recentes levantamentos do Datafolha (FARIA, 2019), cerca de um terço dos brasileiros tem opinião similar à do presidente em aspectos como o golpe de 1964, demarcação de terras indígenas, política ambiental, posse de armas e a prioridade nas relações com os Estados Unidos. Também representam um terço da população os que, segundo pesquisa realizada em julho de 2019, avaliam o governo Bolsonaro como ótimo ou bom (são 33% com essa percepção, outros 31% consideram o governo regular e 33%, ruim ou péssimo). A partir da leitura crítica aos enunciados postados pelo presidente em sua página no *Facebook*, compreendemos que o bolsonarismo não está interessado em construir pontes e buscar consenso entre a maioria da nação, mas em fragmentar o país em diversas minorias colidindo entre si. A construção de sua verdade é feita justamente a partir da polarização, do conflito, da fúria dos seus adversários e, fundamentalmente, pela atualização do ressentimento do um terço da população – supostamente destituída do seu direito nato de supremacia econômica, política e cultural – em reações de ódio e desprezo aos modos de existência e subjetividades tidos como inferiores e dissidentes.

5. Referências bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. *Vociferando Contra o Iluminismo: a Ideologia de Steve Bannon*. In: **Sociologia&Antropologia**, 8 (3), 1009-1023. 2018.

BROWN, Wendy. *Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century "Democracies"*. In: **Critical Times**, 1 (1), 60-79, 2018.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz & Terra, 2010.

COOK, James; McPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn. **Birds of a Feather: Homophily in Social Networks**. In: *Annual Review of Sociology*. vol. 27, p. 415-444, agosto de 2001.

DVIR-GVIRSMAN, Shira. **Media Audience Homophily: Partisan Websites, Audience Identity and Polarization Processes**. In: *New Media & Society*. 1-20, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FARIA, Flavia. **Cerca de 1/3 Pensa como Bolsonaro em Temas de Frases Agressivas, Indicam Pesquisas**. Folha de São Paulo, S. P., 05 de agosto de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YBGxMD>. Acesso em: 11 de agosto de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. SP: Martins Fontes, [1978-1979] 2008.

HUNTER, James. **Culture Wars. The Struggle to Define America**. NY: BasicBooks, 1991.

KIMMEL, Michael. **Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era**. New York: Nation Books, 2013.

ROSE, Nikolas. **Inventing Our Selves: Psychology, Power, and Personhood**. Cambridge University, 1998.

SACRAMENTO, et. al. *Narrativas midiáticas, entre a verdade e a crença: uma semântica da catástrofe*. In: **Proposta para o X Historicidades – Encontro de Grupos Brasileiros de Pesquisa em Comunicação**, 2019.

SALGADO, Susana. *Online Media Impact on Politics. Views on Post-Truth Politics and Postpostmodernism*. **International Journal of Media & Cultural Politics**, Volume 14 Number 3. September 2018. pp 317-331.

Estupro coletivo no Rio^{1*}

Sentidos que emergem do discurso jornalístico no Twitter

Resumo

Apresentamos a seguir parte da pesquisa em desenvolvimento na qual nos propomos a analisar os sentidos que emergem no Twitter a partir de postagens da imprensa hegemônica na cobertura da violência contra a mulher. Debruçamo-nos sobre o caso do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro e apresentamos um recorte que considera como campo empírico notícias compartilhadas por diferentes portais nos seis primeiros dias de repercussão do acontecimento - de 25 a 30 de maio de 2016 - a partir da expressão estupro coletivo. Priorizamos aquelas com maior engajamento ou que apresentassem 1) reforço de sentido 2) alguma particularidade capaz de chamar a atenção. Utilizamos como metodologia a Análise de Construção de Sentidos em Redes Sociais.

Palavras-chave: jornalismo; Twitter; construção de sentidos; gênero.

1. A violência contra a mulher como acontecimento jornalístico

Em novembro de 2016 o Instituto Patrícia Galvão colocou no ar o dossiê feminicídio, uma plataforma digital com dados e fontes para auxiliar na cobertura da imprensa sobre a violência de gênero no Brasil. Na apresentação do dossiê, encontramos a seguinte explicação: “A imprensa possui um papel estratégico na formação da opinião e na pressão por políticas públicas e pode contribuir para ampliar, contextualizar e aprofundar o debate sobre a forma mais extrema de violência de gênero: o feminicídio”.

Pensar a violência contra as mulheres no Brasil pelo recorte jornalístico é também refletir sobre os fatos capazes de irromper na “superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993, p.27) e serem alçados ao status de acontecimentos.

Há que se ter em mente, no entanto, que o acontecimento enquadrado pela mídia é sempre um fragmento da realidade, que não pode ser apreendida integralmente. “Veiculado pela informação sob a forma de despacho de agência, deve ser solto de suas amarras. Trata-se de um fragmento extraído de uma totalidade que por si só não pode ser compreendida” (MOUILLAUD, 1997, p.61). Ou, como afirma Alsina (2009): “Notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA,

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 5 a 8 novembro de 2019.

2009, p.185). Para Henn (2010), será através do jornalismo que o acontecimento, na condição de signo, ganhará textura definitiva e ofertará para sociedade, a partir de códigos e enquadramentos específicos, graus diferenciados de relevância.

Ainda segundo Henn (2004), o jornalismo confeccionaria, diante do enorme volume de ocorrências, conteúdos que responderiam a interesses do público, do veículo e dos diversos setores da sociedade. “Ao organizar as ocorrências e estabelecer suas angulações, o jornalismo apropria-se dos acontecimentos devolvendo-os ao meio já com suas devidas transmutações” (HENN, 2004, p.09).

Nos desafiamos a pensar a combinação entre uma prática já estabelecida e desenvolvida por profissionais que seguem lógicas próprias e outra que emerge das facilidades tecnológicas, mas também opera no sentido de organizar e filtrar conteúdo.

O universo das redes sociais na Internet tem sido bastante explorado nas pesquisas científicas do âmbito da Comunicação. Um percentual considerável desses estudos propõe-se a trabalhar aspectos macro, nos quais levantamentos quantitativos são indispensáveis para a construção de grafos de onde se pode extrair sentidos a partir da Análise de Redes Sociais. Para o presente estudo, no entanto, propomos a Análise de Construção de Sentidos em Redes Sociais como metodologia, por entendermos que é melhor adequada a um plano micro. Conforme explicam Henn, Gonzatti e Esmitz (2017):

Trata-se de movimento qualitativo que, mesmo possuindo base empírica considerável, pretende detectar potencialidades. Um movimento cartográfico, que se dá na interface entre fronteiras, do que é interior e é exterior. As constelações que se formam, muito pensadas a partir dos movimentos metodológicos de Walter Benjamin (2006) nas Passagens, possuem dimensões temporais potencialmente complexas (HENN, GONZATTI e ESMITIZ, 2017, p. 407).

Assim como os autores, trabalhamos para identificar partes dessas complexidades. Apresentamos a seguir uma parte da análise feita a partir das postagens dos veículos de imprensa entre os dias 25 e 30 de maio de 2016. Selecionamos 30 tuites referentes a notícias publicadas por esses sites abordando o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro. Depois de fazer tentativas de coleta de material a partir das hashtags mais usadas para falar do caso, chegamos à conclusão de que outra estratégia seria mais produtiva. Assim, filtramos a busca no Twitter pela expressão “estupro coletivo”, que permitiu uma amplitude maior de alcance. A fim de reduzir um pouco o universo a ser observado, delimitamos o período de busca. A partir daí, fomos

reunindo as postagens que configurassem uma linha narrativa sobre o acontecimento, priorizando aquelas que tinham maior engajamento, que apresentavam reforço de sentido ou alguma particularidade que tenha chamado a atenção.

Uma primeira coleta foi feita no dia 6 de novembro de 2018. No dia 13 de julho de 2019 voltamos aos tuites coletados e observamos algumas pequenas mudanças, como a exclusão de comentários, redução ou aumento no número de likes. Não nos pareceu, no entanto, que tenham ocorrido alterações consistentes o suficiente para interferir na análise.

2. O discurso jornalístico na rede

A primeira postagem selecionada, do site G1, é também a primeira notícia encontrada no Twitter sobre o caso a partir do enquadramento explicado acima. Tanto o título da matéria - Polícia apura estupro coletivo no Rio e identifica autores de posts¹ - quanto o texto postado no Twitter juntamente com o link - Polícia do Rio investiga se houve estupro coletivo mostrado em post no Twitter² - carregam características bastante comuns no jornalismo. No caso do título, inicialmente o site usou a expressão “suposto” antes de estupro, o que pode ser conferido no link da notícia. Já na chamada do Twitter, vê-se a dúvida sobre o crime na escolha pelo termo “investiga se houve”. Além disso, a polícia tem peso determinante enquanto fonte do veículo, é ela quem diz, apura, é sujeito nas ações relatadas. Outro elemento de destaque é a relevância da rede social. Nas expressões “posts” ou “Twitter” aparece uma abordagem que marca o universo onde o acontecimento se desenrola.

Na sequência, selecionamos outra notícia do G1, que além de avançar no caso tem alto engajamento. Mais uma vez, opta-se pelo uso da expressão “suspeita”, tanto na chamada do Twitter quanto no título - Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio³. Outra vez é possível verificar uma edição na chamada. No título original, segundo o link, consta: Jovem que teria sido vítima de estupro coletivo faz exames no Rio. A condicional impera, da mesma forma, na linha de apoio da matéria, onde constam duas sentenças: “Menina teria sido abusada por cerca de 30 homens. Avó diz que jovem sofreu 'apagão' durante abusos”.

A terceira notícia foi compartilhada pelo UOL com título que segue a mesma linha daqueles escolhidos pelo G1: Polícia do Rio investiga vídeo de possível estupro coletivo divulgado no Twitter⁴. Neste caso, cabe destacar que a nota é da Agência

Brasil, apenas reproduzida pelo UOL que, naquele momento, parecia ainda não ter dedicado suficiente atenção ao caso a ponto de produzir conteúdo próprio.

Na matéria seguinte, no título compartilhado no Twitter, o G1 deixa de colocar dúvidas sobre o estupro: Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio. Na linha de apoio, no entanto, a condicional reaparece: Jovem que teria sido abusada por vários homens é submetida a exames. 'O vídeo é chocante, eu assisti', diz avó de adolescente de 16 anos⁵. Outra estratégia que vemos utilizada é o destaque a um excerto da fala a avó da vítima para dar força ao conteúdo.

Na sequência, temos uma notícia de O Globo que opta por uma declaração da adolescente na chamada: 'Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo⁶. O texto, assinado por um jornalista do veículo, não usa a condicional na chamada nem no texto de apoio, onde lê-se: Polícia identificou quatro envolvidos no crime; imagens foram divulgadas em redes sociais. A reportagem também chama a atenção para o fato de que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados acompanha o caso – o que merece um intertítulo mais ao fim do texto.

A matéria seguinte é da Folha de S.Paulo e traz o título: Garota presta depoimento à polícia após queixa de estupro coletivo no Rio⁷. Desta vez, a condicional é evidenciada pelo uso da palavra “queixa”. Um quadro dentro da matéria destaca alguns dados sobre estupro no Brasil e sobre o que diz a lei a respeito desse tipo de crime. Na postagem do Twitter, aparece o número de envolvidos no crime: Garota fala à polícia após queixa de estupro coletivo feito por 33 homens no Rio⁸.

No UOL, outra vez vemos a opção por republicar conteúdo. Desta vez trata-se de uma reportagem da BBC Brasil, com o título: 'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora⁹. As aspas selecionadas são uma referência aos frequentes casos de estupro na Índia noticiados na imprensa. Temos, no entanto, uma abordagem diferente em relação ao conteúdo reunido até aqui: a fonte principal, das aspas que dão título à reportagem, é uma promotora de Justiça que trabalha com o enfrentamento à violência contra as mulheres. A matéria é assinada por uma repórter e reúne também imagens de uma campanha em que vítimas de estupro exibem frases dos agressores.

Agora, no Estadão, destaca-se notícia ilustrada por uma imagem que acaba por se tornar símbolo do caso, sendo usada como filtro nas fotos de perfil nas redes sociais. Sob o título Estupro coletivo de menina causa revolta e mobilização na web¹⁰,

evidencia-se a decisão de não usar a condicional para tratar do acontecimento. A linha de apoio reforça a observação: Polícia investiga caso em que adolescente foi violentada por 30 homens no Rio e teve imagens divulgadas no Twitter. Cabe também chamar atenção para o fato de que as mobilizações online alimentam o noticiário, que por sua vez alimenta as discussões na rede social em um processo muito característico dos nossos dias.

Figura 1: Tuite do Estadão ilustrado por uma das imagens símbolo da mobilização



Fonte: Twitter/Reprodução (Ano: 2019)

O exemplo a seguir vem da Folha de S.Paulo, que publica notícia sobre o caso a partir das manifestações nas redes sociais, destacando o que disseram a Organização das Nações Unidas, algumas celebridades e, também, a respeito de Dilma Rousseff (afastada dias antes, em 12 de maio, no processo que culminaria em seu impeachment): ONU, Dilma e atrizes manifestam repúdio ao estupro de adolescentes¹¹. A Folha opta por ilustrar a matéria no Twitter com um mapa indicando onde ocorreu o crime, ainda que dentro da página utilize a mesma foto com a jovem e sua mãe caminhando, de costas, amplamente divulgada pelos veículos de imprensa.

Na sequência, o Estadão traz um novo ente para o debate. Ainda que mais uma fonte oficial, a Ordem dos Advogados do Brasil aparece fazendo uma crítica ao machismo e à violência contra a mulher. O título OAB-RJ classifica como 'barbárie'

estupro coletivo no Rio¹² destaca uma das expressões usadas pela entidade ao falar sobre o estupro.

Em outra estratégia comum nos meios de comunicação, O Globo procura demonstrar a relevância do caso indicando o que dizem veículos estrangeiros sobre o episódio: Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional¹³. Na linha de apoio parece já não haver dúvidas sobre a violência sofrida pela jovem: Menor de 16 anos foi violentada por 33 homens na Zona Oeste.

O fato de um jogador de futebol ser apontado como um dos suspeitos pelo estupro leva a imprensa esportiva a também passar a noticiar o caso. O Globo Esporte informa: Suspeito de participar de estupro coletivo no Rio é jogador do Boavista¹⁴. A notícia traz inclusive uma foto do rapaz. Uma espécie de perfil destaca que, apesar da indisciplina, “a imagem do jogador era de uma pessoa calma, sem qualquer indício de personalidade violenta”. Assinada por três repórteres – todos homens – a matéria sustenta ainda o seguinte trecho: “Em entrevista coletiva concedida no início da tarde desta sexta-feira, a polícia não atestou que o Lucas suspeito de envolvimento no crime é o jogador do Boavista. E informou também que o estupro não foi confirmado, apesar de ‘indício veementes’”.

Após uma série de notícias – mas juridicamente ainda dentro do mesmo contexto – o G1 deixa de usar a condicional para abordar o caso. Na notícia intitulada 'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo¹⁵, o site destaca postagem da adolescente no Facebook agradecendo o apoio recebido após a publicização do episódio. O trabalho da polícia segue em destaque na linha de apoio, mas, assim como no título, o estupro passa a ser tratado como fato: Trinta e três homens são procurados por participação no estupro. Polícia já pediu a prisão de quatro suspeitos.

Estadão traz notícia sobre manifestação oficial do governo federal a respeito do estupro. No entanto, diferente do que dá a entender a foto do então presidente em exercício Michel Temer, a nota é assinada pelo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Governo Temer repudia estupro coletivo de menina de 16 anos¹⁶ diz a chamada da matéria, assinada por uma repórter e que começa destacando as 24 horas de silêncio do governo antes de repudiar publicamente o caso, então principal assunto nas redes sociais e já amplamente divulgado na imprensa.

Manifestações da jovem viram notícia. O Globo publica: Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência¹⁷. A jovem tinha então usado em sua foto de perfil um filtro com a frase “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”. O rosto é borrado,

mas o veículo não se furta em exibir o corpo da adolescente vestindo saia e top em um ambiente que parece ser de festa.

Figura 2: Tuite de O Globo ilustrado pela foto de perfil da adolescente



Fonte: Reprodução/Twitter (Ano: 2019)

O Globo também publica matéria abordando a suspeita que recai sobre o jogador de futebol que se relacionava com a jovem. Sob o título Jogador do Boavista é suspeito de participar de estupro coletivo no Rio¹⁸, afirma que ele foi identificado junto com outros três suspeitos, que, no entanto, não têm as identidades reveladas. A notícia traz uma foto do jovem em campo.

Divulgando a capa da revista que chegaria às bancas naquela semana, a IstoÉ publica no Twitter a seguinte chamada: Por que o estupro coletivo é o retrato de uma sociedade doente. A partir das 20h em <http://istoe.com.br>¹⁹. Na imagem, o símbolo do feminino em vermelha traz no centro a frase “Estupro uma barbárie nacional”.

Assinada por um repórter, reportagem de O Globo é a primeira das encontradas até então a conversar com a vítima de estupro. Em texto e vídeo, com a imagem borrada e a voz distorcida, a jovem conta o que aconteceu no dia em que foi atacada. Um trecho da fala dela é selecionado para dar título à reportagem: 'Me sinto um lixo', diz adolescente que sofreu estupro coletivo²⁰. Outros membros da família também são ouvidos e detalhes da vida da jovem ganham espaço, como o fato de ter um filho, que nasceu quando ela tinha 13 anos e cujo pai, envolvido com o tráfico, morreu em

confronto, ou de morar em um condomínio de classe média “com academia e área de lazer”.

Na sequência, destacamos tuite do SBT sobre o programa que iria ao ar no domingo, entrevistando a jovem vítima de estupro: Exclusivo; #ConexãoRepórter, Roberto Cabrini entrevista a vítima do estupro coletivo no RJ a brutalidade chocou o [bandeira do Brasil]²¹. Embora saia desse universo online e chame o público a acompanhar um programa na TV aberta, entendemos que o recorte dialoga com a pesquisa ao visualizar o conteúdo no canal do SBT no YouTube²². Publicado em 30 de maio de 2016 (depois de ir ao ar na TV na noite anterior, 29 de maio), o vídeo²³ de 1 hora e 24 minutos tem 1.082.571 visualizações, 7,3 mil likes, 1 mil dislikes e 3.315 comentários²⁴.

Postagem da vítima nas redes sociais vira assunto em novas matérias. Estadão publica: “Parem de me culpar”, diz adolescente vítima de estupro coletivo²⁵. Depois de, inicialmente, receber mais apoio do que críticas, a jovem vê a reação nas redes se transformar. Suas postagens passam a ser atacadas com comentários depreciativos. Ela, primeiro, pede que parem de culpá-la e, na sequência, exclui seu perfil da rede social.

O Globo avança na cobertura do caso com matéria sobre operação policial no morro onde ocorreu o crime: Polícia faz perícia em casa onde houve estupro²⁶. A notícia, assinada por uma repórter, tem abordagem de cobertura policial, com detalhes sobre a operação e a disputa do tráfico na região. O estupro soa apenas como pano de fundo. Na linha de apoio, lemos: Operação fecha ruas de acesso à favela, e circulação de BRT é interrompida.

Na sequência, o Estadão opta por jornalismo declaratório em título de matéria com um dos suspeitos: Ex-namorado de vítima de estupro coletivo diz que crime é invenção²⁷. No que parece um clássico exemplo de busca por imparcialidade, o veículo opta por dar espaços semelhantes às versões do suspeito e da vítima, destacando ainda que a advogada da jovem “não sabe se continuará no caso”.

No desdobramento seguinte, suspeito de envolvimento no caso é detido em operação policial no Rio. A Folha noticia o episódio na reportagem PM faz operação e detém suspeito de ter participado do estupro coletivo²⁸, que também aborda as críticas da advogada da vítima à postura do delegado responsável pelo caso – outro fator que começa a aparecer na cobertura midiática.

Questionamentos à abordagem policial crescem e O Globo noticia: Ex-chefe da Polícia Civil lamenta ausência da Delegacia da Mulher em caso de estupro²⁹. No

Twitter³⁰ ganham destaque as críticas ao delegado que conduz o caso. Cabe mencionar que o caso vinha sendo investigado pela Delegacia de Repressão a Crimes de Informática.

Avançando, notícia do Estadão repercute a liberação de suspeitos de cometer o estupro coletivo. Nota curta, em tom característico de cobertura policial, fala em dar mais segurança à comunidade. O título, no entanto, destaca: PM libera suspeito de estupro coletivo por falta de provas³¹.

Matéria de O Globo explica que a advogada da vítima foi dispensada pela família depois que a adolescente entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM): Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro³². A escolha do verbo “dispensar”, no entanto, parece sugerir outras razões para a mudança na defesa, especialmente para quem não lê a notícia completa, mas apenas a chamada no Twitter.

O delegado que conduzia a investigação é afastado. No Twitter, a BBC noticia chamando atenção para o fato de uma mulher ter assumido o caso: Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo; delegada recebe caso³³. O fato de o delegado anterior vir afirmando que não estava convencido do fato de que teria havido estupro ganha destaque logo no lead³⁴.

Na sequência, diferentes veículos destacam que laudo não confirma o estupro. A razão seria a demora da vítima em fazer o registro na polícia. O assunto repercute nos comentários das publicações. Estadão noticia: Laudo tardio de vítima de estupro coletivo não aponta violência³⁵.

Após a mudança na condução do caso, que passa à Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), cabe chamar a atenção para o fato de que fotos da delegada passam, com frequência, a ilustrar as notícias. Na IstoÉ, reportagem produzida pelo Estadão Conteúdo destaca declaração da nova investigadora: Delegada confirma que houve estupro coletivo contra adolescente no Rio³⁶.

Na última notícia que selecionamos para construir a linha do tempo a seguir, Estadão destaca no Twitter a prisão de dois suspeitos. No título da matéria, no entanto, há bem mais informações: Imagens comprovam estupro coletivo, afirma delegada; há dois presos e quatro foragidos³⁷.

Tabela 1: Tuites dos veículos de comunicação³⁸

Notícia	Data	Comentários	Retuites	Likes
---------	------	-------------	----------	-------

Polícia do Rio investiga se houve estupro coletivo mostrado em post no Twitter	25/05	201	239	198
Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio	26/05	118	76	127
Polícia do Rio investiga vídeo de possível estupro coletivo divulgado no Twitter	26/05	24	28	48
Polícia identifica um dos suspeitos de participar de estupro coletivo no Rio	26/05	26	96	124
'Quando acordei tinham 33 caras em cima de mim', diz menina que sofreu estupro coletivo	26/05	98	746	650
Garota fala à polícia após queixa de estupro coletivo feito por 33 homens no Rio	26/05	21	47	82
'A Índia é aqui': Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora	26/05	23	447	522
Estupro coletivo de menina causa revolta e mobilização na web	26/05	43	281	357
Dilma e atrizes manifestam repúdio ao estupro coletivo de adolescente no Rio	26/05	27	54	135
OAB-RJ classifica como 'barbárie' estupro coletivo de adolescente no Rio	26/05	18	64	100
Estupro coletivo no Rio repercute na imprensa internacional	27/05	12	52	76
Suspeito de participar de estupro coletivo no Rio é jogador do Boavista	27/05	30	223	117
'Não dói o útero e sim a alma', diz menina vítima de estupro coletivo	27/05	20	186	264
Governo Temer repudia estupro coletivo de menina de 16 anos	27/05	42	50	136
Vítima de estupro coletivo adere à campanha contra violência	27/05	20	51	134
Jogador do Boavista é suspeito de participar de estupro coletivo no Rio	27/05	12	116	83
Por que o estupro coletivo é o retrato de uma sociedade doente. A partir das 20h em http://istoe.com.br	27/05	29	153	258
'Me sinto um lixo', diz adolescente que sofreu estupro coletivo	27/05	95	372	471
Polícia faz perícia em suposta casa onde	27/05	05	20	67

aconteceu estupro coletivo na Zona Oeste				
Ex-namorado de vítima de estupro coletivo diz que crime é invenção	27/05	46	77	52
Exclusivo - #ConexãoRepórter, Roberto Cabrini entrevista a vítima do estupro coletivo no RJ a brutalidade chocou BR	27/05	07	43	75
“Parem de me culpar”, diz adolescente vítima de estupro coletivo	28/05	34	128	194
PM faz operação e detém suspeito de ter participado de estupro coletivo	28/05	07	21	84
Ex-chefe da Polícia Civil lamenta ausência da Delegacia da Mulher em caso de estupro	28/05	14	55	111
PM libera suspeito de estupro coletivo por falta de provas	28/05	21	44	47
Família dispensa advogada que defendia vítima de estupro	29/05	50	113	147
Polícia afasta delegado que disse não saber se houve estupro coletivo	30/05	17	75	106
Lauda tardio de vítima de estupro coletivo não aponta violência	30/05	55	128	131
Delegada confirma que houve estupro coletivo contra adolescente no Rio	30/05	17	26	67
Imagens comprovam estupro coletivo, afirma delegada; há dois presos e quatro foragidos	30/05	20	96	136

Fonte: Elaborada pela autora (Ano: 2019)

3. Considerações: Escondidos atrás da objetividade

Um primeiro aspecto que se evidencia a partir dos dados coletados diz respeito a recursos característicos do fazer jornalístico segundo certos preceitos. Tuchman (1999) aponta a objetividade como um ritual estratégico, que protege o jornalista dos riscos de sua profissão: “O termo objetividade funciona como um baluarte entre ele os críticos” (TUCHMAN, 1999, p.75), afirma o autor, que detalha ainda alguns desses rituais que fazem parte do trabalho do jornalista. Tuchman explica, por exemplo, como o fato de

considerar tudo questionável pode resultar em disparates na cobertura noticiosa. É exatamente este um dos primeiros aspectos a chamar a atenção no compilado reunido acima. O uso da condicional, em especial, vai ao encontro daquilo que afirma o autor. Em repetidas notícias identificamos tal recurso como uma espécie de proteção ao jornalista ou ao veículo onde o assunto é noticiado.

Outra estratégia perceptível nessa reiteração da objetividade é o uso de citações. Tanto na escolha por declarações da adolescente estuprada - em entrevistas ou em seu perfil nas redes sociais na Internet - quanto na seleção de uma fala do ex-namorado suspeito de participar do estupro, mas que nega envolvimento e diz que o crime não aconteceu, os jornalistas fazem escolhas que aparecem disfarçadas por práticas dessa perseguição à objetividade. “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia e deixam os factos falar [...]” (TUCHMAN, 1999, p.81).

A prioridade dada àquilo que diz a polícia é outro aspecto a ser evidenciado. Nesse ritual jornalístico norteado pela objetividade, as fontes oficiais, naturalmente, ganham destaque. Ao abordar a violência contra a mulher, os exemplos reunidos do noticiário nacional indicam que segue prevalecendo lógica apontada pelo estudo de 2010 do Instituto Patrícia Galvão, tanto no que diz respeito ao enfoque policial quanto na individualização do recorte. São raros os momentos em que é abordado o contexto de violência ao qual as mulheres estão expostas. Pelo contrário, em lugar de uma discussão mais ampla e aprofundada, vemos o detalhamento excessivo da vida pregressa da adolescente, que acabará usado como combustível para fomentar ataques à jovem.

Outro elemento característico dessa prática jornalística é a busca por garantir espaços similares a todos os lados envolvidos no caso. Em uma das notícias selecionadas, as escolhas de quem produziu o conteúdo acabam por unir um título com aspas do então suspeito – posteriormente condenado – dizendo que não houve estupro e espaço similar na reportagem para o que diz o rapaz e aquilo que afirma a defesa da vítima. São detalhes que acabam por dar o tom que a cobertura midiática terá.

Ainda ao pensarmos as práticas jornalísticas habituais, lembramos o que diz Veiga da Silva (2014) quando conclui que as escolhas dos profissionais são masculinas, as lógicas por eles e elas empregadas são masculinas, independente de a reportagem ser produzida ou editada por uma mulher. Em tal sentido, reforça a compreensão de que o gênero não está nos corpos (SCOTT, 1990). Percebe-se facilmente na cobertura uma

desconsideração das discussões de gênero e violência contra a mulher, bem como de estudos consolidados a esse respeito.

Ao chamarmos a atenção para alguns dos recursos presentes na narrativa jornalística a respeito do estupro coletivo no Rio fica claro que preceitos gerais – nem por isso menos discutidos – que regem a profissão estão sendo seguidos.

¹ Disponível em: <https://glo.bo/2Y11HDy>. Acesso em: 06 nov. 2018.

² Disponível em: <http://bit.ly/2Yw1w3c>. Acesso em: 06 nov. 2018.

³ Disponível em: <https://glo.bo/2LSW16E>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁴ Disponível em: <http://bit.ly/30G3bRp>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁵ Disponível em: <https://glo.bo/2JJSbv5>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁶ Disponível em: <https://glo.bo/2JLNIYS>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁷ Disponível em: <http://bit.ly/2XNKzNk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁸ Disponível em: <http://bit.ly/2K4HPq0>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁹ Disponível em: <http://bit.ly/2xKVZXo>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁰ Disponível em: <http://bit.ly/2XP5gsi>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹¹ Disponível em: <http://bit.ly/2J17d4u>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹² Disponível em: <http://bit.ly/2SeGMHD>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹³ Disponível em: <https://glo.bo/30xhVBK>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁴ Disponível em: <https://glo.bo/2Y2a2Xu>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁵ Disponível em: <https://glo.bo/2LRR93c>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2Y29jFE>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁷ Disponível em: <https://glo.bo/2YT5Zd6>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁸ Disponível em: <https://glo.bo/2JFRvXU>. Acesso em: 06 nov. 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://bit.ly/2GbcYHk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²⁰ Disponível em: <https://glo.bo/2XPH1dk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²¹ Disponível em: <http://bit.ly/2Y7jeuo>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²² Disponível em: <http://bit.ly/2LL2oLc>. Acesso em: 05 abr. 2018.

²³ Acreditamos que a publicação do SBT no YouTube e a repercussão que ela provoca é suficientemente rica para sustentar uma outra pesquisa, por isso, consta aqui apenas dentro do contexto que nos interessa e não analisada em profundidade.

²⁴ Números verificados em 14 jul. 2019.

²⁵ Disponível em: <http://bit.ly/2Y0mIhr>. Acesso em: 13 jul. 2019.

²⁶ Disponível em: <https://glo.bo/2JvDlTk>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²⁷ Disponível em: <http://bit.ly/2SdnjqH>. Acesso em: 06 nov. 2018.

²⁸ Disponível em: <http://bit.ly/2GcmppA>. Acesso em: 13 jul. 2019.

²⁹ Disponível em: <https://glo.bo/2Sik0i7>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁰ Disponível em: <http://bit.ly/2JWJUFE>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³¹ Disponível em: <http://bit.ly/2NVxnpV>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³² Disponível em: <https://glo.bo/2xWKFrD>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³³ Disponível em: <http://bit.ly/32OrVsi>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁴ Disponível em: <https://bbc.in/2JTksib>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁵ Disponível em: <http://bit.ly/30AnYWu>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2xMXGno>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁷ Disponível em: <http://bit.ly/2SgfaSl>. Acesso em: 13 jul. 2019.

³⁸ Os números se referem a coleta realizada em: 13 jul. 2019.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HENN, Ronaldo. A dimensão semiótica da violência. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2004, Porto Alegre. Intercom 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2YsbSgm>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, M; FONSECA, V. **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, p. 77-93, 2010.

HENN, R; GONZATTI, C; ESMITIZ, F. Pussy Made of Steel: os sentidos inaugurados por um cartaz da Women's March na página Supergirl Brasil. **Revista Fronteiras, Estudos Midiáticos**. v. 19, n.3. Set/Dez. 2017.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice & PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990, pp.71-99.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

Necropolítica LGBTQ no Instagram: Dessubjetivações em tempos de vigilância distribuída e ódio heteronormativo^{1*}

Resumo

Partindo da revisão de conceitos como subjetivação, vigilância ebiopolítica, o artigo se propõe a analisar a atual disseminação do ódio direcionado ao corpo LGBTQ em comentários no Instagram. A partir de um caso de censura noticiado na rede social, foram verificados discursos de exclusão, capazes de visibilizar opiniões normalizadoras e estimular políticas de morte para esta população. Nesse sentido, o Instagram, enquanto plataforma utilizada como ferramenta de vigilância distribuída, mediatiza processos de dessubjetivação das identidades LGBTQs, que resistem à heteronormatividade social política/religiosa brasileira, e por isso são sujeitadas, oprimidas e submetidas e regimes de controle e de aniquilação.

Palavras-chave: Vigilância Distribuída; Biopolítica; Necropolítica LGBTQ.

1. Subjetivação em tempos de ódio mediatizado

Para Butler (2018), o sujeito não apenas é uma estrutura social em formação, ele se estabelece no discurso e é por meio da linguagem que os indivíduos constroem suas identidades e subjetividades. Dessa forma, nenhum indivíduo se torna sujeito sem antes ser subjetivado ou passar pela subjetivação, de modo que o tornar-se sujeito só acontece quando o indivíduo se sujeita a um determinado poder. Essa sujeição é então “a feitura de um sujeito, o princípio de regulação através do qual um sujeito é formulado ou produzido” (BUTLER, 2018, p. 90).

Os indivíduos são sujeitados a normas coercitivas legitimadas por discursos hegemônicos capazes tanto de construir como de desconstruir subjetividades. Logo, se toda sociedade está submetida a um poder de controle sobre seus indivíduos, é possível dizer que há então discursos soberanos e discursos sujeitados. Assim, o discurso soberano é capaz tanto de unir quanto de excluir, afinal, pela própria condição normativa, promove identificação ao mesmo tempo em que opõe, segrega e exclui. Isso reforça a ideia de que a sujeição “é um tipo de poder que não só unilateralmente age

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política, durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2018.

sobre determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também ativa e forma o sujeito (BUTLER, 2018, p. 90).

Considerando o contexto comunicacional e midiático, os discursos transitam a cada dia em maior volume e rapidez, especialmente na sociedade atual tecnológica e conectada, em que há uma multiplicidade de discursos que representam diferentes subjetividades, advindas de diferentes corpos e identidades, que ora se afinizam ora se repelem. Ou seja, as opiniões e comportamentos visibilizados por um grupo podem tanto favorecer o surgimento de comunidades, por meio de afinidades, como também segregar e excluir os grupos dissonantes. Trata-se de um processo de identificação entre indivíduos dentro de uma esfera comunicacional, isto é, uma espécie de tribalismo no qual há o “sentimento de pertencimento, a um lugar, a um grupo, como fundamento essencial de toda a vida social” (MAFFESOLI, 2006, p. 11).

As redes sociais digitais se comportam como espaços contemporâneos da promoção e do consumo de visibilidades. Facebook, YouTube e Instagram, por exemplo, cujos conteúdos subentendem a presença privilegiada da imagem, de modo geral, atuam como ferramentas agenciadoras dos corpos (in)visíveis na atualidade. Bruno (2013) reconhece essas redes como máquinas que fazem ver, ao mesmo tempo em que condicionam modos de ser, afinal, é por meio dessas redes que as subjetividades saem dos espaços privados e ecoam como conteúdos imateriais e verdadeiras mercadorias de consumo público. Além disso, não há redes sociais na internet isentas de monitoramento, seja por parte da própria rede ou por parte dos próprios atores, usuários participantes, ativos ou não.

Os sistemas de vigilância e monitoramento são imanentes a tais redes e são parte integrante tanto da eficiência do sistema, que monitora, arquiva e analisa os dados disponibilizados pelos usuários de modo a otimizar seus serviços, quanto das relações sociais que aí se travam, as quais encontram um de seus motores na vigilância mútua e consentida, com pitadas de voyeurismo e exibicionismo (BRUNO, 2009, p. 4).

Sibilia (2008) considera as redes sociais digitais como responsáveis pela intensificação da visibilidade da intimidade no mundo atual, especialmente pelo fato de as pessoas voluntariamente publicizarem suas formas de vida, seus cotidianos e seus posicionamentos, o que acontece de forma rápida e constante. Afinal, para Bauman (2005), é na internet em que há a facilitada expressão de identidades prontas para serem usadas.

Diante de tanta visibilidade estimulada pelo notável do consumo de conteúdos em rede, os meios de comunicação tradicionais, que tiveram de se adaptar às novas plataformas digitais para que ainda se fizessem relevantes na atualidade, servem hoje como palco não só de visibilidades como também de discursos. Portais de notícias, por exemplo, não apenas mantêm perfis na internet, como alcançam audiências diversas de modo cada vez mais rápido e pervasivo. Nesse sentido, os indivíduos conectados, consumidores dos conteúdos publicados por esses veículos, curtem, compartilham e comentam as postagens desses canais informacionais, promovendo visibilidades não só de suas identidades como também de seus hábitos de consumo e de suas opiniões. Trata-se, portanto, de um poder que, permitido pelas plataformas, garantem aos seus usuários participantes um poder ainda maior: o de reger e controlar a vida do outro e suas formas de representação e expressão, virtuais ou não.

As redes sociais digitais, portanto, acabam funcionando como uma espécie contemporânea do panóptico, que, para Bentham (2000), são dispositivos de vigilância caracterizados por um constante olhar que, ao condicionar os comportamentos dos indivíduos vigiados, assumem o controle sobre suas formas de vida. Desse modo, se as redes se assemelham ao panóptico, funcionam então como dispositivos de policiamento dos indivíduos e, conseqüentemente, agenciadores de seus corpos.

Bruno (2009) chamou de vigilância distribuída essa forma de vigilância incorporada por diversos aparelhos, serviços e ambientes presentes no cotidiano, exercida de modo descentralizado e presente em variados setores da sociedade. Nela, há um conflito entre a promessa de diversão e sociabilidade e a promessa de segurança e medo. Desse modo, a vigilância distribuída é firmada a partir dos seguintes aspectos: “o da segurança, o da visibilidade midiática (marcado pela presença dos dispositivos de vigilância nos circuitos de entretenimento, sociabilidade e espetáculo) e o da eficiência, sobretudo no campo dos serviços das redes e tecnologias de comunicação” (BRUNO, 2009, p. 3).

Essa vigilância distribuída é conduzida pelos usos desses novos dispositivos comunicacionais, intimamente relacionados ao contexto da sociedade do controle, que, para Deleuze (1992), abandona o confinamento típico da sociedade disciplinar, para se tornar uma espécie de controle contínuo e de comunicação instantânea. Assim, no contemporâneo, as redes sociais digitais se tornaram instrumentos dessa sociedade de controle que, de modo intensificado, tem o poder de vigiar e controlar de forma pulverizada nas mãos de praticamente todos os indivíduos conectados a essas mesmas

redes. Trata-se, portanto, de uma sociedade autovigiada, que deixa de ser panóptica no sentido arquitetural para se basear na instalação constante de um olhar vigilante, disseminado e distribuído por entre os corpos, munidos de aparelhos conectados em rede.

As redes sociais digitais, então, obedecem a um regime contemporâneo da biopolítica, que engloba um conjunto de discursos movidos tanto pelas práticas disciplinares do indivíduo quanto pelas práticas de regulação da sociedade, sobretudo no que diz respeito aos meios de gestão das vidas – e consequentemente das mortes – dos indivíduos sujeitados a esse poder (FOUCAULT, 2008). Assim, plataformas como Facebook e Instagram, por exemplo, são instrumentos de uma verdadeira biopolítica dos corpos, na qual se manifesta o poder de conduzir condutas, no caso, relacionadas ao governo de si e dos outros.

Para Foucault (2008), a era do biopoder é caracterizada pela racionalização dos problemas colocados à prática governamental, tendo como objeto os indivíduos, ou seja, trata-se de um poder centrado na vida, nos corpos, um poder que se instala na noção do corpo-espécie, na estatização do biológico e dos processos da vida. As estratégias biopolíticas, em suas heranças neoliberais, surgem e se desenvolvem a serviço da humanidade, isto é, a vida passa a ser o centro da política, nem que para isso ecoem sobre ela formas de violências “depuradoras”, deturpadamente criadas em defesa da própria existência.

A exclusão, enquanto forma de violência, fortalecida mais recentemente pelas controvérsias e pelos discursos de ódio nas redes sociais digitais, é fruto dessa biopolítica, isto é, dessa governamentalidade de herança neoliberal, voltada para a sujeição dos corpos dissonantes da normatividade social. É o que Butler (2018) diz ao considerar que a regulação dos corpos caminha junto ao enquadramento e à subordinação presentes na normalização. Aqueles indivíduos que, portanto, destoam do “padrão” são automaticamente enquadrados como uma espécie de vida nua, descartável.

Para Agamben (2010), a vida nua se configura como uma vida não qualificada, eleita para ser excluída, ou seja, uma vida desprovida de cidadania, garantias e exposta à morte. Na prática, trata-se de uma vida sacrificável. Trata-se, portanto, de uma vida que é objeto do Estado, cuja forma de governo tem por objetivo a sua erradicação

No contexto contemporâneo, a vida nua também se faz presente, no caso, por meio de processos de exclusão legitimados por discursos normatizados, que manifestam posicionamentos extremos, inclusive para ficcionalizar o corpo “não qualificado” como

uma espécie de inimigo e assim fortalecer a propagação de um discurso de ódio. O inimigo seria então uma espécie de criminoso, aquele que danifica a sociedade e por essa razão se torna um “inimigo social interno” (FOUCAULT, 2003, p. 81).

Para Mbembe (2018), na esfera política, o inimigo, o indivíduo que carrega em si o contradiscurso, é considerado uma constante ameaça, um corpo passível de ser eliminado, tido como um “erro” que precisa urgentemente ser minimizado e eliminado. Em tempos de neoconservadorismos e disputas de poderes políticos, a percepção da existência do inimigo se traduz como um atentado, uma ameaça mortal ou perigo absoluto. Foucault (2000) acrescenta que:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2000, p.304).

Mbembe (2018) diz ainda que a eliminação biofísica do outro é o que reforçaria o potencial íntimo de vida e segurança, uma espécie de “depuração” para a qual se admite até mesmo atos de violência extrema. Nesse caminho, em busca do ideal de pureza da humanidade, são adotados comportamentos de extrema desumanidade. É importante ressaltar nesse momento que os discursos de ódio estão diretamente ligados ao desejo de morte física, de modo que a morte simbólica tem o potencial de promover e estimular a morte biológica dos indivíduos matáveis, por meio da qual populações inteiras podem ser aniquiladas. Assim, “o ato de matar poderia estar associado ao homicídio, mas também à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, à invisibilização, expulsão, estigmatização e exclusão social de algumas populações” (CARAVACA-MORENA e PADILHA, 2018, p. 2).

2. Censura e política de morte ao corpo LGBTQ: o caso Jesus Rainha do Céu

A peça teatral “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, escrita pela dramaturga e atriz escocesa Jo Clifford e traduzida e dirigida pela argentina Natalia Mallo, estreou no Brasil em 2016. O espetáculo, que foi criado e escrito por uma mulher transexual, recorre aos ensinamentos de Jesus Cristo para fazer refletir sobre a perseguição dos indivíduos marginalizados na sociedade contemporânea e tem como protagonista a figura de Jesus encarnada em um corpo LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis, e queers), no caso, travesti.

Os episódios de censura e perseguição no país acompanham o monólogo desde a sua estreia, especialmente, pelo fato de o papel de Jesus ser interpretado por uma mulher transexual: Renata Carvalho, atriz brasileira que já sofreu diversas formas de perseguição dentro e fora do palco. Para ela, o corpo LGBTQ é censurado pelo sistema hétero-branco-normativo desde sempre:

Existimos desde que o mundo é mundo e sempre nos esconderam, nos proibiram e nos deslegitimaram. A instituição igreja têm um discurso público contrário e fazem de tudo para nossa “destransição”, contribuindo e reforçando cada vez mais nossa estigmatização, exclusão e patologizando esses corpos. (...) O Estado é outro contribuinte com o genocídio trans (...), não nos garante direitos básicos (CARVALHO, 2018).

Após sucessivas perseguições, a peça teve a sua apresentação proibida na 28ª edição do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG), em Pernambuco, ocorrida em 2018. Após autoridades políticas e religiosas se manifestarem contra, o espetáculo foi retirado da programação do evento que, ironicamente, nesta edição teve como tema: “Um viva à liberdade”.

Após exigência do prefeito da cidade, Izaías Régis (PTB), que se mostrou contrário à apresentação e carta enviada pela Diocese de Garanhuns, onde o bispo Dom Paulo Jackson ameaçava “proibir que a Igreja Catedral fosse utilizada como um dos palcos do festival”, a produção foi retirada da programação (SIMÕES, 2018).

O caso se prolongou por entre incertezas sobre haver ou não a apresentação da peça, especialmente após uma ação no Ministério Público movida em defesa do espetáculo ter obrigado o retorno da peça à programação do festival. Antes mesmo da determinação da justiça, uma iniciativa independente promoveu uma apresentação extra no dia 27 de julho por meio de campanha na internet, o que permitiu que a peça ocorresse em local privado e com ingressos esgotados.

Logo após essa apresentação de forma independente na mesma noite em que o espetáculo seria oficialmente apresentado, de forma compulsória dentro da programação oficial, chegou ao local uma ordem judicial que novamente proibiu a apresentação, para revolta do público presente. Luzes, som e até o toldo de proteção foram retirados pela organização do festival. Diante de tantas ameaças, inclusive pelo fato de uma bomba ter sido lançada em direção ao local, a última apresentação não aconteceu, o próprio Governo do Pernambuco preferiu cancelar tudo, sob a justificativa de preservar o festival e suas parcerias, especialmente após polêmicas e ameaças explícitas na internet

serem veiculadas em tons inflamados nas redes sociais. (MESQUITA, 2018; OLIVEIRA, 2018)

O caso teve repercussão ainda maior no âmbito nacional, inclusive por meio da TV aberta, após a disseminação de vídeos em que artistas que integraram a programação do FIG 2018, como a cantora Daniela Mercury e o cantor Johnny Hooker, se manifestaram em apoio à peça teatral, repudiando a censura sofrida pelo espetáculo e pela arte de modo geral. Inúmeros vídeos eclodiram nas redes sociais com os discursos enérgicos dos artistas, o que movimentou portais de notícias de todo o país. Bebendo da controvérsia, veículos jornalísticos de Pernambuco publicaram notícias e fizeram postagens relacionadas ao fato nas plataformas digitais. O portal NE10, por meio do Instagram, pediu a opinião de seus seguidores, fazendo a seguinte pergunta: “Você concorda com a decisão do prefeito de Garanhuns, que voltou a negar espaço para realização da peça em que mulher trans interpreta Jesus Cristo?” (FIG. 1).

Figura 1 – Postagem do NE10 sobre a censura ocorrida no FIG 2018



Fonte: Postagem do Portal NE10, publicada no dia 27/07/2018, Instagram. Acessado em 17/06/2019.

Os comentários do público na postagem do NE10 evidenciaram os posicionamentos e as opiniões diversas de indivíduos notadamente polarizados (FIG. 2).

De um lado, protetores dos “bons costumes” e da “família tradicional” defenderam a proibição da peça e se apropriaram do discurso religioso bíblico para apoiar a atitude do prefeito. Alguns até chegaram ao ponto de enunciar em seus comentários desejos explícitos de morte à atriz e à população LGBTQ em geral. Do outro lado, usuários da rede também se manifestaram contra a censura e contra a hipocrisia, defendendo a liberdade de expressão de toda e qualquer forma de arte. Alguns enunciaram palavras em defesa do “amor ao próximo” independente de sexo, crenças religiosas e partidos políticos.



Figura 2 – Postagem do NE10 sobre a censura ocorrida no FIG 2018

Fonte: Comentários na postagem do Portal NE10, publicada no dia 27/07/2018, Instagram. Acessado em 17/06/2019.

Tendo como objeto apenas a análise dos comentários evidenciados na Figura 2 acima, já se nota a polaridade discursiva visibilizada pela postagem. O primeiro comentário adota-se e posiciona no contradiscurso, no caso, contra a censura por parte do prefeito. No comentário, ao dizer que “preconceito é crime igual a assassinato”, o usuário aciona uma discussão bastante profunda em poucas palavras, afinal de contas, sabe que o discurso de ódio, que genericamente advém do preconceito, carrega em si a não só o desejo declarado de morte aos LGBTQs como ainda anuncia a potencialidade da morte (simbólica/física) dessa população.

Apesar de o ato de matar com um clique ainda não esteja disseminado, o poder de matar por meio do discurso já é capaz de cercear condutas, policiar comportamentos, legitimar ou destruir visões de si e estimular a violência em todas as suas manifestações, social, virtual, psicológica, verbal, física... No Brasil, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (2019), o ano de 2018 contabilizou 320 homicídios de LGBTQs (76% dos casos de violência), e os suicídios chegaram ao número de 100 computados (24% dos dados). De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018), só em 2017 foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais, sendo 163 em 2018.

Ainda de acordo com a Figura 2, no caso, considerando o outro comentário explicitado, fica evidenciado o posicionamento favorável à censura, que, legitimada no discurso soberano fruto da heteronormatividade imposta por contextos religiosos, dá ao prefeito da cidade um poder maior do que aquele que ele supostamente teria numa sociedade livre de influências religiosas nas decisões políticas. No ideal político (que hoje, sob certa perspectiva pessimista, atinge características até mesmo utópicas) o prefeito teria o dever de saber o que é melhor para a população como um todo e não privilegiar grupos específicos, especialmente, com interesses econômicos e políticos. Portanto, o prefeito não teria “todo o direito de escolher o que ele quer ou não para a cidade dele”. Até mesmo porque a cidade não seria “dele” e sim de todos, respeitando inclusive toda a diversidade social, política, religiosa, artística e sexual da população que o elegeu enquanto representante.

Analisando o caso por outro ângulo, é interessante apontar que, por mais que milhares de comentários tenham sido publicados na postagem do portal NE10 no Instagram, certamente nem todos foram feitos por indivíduos. Ou seja, diante de um contexto eleitoral que já acometia o país naquele momento, é importante considerar no debate a presença de robôs, ou seja, a participação de dispositivos que reproduzem comportamentos humanos com o intuito de movimentar a rede em favor de seus reclamos. Para Ruediger (2018), os robôs se tornam cada dia mais parecidos com os humanos, o que dificulta a identificação rápida e eficaz de contas robotizadas na rede, que assumem o comportamento específico desejado pelo programador.

O surgimento de contas automatizadas na rede se deu no intuito de promover uma manipulação por meio da disseminação de boatos e fakenews, sobretudo em contextos políticos, para tentar dar mais visibilidade a posicionamentos específicos nas redes sociais. Ruediger (2018) acrescenta que identificar quais debates são legítimos e

quais são forjados é um desafio cada vez maior, dado o grau do rápido aperfeiçoamento desse tipo de manobra.

Diante desse cenário, no qual humanos e robôs convivem com certa liberdade nas redes, é importante reconhecer então que as disputas de poder nesses ambientes obedecem a regimes de visibilidade, uma vez que atores não humanos são capazes de disseminar informações com o poder de ampliar o alcance de seus posicionamentos e assim influenciar atores humanos nos mais diversos contextos. No caso aqui apresentado, por mais que não haja a comprovação do uso de robôs há, no mínimo, a visibilização de discursos controversos que se propuseram a influenciar opiniões e fortalecer poderes opostos. O uso de robôs, no caso, ampliaria ainda mais o alcance dessa discussão, considerando as disputas e resistências da causa LGBTQ nesses (ciber)espaços, que se mobilizam contra o discurso soberano heteronormativo oprime e aniquila do campo social o corpo LGBTQ.

No caminho da (des)subjetivação da população LGBTQ, o discurso regente recorre a estratégias de extinção desses corpos, nem que para isso busque maneiras de promover a docilização do sujeito LGBTQ – conversão religiosa, “cura” gay – e tantas outras formas de desconstrução de suas subjetividades, que nada mais são do que diferentes maneiras de se promover a sujeição e a aniquilação física e/ou simbólica desses corpos: desumanização, demonização, diminuição, objetificação, satirização, desqualificação, estigmatização, patologização, animalização, fetichização, sexualização, bem como a exclusão propriamente dita.

Tabela 1 – Formas contemporâneas de dessubjetivação do corpo transexual e travesti

Animalização	Considerar o ser transexual/travesti como não humano, no caso, como um animal irracional.
Aniquilação	Defender, estimular e praticar atos de extermínio simbólico e/ou físico do ser transexual/travesti.
Demonização	Considerar o ser transexual/travesti como não humano, no caso, como monstro ou demônio (inimigo).
Desqualificação	Não considerar o ser transexual/travesti como alguém qualificado (no contexto da sociedade capacitista).
Desumanização	Tratar o ser transexual/travesti como não humano e, portanto, digno de ser eliminado.
Diminuição	Diminuir o ser transexual/travesti enquanto indivíduo nos mais variados contextos.
Estigmatização	Desconsiderar de qualquer forma o ser

	transexual/travesti por conta da estigmatização promovida pela sociedade heteronormativa.
Exclusão	Promover e estimular, em qualquer contexto, condições de segregação, separação e/ou eliminação do ser transexual/travesti.
Fetichização	Considerar o ser transexual/travesti apenas como fetiche sexual. Ou seja, uma forma de sexualização desses corpos.
Objetificação	Considerar o ser transexual/travesti como não humano, no caso, como mero objeto.
Patologização	Considerar o ser transexual/travesti como portador de alguma doença.
Satirização	Considerar o ser transexual/travesti como apenas algo a ser caricaturável e risível.

Fonte: Autoria própria.

Na Tabela 1, são apresentadas 12 formas de dessubjetivação do ser transexual/travesti que, como já dito, sofre não apenas essas como tantas outras diferentes maneiras de promover e/ou estimular a sua morte simbólica e/ou física. De fato, considerando que todo poder advém de um discurso, esses movimentos de aniquilação dessa população são potencialmente catastróficos no sentido de excluir a população LGBTQ dos mais diversos contextos e, principalmente, dos já escassos movimentos de inclusão dessa população nas decisões políticas. Desse modo, a necropolítica direcionada à população LGBTQ aparece não apenas nos indivíduos detentores de poder governamental, mas sim, disseminada e distribuída nas mãos de todos os demais indivíduos que coadunam com a condição heteronormativa compulsória da sociedade contemporânea, sobretudo, no cenário brasileiro atual. Portanto, ferramentas que ampliam a visibilidade dessas formas de exclusão servem não só como amplificadores de do alcance dos discursos de ódio e morte, como tornam ainda mais velozes as decisões políticas que negam, excluem e favorecem de algum modo a morte dos corpos LGBTQs.

Considerações Finais

O corpo LGBTQ tem sido alvo da exclusão proporcionada pelas políticas de morte e se encontra vitimada em suas potencialidades físicas e simbólicas, inclusive em espaços virtuais, afinal, o indivíduo LGBTQ, que destoa da normatividade imposta pela condição hétero soberana da cultura brasileira, tem sua identidade não legitimada no

contexto social contemporâneo e lida diariamente com a desconstrução de suas subjetividades. O indivíduo LGBTQ é um ser matável, um forte exemplar da vida nua, inimigo social e ideal digno de ser execrado da sociedade normatizada, caracterizada pela preservação violenta de suas falsas purezas.

Diante do contexto tecnológico atual, no qual dispositivos de visibilidade surgem e se aperfeiçoam com assustadora velocidade, os indivíduos manifestam suas formas de vida e modos de ser, reproduzindo e estimulando tanto identificações quanto dissensões. As redes sociais digitais são um forte exemplo de ambientes nos quais reverberam essas disputas, afinal, servem como palco para controvérsias e visibilização de discursos conflitantes e resultantes da guerra social, política, religiosa e ideológica que afetam o contemporâneo, sobretudo na atualidade do Brasil, país que enfrenta uma onda de neoconservadorismo crescente que parece se alastrar de modo a afetar as mentes e os comportamentos da sua população, marcada pelo ódio automatizado por humanos e não humanos.

Nesse caminho, fatos relacionados ao corpo LGBTQ ecoam nesses espaços digitais de relacionamento e transmissão de informações, despertando ódio e desejos de morte explícitos, frutos de uma insistente ficcionalização desses corpos LGBTQs como inimigos na (hetero)normatividade, impulsionada por personagens políticos e/ou religiosos que alcançam em redes como Instagram, Facebook e YouTube, por exemplo, o poder de influenciar numa escala cada vez maior uma população possivelmente já predisposta, por sua própria herança colonial, a fortalecer discursos de ódio, no caso, direcionados aos homossexuais. E isso, por sua vez, impacta diretamente a manutenção da vida dos sujeitos LGBTQs, que não têm seus direitos básicos – como o de sobrevivência e a liberdade de ir e vir – garantidos, afinal, são subjugados tanto nas ruas quanto nas redes, cenário este que é visibilizado tanto nesses dispositivos comunicacionais quanto nos registros de morte física dessa população.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano sobre a vida nua 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), 2018. Disponível em: < <https://antrabrasil.org/mapa-dos-assassinatos/> >.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. **E-Compós**, v. 12, n. 2. Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CARVACA-MORENA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. Necropolíticatrans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. **Texto e Contexto Enfermagem**, n. 27, v. 2, 2018.

CARVALHO, Renata. Transfácio: bem-vindos à era do transviarcado. In: LEAL, Dodi.; DENNY, Marcelo. (Org.). **Gênero expandido**: performances e contrassexualidades. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A vida dos homens infames. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GRUPO GAY DA BAHIA. **População LGBT morta no Brasil**: relatório GGB 2018, 2019. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso: mai. 2019.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MESQUITA, Mariana. Censura à apresentação de peça com transexual em Garanhuns leva à ação do MP. **Folha de Pernambuco**, 23 jul, 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/diversao/diversao/polemica/2018/07/18/NWS,75345,71,877,DIVERSAO,2330-CENSURA-APRESENTACAO-PECA-COM-TRANSEXUAL-GARANHUNS-LEVA-ACAO.aspx>>. Acesso em: jun, 2019.

OLIVEIRA, Pedro. Desembargador recusa pedido do Estado e mantém peça com Jesus travesti no FIG. **Folha de Pernambuco**, 27 jul, 2018. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/diversao/diversao/teatro/2018/07/26/NWS,76130,71,582,DIVERSAO,2330-DESEMBARGADOR-RECUSA-PEDIDO-ESTADO-MANTEM-PECA-COM-JESUS-TRAVESTI-FIG.aspx>>. Acesso em: jun, 2019.

RUEDIGER, M. A. (Coord.). **Robôs, redes sociais e política no Brasil**: casos de interferências ilegítimas no debate público por automação de perfis [Caderno de referência]. v. 2. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMÕES, Marina. Após censura, O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu, será encenado nesta sexta. **Diário de Pernambuco**, 27 jul, 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2018/07/espeticulo-o-evangelho-segundo-jesus-rainha-do-ceu-sera-apresentado-n.html>>. Acesso em: jun, 2019.

CGTN, HispanTV, RT, Telesur e a disputa geopolítica e geoestratégica:^{1*} o caso de emissoras globais na América Latina

Resumo

Este trabalho entende que os meios de comunicação são ferramenta para as relações internacionais no mundo globalizado e que é preciso entender como eles se articulam no cenário de convergência e de disputa geopolítica. Entretanto, a atuação dos canais globais estatais CGTN, RT, HispanTV na América Latina ainda é pouco estudada. A partir dos conceitos de concentração dos meios, hegemonia cultural, consenso e *soft power*, este artigo faz um levantamento bibliográfico que dê pistas sobre três questões centrais: como um cenário de concentração de meios e pouca atuação do estado favoreceu a chegada de canais estatais globais?; por que a América Latina é um campo de disputa estratégico na geopolítica atual?; e qual o papel da Telesur nessa disputa?

Palavras-chave: CGTN; Telesur; RT; HispanTV; economia política

1. Introdução

A partir da segunda metade do século XX, a mídia eletrônica, especificamente a TV, começa a desempenhar importante papel no desenvolvimento do capitalismo e na sustentação política desse modelo econômico na América Latina.

Como lembram Mattelart&Matellart (1999), nos anos 60, tem início um questionamento sobre o desequilíbrio dos fluxos de informação no mundo que permitirá desenvolver, posteriormente, a ideia de economia política da comunicação, tendo como um de seus focos de estudo as relações sociais e de poder. Essas relações nascem da articulação entre produção, distribuição e consumo de produtos comunicacionais a partir de estruturas oligopolistas, concentradoras de poder.

A globalização gerou um impacto sobre o campo das comunicações, que se acentuou após os anos 1980, redimensionando o espaço local e levando à expansão de canais transnacionais, programação mundializada, conglomerados multimídia,

^{1*} Trabalho apresentado no GT Comunicação e Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

intercâmbio entre empresas transnacionais e gerando mais concentração (ROSA; BARBOSA, 2010; BECERRA, 2011; BOLAÑO; BRITTOS, 2007). No século XXI, o campo da comunicação está no centro de um processo global de reestruturação, provocado pela disrupção do modelo de negócios das mídias tradicionais, agora obrigadas a produzir respostas a novos modelos engendrados por Google, Facebook e Netflix.

Becerra (2011) sustenta que há uma singularidade no modo como os meios de comunicação da América Latina foram impactados pelos processos globais de convergência tecnológica e pela emergência de grandes grupos de comunicação concentrados nos EUA e na Europa. Esta singularidade está relacionada, por exemplo, ao fato de que, na América Latina, predomina um sistema fortemente comercial, com escassa regulação do estado, quase sem presença de meios realmente públicos, mas com forte interferência política e concentração nas mãos de grupos familiares.

No subcontinente, identifica-se ainda uma cultura patrimonialista, com diluição da fronteira entre o privado e o público, e crescente propriedade cruzada dos meios, reduzindo o acesso de outros atores sociais, econômicos, políticos e culturais. Ameaçados pela perda de influência do *broadcasting*, os principais grupos de comunicação da região expandiram suas atividades e aliaram-se a grupos estrangeiros, que começaram a executar serviços convergentes.

Portanto, o sistema de mídia e de indústrias convergentes de telecomunicações e internet, na América Latina, tem uma estrutura fortemente concentrada com predomínio de grandes conglomerados de telecomunicações como Telefónica e Telmex e grupos multimeios como Globo, Televisa, Cisneros e Clarín. Essa estrutura é produto histórico de uma ação estatal favorável, que difundiu a ideia de que qualquer tipo de regulação equivalia a um ataque à liberdade de imprensa (BECERRA; MASTRINI, 2007; 2017).

No final dos anos 1990 e ao longo da primeira década do século XXI, a América Latina começou a experimentar mudanças em seus sistemas comunicacionais a partir de reordenamentos políticos, econômicos e socioculturais na Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile, Equador, Nicarágua e Paraguai. As transformações coincidem, nesses países, com a ascensão ao poder de partidos de esquerda (MORAES, 2011) ou populistas, como preferem chamar Becerra e Wagner (2018). Há muito, esses grupos já se manifestavam contra a hegemonia de poucas empresas privadas de comunicação.

Trata-se, portanto, de um momento-chave no qual os processos comunicacionais passam a ter papel importante na batalha de ideias pela hegemonia.

Além de novas regulações, surgiram canais de televisão financiados com verbas públicas, com destaque para a Telesur, iniciativa multiestatal (Venezuela, Cuba, Argentina e Bolívia, Equador e Nicarágua), no ar desde 2005, transmitida em inglês e espanhol, cujo objetivo seria produzir uma alternativa ao discurso das corporações midiáticas hegemônicas, sobretudo americanas.

Neste complexo cenário, somam-se ainda novos atores mantidos por vultosos recursos estatais e interessados em disputar um lugar na nova configuração geopolítico-econômica global. A partir do final da primeira década do século XXI e início da segunda, China, Rússia e Irã direcionam seu aparato de comunicação para os países de língua espanhola, sobretudo na América Latina. Em 2009, a Rússia lança o canal RT; em 2012, o Irã põe no ar a HispanTV e, em 2016, a China transforma o canal estatal CCTV Español em CGTN (Cadena Global de Televisión de China). Em comum, as emissoras têm um objetivo, ainda que as estratégias discursivas sejam diferentes – quebrar o discurso hegemônico dos Estados Unidos.

Este trabalho parte do pressuposto de que os meios de comunicação são uma ferramenta indispensável para as relações internacionais no mundo globalizado e que é preciso entender como eles se articulam no cenário de convergência e de disputa na geopolítica atual. A atuação desses canais globais estatais na América Latina ainda é pouco estudada, diferente do que ocorre, por exemplo, com a Al Jazeera, emissora mantida pelo governo do Catar, com reconhecido papel no xadrez político-econômico global.

O objetivo deste artigo é fazer um levantamento bibliográfico que dê pistas sobre três questões centrais: como um cenário de concentração de meios e pouca atuação do estado favoreceu a chegada de canais estatais globais?; por que a América Latina é um campo de disputa estratégico na geopolítica atual?; e qual o papel da Telesur nessa disputa?

Todos os canais estudados nesta pesquisa são transmitidos via satélite, mas tem distribuição irregular pelo subcontinente, e estão disponíveis no YouTube, uma plataforma hegemônica sediada nos EUA, que é hoje um grande campo de disputas discursivas contra-hegemônicas e anti-americanas.

Importante ressaltar que, segundo relatórios da ONU, os 33 países latino-americanos e caribenhos constituem a região mais desigual do planeta e isso se reflete também no acesso a Internet. No entanto, o que estaremos observando aqui não é como a população recebe os canais e sim como são utilizados como ferramenta geopolítica e geoestratégica.

2. Hegemonia, construção do consenso e suas tensões

A ideia de uma hegemonia cultural está associada à influência de um grupo sobre outro a ponto de direcioná-los moral e intelectualmente. Mas como pensar a ideia de uma disputa pela hegemonia no mundo globalizado, dominado pela técnica e impulsionado pela tecnologia das comunicações? Será que o uso do aparato infocomunicacional pode ser entendido como uma ferramenta geopolítica e geoestratégica no jogo político e econômico atual? E como entender a presença desse aparato na América Latina a partir de países que vivem tensões com a principal força hegemônica do mundo capitalista?

Ainda que a bibliografia sobre essa última questão seja ainda pequena, a análise preliminar dá pistas de como canais globais mantidos por China, Rússia, Irã e Venezuela são uma ferramenta contemporânea fundamental para o exercício das relações internacionais e para desestabilizar consensos que lhes sejam desfavoráveis.

Para ajudar nessa reflexão, recorreremos aos conceitos de hegemonia e consenso. Chomsky (1998; 2017) resalta que a mídia reproduz o ponto de vista do mundo produtivo e critica a atuação dos meios de comunicação que não contextualizam a política internacional estadunidense, por exemplo, ignorando evidências de violência, apoio dos EUA a governos ditatoriais ou sustentados por elites ou mesmo a contribuição americana ao terrorismo de estado por décadas. Ele se refere à mídia de massa, comercial, que teria como tarefa divertir, entreter, informar e, ao mesmo tempo, disseminar nos indivíduos valores, crenças e códigos de conduta a fim de integrá-los nas estruturas institucionais da sociedade.

Chomsky (1998) toma o conceito de consenso elaborado por um dos teóricos da democracia liberal, Walter Lippman, para demonstrar como, nesse sentido, a mídia se prestaria ao serviço de propaganda. Na década de 1920, Lippmann, que participou da

Comissão Creel, argumentou que a propaganda tornara-se um instrumento normal de governo e estava alcançando níveis cada vez maiores de sofisticação e importância.

A primeira operação de propaganda governamental do século XX ocorreu no governo de Woodrow Wilson, eleito na metade da Primeira Guerra Mundial. Comprometido com a guerra, Wilson montou a Comissão Creel que, em seis meses, transformou “uma população pacifista numa população histérica e belicosa” (CHOMSKY, 2017, p. 11) e desejosa do extermínio alemão. George Creel presidiu o Comitê de Informação Pública, uma agência para divulgar o governo, elevar o sentimento americano, controlar a censura voluntária da imprensa e fazer propaganda no exterior. Após a guerra, as mesmas técnicas foram utilizadas para criar o Pânico Vermelho, o anticomunismo como ferramenta de controle social.

A criação do consenso seria, então, um elemento fundamental do sistema democrático predominante. Para Chomsky (idem), há dois tipos de sociedade democrática: uma em que o povo dispõe de condições para participar de forma significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres, outra em que o povo deve ser impedido de conduzir os próprios assuntos e os canais de informação devem ser rigidamente controlados. O linguista considera a última a concepção predominante.

Na mesma linha, Moraes (2003) afirma que é a mídia quem constrói o consenso no mundo contemporâneo, ressaltando a superioridade de economias abertas e apresentando o consumo como valor universal, por exemplo. Ele apresenta a mídia com agente operacional da globalização, com discurso social hegemônico, e propagadora de visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação de demandas coletivas

A busca pelo consenso em torno de concepções de mundo é, portanto, uma batalha central no mundo contemporâneo. Inspirado no conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, Moraes (2016) destaca que ela não está ligada apenas a questões econômicas e políticas, mas também se aplica ao plano ético e moral, práticas, modos de representação, ou seja, modelos que se quer legitimar e universalizar.

Para Gramsci, a hegemonia é um processo historicamente longo que resulta de embates permanentes pela conquista do consenso, não se reduz aos limites da coerção e depende da conversão progressiva de classes subalternas em força política efetiva,

levando a uma unidade de objetivos que vão conduzir a ações coordenadas e articulação de premissas ideológicas. A construção da hegemonia não implica homogeneidade tampouco ausência de tensões e resistências. Segundo Gramsci, a contra-hegemonia institui o contraditório e faz emergir as contradições. Para Moraes (2016), um dos desafios do pensamento contra-hegemônico é alargar a compreensão pública sobre a necessidade de transformar as relações sociais e de poder.

3. Oligopólio privado e monopólio estatal – uma comparação entre América Latina, China, Rússia e Irã

Ao contrário da Europa, na América Latina, os meios de comunicação se desenvolveram de forma desigual, em um ambiente sem políticas de serviço público de comunicação e sem mecanismos de controle efetivo de monopólio. E embora o problema da concentração seja global, no subcontinente americano, onde há uma heterogeneidade de países, a propriedade dos meios nas mãos de poucos grupos privados tem gerado enorme restrição à pluralidade de vozes, fontes e atores. Além disso, durante o levantamento bibliográfico, constatou-se que as pesquisas sobre América Latina dizem respeito, basicamente, a dez dos treze países da América Latina mais México.

Neste trabalho, utilizamos o conceito de concentração de Becerra e Mastrini (2008; 2010; 2017) que a definem como a centralização dos capitais em poucas mãos, gerando efeitos sobre a audiência e os mercados e restringindo opções de consumo. Já na primeira década do século XXI, os autores observam que 82% do mercado de informação e comunicação da América Latina está concentrado em apenas quatro operadoras e que grandes grupos operam simultaneamente e de forma convergente em diferentes países da região. Um dos impactos mais visíveis dessa situação é a centralização geográfica da produção de conteúdos e informações em Buenos Aires (Argentina), São Paulo e Rio de Janeiro (Brasil), Santiago (Chile), Montevideu (Uruguai), Lima (Peru) e Caracas (Venezuela).

Historicamente, os meios de comunicação na América Latina foram controlados por grupos familiares que se acostumaram a apresentar seus interesses corporativos como sendo de interesse geral. A estreita relação entre elites políticas, econômicas, culturais e meios de comunicação se modernizou e agora vincula-se a outros grupos em

escala global (BECERRA e MASTRINI, 2010). Quando comparamos o sistema de mídia da América Latina com os de Rússia, Irã e China percebemos uma diferença visível – o forte controle estatal, mesmo quando o mercado interno tem grande presença de empresas privadas.

No mercado russo de televisão, o estado desempenha um papel de supervisão, em vez de regulação. Os meios de comunicação no país são estatais e privados, mas, na prática, os meios privados também funcionam sob o controle do Estado, que dita a pauta e controla nos mínimos detalhes o quê, como, quando e de que maneira toda a mídia relevante no sistema deve informar. Em geral, o conteúdo é orientado para o entretenimento.

Com relação à propriedade, é possível identificar três tipos de controle dos meios de comunicação no país (KIRIYA; DEGTEREVA, 2010; KRASHENINNIKOV, 2018):

- I – controle direto de companhias de propriedade do Estado;
- II – controle não-direto através de uma companhia/ corporação estatal;
- III – controle não-direto baseado em afiliação informal do proprietário da emissora com o poder (oligarquias).

Assim como na Rússia e na América Latina, não há um sistema público real de mídia na China e o rápido desenvolvimento da Internet vem mudando o mercado tradicional chinês, dominado pela mídia oficial (WANG, 2018). Desde a abertura econômica implantada por Deng Xiaoping, no fim dos anos 70, o setor de mídia chinês implementou reformas orientadas para o mercado que permitiram a entrada de publicidade e outros meios de receita. Entretanto, isso significou apenas uma mudança no modelo de capital, reduzindo o ônus financeiro do governo, sem tirar a natureza oficial da mídia.

A estatal CCTV, ou Televisão Central da China, reúne 21 emissoras nacionais de diversos segmentos e 19 canais pagos, está ligada ao Ministério de Rádio, TV e Cinema do país e é porta-voz do governo chinês em questões internacionais e do Partido nos temas domésticos.

No Irã, a estatal IRIB (Islamic Republic of Iran Broadcasting) detém o monopólio dos serviços de rádio e televisão do país e está entre as maiores organizações de mídia da Ásia e do Pacífico, além de integrar a associação Asia Pacific Broadcasting Union, que reúne 272 membros. A TV se iniciou no país em 1958 como monopólio

privado com a emissora TVI. A IRIB foi criada após a Revolução Islâmica de 1979 e nasceu do entendimento das lideranças religiosas de que os meios de comunicação eram uma ferramenta útil para promover mudanças fortes na sociedade iraniana. Naquele ano, o país passou de uma monarquia autocrática pró-Occidente para uma república islâmica teocrática.

Depois da Revolução, a rádio nacional e os canais de televisão se proliferaram, mas sempre sob o controle da IRIB. De acordo com a Constituição, a empresa é uma organização independente, financiada pelo Estado, e controlada diretamente pelo Líder Supremo Religioso (RICCO, 2012).

4. América Latina como campo estratégico de disputa

Na primeira década dos anos 2000, a América Latina iniciou um processo de mudança em seu sistema comunicacional, ditado por uma nova agenda empreendida por alguns governos de caráter mais progressista com o objetivo de fazer frente a uma concentração de meios nas mãos de poucos grupos privados e de estabelecer políticas que pudessem gerar mais diversidade de discurso (BARROS, 2014; BIANCO et al., 2012; MORAES, 2011; RAMOS, 2010).

A iniciativa pode ser entendida como uma tentativa de equilibrar o sistema composto basicamente pelo setor privado. Ramos (2010) acredita que a região, naquele momento, tinha se transformado em um grande laboratório de ideias, com a proposição de novas leis para rádio e televisão, criação de emissoras públicas, enfrentamento de monopólios e oligopólios, discussões sobre o uso democrático da rede e também o uso social da TV digital terrestre.

Cabe perguntar em que medida as iniciativas representaram um avanço em direção à comunicação pública, voltada para o cidadão. Bianco et al. (2012) apontam quanto desafiador pode ser pensar em um conceito de radiodifusão pública na América Latina. Ao analisar 140 emissoras da região, classificadas como públicas, constaram que a maioria está vinculada ao aparato estatal, de forma direta ou indireta, deixando o setor sujeito ao jogo de interesses políticos e comprometendo o equilíbrio com o oligopólio privado.

Numa época de economias globais, digitalização e mercantilização generalizada, o papel dos sistemas de comunicação torna-se essencial na vida socioeconômica e política, não apenas para a consolidação ou a reversão de consensos, como também para a soberania nacional, o desenvolvimento cultural, a integração regional e a cooperação internacional. Esses sistemas interferem na construção do imaginário social, ou seja, no espaço onde se estabelecem identidades, papéis e posições sociais em escala local e mesmo global, portanto, na batalha pela hegemonia das ideias, os meios de comunicação têm uma centralidade (MORAES, 2011).

A partir desse raciocínio, pode-se entender as estratégias de Rússia, China e Irã com objetivo de estreitar laços com a América Latina, não apenas em termos econômicos. O subcontinente, naquele momento, representava um ponto de inflexão, de construção de uma identidade latina e de fortalecimento dos países da região como bloco. Na América do Sul, iniciativas de integração econômica e de cooperação para a infraestrutura se contrapunham à hegemonia americana no continente. Além disso, os EUA tinham se voltado mais para os interesses no Oriente Médio, diminuindo a pressão sobre o subcontinente e direcionando seu discurso na América Latina para a questão da imigração e do narcotráfico.

A HispanTV foi o último canal de notícias a ser lançado como parte da emissora da República Islâmica do Irã (IRIB) e o primeiro em espanhol, junto com a PressTV, em inglês, e Al-Alam, em árabe. Alinhada com as chamadas mídias de notícias contra-hegemônicas, como Al-Jazeera, Telesur ou RT, entre outras, a emissora procura estabelecer uma conexão com a região (o que está expresso em seu slogan “Nexo Latino”, ou “Conexão Latina”) e, ao mesmo tempo, contrapor-se à cobertura ocidental de eventos no Oriente Médio e na América Latina. Ricco (2012) argumenta que o canal representa uma ferramenta de relações geoestratégicas internacionais iranianas com o objetivo principal de ajudar a formar uma aliança política mais forte.

A RT russa apresenta-se como uma rede de notícias global, entretanto tem sido apontada como instrumento de doutrinação e propaganda política do governo russo com o objetivo de desestabilizar e enfraquecer democracias ocidentais. Integra o sistema de comunicação mantido pelo governo russo junto com as agências de notícias Ruptly, com sede na Alemanha, Ria Novosti (transmitida ao vivo pelo YouTube), Tass e Sputnik, cujo slogan é *Telling the untold* (contando o não-contado). O embrião da RT

foi aRIA Novosti, lançada em dezembro de 2005, que veiculou o conceito “Russia Today”. Aos poucos, expandiu-se e, em 2009, foi lançada a RT Actualidad, o serviço em espanhol.

Em análise de grupos focais no México e na Argentina sobre como os telespectadores latino-americanos percebem o canal em espanhol da CCTV (a partir de 2016, CGTN), comparado ao RT da Rússia e HispanTV do Irã, Morales (2018), parte da premissa de que o governo chinês pretende usar a radiodifusão internacional como ferramenta de diplomacia pública. Na última década, o país do Oriente investiu pesadamente em redes de mídias globais multilíngues (TVs, rádios, jornais e revistas) desde que o presidente Hu Jintao destacou a necessidade de fortalecer a cultura como parte estratégica do país. A partir daí, não vem poupando esforços para exercer o chamado *soft power*, com a expansão dos institutos Confúcio, da Xinhua News Agency e da CCTV, ainda que, muitas vezes, isso aumente o risco de eles serem relacionados com mera propaganda. (FILHO, 2017)

Inaugurada em 2005, a Telesur se apresenta oficialmente como “um espaço e uma voz para a construção de uma nova ordem comunicacional”, com “vocação social orientada para liderar e promover os processos de união dos povos do Sul”. A Telesur surgiu como um grande projeto de televisão latino-americana, alternativo às cadeias noticiosas internacionais, um projeto integracionista da região durante os governos de Hugo Chávez (1999-2013). Inicialmente, integravam a multiestatal Venezuela, Argentina, Cuba e Uruguai. Nos anos seguintes à fundação, 2006 e 2007, juntaram-se ao grupo Bolívia, Nicarágua e Equador.

Santos e Costa (2017) acreditam que a Telesur não conseguiu promover a integração regional porque atuou mais como instrumento de propaganda do governo de Hugo Chávez. Ao analisar o conteúdo do canal, constataram que mais da metade da programação é direcionada à própria Venezuela, com espaço reduzido para os outros membros-fundadores do canal, que, proporcionalmente, fizeram investimento financeiro bem menor que o governo venezuelano. A Telesur mantém parceria para troca de conteúdo com RT, HispanTV e CCTV/CGTN.

5. Conclusão

Três perguntas nortearam a pesquisa para este artigo: como um cenário de concentração de meios e pouca atuação do estado favoreceu a chegada de canais estatais

globais; por que a América Latina é um campo de disputa estratégico na geopolítica atual; e qual o papel da Telesur nessa disputa? A partir de uma pesquisa exploratória, observamos que não há quase bibliografia disponível sobre a atuação dos canais globais em espanhol CGTN, RT e HispanTV na América Latina, tampouco sobre sua relação com a Telesur, canal sediado na Venezuela e que nasceu multietatal como construção simbólica da integração latino-americana engendrada na primeira década do século XXI, após a ascensão de governos progressistas, mais ligados à esquerda.

Importante ressaltar que o campo ideológico encampou, ao longo da segunda metade do século XX, o discurso do direito à comunicação mais plural e democrática. As reivindicações ganharam força em uma região onde a TV exerceu papel preponderante para difundir as ideias do capitalismo e o mercado de comunicação se caracterizou pela grande concentração de propriedade nas mãos de poucas famílias. Mesmo após as mudanças provocadas pela chegada de novas tecnologias, que levaram à ruptura do modelo de negócios de empresas de mídia tradicionais, o cenário se manteve extremamente concentrado, com associação de grupos tradicionais a conglomerados americanos e europeus.

Ao comparar o mercado interno de mídia de China, Rússia e Irã, observou-se que, mesmo quando há presença da propriedade privada, o Estado ou autoridade religiosa (caso do Irã) exerce grande controle e/ou há uma certa relação de promiscuidade com o setor privado de comunicação. No caso da América Latina, vale destacar ainda a heterogeneidade e desigualdade entre os países, que se reflete também na centralização geográfica das produções de informação e entretenimento. Além disso, uma diferença importante em relação aos outros países analisados é a fraca atuação do Estado na regulação e supervisão do mercado de mídia. A falta de pluralidade é um problema que se repete tanto no modelo estatal de China, Rússia, Irã e Venezuela, quanto no modelo privado latino-americano.

A pesquisa permitiu perceber que a criação dos canais globais em espanhol nascem da necessidade de adequação a um novo cenário, onde forças políticas e econômicas se tensionam, e é preciso utilizar um aparato de comunicação mais adequado às relações internacionais globalizadas. Destacamos que, no centro dessa articulação comunicacional, estão países que vivenciaram as revoluções mais significativas do século XX.

O surgimento dos canais em espanhol CGTN, RT e HispanTV estão diretamente relacionados à ausência de uma política dos EUA para o subcontinente em detrimento de interesses no Oriente Médio. Nas últimas décadas, o discurso estadunidense para a região voltou-se para as questões do narcotráfico e da imigração. China, Rússia e Irã viram aí, então, terreno fértil para sedimentar parcerias econômicas, culturais e de defesa.

Esta pesquisa bibliográfica permitiu perceber que todos os canais evitam tratar questões internas delicadas de cada país de origem. Telesur e HispanTV são as que mais parecem abordar assuntos específicos da América Latina, tanto em programas quanto nos noticiários diários. Ao lado da RT, são as em que mais se evidencia uma estratégia de confronto à hegemonia americana.

A CGTN produz um discurso mais alinhado à ideia do *soft power* ou poder suave. O termo foi utilizado por Joseph Nye (2004) para ilustrar uma dimensão do poder americano distinta do poder duro dos militares. A ideia explicaria como instituições, valores culturais e o sistema político de um país, entre outros aspectos, poderiam ser vistos como atraentes até pelos inimigos. Morales (2018) reconhece a criação da CGTN como parte da estratégia diplomática chinesa, assim como a implantação de institutos Confúcio pelo mundo, para influenciar a América Latina e moldar amigavelmente a imagem internacional do país.

Caberia um estudo mais aprofundado sobre o discurso produzido por esses canais a fim de identificar se são realmente atores de uma comunicação mais plural ou se são apenas propaganda, a partir da abordagem feita por Noam Chomsky (1998; 2017). Outro ponto que chamou atenção, mas não fez parte desta pesquisa é a ausência do Brasil nessa disputa narrativa, mesmo quando se discutia a criação da empresa pública EBC. O país tentou ser um líder natural na América do Sul frente às iniciativas da Venezuela, de Hugo Chávez, entretanto, não se destacou nesse campo da comunicação global e perde relevância por ser o único da região que fala português.

Outro aspecto desafiador a partir desta pesquisa é observar como esses canais vão atuar daqui para a frente em uma nova configuração geopolítica da América Latina, com a saída de governos progressistas e a entrada de governos mais liberais e talvez mais alinhados com os EUA.

Referências

ALONSO, N. **China aumenta sua influência na América Latina diante da falta de estratégia dos EUA**. El País, 11 dez. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/10/internacional/1512934739_361000.html>. Acesso em: 01 nov. 2018

BALARIN, R. **China investe em mídia para fortalecer Brics**. Valor Econômico, 08 jun. 2017. Disponível em:

<<https://www.valor.com.br/empresas/4997290/china-investe-em-midia-para-fortalecer-brics>>. Acesso em: 01 nov. 2018

BARROS, C. T.G. de. Dimensões da democratização: uma contribuição para sua discussão teórico-conceitual aplicada às políticas de mídia. **Revista Comunicação Midiática**, v. 9, n. 1, p. 197-214, jan./abr. 2014. Disponível em:

<<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/472/259>>. Acesso em: 12 out. 2018

BECERRA, Martín. **La inmaculada concepción de los medios**. Página 12, Argentina, Opinión, 27 mai 2008. Disponível em:

<<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-104952-2008-05-27.html>>. Acesso em: 15 nov 2018

_____. **La inmaculada concepción de los medios latinoamericanos en crisis**. Revista Herramienta, n. 47, Buenos Aires, julho 2011. Disponível em:

<<https://www.herramienta.com.ar/articulo.php?id=1485>>. Acesso em: 15 nov 2018

_____.; MASTRINI, G. Concentración de los medios en América Latina: tendencias de un nuevo siglo. **Contratexto** (Universidad de Lima, Peru), n. 18, p. 41-64, 2010. Disponível em:

<<http://revistas.ulima.edu.pe/index.php/contratexto/article/view/199/228>>. Acesso em: 20 nov. 2018

_____. Concentración y convergencia de medios en America Latina. **Communiquer**, Revue de Communication Sociale et Publique, n. 20, pp. 104-120, 2017. Disponível em:

<<https://journals.openedition.org/communiquer/2277>> Acesso em: 26 nov. 2018.

BECERRA, M.; WAGNER, C. M. Crisis of Representation and New Media Policies in Latin America. **Sage Journals**, Latin America Perspectives, V. 45, Issue 3, p. 86-102, May, 2018. Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X18766895>> Acesso em: 12 nov. 2018

BENEVIDES, P. Aspectos da reconfiguração da mídia na China. Artigo apresentado no **I Colóquio Semiótica das Mídias** (UFPB Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – CISECO), 2012. Disponível em:

<http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm1/CSM1_PedroBenevides.pdf> Acesso em: 16 nov. 2018

BIANCO, N. R. Del; ESCH, C. E.; MOREIRA, S. V. Radiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina. **Revista Estudos em Comunicação** (LabCom – Universidade da Beira Interior, Portugal) n. 12, p.151-176, 2012. Disponível em:

<<http://ec.ubi.pt/ec/12/>> Acesso em: 18 nov. 2018.

BOLAÑO, C.; BRITTOS, Valério. **A televisão brasileira na era digital**: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. (1ª ed. 2002)

_____; HERMAN, E. S. **La fabbrica del consenso**. Milano: Marco Tropea Editore, 1998.

FILHO, P. R. T. M. Diplomacia cultural chinesa: elementos de uma estratégia global. Trabalho apresentado no **6º Encontro Nacional da ABRI**. Belo Horizonte/MG: PUC Minas, 2017. Disponível em:

<http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504271961_ARQUIVO_Artigo-6oEncontroNacionaldaABRI2017-PauloMenechelliFilho-Final_01.09.17.pdf> Acesso em: 22 nov. 2018

KRASHENINNIKOV, F. **Uma breve história da mídia eletrônica na Rússia moderna**. Swissinfo, Suíça, 20 jan. 2018. Disponível em:
<<https://bit.ly/2QoAAiE>> Acesso em: 01 out. 2018

KIRIYA, I.; DEGTEREVA, E. Russian TV market: between state supervision, commercial and simulacrum of public service. **Central European Journal of Communication**, v.3, n.1, p. 37-51, 2010. Disponível em:
<https://www.cejc.ptks.pl/attachments/Russian-TV-market-Between-state-supervision-commercial-logic-and-simulacrum-of-public-service_2018-05-28_09-19-02.pdf> Acesso em: 01 out. 2018

MATELLART, A.; MATELLART, M. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MORAES, D. de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro, Mauad X: Faperj, 2016.

_____. **Vozes abertas da América Latina: estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2011.

_____. O capital da mídia na lógica da globalização. In: MORAES, D. de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORALES, P. S. Could chinese news channel have a future in Latin America? **Westminster Papers in Communication and Culture**, 13(1), p. 60-80. Disponível em
<<https://www.westminsterpapers.org/articles/10.16997/wpcc.276/>> Acesso em: 20 out. 2018

NYE, Joseph. **Soft power** – the means to success in worlspolitics. New York: PublicAffairs, 2004.

RAMOS, M. C. Possibilidade de uma nova agenda para as políticas de comunicação na América Latina. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.20-28, Nov., 2010. Disponível em:

<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_5b4750cf21_0000018326.pdf> Acesso em: 10 set. 2018

RICCO, M. Di. No news from Tehran: HispanTV firstvoyage to Latin America. Working paper#31 **Programa Oriente Médio** (Centro Argentino de Estudios Internacionales), 2012. Disponível em:

<https://www.academia.edu/3618376/No_News_from_Tehran_HispanTV_First_Voyage_to_Latin_America> Acesso em: 18 set. 2018

ROSA A. M.; BARBOSA, R. Discussões de economia política na área da comunicação brasileira. In: BRITTOS, V. C. (Org.). **TV digital, economia política e democracia**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2010.

WANG, Jufang. Comparação entre mídia suíça e chinesa. Swissinfo, Suíça. 05 fev. 2018. Disponível em:

<<https://bit.ly/2UA4lGb>> Acesso em: 20 set. 2018

Jornalismo, política e democracia^{1*}

novos diálogos para a atuação profissional

Resumo

Partir dos conceitos de democracia na bibliografia analisada e do ciclo de políticas (BALL, BOWE, 1992, *apud* MAINARDES, 2006) para mapear a atuação dos jornalistas nos contextos de influência, produção de texto e prática; investigar liberdade de informação e expressão; a relação entre sociedade e informação; e a democracia. Com os dados, um questionário será aplicado para jornalistas cadastrados na FENAJ e, além do mapa da atuação dos respondentes, perguntas abertas irão para aqueles da imprensa, assessorias, instituições e universidades. A análise de conteúdo das respostas possibilitará discutir um lugar para atuação do jornalista, em linha com as demandas — ou ameaças — para a democratização da sociedade, num diálogo entre academia, mercado e profissionais.

Palavras-chave: Liberdade; Democracia; Comunicação; Jornalismo.

1. Introdução

As relações de confiança migraram das pessoas às ciências exatas, especificamente a matemática por trás dos algoritmos. Ela nos alivia a pressão pela tomada de decisões, com o Estado cada vez mais ausente das responsabilidades pelo bem-estar social; austero, em busca de eficiência. A nova razão (DARDOT, LAVAL, 2016) é a lógica econômica de derivativos financeiros como lógica social (MARTIN, 2013).

A subjetividade fruto da consolidação do neoliberalismo como filosofia social implica em uma série de transformações. Não temos mais nos meios de comunicação nossas extensões macluhanianas, e sim parte do que torna nossa existência possível, dada a constatação da nossa capacidade limitada de processar o universo de informações no qual nos encontramos imersos.

Informações moldam nossa noção de realidade. São produzidas por pessoas (ou apropriadas por elas) e disseminadas como parte da liberdade de expressar-se. Neste contexto, falar em liberdade de expressão e informação diante da tecnologia que coloniza o espaço público pela governamentalidade algorítmica — que ocorre não mais sobre nós mesmos, mas sobre as relações, lugar original dos processos e trocas

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

comunicacionais (ROUVROY, BERNIS, 2015, p.38) — carece de outros contornos, que englobam os direitos individuais corroídos pela crise institucional e pela diminuição do Estado para caber nas exigências de austeridade.

Neste sentido, o cotidiano digital operado pelos algoritmos torna possível que pessoas próximas fisicamente habitem "universos incomensuráveis e sem comunicação" (CRARY, 2016, p.62). Na berlinda, está a democracia, que pressupõe que nos baseemos em fatos compartilhados, enquanto "[...] em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas" (PARISER, 2012, p.11).

Essa realidade se impõe ao cotidiano, e, no caso do jornalismo e dos jornalistas, parte do objeto deste projeto, impacta duplamente: em seu estar no mundo e na forma como o produto do seu trabalho chega à sociedade, como reflete Nelson Traquina (2005, p.25): "Uma pergunta permanente é precisamente até que ponto um jornalista é livre e são livres os jornalistas". Sua atuação implica em parte significativa dos processos de produção de informação que embasam as trocas comunicacionais que internalizam e naturalizam essa nova subjetividade. Portanto, é preciso discutir o fato de serem parte de uma dinâmica que interfere no cerceamento da liberdade individual do cidadão de informar-se, em meio às mudanças no processo de produção de notícias e ao *big data* que permite aplicar a lógica da comunicação de massa individualmente.

Com o intuito de aprofundar a discussão, o presente estudo tem como objeto o atual exercício do jornalismo e sua relação com política e democracia, a partir dos processos de produção e circulação de informação e do exercício das liberdades, em especial expressão e informação.

2. Polarização, falta de crítica e crise de lugar

A declaração da jornalista Eliane Brum durante o seminário Ameaças à liberdade de expressão em contextos de desinformação, realizado em 3 de maio de 2019, na Universidade da República, em Montevideu, Uruguai, ilustra parte das discussões atuais em torno do papel da imprensa:

Em 2013 a imprensa tradicional criminalizou os manifestantes taxando-os de vândalos. Na cobertura da operação lava jato a maior parte dos grandes veículos publicou reportagens não a partir de suas investigações, mas a partir de vazamentos de uma das partes interessadas. A TV Globo reproduziu áudios privados e ilegais no Jornal Nacional da então presidente do país Dilma Rousseff, vazados pelo juiz Sérgio Moro hoje ministro da Justiça (CATARINAS, 2019, acesso em 19/7/2019, grifos meus).

A motivação para o projeto surgiu da observação da linearidade do noticiário; do comportamento de polarização da discussão exacerbada pelas redes sociais; e da afirmação das *fakenews* como estratégia de comunicação, utilizadas desde os primórdios como parte das disputas de poder político, potencializadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Ainda, da observação do comportamento dos jornalistas atuantes na imprensa com as assessorias de comunicação para a produção de notícias a partir da "venda" de pautas e/ou gestão de crises, e seus desdobramentos.

Recentemente, a Vaza Jato¹ trouxe à tona a ausência de crítica e apuração com que a mídia em geral divulgou os passos da Operação Lava Jato. O lançamento pelo Ministério da Educação do programa "Future-se" destinado às universidades federais, após o anúncio de cortes que levaram milhões de pessoas às ruas² de cidades dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal em duas manifestações ocorridas no mês de maio, recebeu, novamente, cobertura linear. Tal comportamento gerou críticas da jornalista Marina Amaral, codiretora da Agência Pública, que, apesar de pontual, tem relevância para a discussão:

A reforma das universidades federais, de autoria de um ministro que já pregou sua extinção, rendeu manchetes acríticas, a maior parte delas destacando a economia de que isso representaria para o Estado. Os reitores - críticos às propostas - pouco foram ouvidos e os bons resultados das universidades federais, ignorados [...].

Se a imprensa quer contribuir com a qualificação do debate democrático, há de ser crítica e investigativa antes de se curvar automaticamente diante de qualquer oferta ao deus Mercado (AGÊNCIA PÚBLICA, 2019, grifos meus).

É importante ressaltar que a relação da imprensa e a sociedade — ou a história da imprensa enquanto parte da sociedade — se retroalimentou da expansão dos direitos fundamentais, como as liberdades, à medida em que expandiam-se os governos democráticos, cabendo à ela o poder, ou contra-poder, de mediação das relações políticas e sociais (TRAQUINA, 2005). Os jornalistas tinham acesso a informações que a maioria das pessoas não tinha, e cuja função seria informar a população sobre o que ocorre no âmbito das instituições, de forma a permitir que a sociedade pudesse tomar suas próprias decisões. Aldéet *al* (2005, p.189) abordam que os jornalistas, "desde os mais engajados até os mais céticos, se sentem na posição de críticos e denunciadores das injustiças da sociedade e encabeçam uma missão de esclarecimento público que deseja estar acima das vontades e interesses da empresa jornalística", e que a seleção e o enquadramento de notícias combinam tanto a prática do jornalista quanto os interesses das empresas.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros traz, dentre outras diretrizes, duas que valem grifo para as dificuldades da aplicabilidade dos limites éticos profissionais à lógica de mercado:

Art.9º - É dever do jornalista:

- Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público [...]

Art. 13º - O jornalista deve evitar a divulgação dos fatos:

– Com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA —ABI).

Ademais, eficiência e *performance* configuram a sociedade de desempenho, uma sociedade de auto-exploração, que unifica o sentido de liberdade com coação, pobre em alteridade e em resistência (HAN, 2017b), uma vez que a luta não se dá mais entre as classes, mas entre o indivíduo e si mesmo, embalada pelo empreendedorismo.

A transparência passa a ser um valor: é preciso dar ao outro acesso total à informação, o que significa simplificá-la, suavizando arestas para que não haja qualquer espaço para o questionamento. A demanda é por uma "comunicação positiva", para que as coisas possam se encaixar sem resistência ao curso do capital, da comunicação e da informação, resultando em "conformidade social" e "uniformidade generalizada" (HAN, 2017a). Estas, por sua vez, são resultantes não mais dos mecanismos da sociedade de massas, cujas teorias julgavam criar indivíduos semelhantes, mas sim da redução e eliminação de diferenças e do estreitamento dos espectros comportamentais (CRARY, 2016).

Política e democracia sofrem, pois são conceitos estratégicos e dialógicos, o que significa que transparência não é uma característica contributiva, e sim incorporada à subjetividade atual como característica de mercado.

De um modelo de atenção potencial (fordismo) à probabilidade de que "certos usuários aceitarão certas mensagens" (ARVIDSSON, 2016, p.9), temos uma nova lógica de consumo, baseada no capitalismo cognitivo, no qual ativos intangíveis³ como marca, inovação, flexibilidade e o comportamento passam a ser mensurados, em vez da acumulação de capital em ativos tangíveis. A mídia empática —e por mídia não nos restringimos ao conteúdo produzido pelas marcas — é um dos resultados, embalada pelos constructos do capitalismo, que "moldarão em ampla medida a criação e a circulação da maioria dos textos de mídia em um futuro próximo, e que a maioria das pessoas não têm outra opção além da cultura comercial" (JENKINS, GREEN, FORD,

2014, p.19). O público tem um papel ativo para determinar o que ganha valor. "Esse contínuo processo de transformação do propósito original e de recirculação está corroendo as divisórias percebidas entre produção e consumo" (idem, p.54). Apesar das desigualdades, o momento é de mudanças no fluxo de informações e no *agenda-setting*⁴ :

Jornalistas, blogueiros e outros entusiastas do mundo *cyber* celebram o uso de sites como Twitter, Facebook e Youtube por pessoas protestando no mundo islâmico e seus apoiadores no Ocidente como um sinal decisivo de que comunicadores autênticos poderiam ser capazes de seguir um trajeto esquivando-se da censura governamental e de que os cidadãos jornalistas poderiam ser capazes de impor questões internacionais na pauta da mídia noticiosa internacional" (JENKINS, GREEN, FORD, 2014, p.69).

Mas o que dizer de um contexto em que todo esse processo é mediado por algoritmos, pela lógica matemática que não expõe suas regras para determinar o acesso a que cada um tem ou não tem? E quanto às marcas, que tampouco detêm a disseminação de seus conteúdos distribuídos via agregadores de anúncios, que utilizam lógicas algorítmicas, acabando por patrocinar o desconhecido com seus conteúdos publicitários? Cabe voltar o olhar para formas de repensar a relação entre conteúdo e tecnologia, entre ética e deontologia profissional e seus impactos, sob risco de não haver mais caminhos para furarmos a bolha, simplesmente porque, enquanto profissionais, nós, jornalistas, só teremos uma vida — secundária — dentro dela.

E "por que o jornalismo enfrenta continuamente problemas em encontrar um lugar que lhe seja próprio?" (ZELIZER, 2014, p.14). Mais do que buscar resposta à pergunta, este trabalho propõe investigar sua relação com política e democracia, a partir dos processos de produção e circulação de informação e do exercício das liberdades, em especial expressão e informação, para contribuir para a abertura de novos diálogos para a clarificação e compreensão das lacunas deontológicas da profissão, buscando caminhos para sua ressignificação: um novo lugar.

3. Objetivos e percurso metodológico

Este estudo será viabilizado a partir da revisão bibliográfica do conceito de democracia e diálogo entre os resultados obtidos e o ciclo de políticas (BALL, BOWE, 1992, *apud* MAINARDES, 2006). A partir disto, identificar os impactos da atuação dos

jornalista nos três contextos principais: influência, produção de texto e da prática que, segundo Boveat *al* (*apud* MAINARDES, 2006), apresentam arenas, lugares e grupos de interesse, com envolvimento de disputas e embates.

Os dados servirão de base para a estruturação de questionário, que será aplicado para a base de jornalistas cadastrados na Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), "já que a informação por obter mediante questionário deve responder a tais aspectos, quer dizer, a razão de ser da pesquisa" (TORRES, 2006). A aplicação do questionário proporcionará conhecer aonde atuam os jornalistas registrados. Para aqueles da mídia tradicional, independente, assessorias de imprensa e/ou empresas de comunicação, instituições privadas, instituições públicas, instituições do terceiro setor, e universidades (funções de professor e pesquisador), o questionário será aprofundado com perguntas abertas, tendo como caso de investigação o programa "Future-se". Perguntas abertas serão incluídas porque, segundo Gaskell (2015, p.68), "a finalidade da pesquisa qualitativa [...] é explorar o espectro de opiniões [...] a variedade de pontos de vista no assunto em questão [...], especificamente o que fundamenta e justifica estes pontos de vista".

Para análise das informações coletadas será proposta a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2006), de forma a melhor constituir, a partir da categoria escolhida, a ação que está sendo analisada, além de permitir uma aproximação fiel e constante da ação analisada aos pressupostos teóricos que orientam a pesquisa. A opção pela análise de conteúdo apoia-se na busca por critérios e percursos investigativos que percebam os dados coletados de forma exaustiva, realçando um sentido que "figura em segundo plano" (idem, p. 47).

Finalmente, os produtos permitirão evidenciar em que medida o jornalismo segue sendo capaz de exercer sua função para o exercício da democracia, apontando para novos diálogos e lugar para atuação profissional em linha com as demandas (ou ameaças) para a democratização da sociedade, contribuindo não somente para a atualização dos profissionais que já atuam no mundo do trabalho, como também para caminhos para formação de novos profissionais, em diálogo entre academia e mercado.

4. Precarização, flexibilidade e fragmentação

Desde meados do século XIX, Marx afirmou sobre a incompatibilidade do capitalismo com formações sociais estáveis ou duradouras. Ocorre que "a nova linguagem da flexibilidade" (SENNETT, 2012) não é inofensiva. Ela corrói a ligação

das pessoas ao tempo natural, demanda uma dedicação em tempo integral ao trabalho, que põe em xeque formas de organização sobre as quais até outrora foram estabelecidas as relações entre as pessoas e as coisas.

Eli Pariser (2012, p.9) afirma que "cada vez mais, o monitor do nosso computador é uma espécie de espelho que reflete nossos próprios interesses", fazendo com que tenhamos um mundo moldado à nossa crença e aos nossos desejos individuais. Não se trata de negar a atualidade, tampouco a tecnologia, mas de admitir o fato de que não existiriam tantas alternativas tecnológicas em substituição a afazeres práticos da nossa existência se não fossem as perdas sequenciais decorrentes da diminuição do Estado e de uma realidade que nos demanda entregas impossíveis para parâmetros naturais. A tecnologia resolve a consequência (eficiência), tirando o foco da discussão da causa (debate democrático).

Essa nova existência individualizada e customizada na esfera da *Internet*, em alguma medida dissociada dos parâmetros reais, consolida a cada dia a fragmentação em realidades paralelas: "[...] dependendo de quem contempla [...], e de qual é a sua agenda política e ideológica, podem variar muito as lições que dali são extraídas" (MOROZOV, 2018, p.21, grifos meus).

Informação e liberdades

Informação e poder andam juntos no desenvolvimento das sociedades, sendo a primeira, concentrada, instrumento de maior propensão ao exercício do segundo que, uma vez detido por um grupo de pessoas, terá suas instituições construídas a partir dos valores e interesses desse grupo (CASTELLS, 2013). Tomando-se como sociedade verdadeiramente democrática aquela formada por cidadãos emancipados e soberanos (CHAUÍ, 2017), é possível inferir que o acesso à informação é condicional, seja via processos de ensino-aprendizagem, seja pelas formas de comunicação, interação e relacionamento em sociedade.

Aldéet al (2005) citam as regras de noticiabilidade como base para o processo de seleção e exclusão de notícias, segundo as quais fatos são noticiados pela sua disponibilidade ou facilidade de acesso às informações, ou, ainda, pela fidelidade das fontes. Entretanto, a dinâmica de comunicação de massa determina serem os meios a selecionar e dar forma às mensagens a partir "do uso estratégico do poder político e

social para influenciar as agendas, assim como ativar e enquadrar questões públicas" (HABERMAS, 2008).

Aqueles que trabalham em setores politicamente relevantes do sistema dos *media* (isto é, repórteres, colunistas, editores, diretores, produtores e proprietários) não podem fazer nada além de exercer o poder, porque eles selecionam e processam um conteúdo politicamente relevante e, desse modo, intervêm tanto na formação de opiniões públicas, quanto na distribuição de interesses influentes. A utilização do poder dos *media* manifesta-se na escolha da informação e do formato, na forma e no estilo dos programas e nos feitos da sua difusão (HABERMAS, 2008).

Liberdade de informação e liberdade de expressão estão historicamente sujeitas aos contextos políticos, sociais e tecnológicos. O cenário atual das TICs e da possibilidade de múltiplos papéis no processo de comunicação maturaram um ser autossuficiente, produto da fragmentação: o autocomunicador, que decide o quê, quando e para quem comunicar. E tem nas mãos diversidade de meios que permitem exercer um modelo de comunicação de massa — um para muitos — num contexto de rede (CASTELLS, 2013). Quebram-se paradigmas, criam-se novas relações de poder, posiciona-se a liberdade de expressão em um outro patamar e, principalmente, cria-se um ambiente difuso para circulação e consumo de informação.

Dessa forma, quem detém o poder na sociedade em rede? Os programadores com a capacidade de elaborar cada uma das principais redes de que dependem a vida das pessoas (governo, parlamento estabelecimento militar e de segurança, finanças, mídia, instituições de ciência e

tecnologia etc.). E os comutadores que operam as conexões entre diferentes redes (barões da mídia introduzidos na classe política, elites financeiras que bancam elites políticas, elites políticas que se socorrem de instituições financeiras, empresas de mídia interligadas a empresas financeiras, instituições acadêmicas financiadas por grandes empresas etc.) (CASTELLS, 2013, p.13).

Se voltamos ao início do século XIX, teremos o jornalismo de opinião dando lugar ao de informação, e os processos de industrialização e urbanização transformando-o numa indústria com o objetivo de gerar lucro (à exceção dos meios públicos). Na atualidade, temos não só uma relação conflituosa entre ética profissional e meios, empresas e anunciantes, como entre a ética da profissão e o próprio exercício profissional numa lógica de mercado, empreendedorismo e sobrevivência, que toma o processo de produção de notícias como um todo. Soma-se a migração do acontecimento para a manifestação de sentimentos (CHAUÍ, 2006) e temos um noticiário com cada vez menos credibilidade e função de espelho, *gatekeeper*^s, reprodução organizacional, ação política, construção, ou interação da/com a verdade e da/com a realidade (TRAQUINA, 2005), ou qualquer outra teoria do jornalismo, além do fato de serem seculares as

críticas à atividade. A tecnologia só faz potencializar o que é uma crise (ouso dizer) eterna do fazer jornalismo.

A edição mais recente do Digital News Report, produzido pelo Reuters Institute for the Study of Journalism (2019), com entrevista a mais de 75 mil consumidores de notícias em 38 países, apontou que em todos eles o nível médio de confiança caiu. No Brasil, 11 pontos percentuais no último ano, chegando a 48%. Por aqui, o percentual de pessoas que evita notícias é de 32%, sendo a justificativa mais frequente o impacto das mesmas sobre o humor e a incapacidade em relação às mudanças no cenário.

O NiemanLab, mantido pela Nieman Foundation, Harvard, perguntou aos leitores suas experiências. Dentre os comentários, alguns contribuem para ilustrar o debate exposto até aqui: abordagem negativa do noticiário, sem discutir a raiz dos problemas ou cobrar das instituições uma forma de serem solucionados (ex. 1), interesses comerciais (ex. 2), e a tendência à customização da experiência *on-line* (ex. 3) — "as grandes notícias costumam me encontrar" (vide FIGURA 1).



FIGURA 1: print de mensagens de leitores.

FONTE: NIEMAN LAB, disponível em <https://www.niemanlab.org/2019/06/why-do-some-people-avoid-news-because-they-dont-trust-us-or-because-they-dont-think-we-add-value-to-their-lives>, acesso em 24/6/2019, tradução minha.

O exemplo 4, "é impossível saber o que é a verdade" (NIEMAN LAB, 2019), encontra concordância em 85% dos entrevistados brasileiros (REUTERS INSTITUTE, 2019, p.10). Apesar disso, "quase seis de cada dez usuários de *WhatsApp* (58%) fazem parte de grupos com pessoas que não conhecem, comparado a uma em cada dez no Reino Unido (12%)" (idem, p.20), o que é alarmante se olharmos para o fenômeno da disseminação das *fakenewse* seu impacto potencial na sociedade altamente midiaticizada.

Asfakenews não são um fenômeno recente. Bakir e McStay (2017, p.157) citam que se trata de algo "lógico" na atualidade. Para os autores, são social e democraticamente problemáticas em três frentes: a) produzem cidadãos mal informados, que b) provavelmente seguirão mal informados em suas bolhas e c) perpetuarão a indignação emocional, dado o caráter afetivo e provocativo da maioria dessas notícias (idem, p.162).

5. Vozes dialógicas e soberanas como caminhos possíveis

Alargar as brechas para o exercício democrático requer retomar o lugar do diálogo em meio às pressões de desdemocratização nos estados fortes e relativamente democráticos ocidentais, como a crise econômica aguda, "que mina a capacidade do Estado de se sustentar e de cumprir com seus compromissos" (TILLY, 2013). Antes de chegarmos à soberania da voz, cabe rápida análise sobre como a calamos em um breve diálogo entre as ideias de Norberto Bobbio (2000) e Jacques Rancière (2014).

Para Bobbio (2000), a democracia não cumpriu especialmente seis promessas. A primeira, o nascimento da sociedade pluralista, a sociedade real, muito mais complexa do que a que se reunia na *ágora*, seguida da revanche dos interesses entre o governo e corporações, dando origem à "sociedade neocorporativa, forma de solução de conflitos sociais que se vale de um procedimento (o acordo entre grandes organizações) que nada tem a ver com a representação política e é, ao contrário, uma expressão típica de representação dos interesses" (p.47). A terceira promessa não cumprida é a persistência das oligarquias. Para Rancière (2014), a democracia é o "processo de luta contra essa privatização, o processo de ampliação dessa esfera [a pública]" (p.72, nota minha).

Na visão de Bobbio (2000), a quarta promessa é a limitação do espaço, que significa perceber em que medida há democratização da sociedade para além das esferas

estatais. A sexta promessa é o cidadão não educado, ou a educação para a cidadania. Como resultado desta, encontramos-nos em meio ao fenômeno da "apatia política" (idem, p.57).

Mas ele se pergunta: "poderiam ser cumpridas?", enumerando três obstáculos. O primeiro, o espaço para o desenvolvimento da tecnocracia. O segundo, o contínuo crescimento do aparato burocrático, "de um aparato de poder ordenado hierarquicamente do vértice à base, e, portanto, diametralmente oposto ao sistema de poder democrático" (idem, p.60). Por último, o baixo rendimento do sistema democrático, a "ingovernabilidade da democracia" (ibidem, p.62), que, para Rancière (2014), é o que provoca a crise do governo democrático.

Recuperar o espaço do diálogo urge para manter abertos os espaços de comunicação, trocas e possíveis expansões sociais que garantam a resistência em meio às pressões da técnica, da clareza e da austeridade. Sennet (2018) propõe o exercício de forma concomitante à abertura das cidades, retomando o espaço público como estereótipo de resistência, recorrendo à "voz subjuntiva" ou à "neutra", no lugar da "declarativa", em clara contraposição à comunicação da transparência (HAN, 2017a) já apresentada.

Eu teria imaginado ou talvez admite um espectro muito maior de respostas: dúvidas e hesitações podem ser introduzidas e compartilhadas, assim como fatos divergentes ou opiniões que não induzam o falante original a se defender.

Em outros termos, a ambiguidade convida as pessoas às trocas colaborativas; a clareza, às trocas competitivas. (SENNET, 2018, p. 220)

Corpos políticos em contraponto às barreiras da invisibilidade

Lazzarato (2017, p.237) propõe um movimento de desmobilização do individualismo como retomada das relações de força capazes de conceber a vida coletiva como obra de arte. Stengers (2015), a ideia de que a luta política não deve se restringir à defesa dos sentimentos adquiridos ou à denúncia dos escândalos, mas se apoderar da fabricação do futuro. Rancière (2014, p.121) fala da coragem que resulta da felicidade dos que sabem partilhar com qualquer um o poder da inteligência. "Através do ódio que manifestam contra a democracia, [...] obrigam-nos a recuperar a força singular que lhe é própria. A democracia [...] é a potência que, hoje mais do que nunca, deve lutar contra a confusão desses poderes em uma única e mesma lei da dominação".

Já O'Neil (2016) diz que a imaginação moral, característica humana, é o caminho para romper a barreira da invisibilidade do *big data*. Nesse sentido, cabe contribuição relevante do jornalismo, no repensar as bases de construção de notícia e os critérios de noticiabilidade para ir além do problema e do sentimento — articular atores sociais em busca de conhecer as causas e também as possíveis soluções, fortalecendo e exercitando a identificação com o outro.

Assim como Levitsky e Ziblatt (2018), Bobbio (2000, p.68) acredita em ideais capazes de avançar no exercício democrático e, portanto, garantir seu futuro: tolerância, não violência e renovação gradual da sociedade "através do livre debate das ideias e da mudança das mentalidades e do modo de viver" e da irmandade.

Democracia é luta e gerenciamento de crise, uma crise constante decorrente da complexidade da sociedade e suas demandas, na qual prevalece o debate e o espaço para discordância, e não a polarização sem diálogo (LEVISKY, ZIBLATT, 2018).

A análise sobre o atual exercício do jornalismo e sua relação com política e democracia poderá contribuir para a análise e o debate sobre a construção e difusão das mensagens midiáticas, as repercussões culturais e materiais das TICs, especialmente as novas tecnologias, e suas implicações para a sociedade. Além de produção de debate e conhecimento sobre o tema, os resultados da pesquisa buscarão contribuir de forma crítica para um melhor entendimento das dimensões intelectuais da atuação do jornalista a partir das articulações entre tecnologia, comunicação e cultura/sociedade.

Como produtos, a pesquisa resultará na identificação e análise da atuação dos jornalistas nos contextos do ciclo de políticas; em um mapa atualizado sobre a atuação profissional de jornalistas no país; no que pensam os profissionais sobre a responsabilidade do seu trabalho para o ciclo de políticas e, consequentemente, democracia; nas lacunas existentes no fazer jornalístico, considerando as bases éticas e deontológicas que regem a atividade; e em proposta de um novo lugar para a atuação profissional, face aos desafios para a democracia e a democratização da sociedade para além das esferas estatais, em diálogo entre academia, mercado e profissionais.

¹Série de reportagens publicada pelo site The Intercept Brasil a partir da obtenção de arquivos do aplicativo Telegram com troca de mensagens entre o Juiz Sérgio Moro, quando à frente dos processos da força-tarefa da Operação Lava Jato, e o Procurador Deltan Dalagnol, coordenador da força-tarefa, sobre as investigações que culminaram com a prisão do ex-presidente Lula. Disponível em <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/> Acesso em 19/7/2019.

² Não há estatísticas oficiais sobre número de manifestantes reunidos em 15 e 30/5/2019.

³Segundo Arvidsson e Peitersen (2013, p.19, tradução minha), uma definição para ativos intangíveis é um ativo que nós suspeitamos acrescentar valor, mas que não podemos medir com certeza".

⁴ Hipótese desenvolvida por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970 que discute o fato de ser a mídia a determinar os assuntos que serão mais discutidos pela sociedade.

⁵ Segundo Nelson Traquina (2005), trata-se de teoria desenvolvida nos anos 1950 por David Manning White, que refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões. Segundo ela, o jornalista é quem escolhe, por meio de decisões subjetivas e arbitrárias, o que é ou não notícia e como tratá-la.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA, 2019. **Newsletter #115**. Disponível em <https://mailchi.mp/apublica/agncia-pblica-a-autocritica-que-a-imprensa-ainda-no-fez?e=380f965cd3>. Acesso em 19/7/2019.

ARVIDSSON, Adam. **Facebook and finance: on the social logic of the Derivative**. Theory, Culture and Society, v.33, n.6, p.3-23, 2016.

ALDÉ, XAVIER, BARRETOS e CHAGAS **Crêterios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva**. ALCEU - V.5 - n.10 - p.186 a 200 - jan-jun/2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/> Acesso em 24/06/2019.

BAKIR, Vian; MCSTAY, Andrew. **Fake news and the economy of emotions: problems, cause, solutions**. Digital Journalism, p.154-175, 20 jul.2017

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNAL TORRES, César Augusto. **Instrumentos de recolección de información** in Metodología de la investigación para administración, economía, humanidades y ciencias sociales. [s.l.] Persons Educación, 2006.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 11a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CATARINAS, 2019. **A imprensa brasileira também precisa fazer sua autocrítica**. Disponível em <https://catarinas.info/a-imprensa-brasileira-tambem-precisa-fazer-sua-autocritica-afirma-eliane-brum/>. Acesso em 19/7/2019.

CHAUÍ, M. **Comunicação e democracia**. Paulus - revista de comunicação da FAPCOM, vol. 1 - no 2 - 2o semestre de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRARY, Jonathan. **24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país**. Disponível em: <https://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf> Acesso em 7/7/2019.

GASKELL, GEORGE. **Entrevistas individuais e grupais** in Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem. Petrópolis: Vozes, 2015, p.64-89.

HABERMAS, J. **Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica**. Líbero, Ano XI - no 21 - junho de 2008.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017a.

_____. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2017b.

_____. **No enxame**. Petrópolis: Vozes, 2018.

JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, S. **Cultura da Conexão - criando valor e significado por meio da mídia propagável**. Editora Aleph, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LEVITZKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2018.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição pra a análise de políticas educacionais**. Educ. Sec. Campinas, vol n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>

MARTIN, Randy. **After economy? Social logics of derivatives**. Social Text, v.113, n.1, p. 83-106, 2013.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)**. São Paulo, Editora Cultrix, 1964.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

ONEIL, Kathy. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown Publishers, 2016

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. **Digital News Report**. 2019. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_1.pdf. Acesso em 24/6/2019.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. **Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?** Eco-Pós, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

_____. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir às catástrofes que se aproximam**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, Volume I: por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

ZELIZER, Barbie. **O que fazer com o jornalismo?** Brazilian Journalism Research, vol.II, n.2, 2014, p.12-27.

Infografia e Jornalismo de Dados na era das *fakenews*^{1*}

Resumo

Inicialmente são apresentados neste artigo os algoritmos e como eles são aplicados nos filtros de internet, estimulando o estabelecimento de bolhas de informação e a disseminação das *fakenews*. É citado como exemplo o escândalo recente do mau uso de informações pessoais pela *Cambridge Analytica* para disseminação de notícias falsas. Em seguida é abordada a Infografia, sua conceituação e evolução. O Jornalismo de Dados também é analisado, com destaque para sua conceituação e a categorização. Por fim, o jornal *Nexo* é utilizado como exemplo de veículo que busca adotar a Infografia e o Jornalismo de Dados como valores centrais da produção jornalística.

Palavras-chave: *Fakenews*; Infografia; Jornalismo de Dados.

1. Introdução

As *fakenews* se constituem em um dos grandes temas do momento. A disseminação de notícias falsas é favorecida pelo uso intenso de redes sociais como o Facebook, que estimulam o estabelecimento de bolhas de informação em decorrência do uso de algoritmos e das escolhas dos usuários. Nesse contexto, produtores de informações têm a obrigação de aprimorar sua produção comunicativa, democratizando o acesso à informação correta e reafirmando ética e tecnicamente o seu compromisso com a verdade. A Infografia e o Jornalismo de Dados são instrumentos que podem colaborar para isso.

Inicialmente são apresentados neste artigo os algoritmos e como eles são aplicados nos filtros de internet, estimulando a criação de bolhas de informação e a disseminação das *fakenews*. Como exemplo é citado o escândalo recente do mau uso de informações pessoais pela *Cambridge Analytica* para a disseminação de notícias falsas.

Em seguida é abordada a Infografia a partir da pesquisa de Ary Moraes sobre o tema sobre o tema, com o intuito de especificar uma conceituação e a evolução desde seus primórdios até à atualidade digital. O Jornalismo de Dados também é alvo de análise a partir das considerações dos autores Leonardo Mancini e Fabio Vasconcellos, com destaque à conceituação e categorização por eles proposta.

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

Por fim, o jornal *Nexo* é utilizado como exemplo de veículo que busca adotar a Infografia e o Jornalismo de Dados como valores centrais da produção jornalística.

2. Fake news: dos filtros algorítmicos às bolhas informativas

Na internet, os algoritmos são utilizados para filtrar a informação que chega a cada usuário. Eli Pariser (2012) explica que o conteúdo que vemos nos serviços disponíveis na web (resultados de buscas no *Google*, *feed* de redes sociais como o Facebook ou a primeira página de determinados sites, por exemplo) são cada vez mais personalizados de acordo com os hábitos dos usuários.

Neste contexto, os algoritmos primeiramente buscam entender as pessoas e do que elas poderiam gostar baseando-se nos rastros que elas deixam na internet, como curtir ou não certas postagens, ou clicar ou não em determinados links. Desse modo, eles criam bancos de dados sobre as preferências de cada pessoa, oferecendo a partir disso conteúdo personalizado, com ajustes que são realizados a partir das interações que o usuário tem com aquilo que vai sendo proposto.

Inicialmente podemos ver esse processo com bons olhos, já que na prática os algoritmos poderiam nos ajudar a não nos perdermos no oceano de informações ao filtrar aquilo que nos seria mais importante. Mas Pariser afirma que a mudança do fluxo de informação se dá de forma invisível para os usuários, que não sabem como as informações estão sendo personalizadas para eles. Grandes corporações tomam essas decisões visando ao lucro e com base em seus próprios interesses. O resultado seria a privação para os usuários de conteúdos e pontos de vistas diferentes. Como o filtro tende a priorizar apenas a visão de mundo com a qual a pessoa concorda, nós acabamos não tendo acesso a informações que desafiam nossos pontos de vista, o que é vital para a democracia, e nos faz ficar cada vez mais fechados em bolhas de informação.

Em março de 2018, os jornais *The New York Times* e *Observer of London* (ligado ao *The Guardian*) denunciaram um esquema de coleta, venda e uso indevido de dados de milhões de usuários por parte da *Cambridge Analytica*, empresa que fazia análise de dados de comportamento para direcionar propagandas e que se tornou conhecida por seus trabalhos para as campanhas favoráveis ao *Brexit* no Reino Unido (para que o país saísse do Mercado Comum Europeu) e à eleição de Donald Trump para presidente nos EUA (RONCOLATO, 2018). Informações refinadas dos usuários permitiram direcionar mensagens e propagandas para as quais seus perfis apontassem ser mais suscetíveis do

que outras – prática conhecida no mundo do marketing político como *microtargeting*. Assim, procurava-se mudar a cabeça das pessoas não por meio da persuasão, mas por meio do domínio informacional, de uma série de técnicas que incluem desinformação, rumores e *fakenews* (notícias falsas).

Atualmente, os produtores de informações veem-se obrigados a aprimorar sua comunicação, democratizando o acesso à informação correta. Acreditamos que a Infografia e o Jornalismo de Dados sejam instrumentos que podem colaborar para isso, como será visto nos próximos tópicos.

3. Infografia e design de notícias: a perspectiva de Ary Moraes

Ary Moraes possui formação e experiência profissional tanto em desenho industrial quanto em jornalismo, concentrando suas pesquisas no campo da Infografia e do Design de Notícias. O livro *Infografia: História e Projeto* (2013) atualiza a discussão por ele proposta em sua dissertação de mestrado e faz uma síntese da evolução histórica dos gráficos informativos e da visualização de dados até chegar à Infografia na primeira década do século XXI. Trata ainda da prática do designer de infográficos, recorrendo sobre metodologia, aplicações, sintaxe e morfologia dos infográficos.

Moraes cita Victor Margolin (1994), para quem as mudanças na sociedade e em seus sistemas de comunicação no final do século XX resultaram na Idade da Comunicação.

Com a expansão dos novos aparatos de comunicação, o homem comum ficou exposto a um grande volume de informações de naturezas distintas. Ao selecioná-las, analisá-las, e oferecê-las contextualizadas aos leitores, os jornais cumpriram o papel de filtro (...). O designer é decisivo nesse processo ao organizar o entendimento, ou nas palavras de Margolin, por tornar-se “(...) um facilitador da ação social, ajudando a dar forma ao processo de comunicação assim como aos seus produtos”. No jornalismo, tal papel de mediação pode ser identificado, sobretudo na produção de infográficos, a partir dos anos 1980, que se expandiu de tal modo que os tornou uma característica desse meio a partir de então (MORAES, 2013, p. 15-16).

Moraes afirma que a Infografia é “a arte de tornar claro aquilo que é complexo e talvez não haja nada mais urgente no atual momento histórico” (2013, p. 16). No contexto mais recente de disseminação de *fakenews*, acreditamos que essa urgência é ainda maior.

Ao tratar dos primórdios do que viria a ser chamado de Infografia, Moraes (2013) destaca a contribuição inicial de Nicholas Oresme, que construiu no século XIV

o modelo de representação baseado em eixos ortogonais, com o horizontal representando o tempo e o vertical indicando a intensidade ou concentração. Séculos depois, William Playfair (1759-1823) produziu variações de gráficos estatísticos, utilizados até hoje no jornalismo impresso e até nas versões interativas digitais mais recentes. Os seus princípios de representação estabelecidos nessas contribuições estão na base do que viria a ser conhecido como visualização de dados. Charles Joseph Minardi (1781-1870) desenvolveu diagramas como o do desempenho do exército de Napoleão na campanha da Rússia, que apresenta dados variados por meio da combinação de gráfico em curva com representação de espaço geográfico.

A demanda por informações acessíveis surgiu no contexto do crescimento urbano associado ao processo de industrialização:

Mapas, sistemas de sinalização, diagramas, quadros, tipografia, enfim, todos esses elementos se dirigiam ao grupo heterogêneo de pessoas que se concentrava e/ou se deslocava pelas cidades ou para as cidades (...). Paralelamente, os movimentos de vanguarda artística surgidos ainda no século anterior se intensificaram na primeira metade do século XX, questionando as formas de representação (...). O Isotype, o diagrama de Beck para o metrô e outras propostas de estabelecer ou desenvolver sistemas de comunicação visual apontam para mudanças no que Briggs e Burke chamam de *sistema de mídia*, ou seja, a interdependência entre os diferentes meios de comunicação de um determinado momento histórico (MORAES, 2013, p. 26-27).

A imprensa se modificou para atender a um público cada vez maior e heterogêneo. A mecanização da imprensa, a introdução do telégrafo e o advento da fotografia são três mudanças de meados do século XIX destacadas por Moraes (2013), bem como a transição do jornalismo de opinião para a imprensa comercial. Deste modo, os jornais ilustrados ganham impulso na década de 1880, permanecendo por décadas mais associados aos jornais populares:

Supostamente, a imagem ajudaria aqueles que não tinham a prática de leitura diária tão desenvolvida quanto os leitores dos jornais de elite. (...) esse caráter didático foi acentuado nos anos seguintes à década de 1980 por causa do aumento da oferta e do acesso a informações de naturezas distintas: cada vez mais, as pessoas ficavam expostas a uma grande quantidade de informações que não faziam parte de seu cotidiano, sendo portanto difíceis de serem entendidas em decorrência das limitações de seu repertório. Os infográficos teriam surgido nos jornais diários para atender a essa demanda por entendimento, que se acentuou no último quarto do século XX. (MORAES, 2013, p. 30-31)

Moraes (2013) analisa, também, o desenvolvimento da Infografia na imprensa brasileira citando, por exemplo, o uso de “protoinfográficos” (p. 39) no material referente à guerra com o Paraguai (1864-1870). Posteriormente, jornais que viriam a

dominar o mercado utilizariam mapas na cobertura jornalística da Segunda Guerra Mundial e de eventos esportivos, entre outros:

Reconstituições de crimes ou acidentes também eram usuais. Nelas, desenhistas narravam os acontecimentos numa forma semelhante à dos *storyboards*, o que deu a esse tipo de peça gráfica o nome como ficou conhecida no jargão jornalístico: *cineminha*. Mapas, plantas, gráficos numéricos e reconstituições formavam o acervo de recursos gráficos informativos em voga na imprensa brasileira nos anos 1980 e distinguiam-se dos demais por seu caráter não opinativo. (MORAES, 2013, p. 30-45)

Neste contexto, o termo Infografia surgiria internacionalmente nos anos 1980 resultante da expansão do uso de gráficos informativos pelos jornais, com concorrência cada vez mais acirrada:

A palavra vem do espanhol *infografía*, que, por sua vez, é o resultado da contração do inglês *informationgraphics* (*infographics*), e surgiu na Espanha, num seminário sobre o tema promovido pela Universidad de Navarra, em 1988. De maneira sucinta significa informação gráfica ou ainda gráficos informativos (...). Inserida nas reformas gráficas e editoriais dos jornais desenvolvidas na década de 1990, a infografia acabou disseminada por elas ao redor do mundo e – partindo dos Estados Unidos e depois Espanha – tornou-se um elemento característico do jornalismo impresso a partir de então. (MORAES, 2013, p. 32)

Destaca-se, aqui, o trabalho pioneiro dos espanhóis Mario Táscon e Jaime Serra:

Tascón baseava seus gráficos em desenhos vetoriais, fundamentando-os em rigorosas apurações e acentuando a objetividade em seu discurso, mas, sem dúvida, sua maior contribuição foi aplicar a acuidade dos infográficos tecnicistas norte-americanos na temática cotidiana, usual, cujo eixo estava nos dramas pessoais narrados pelo noticiário (...). Serra misturava desenhos vetoriais ou feitos à mão a sofisticadas produções fotográficas para compor infográficos especiais (...). Sua maior contribuição foi desvincular a Infografia do desenho vetorial (...). (MORAES, 2013, p. 32-34)

No Brasil, Moraes (2013) destaca o Projeto Folha, que promoveu o *redesign* da *Folha de S. Paulo* no final da década de 1980 e os experimentos promovidos pelo jornal carioca *O Dia* no início dos anos 1990, que estimularam as reformulações nos jornais *Zero Hora*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e *Correio Brasiliense*. Entre as revistas, destaca-se o trabalho infográfico produzido na *Superinteressante*. Alguns veículos brasileiros conseguiram obter vários prêmios internacionais nesse ramo.

A produção de infográficos, no jornalismo, compõe a fase de planejamento das edições:

Até os anos 1980, o planejamento da edição estava nas mãos de pessoas de texto, como são chamados os jornalistas que não trabalham diretamente na produção de imagens (...). Com as transformações ocorridas na Imprensa nos anos 1980, nas quais a implantação da Infografia se

insere, essa postura mudou pela natureza do trabalho de produção de um tipo de discurso que se igualava ao texto em importância. Portanto, para produzi-lo, os editores de imagem deveriam adotar uma postura ativa, não subalterna, mas igualitária, favorecendo sua inserção na etapa de planejamento. (MORAES, 2013, p. 67)

Desse modo, Moraes aponta que para a produção de um infográfico é importante se perguntar: “a) Dispõe-se de informações suficientes para fazê-lo? b) Dispõe-se de tempo suficiente para produzi-lo?” (2013, p. 68). Respondidas a essas questões, as etapas da produção do infográfico abrangem apuração, seleção dos dados, projeto, produção e avaliação final.

O autor especifica três categorias de infográficos: exploratórios, explanatórios e historiográficos. Os *infográficos exploratórios* são o nível mais simples de complexidade das informações e apresentam as formas mais elementares de visualização de dados. Incluem mapas, plantas, vistas, perspectivas, ilustrações do personagem caracterizado e, também, os gráficos estatísticos. Os *infográficos explanatórios* têm a finalidade de explicar o funcionamento de determinado objeto ou as diversas relações intrínsecas a determinado fenômeno, ou como este se desenvolve no espaço e no tempo. Por fim, os *infográficos historiográficos* tomam por base uma sucessão de eventos históricos e contextualizam um determinado elemento em relação a esses eventos, e sua forma mais característica é a chamada linha do tempo.

Na década de 1990 os infográficos ganharam versões digitais, com destaque para o espanhol *El Mundo* e o norte-americano *New York Times*:

Enquanto o primeiro foi bem-sucedido na adaptação dos infográficos vetoriais de sua versão impressa para o novo ambiente digital – o grande desafio dos designers naquele momento histórico –, o segundo foi além ao integrar diversas linguagens num único sistema. Foi no *New York Times* que ganhou impulso a linha chamada visualização de dados (*data visualization* ou *Datavis*) na Infografia jornalística. (MORAES, 2013, p. 36)

O meio digital permitiu novos caminhos que iam além da simples representação estática de gráficos ou mapas:

Em sua versão digital, o jornal expressou essa linha desenvolvendo infográficos interativos que permitiam os leitores visualizar as informações, por exemplo, ao moverem o cursor, clicarem em botões ou, ainda, obterem informações aos preencherem alguns campos fornecidos pelo site do jornal. Os infográficos que envolviam relatos ganharam links para vídeos ou áudios gravados pelos repórteres, que se encaixavam no sistema mantendo sua unicidade e reforçando o caráter multimodal da Infografia, já manifesto nas versões impressas. (MORAES, 2013, p. 36)

Ary Moraes não esgota na Infografia o estudo sobre o design para divulgação jornalística. Em *Design de Notícias: A Acessibilidade do Cotidiano* (2015), ele revisita sua tese de doutorado e busca identificar e conceituar esse tipo peculiar de produção visual, características e abrangências, além de contextualizá-lo no cenário de mudanças que na sociedade do começo do século XXI. O livro investiga o desenvolvimento histórico da forma da página de notícias e também os aspectos metodológicos ligados à sua produção do ponto de vista do design.

Acreditamos, por fim, que a Infografia é um recurso especialmente útil para o Jornalismo de Dados, tema que será tratado a seguir.

4. Jornalismo de Dados: as considerações de Mancini e Vasconcellos

Após observarem como os dados quantificáveis estão presentes em narrativas jornalísticas em sites de notícias de todo o país, Leonardo Mancini e Fabio Vasconcellos (2016) propuseram uma classificação que inclui a conceituação do Jornalismo de Dados (JD): reportagens em que os dados guiam a construção da narrativa. Apontam, também, uma diferença entre ele e o Jornalismo Com Dados, ou seja, publicações que utilizam dados sem que esses sejam o foco da narrativa.

The Data Journalism Handbook (BOUNEGRU, CHAMBERS & GRAY, 2012) é um documento colaborativo que reúne textos de especialistas de vários países. O manual foi traduzido para outras línguas, inclusive para o português, e um novo volume está em produção. Partindo do manual, Mancini e Vasconcellos (2016) demonstram a dificuldade para se conceituar Jornalismo de Dados e citam autores brasileiros que ajudam a iluminar o tema ao associar capacidade investigativa e novas possibilidades tecnológicas:

Basicamente, as técnicas consistiriam na produção, no tratamento e no cruzamento de grande quantidade de dados, permitindo uma maior eficiência na recuperação da informação, na apuração da reportagem a partir do conjunto de dados, na circulação em diferentes plataformas e na geração de visualizações e infografias (Träsel, 2013). Novamente, a automatização dos processos de apuração e de mensuração de dados permitiria a prática desse tipo de jornalismo (Barbosa, 2006, 2007). Lima Júnior (2011) acrescenta que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) seria um elemento fundamental do que ele chama de “Jornalismo Computacional”, que ganha importância no contexto de Big Data e que seria a principal razão para uma mudança no tipo de habilidade dos futuros jornalistas, classificada pelo autor como “*hackingjournalism*”, ou seja, a capacidade explorar tecnologias filtrando informações e colocando-as de forma visual. (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016)

Os autores citam Philip Meyer, que nos anos 1960 utilizava o termo “Jornalismo de Precisão”, para tratar do uso do computador e de métodos da ciência social com o intuito de produzir reportagens.

O estudo de Meyer acabou por incentivar o surgimento, nos anos 1990, do termo Reportagem com Auxílio de Computador (RAC), ainda hoje utilizado em fóruns especializados, como o *InvestigativeReporters e Editors* (IRE) e a Abraji. Esses novos procedimentos ajudaram os jornalistas a aprimorar o seu próprio conhecimento acerca da realidade social e política, reduzindo a dependência de fontes externas ao processo de produção e de análise da informação. (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016)

Mark Coddington, também citado por Mancini e Vasconcellos, aponta diferenças entre o JD, o RAC e o Jornalismo Computacional (voltado para programação de máquinas):

O RAC surgiu de um esforço de unir as modernas técnicas das ciências sociais ao jornalismo profissional e ao jornalismo investigativo. O JD e o Jornalismo Computacional, por sua vez, são práticas que se relacionam não apenas com algumas técnicas das ciências sociais, mas com a cultura dos dados abertos. Desse modo, o JD estaria mais próximo de uma fusão com os princípios da cultura dos dados abertos e com o trabalho computacional. (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016)

Os autores avaliam conceitos propostos por Paul Bradshaw, Jonathan Stray e Nate Silver para chegar a uma definição que vai do Jornalismo com Dados ao Jornalismo de Dados:

Essa matriz de algum modo limita o corte abrupto entre o que é, e o que é não JD, porque permite que as nuances entre as publicações possam ser contempladas. Em suma, a escala Jornalismo com Dados em um extremo e, em outro, JD, busca contemplar as diversas formas pelas quais a imprensa já produz conteúdo com dados quantitativos e como agora passou a produzir. Para isso, é necessário, no eixo horizontal, estabelecer quais atributos as reportagens apresentam. Esses atributos buscam atender ao modelo proposto por Stray (2014), Silver (2014) e Bradshaw (2014), qual seja: a importância de o JD buscar e apresentar relações entre os dados e, a partir daí, contar as suas histórias. Portanto, no eixo horizontal, teríamos três categorias que atendem à dimensão do caráter investigativo das publicações, assim como a sua dimensão interpretativa e a dimensão comunicativa. Nesse último caso, não estamos interessados em saber se as publicações têm ou não uma alta qualidade técnica e estética, mas se existe uma comunicação gráfica dos dados que se associa com o seu conteúdo analítico de forma a enriquecer a compreensão da história contada. Em outros termos, não são meros gráficos a ocupar um espaço na página, são gráficos que contam parte da história apresentada na página. (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016)

Mancini e Vasconcelos (2016) monitoraram a versão online de 48 veículos jornalísticos durante cinco meses e analisaram 2.296 reportagens, destacando *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo* como exemplos de veículos que usam adequadamente o Jornalismo de Dados. Três competências foram consideradas

fundamentais: a investigativa (extração e/ou organização: busca e tratamento próprio dos dados), a interpretativa (argumentação: habilidade para contar a história e as relações entre os dados) e a comunicativa (visualização gráfica: a visualização dos dados como forma de ampliar a compreensão da própria história). Esta última tem especial relação com a Infografia:

Nessa categoria, procura-se identificar se as publicações trazem algum tipo de visualização, como gráficos ou infográficos. Avalia-se a maneira como essa visualização é utilizada de modo a permitir que o conteúdo da reportagem seja aprimorado pela comunicação visual, não no sentido estético, ainda que desejável, mas no sentido de que essa comunicação promova/incentive a compreensão analítica da reportagem de dados. (MANCINI & VASCONCELLOS, 2016)

Acreditamos que o Jornalismo de Dados, especialmente quando potencializado pela Infografia, possui a capacidade de aprofundar a informação com clareza necessária ao público em geral, algo especialmente relevante na chamada era da pós-verdade. Analisaremos em seguida o *Nexo*, veículo que tem se destacado mais recentemente tanto na Infografia quanto no Jornalismo de Dados.

5. O caso do jornal *Nexo*

Tanto Ary Moraes quanto Mancini e Vasconcelos deram mais foco em suas análises para veículos tradicionais e já consolidados há décadas, como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Destacamos neste tópico o trabalho desenvolvido pelo *Nexo* (www.nexojornal.com.br), jornal digital lançado em 2015 com o objetivo de trazer contexto às notícias e ampliar o acesso a dados e estatísticas, privilegiando o rigor e a qualidade da informação.

A diversidade na formação e experiência profissional dos três fundadores (disponíveis em www.nexojornal.com.br/about/Nossa-Equipe) diz muito sobre o veículo. Paula Miraglia, diretora geral, é doutora em Antropologia Social pela USP, foi diretora de ONGs como o *International Centre for the Prevention of Crime*, no Canadá, e consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Renata Rizzi, diretora de estratégia e negócios, é engenheira e doutora em Economia pela USP. Por fim, Conrado Corsalete, editor chefe, é jornalista, tendo experiência como editor de Política do *Estado de S. Paulo*, editor-adjunto de Cotidiano da *Folha de S. Paulo* e repórter nos dois jornais e no *Agora SP*.

O *Nexo* defende a busca por uma produção jornalística que contribua para um debate público qualificado e plural, tendo como princípios editoriais o equilíbrio, a

clareza e a transparência. Várias possibilidades de plataforma digital são exploradas, usando uma diversidade de formatos como infográficos, materiais interativos, vídeos e podcasts, e buscando colocar a experiência do usuário no centro da produção.

Infografia e Dados estão entre os padrões editoriais citados pelo *Nexo* (www.nexojornal.com.br/about/Padr%C3%B5es-editoriais-do-Nexo). A apresentação de dados por meio de gráficos é considerada central na maneira de contar histórias. Os gráficos devem ter funcionalidade e estar de acordo com o projeto gráfico do jornal, sendo necessário checar os métodos de pesquisa por trás dos números antes de publicá-los. Cabe ressaltar que uma das seções do jornal se chama *Gráfico* (www.nexojornal.com.br/grafico), com amplo conteúdo que dispensa o texto ao qual estaria quase sempre vinculado em outros veículos.

Outro padrão editorial de destaque e que é diretamente interligado é a *Interatividade*, considerada uma ferramenta importante na busca por novas narrativas. O *Nexo* procura expor conteúdo jornalístico que traga reflexão e considera que um *quiz* ou um jogo, por exemplo, precisa ser pensado de forma a garantir essa função.

6. Comentários finais

O público parece ter ganhado força no contexto tecnológico atual para decidir o que entra na agenda da mídia. Mas, ao mesmo tempo, algoritmos são utilizados para filtrar a informação que chega a cada usuário. Os algoritmos favorecem a criação de bolhas de informação, bem como o direcionamento de *fakenews* para públicos específicos, potencializando seus efeitos danosos.

Torna-se cada vez mais necessário buscar alternativas para que o público tenha acesso a dados corretos. O uso mais intensivo e apurado da Infografia pode ser um dos caminhos adotados. Afinal, ela permite dar mais clareza à informação complexa, algo que se mostra cada vez mais vital e necessário.

O jornal *Nexo*, de origem mais recente, adota intensamente o uso da Infografia e de Dados como padrões editoriais de destaque, bem como a Interatividade. Acreditamos que é um exemplo para os demais produtores de informação, incluídos, mas não somente, os veículos jornalísticos.

Referências

BOUNEGRU, Liliana; CHAMBERS, Lucy; GRAY, Jonathan. **The Data Journalism**

Handbook. European Journalism Centre, 2012. Disponível em:

<https://datajournalism.com/read/handbook/one>. Acesso em: jul. 2019.

MANCINI, Leonardo; VASCONCELLOS, Fábio. Jornalismo de Dados: conceito e categorias. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. 18(1):69-82 janeiro/abril 2016.

MARGOLIN, Victor. A idade da comunicação: um desafio para os designers, in **Estudos em Design**. Rio de Janeiro: AEnD-BR, 1994. v.2, n. 1, p. 10-14.

MORAES, Ary. **Infografia. História e Projeto** - Origens, conceitos e processos do design que modificou a forma da mídia mais tradicional da História. São Paulo: Blucher, 2013.

MORAES, Ary. **Design de notícias**. A acessibilidade do cotidiano. São. Paulo: Blucher, 2015.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RONCOLATO, Murilo. O uso ilegal de dados do Facebook pela Cambridge Analytica.

Nexo, 17 mar. 2018. Disponível em:

<[https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo)

[Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo](https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/19/O-uso-ilegal-de-dados-do-Facebook-pela-Cambridge-Analytica.-E-o-que-h%C3%A1-de-novo)>. Acesso em: jul. 2019.

“Balbúrdia é cortar verba da educação”^{1*}

Performance e brincadeira política nas manifestações do #15M

Resumo

O presente artigo realiza uma análise qualitativa, observando as imagens que circularam disseminando mensagens e performances durante as manifestações contra a ameaça do governo Bolsonaro de cortes na Educação e universidades federais, no dia 15 de maio de 2019, em diversas cidades do Brasil. As imagens coletadas neste trabalho foram compartilhadas por usuários no Instagram, vinculados à hashtag #15M. Nessa fase da pesquisa, nossa proposta é fazer um levantamento fundamental-teórico que aproxime as performances e mensagens de manifestações de rua à noção de brincadeira política (BENNETT, 1979), que por meio de um master-frame (GOFFMAN, 1989), mobiliza diferentes públicos em ações coletivas (BENNETT, SEGERBERG, 2012).

Palavras-chave: movimentos sociais; enquadramento; brincadeira política; balbúrdia

1. Introdução

O primeiro semestre de 2019 foi marcado por uma série de mudanças, fruto de uma nova gestão no cenário político brasileiro. A eleição de Jair Bolsonaro (PSL) não se deu isoladamente. Junto com o presidente de perfil “liberal na economia e conservador nos costumes” houve também uma mudança significativa no legislativo. Dos 513 deputados na Câmara, 243 eram novatos. No Senado, por sua vez, 46 das 54 vagas foram ocupadas por políticos estreantes - a maior renovação da história da Casa¹.

Antes disso, em 2014, se observou o crescimento da bancada de militares, religiosos, ruralistas e de outros segmentos alinhados ao conservadorismo no Congresso², e a eleição de 2018 deu continuidade a este retrato do parlamento com o crescimento do PSL nas casas legislativas, sendo a sigla que mais elegeu deputados federais de primeiro mandato: 47 de uma bancada de 52 membros. O resultado da “onda Bolsonaro” trouxe consigo a ascensão de pautas conservadoras, mudanças significativas em políticas voltadas às minorias, o Decreto das Armas³ e um corte na verba destinadas à Educação.

O avanço de políticas conservadoras pode ser analisado como um fenômeno de *backlash*. De um modo simplificado, *backlash* é uma reação de uma política

^{1*}Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação & Política durante o XVI PósCom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

conservadora às mudanças políticas ou sociais progressistas (FALUDI, 1991, INGLEHART & NORRIS, 2016). Para Inglehart e Norris (2016), estas transições para um cenário socialmente mais progressista desencadeiam uma reação de backlash, “especialmente entre a geração mais velha, homens brancos e setores menos instruídos, que sentem o declínio e ativamente rejeitam a crescente onda de valores progressistas” (2016, p. 3). No contexto brasileiro, o conservadorismo pode ser visto como uma reação à implementação de medidas progressistas nos últimos governos que visavam reduzir a desigualdade social. De forma complementar, Mansbridge e Shames (2008) refletem a respeito das disputas de enquadramento e de que forma *master-frames* acionam o *backlash*. As autoras observam o *backlash* e sua abordagem mais neutra, como atos de persuasão e de poder e baseiam seu estudo em literaturas sobre movimentos sociais. Nesse sentido, o fenômeno se manifesta a partir da reação de grupos na tentativa de mudar um outro, podendo ser aplicado, por exemplo, em casos de ação violenta do Estado, mas também podendo ser uma reação de um indivíduo a outro, influenciado nas relações de poder que existem entre grupos. Assim, o *backlash* a qualquer movimento pode ser uma reação da maioria contra a minoria mas também o contrário. Quando uma minoria se une contra uma ameaça, ela pode prevalecer politicamente usando poder coercitivo ou explorando fraquezas da organização contra a qual luta. Essa percepção nos ajuda a traçar o caminho que procuramos explorar nesse artigo, pois apresenta diferentes possibilidades de distinguir os limites da brincadeira política. A proposta apresentada defende a identificação de um ponto no qual a brincadeira deixaria de ser uma ação política que tenciona limites e passa a ser uma forma de reação, passando a ter traços de ridicularização, em que o limite está no reconhecimento do que é “ação” e o que é “reação”.

O anúncio de cortes da Educação, feito pelo ministro Abraham Weintraub, catalisou uma das primeiras grandes manifestações de reação contra o novo governo. Cabe lembrar que, embora governos anteriores também reduziram verbas destinadas à pasta, foi possível observar políticas de democratização do acesso à Educação, como por exemplo a Lei nº 11.892/2008 que aborda a criação de Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (IFs), a política de cotas e a criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Nesse cenário de redução de orçamento, três das maiores universidades brasileiras sofreram a ameaça inicial de corte: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo o ministro, estas instituições se enquadram ao que ele se refere

quando diz sobre “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”⁴.

A ameaça de cortes, associada à acusação de “balbúrdia” por parte da comunidade acadêmica brasileira, mobilizou manifestantes em diversas cidades do país no dia 15 de maio, fazendo com que escolas e universidades paralisassem suas atividades para que estudantes, professores e funcionários participassem dos atos. Estima-se que os protestos aconteceram em mais de 200 cidades⁵, só no Rio de Janeiro, aproximadamente 150 mil pessoas⁶ foram às ruas contra as medidas propostas pelo ministro.

Usado de forma pejorativa pelo ministro Weintraub, o sentido de “balbúrdia” logo foi ressignificado pelos estudantes das universidades federais. Os discentes passaram a apresentar trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas produzidas pelas instituições. Nas redes sociais, a *hashtag* #MinhaPesquisaMinhaBalbúrdia foi utilizada com o objetivo de descrever os projetos de pesquisadores. Além disso, contas criadas no Instagram se propuseram a divulgar as “balbúrdias” que as universidades federais estavam fazendo, como projetos de extensão, congressos e produções científicas da comunidade acadêmica. Ao se reapropriarem da palavra “balbúrdia” de forma satírica, os estudantes encontraram nela uma forma de fortalecer a luta em defesa da Educação, dando a entender que a “grande desordem”⁷ é de autoria do governo.

Fora das redes, a brincadeira também foi observada em protestos contra os cortes na Educação. Além de cartazes com palavras de ordem, reafirmação de posicionamento e reivindicações de demandas, manifestantes também usaram mensagens com teor de ironia e sátira em relação a pronunciamentos do Presidente e de seus ministros. No mesmo dia dos atos, Bolsonaro havia chamado os participantes da manifestação de “massa de manobra, idiotas úteis, imbecis que não sabem a fórmula da água ou quanto é 7x8”⁸. Referências ao termo “balbúrdia”, à fórmula da água, caricaturas debochando de figuras políticas e outras formas de piada podem ser observadas tanto nos cartazes nas ruas, quanto em outras estratégias de comunicação que se tornaram presentes em nossa análise.

Pretendemos analisar, ainda de forma incipiente, as mensagens produzidas e circuladas pelos cidadãos como protesto, durante as manifestações de rua e como elas podem ser compreendidas como parte de uma brincadeira política empregada de performances. Para isso, analisamos as fotos de manifestações, circuladas na rede social

Instagram que continham como identificação a #15M - *hashtag* usada para se referir aos atos contra os cortes na Educação no dia 15 de maio.

Nossa análise conta com um total de 20.894 imagens coletadas por meio de links dos posts originais do Instagram e baixada pelo programa *JDownloader*. Por conta do elevado número de imagens, trabalhamos com uma amostra de 5% do conteúdo total, que resulta em 2.476 imagens. Nessa etapa da pesquisa, nossa proposta é realizar um levantamento dos principais enquadramentos presentes para que, posteriormente, esse estudo auxilie num segundo momento de pesquisa que se propõe a realizar uma análise de conteúdo completa de nossa amostra, com a inserção de um livro de códigos, que será pensado a partir da fundamentação teórica aqui apresentada.

Nossa hipótese é que os cartazes exibidos em manifestações reproduzem a lógica de brincadeira política se utilizando de elementos de sátira e performance para subverter discursos emitidos pelas próprias figuras políticas que estão no centro da crítica dessa mobilização. Primeiro nos aprofundamos na noção do conceito de brincadeira e de que forma ela se insere na política para então realizar um levantamento teórico de autores que pesquisam a sátira e sua relação com os enquadramentos de movimentos sociais.

2. Brincadeira, política e representação

Isoladamente, a brincadeira funciona como uma experiência coletiva e cooperativa. Sendo mais associada ao período da infância, é comum a associação da brincadeira a um recurso lúdico - que é transformado no ato de brincar -, na extrapolação da imaginação e na diversão. Entretanto, é possível experienciar a brincadeira em diferentes práticas sociais. Pretendemos nos aprofundar na ideia de que na política também brincamos e, para isso, precisamos de um repertório sobre a ação coletiva que compõe a brincadeira.

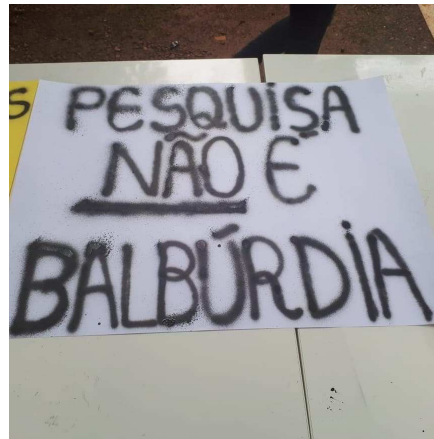
O conceito de brincadeira política é inicialmente trabalhado por Lance Bennett (1979). Para o autor, é possível perceber que para além do que costumamos ter contato na infância, dos jogos e esportes, a brincadeira é presente em diversas práticas do nosso cotidiano. Nesse sentido, ela pode surgir quando transformamos algo mundano em algo “brincável”, que forneça entretenimento ou que seja capaz de liberar emoções e a imaginação.

Assim, Bennett se propõe a observar a intersecção entre a comunicação política e o ativismo, na forma de brincadeira. A partir do olhar do autor, é possível compreender que a brincadeira é carregada de aspectos transformacionais que criam novos significados e constroem afetos. A transformação de objetos passa então a ser controlada ou manipulada de forma intencional. Esse controle é reconhecido pelo autor como um aspecto central que marca a capacidade de criar performances. É o controle que também permite que as pessoas possam lidar com assuntos sérios por meio da brincadeira.

Bennett (1979) conceitua a brincadeira como produto de três condições: conflito psicológico entre assimilação e acomodação; condições sociais que tornam um conflito e levam à sua resolução; e a capacidade dos jogadores de se comunicar efetivamente. Na política, essas condições podem levar a alteração de padrões tradicionais de comportamento e a renovação de compromissos, como também a compreensão do cidadão dentro dos processos políticos. Essa proposta infere uma ambivalência na brincadeira, na qual não é possível definir se o sujeito que brinca fala sério ou não, essa característica permite que a brincadeira passe por brechas.

Algo que se faz importante frisar nesse momento é que Bennett não trabalha a fundo a noção de que a brincadeira pode ser algo racional e estratégico - como por exemplo as greves gerais. O autor descreve a brincadeira política como algo que opera a partir da relação entre o indivíduo com o objeto ou realidade externa, mas sendo ela social, identificamos que só é possível que uma brincadeira funcione quando esse mesmo indivíduo projeta para outros sua interpretação sobre a mesma. Fato que se mostra importante numa análise como a que propomos, em que muitos dos cartazes, camisetas e faixas de protesto apresentam similaridades no assunto e referências trazidas, sem deixar de fora sua própria interpretação a respeito da brincadeira compartilhada. Podemos perceber que o funcionamento de uma brincadeira é bem sucedido quando a mesma é introjetada e, na sequência, externalizada. É só então que percebemos a afirmação pessoal como característica construtiva da transformação e do controle dos objetos de brincadeira, como o controle sobre o termo “balbúrdia”, amplamente explorado pelos manifestantes do #15M, exemplificados pelas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – “Balbúrdia” no cartaz



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxhfzbDHmMx/> Acesso em: 10/08/2019.

Figura 2 - “Balbúrdia” no cartaz



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxgT8izJF9i/> Acesso em: 10/08/2019.

Quando observamos a evolução que as manifestações de rua, associadas às pautas de grupos e movimentos sociais, é possível perceber algumas brincadeiras que se popularizaram e são replicadas em diferentes contextos de manifestantes, alguns exemplos são a reprodução da Marcha Imperial de *Star Wars* quando policiais passam próximo a manifestantes, o ato de entregar uma flor à linha de frente da força policial, as coreografias - que no Brasil se popularizaram com a dança no movimento Fora Dilma

- todas essas, brincadeiras que estabelecem uma aproximação com a sátira. Nesses exemplos, é possível perceber que existe um repertório de fórmulas e performances aos quais os manifestantes podem recorrer. O enquadramento que compõem essas referências é metacomunicativo e por isso, casos com o da Marcha Imperial de *Star Wars* exigem um conhecimento prévio que contextualiza a compreensão da sátira empregada.

O enquadramento metacomunicativo é um termo abordado inicialmente por Gregory Bateson (2002[1955]). O autor apresenta a forma como interações ancoram-se em quadros de sentido, que moldam as interpretações e ações dos envolvidos. Bateson identifica dois níveis que uma mensagem pode se apresentar: o metalinguístico e o metacomunicativo. Em um nível metalinguístico, a própria mensagem repensa a linguagem, por meio de elementos implícitos e explícitos. No nível metacomunicativo, a mensagem envolve elementos que definem a relação entre os falantes (MENDONÇA, SIMÕES, 2012; BATESON, 2002[1955]).

É quando Bateson (2002[1955]) observa dois macacos brincando em um zoológico que essa noção de linguagem a nível metacomunicativo surge. Para o autor, os dois macacos envolvidos apresentam uma sequência de ações e sinais que, individualmente, se assimilam a um combate. Entretanto, tanto para quem observa quanto para os macacos participantes, a ação era claramente um “não-combate”. O fenômeno da brincadeira só pode acontecer, segundo Bateson (*Ibidem*), quando há um grau de metacomunicação, presente na troca de sinais capazes de transmitir a mensagem de que “isto é brincadeira”.

Seguindo a noção de Bateson, Mendonça e Simões (2012) argumentam que todo enquadre é metacomunicativo, o que significa que todo enquadramento indica a natureza da interação entre interlocutores. Os autores também apontam que toda mensagem que faz referência à relação entre os sujeitos delimita o enquadre, permitindo a compreensão da situação apresentada, bem como suas regras implícitas. Nesse sentido, o enquadramento é o que possibilita que as regras e instruções sejam determinadas, assim como o envolvimento dos atores e os quadros são mobilizados na interação comunicativa dependendo da existência de sentidos compartilhados (MENDONÇA, SIMÕES, 2012).

Sobre a brincadeira, Bateson (2002[1955]) acrescenta que suas ações se relacionam com as ações de “não-brincadeira” já que nela há uma instância de sinais que representam outros eventos. O autor argumenta que a evolução do fenômeno

brincadeira pode ter sido importante inclusive na evolução da comunicação. Assim, Bateson elenca que os enquadres podem estar relacionados a premissas e, em alguns casos, como auxiliar no trabalho cognitivo de compreensão da mensagem.

Na sequência, Goffman (1986) trabalha o conceito de enquadramento com foco em pequenas interações do cotidiano, que organizam a nossa experiência com o mundo em situações nas quais nos questionamos “o que está acontecendo aqui?”, sendo o enquadramento a resposta para essa pergunta (GOFFMAN, 1986; MENDONÇA, SIMÕES, 2012). Para Goffman, o enquadramento é definido, então, como um conjunto de organizações que regem os acontecimentos sociais, além de nosso envolvimento. Os enquadramentos, na noção goffmaniana, identificam os princípios de organização por trás de uma situação e o engajamento dos atores envolvidos.

Goffman acrescenta que

as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos - pelo menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. (...) Minha expressão “análise de quadros” é um *slogan* para referir-se ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (*Ibidem*, p. 34)

Assim, a compreensão que temos do mundo é determinada pelo que é selecionado e pela forma como as histórias são contadas e escolhidas, percebendo os acontecimentos a partir de esquemas primários.

Goffman se aproxima da noção de brincadeira apresentada por Bateson para explicar a forma como é preciso entender o que está acontecendo, para compreensão da situação como um todo. É na observação da brincadeira com animais que o autor desenvolve o conceito central na análise de quadros: a chave. A chave é o conjunto de convenções que dada atividade tem como estrutura primária. Os argumentos levantados pelo autor nos parecem relevantes pois, além de se alinhar e beber da noção de brincadeira traçada por Bateson (2002[1955]), Goffman (1986) traz para pauta a discussão a respeito da representação, como uma instância dramática que é associada à forma como nós, o tempo todo, representamos. Nesse sentido, somos atores que representam papéis sociais, por vezes dados e, em outros casos, doados contra a nossa vontade. Nesse jogo de representações, a brincadeira pode mudar a realidade de muitas formas e em muitos sentidos sem ser necessariamente uma experiência divertida para todos os lados participantes, como era para os macacos de Bateson.

3. Defina “balbúrdia”: diferentes formas de brincar nas manifestações de rua

Uma das primeiras abordagens de antropologia política, que compreende a cultura como elemento que interfere na política, é o estudo que Alexis Tocqueville apresenta em *Democracia na América* (2000[1835]). Tocqueville observa a formação inicial da democracia e da igualdade no novo continente e, por não ter afinidade com o igualitarismo característico dos Estados Unidos, critica a tirania da maioria que, segundo o autor, é responsável por controlar a mente dos homens de forma opressora e poderosa gerando uma sociedade individualista. Nesse sentido, quanto mais igualdade uma sociedade tem, mais individualismo ela detém também, o que gera a necessidade de criação de novos jornais, solução apresentada pelo autor como força capaz de “depositar no mesmo momento em mil espíritos o mesmo pensamento”, que persuade homens que não necessariamente estão ligados entre si, mas cujo interesse particular os obriga a juntar seus esforços aos de outros.

Goldfarb (2012) se ancora no trabalho de Tocqueville para defender que é preciso compreender que as políticas atuais são culturalmente construídas, e isso inclui as formas como ela apoia ou prejudica a participação democrática. O autor defende que precisamos compreender as dimensões culturais dos conflitos políticos para obter a base cultural necessária à vida democrática. Essa concepção a respeito da participação se aproxima do que Putnam (2015[2000]) observa em *Jogando Boliche Sozinho*. Para o autor, devemos reconhecer a importância da sociedade e como ela se forma nas práticas mundanas, como o jogo de boliche, capaz de unir um grupo por conta de uma especificidade que perpassa seus integrantes: o gosto por jogar boliche. Putnam (*Ibidem*) trabalha a ideia de que as práticas de construção de comunidades fazem parte de um processo social que tem desaparecido da vida social e política nas últimas décadas. Nesse sentido, um grupo precisa ter apenas um laço que os interligue e faça com que eles se reúnam uma vez por semana, com o propósito de jogar boliche. Um movimento social pode funcionar de forma semelhante. As manifestações do #15M, por exemplo, trouxeram como elo o corte na Educação, que afeta milhares de instituições de ensino no país, mas também apresentaram outras mobilizações que se relacionam à pauta, como a Reforma da Previdência.

Quando pensamos na cultura política é importante reconhecer que, como Goldfarb (2012) pontua muito bem, no foco desse conceito há o argumento de que para entender o mundo da política, é preciso entender como a cultura facilita e/ou enfraquece

a política e também como a política molda a cultura, mostrando um forte grau de intimidade. Schütz (1951) ao falar sobre interação social e especialmente sob o processo de comunicação, compreende de forma mais ampla o modelo de interação por meio de gestos ou linguagem.

Para o autor, devemos considerar a linguagem, fala, símbolos e gestos como condição fundamental do intercuro social e também compreender que essas atividades são inter-relacionadas e constroem uma relação entre pessoas praticam a mesma atividade, tal como marchar juntos, danças, fazer amor ou música (SCHÜTZ, 1951). O foco de Schütz volta-se para a música, porém podemos absorver da discussão que o autor traz, já que o mesmo compreende que todo ato de comunicação é baseado em uma série de eventos no mundo externo que cria uma relação social mútua entre comunicador e destinatário num compartilhamento de sentidos que está em comunicação constante com a nossa cultura, bem como os exemplos que aproximam Bolsonaro, por exemplo, da imagem de um demônio relacionando a figura do político à fala da *dragqueen* Bianca Del Rio, vencedora da sexta temporada do reality show *Ru Paul's Drag Race*, imortalizada pela frase “nottoday, Satan. Not today!” (Figura 3).

Figura 3– Referência a bordão do programa Ru Paul's Drag Race



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxgT8izJF9i/> Acesso em: 10/08/2019.

Van Zoonen (2005) argumenta que a cultura popular insere o público em discussões, formas de participação e intervenções criativas. Por meio da cultura popular, a audiência é construída por cidadãos de diferentes formações sociais e identidades completamente diferentes. Nessa percepção, a estrutura do campo político é resultado de performances e apelos articulados pelos meios de comunicação, que informam o

público a respeito das figuras no poder. Van Zoonen chega assim no que chama de “quintessência da boa cidadania” (2005, p. 61), que nada mais é que a capacidade de adquirir informações sobre assuntos públicos e desenvolver opiniões informadas, discutir esses assuntos com outros cidadãos e tomar medidas sobre essas discussões como, por exemplo, a organização de um protesto coletivo.

É seguindo esse raciocínio que Van Zoonen (2005) estabelece uma aproximação com a pesquisa de Robert Putnam (2015[2000]). Para a autora, as alegações de Putnam devem ser extrapoladas e devemos propor que as atividades dos fãs detêm um lugar dentro do capital social contemporâneo e são um pequeno passo na direção de adquirir qualidades cívicas. A prática de fãs e a prática política devem ser observadas a partir de uma igualdade, que facilita a troca entre os domínios do entretenimento e da política e o que deve ser o foco de atenção, pois é como a política se apropria dos elementos da cultura popular que produzem investimentos de audiência, com propósito de tornar a cidadania divertida (VAN ZOONEN, 2005). Para Brough e Shresthova (2012), a comunidade de fã se forma em torno de conteúdos que podem não ser explicitamente políticos em sua natureza, mas que podem oferecer recursos para o engajamento político. Esse exemplo de diversão é amplamente explorado pelos manifestantes do #15M que transformaram os já característicos cartazes de manifestações em capas de livros clássicos ou que apresentam pautas de futuros distópicos, como a obra 1984 de George Orwell (exemplificados nas Figuras 4 e 5), que servem também de “escudos” contra a ameaça de cortes da educação, na forma de uma performance coletiva.

Figura 4 – Performance com capas de livros



Fonte: https://www.instagram.com/p/Bxhz_eiH4Py/ Acesso em: 10/08/2019.

Figura 5 - Performance com capas de livros



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxhyLKxHUn8/> Acesso em: 10/08/2019.

Os exemplos das Figuras acima apresentam tanto elementos do “tornar a política divertida” defendido por Van Zoonen (2005), quanto a performance política. A diferença é que quem performa agora são os cidadãos e não mais o político (MAQUIAVEL, 1998[1532]), mostrando que um dos elementos que mudam a partir da influência da cultura e do entretenimento é a forma como a performance política pode ocorrer.

Nesses exemplos, é possível perceber também o uso de elementos que associam a sátira à crítica social apresentada. Rachel Caufield (2008) defende que a sátira deve ser reconhecida como um gênero a parte do humor político, que age de forma um pouco diferente. Para a autora, a sátira serve tanto para estimular o debate crítico, quanto para esclarecer erros que percebidos na sociedade e no governo, apontar hipocrisias e tornar a crítica acessível ao cidadão comum, sendo a única a expor a crítica de forma sutil, com humor e de forma a envolver o público.

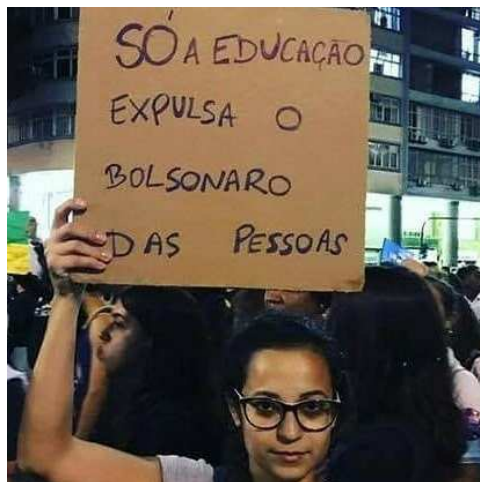
Caufield (*Ibidem*) se aproxima da mídia de massa e da internet para observar como esses fenômenos alteram as mensagens, significados e métodos que até então eram usados pelo satírico. Na construção da sátira como gênero, a autora aponta que o satirista, permanece atacando a sociedade pelos seus males, por meio de quatro características capazes de diferenciar a sátira do humor político: a agressividade, brincadeira, riso e julgamento.

Figura 6 – Referência ao personagem Edward Mãos de Tesoura



Fonte: <https://www.instagram.com/p/ByIcRR0154b/> Acesso em: 10/08/2019.

Figura 7 – Referência à cultura popular brasileira



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxkZIS7BIYz/> Acesso em: 10/08/2019.

Outra característica elencada por Rachel e que se faz visível nos exemplos acima é a necessidade de contexto. Na leitura e compreensão da sátira é exigido que o leitor tenha conhecimento sobre o *background*, ou contexto, referenciado. O cartaz da Figura 6, por exemplo, apresenta o Ministro da Educação representado pelo personagem Edward Mãos de Tesoura, do filme clássico de Tim Burton (1991), numa alusão ao “corte”. Enquanto isso, na Figura 7 é explorada uma referência da cultura popular brasileira, associada a frase muito encontrada nas ruas “só Jesus expulsa o Satanás das pessoas”.

A sátira não limita seu recorte, qualquer membro da sociedade pode ser atingido, já que sua proposta é tratar instituições políticas, problemas da sociedade e vícios públicos, fazendo com que o público perceba ao rir as falhas sistêmicas presentes na sociedade.

Observando a utilização da sátira, por meio de citações do governo que usam palavras-chave como “Balbúrdia” e “a fórmula da água”, percebemos no papel da brincadeira política exercida nas manifestações do #15M uma aproximação das relações e processos estabelecidos por Benford e Snow (2012), que observam o processo de enquadramento e os movimentos sociais. Segundo Benford e Snow (*Ibidem*), quando relacionamos o enquadramento e movimentos sociais, o enquadramento passa a ser considerado - junto a mobilização de recursos e políticas - como central na compreensão do caráter e do curso dos movimentos. O enquadramento de ações coletivas, como proposto, é uma interpretação sobre determinada ação coletiva. A partir desse conceito, se desenvolve o *master-frame*, que são mais amplos que o comum, esses enquadramentos englobam outros que podem se manter mais ou menos ativos, dependendo do movimento de acionamento ou contexto vivido.

Nessa compreensão, os movimentos sociais não são mais vistos apenas como portadores de ideias que crescem nos arranjos estruturais, eventos imprevistos ou ideologias já existentes. Os atores passam a serem vistos como agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significado, ou seja, o enquadramento é um fenômeno ativo, pois é parte de um processo dinâmico e evolutivo, que implica no agenciamento e construção da realidade (BENFORD, SNOW, 2012; GOFFMAN, 2013[1972]).

Os produtos da atividade de enquadramento são os enquadramentos de ação coletiva. Suas estruturas têm função interpretativa, que simplifica e condensa assuntos gerais, de maneira a mobilizar potenciais atores e apoio de espectadores, desmobilizando os antagonistas, como exemplificado pela Figura 8. Dessa forma, o enquadramento de ação coletiva se caracteriza como um conjunto de crenças e significados orientados para uma ação, inspirando ou legitimando uma campanha de movimentos sociais e dividem-se em dois conjuntos. O primeiro conjunto diz respeito à função orientada para ação, enquanto o segundo refere-se aos processos discursivos e interativos que atendem a essas tarefas.

Na construção desses enquadramentos, são definidas as situações que precisam ser mudadas e são apresentados os culpados por tais situações, a fim de articular uma

movimentação por parte de um grupo que se sente afetado pelas mudanças apresentadas (exemplo da Figura 9). A identificação do problema é a maneira mais óbvia em que os quadros de ação coletiva variam, pois lidam com problemas abordados e apontam a direção da atribuição desses problemas, assim como no caso do #15M onde os principais acusados eram o ministro da Educação, Abraham Weintraub e o próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Figura 8 – Cartaz com referência ao termo “idiota útil”



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BxhQ4hUpkc/> Acesso em: 10/08/2019.

Figura 9 – Cartaz com referência ao termo “mito”



Em um caso de ameaça aos cortes na Educação pública de uma federação do tamanho do Brasil, é um exemplo que se associa com a noção apresentada por Benford e Snow (2012) de que quanto mais inclusivo é um enquadramento, maior a probabilidade dele evoluir para um *master-frame*. Dessa forma, o discurso afeta os eventos que, por sua vez, podem mudar as ideias ou crenças subjacentes, que compõem os discursos e enquadramentos usados pelos atores do movimento, ressignificam quais conjuntos de crenças coletivas são relevantes e alteram o significado de crenças e interesses coletivos.

Por fim, Bennet e Segerberg (2012) trazem uma visão individualista da ação coletiva que nos parece importante acrescentar a essa discussão. Em seu texto *The Logic of Connective Action*, os autores identificam as redes de ação conectiva como conjuntos de processos individualizados e tecnologicamente organizados que resultam em um enquadramento de identidade coletiva. A ação conectiva desenvolve uma dinâmica onde a lógica está presente no reconhecimento da mídia como agente organizados de ações coletivas. Nessa lógica, pessoas de todos os lugares do mundo são capazes de se reunir, não por um partido, quadro ideológico compartilhado ou para fazer conexões, mas sim por se identificarem com um problema inicial que contribui para um compartilhamento automotivado de ideias internalizadas ou personalizadas em rede.

No contexto atual, o estudo de Benford e Segerberg ainda traz questões importantes para o estudo sobre organizações de ações coletivas e a forma como elas se articulam pelo meio digital. É possível identificar, no contexto das manifestações de #15M um movimento que circula tanto pelas mídias digitais, com grande engajamento nas ruas, e aqui se faz importante frisar que nossa análise se deu toda por meio do compartilhamento do evento da rua, circulado dentro da rede social Instagram e filtrado pela *hashtag* que uniu pessoas dentro do movimento.

4. Conclusão

Nossa intenção aqui, mais do que realizar uma extensa análise a respeito do conteúdo circulado a partir da *hashtag* #15M, é muito mais de criar o terreno para que essa discussão ganhe força em sua análise. Fica claro para nós que a comunicação política feita dentro de mobilizações sociais é carregada de elementos de persuasão, que

constroem sentidos compartilhados e se utilizam desses elementos que introduzem um *master-frame*, podendo brincar com elementos da própria mensagem, carregando o sentido de sátira.

Essa criação e circulação de conteúdos e enquadramentos é capaz de incomodar a figura representada por meio da ridicularização de sua imagem, ou da deslegitimação e recontextualização de seu discurso. As formas de participação política durante as manifestações de maio põem à prova a teoria de Bennett (1979) de que no mundo real a brincadeira pode combinar elementos de fantasia, comportamento, atividades individuais ou em grupo, bem como contextos sociais sérios.

Nesse sentido, a brincadeira política questiona os limites do governo por meio de uso da força, redefinindo questões e criando novos papéis, representados pelos atores envolvidos em uma mobilização. A brincadeira, como apresentada aqui, informa, ilustra e questiona as pautas que são debatidas no governo por meio de intervenções e performances do povo nas ruas, que depois é compartilhada em sites de redes sociais.

Além disso, deixamos como proposta para os próximos passos, uma observação mais detalhada a respeito da cultura e de como ela é utilizada para explicar o destino político (GOLDFARB, 2012). Percebemos nesta primeira análise uma forte presença, por exemplo, de chamadas de ação, relação com a pauta da Reforma da Previdência e da flexibilização do porte de armas que pretendemos abordar mais à fundo no futuro.

O que se torna importante para esse momento é a teorização da brincadeira política da forma como pretendemos trabalhar e o interesse de se aproximar dessa teoria de Bennett de que as dimensões comportamentais da brincadeira são algo que emerge cada vez mais nas atividades tidas como sérias dentro da política.

Notas

¹ Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/eleicoes-senado-tem-a-maior-renovacao-da-sua-historia>>. Acesso em: 13/08/2019.

² Fonte: <<https://www.valor.com.br/politica/3843910/nova-composicao-do-congresso-e-mais-conservadora-desde-1964>>. Acesso em: 13/08/2019.

³ Ver mais em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-das-armas-saiba-que-esta-em-vigor-com-os-novos-decretos-editados-por-bolsonaro-23765087>>. Acesso em: 19/08/2019.

⁴ Fonte: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>>. Acesso em: 14/08/2019.

⁵ Fonte: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contrabloqueios-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 14/08/2019.

⁶ Fonte: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/15/manifestantes-protestam-no-centro-e-zona-sul-do-rio-contrabloqueio-de-recursos-para-a-educacao-anunciado-pelo-mec.ghtml>>. Acesso em 14/08/2019.

⁷ “Balbúrdia”, segundo o dicionário Michaelis, significa grande desordem; confusão, sarapatel, tumulto, vozeria.

⁸ Ver mais em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/05/15/bolsonaro-diz-que-alunos-nao-sabem-formula-da-agua-e-e-banhado-em-criticas.htm>>. Acesso em: 15/08/2019.

⁹ Em tradução livre: “Hoje não, Satã, hoje não!”

Referências

BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: **Sociolingüística interacional**, v. 2, p. 85-105, 2002[1955]

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A.; PLOUCHARD, Nathalie Miriam. Framing processes and social movements: An overview and assessment. In: **Politix**, n. 3, p. 217-255, 2012.

BENNETT, W. Lance. When Politics Becomes Play. In: **Political Behavior**, Vol. 1, No. 4, 1979.

_____, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. In: **Information, communication & society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BROUGH, Melissa; SHRESTOVA, Sangita. Fandom meets activism: Rethinking civic and political participation. **Transformative Works and Cultures**. Vol 10, 2012.

CAUFIELD, Rachel P. The influence of ‘info-entertainment’: exploring the power of political satire as a distinct form of political humor”. In: Baumgartner, Jody C., & Morris, Jonathan S (Org). **Laughing matters**. Routledge, 2008.

GOFFMAN, Erving. Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience. **Northeastern University Press**, Boston, 2013[1972]

GOLDFARB, Jeffrey. Reinventing political culture: the power of culture versus the culture of power. **Polity**, 2012.

INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the rise of populism: Economists have not and cultural backlash. In: **Working Paper Series**, p. 16-026, Harvard University, John F. Kennedy School of Government, 2016.

MANSBRIDGE, Jane; SHAMES, Shauna. Toward a theory of backlash: Dynamic resistance and the central role of power. In: **Politics & Gender**, v. 4, n. 4, p. 623-634, 2008.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 1998[1532]

MENDONÇA, Ricardo Fabrino, SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. In: **RBCS** Vol. 27, nº 79, junho/2012.

PUTNAM, Robert D. **Jogando boliche sozinho: colapso & ressurgimento da coletividade americana**. Instituto Atuação, 2015.

SCHÜTZ, Alfred. Making Music Together: A Study in Social Relationship. In: **Social Research**, Vol. 18, No. 1, pp. 76-97, march 1951.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. 2000[1835]

VAN ZOONEN, Liesbet. **Entertaining the citizen: When politics and popular culture converge**. Rowman & Littlefield, 2005.

A comunicação pública brasileira^{1*}

O contrapeso ao global na modernidade tardia

Resumo

Na modernidade tardia, os veículos de comunicação pública vêm enfrentando em todo o mundo questionamentos em relação à sua legitimidade no contexto da globalização. No Brasil, as dificuldades são particularmente complexas uma vez que, em comparação com outras democracias ocidentais, o desenvolvimento das suas principais estruturais de comunicação pública a nível nacional é relativamente recente. A partir de uma análise desse cenário brasileiro, o presente artigo busca demonstrar que o olhar para o local/regional permite à comunicação pública reivindicar e reforçar sua legitimidade. Esta hipótese ganha mais relevo quando se observa a programação das três emissoras comerciais do país com maior audiência.

Palavras-chave: comunicação pública, cultura local, cultura nacional, identidade, regionalismo.

1. Introdução

Modernidade tardia é o termo adotado por teóricos como Anthony Giddens (1991) e Stuart Hall (2003) para caracterizar o atual estágio das sociedades humanas no mundo globalizado. Na literatura científica, esse estágio tem sido mais frequentemente chamado de pós-modernidade. A opção de Giddens e Hall tem a vantagem de evitar o prefixo “pós”, que poderia sugerir uma ruptura ou uma superação definitiva em relação ao momento predecessor, o qual se convencionou chamar de modernidade. Defender a ocorrência dessa ruptura total não tem se mostrado um caminho sustentável, uma vez que há fenômenos da modernidade que não apenas persistem como se intensificam na modernidade tardia.

As sociedades modernas se consolidam no mundo com a Revolução Industrial. Para Giddens, tais sociedades são marcadas por uma acentuada reflexividade das práticas sociais, isto é, as práticas sociais são “constantemente examinadas e reformuladas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991). As sociedades modernas são, portanto, sociedades de mudança constante. Embora essa reflexividade já estivesse presente em alguma medida nas sociedades tradicionais pré-modernas, ela se radicaliza

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação & Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

a partir do conhecimento científico organizado e da propagação das informações pelos meios de comunicação, que passa a se desenrolar ao redor do planeta em intervalos de tempo cada vez mais curtos.

As transformações envolvidas na modernidade, segundo Giddens, são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos estágios anteriores das sociedades humanas e serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo, alterando algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana. Esta interconexão entre diferentes áreas do globo permite que ondas de transformação social atinjam a população mundial.

A modernidade, portanto, abre cada vez mais potencialidades para a articulação entre o global e o local, sobretudo através de novidades tecnológicas como o avião, o telégrafo, a televisão, etc. A modernidade tardia, por sua vez, acentua e acelera esse processo, o que em boa medida pode ser observado a partir do advento da internet e de todos os seus desdobramentos. O avanço tecnológico contribui para que algumas das características da modernidade sejam radicalmente modificadas, enquanto outras são intensificadas.

Um dos processos que se acentuam corresponde ao que David Harvey chama de "destruição do espaço através do tempo" (HARVEY, 2003) e que Stuart Hall chama de "compressão espaço-tempo" (HALL, 2006). Nas sociedades tradicionais, espaço e tempo estavam plenamente relacionados. A partir da modernidade, essa relação vai se afrouxando e cada vez mais se fortalece a percepção de que o mundo é menor e as distâncias são mais curtas. Os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

Ao mesmo tempo, sustenta Hall, há uma separação entre espaço e lugar. O "lugar" é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado. Nas sociedades tradicionais ou pré-modernas, o espaço e o lugar eram definitivamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram dominadas pela presença, pela atividade localizada (HALL, 2006). A modernidade tardia separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações sem interação face-a-face com outros que estão "ausentes" e distantes do local.

Todas estas transformações afetam a ideia de sujeito e tem conduzido variados autores a reflexões que dão ênfase à descontinuidade, fragmentação e deslocamento das identidades. O argumento é de que, cada vez mais, as variadas paisagens culturais de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade faz com que não tenhamos mais sólidas

localizações como indivíduos sociais. As posições políticas estariam sendo fraturadas por identificações rivais e deslocantes: a emergência de novas identidades. A identidade em mutação a todo o momento, conforme o modo como o sujeito é interpelado ou representado. Além disso, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Há identidades inclusive contraditórias, nos empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Hall, porém, adverte a necessidade de se levar em conta certas complexidades que muitas vezes são desconsideradas (HALL, 2006). A questão que ele coloca é se existiram em algum momento identidades unificadas e estáveis. Ao analisar o quadro da cultura nacional, ele observa que nunca houve de fato uma identidade nacional homogênea, centrada, coerente e inteira. Segundo Hall, a identidade nacional não está literalmente impressa em nossos genes, não é algo com o que nascemos.

Uma cultura nacional, portanto, é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, nas memórias que conectam seu presente com seu passado. No entanto, por mais que exista um esforço para representar os seus diferentes cidadãos como membros da mesma “família nacional”, a identidade nacional não é capaz de anular e subordinar a diferença cultural. A cultura nacional não é um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também um ponto de disputa de poder cultural. Não a toda, a maioria das nações consiste de culturas separadas que foram unificadas por um longo processo de conquista violenta.

Mas se nunca houve identidade nacional homogênea e se os sentidos construídos no âmbito da nação são resultados de uma disputa, o que exatamente se observa a modernidade tardia? O aumento do ritmo da integração global que, desde os anos 1970, vem acelerando os fluxos e os laços entre as nações traz um impacto sobre as identidades culturais nacionais. Alguns autores veem em curso um processo de construção de identidades “globais” que seriam capazes de conduzir a um apagamento das identidades nacionais e conduzir à “homogeneização cultural”.

Apesar das crescentes influências externas, Hall observa que há uma tensão permanente entre o “global” e o “local”, uma tensão entre identificações mais e menos universalistas que sempre teriam existido. Na globalização, embora exista a tendência em direção à homogeneização global, há ao mesmo tempo fascinação com a diferença. Juntamente com o impacto do “global”, há um novo interesse pelo “local”, que se traduz

inclusive na mercantilização da etnia e da "alteridade". A própria globalização (em sua estratégia de criação de "nichos" de mercado) explora a diferenciação local. Este "local" não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Sob esta perspectiva, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações "globais" e novas identificações "locais". Além disso, Hall observa que a globalização é muito desigualmente distribuída no planeta e em diferentes estratos da população. A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no centro do sistema global do que nas suas periferias.

Os conceitos e as reflexões apresentadas por Giddens e Hall nos oferecem um quadro para se pensar o papel da comunicação pública. Adiante, vamos identificar sobre o que exatamente estamos falando quando nos referimos à comunicação pública e em seguida proporemos uma discussão acerca dos caminhos possíveis para o caso brasileiro, levando em conta a importância de se promover a produção local, fazendo assim um contraponto à programação das emissoras comerciais.

Para fins deste artigo, utilizaremos de modo equivalente os termos "local" e "regional" para caracterizar os produtos culturais desenvolvidos no âmbito de estados brasileiros e que são veiculados em estruturas midiáticas que possuem audiência nestes respectivos estados, podendo ainda esta audiência ser extrapolada para todo o país. Cabe sinalizar, porém, que o local/regional não pressupõe a exclusão do global. Na globalização, o local/regional e o global são construídos no encontro entre si, em um processo de assimilação, partilha, releitura e rejeição, ainda que em graus bastante variados.

2. Comunicação pública: conceito e o caso brasileiro

A comunicação pública, com características distintas da comunicação estatal e da comunicação privada ou comercial, é hoje uma realidade na maioria das democracias do mundo ocidental. Ainda que com experiências que guardam suas peculiaridades, são variados os países que adotam, em sua legislação, dispositivos voltados para salvaguardar em alguma medida o equilíbrio entre essas três modalidades. No caso brasileiro, o artigo 223 da Constituição Brasileira de 1988 determina, para a

radiodifusão audiovisual e sonora, a obrigatória complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado.

A carta magna, no entanto, não descreve as diferenças entre os sistemas. Essa imprecisão não é uma exclusividade do Brasil. Em muitos países, a definição do que é a comunicação pública não é suficientemente aprofundada na legislação, sendo boa parte definida em sua prática. De acordo com a pesquisadora Teresa Otundo (2008), “não existe uma definição ou receita pronta do que venha a ser uma televisão pública, nem um modelo único que se adapte a qualquer país”. No entanto, em diálogo com as realidades das variadas nações, um esforço acadêmico para identificar características da comunicação pública vem sendo envidado há décadas.

Um estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadores latino-americanos aponta três variáveis que devem ser levadas em conta para definir um sistema público de mídia: "o mecanismo de financiamento, a estrutura de controle da qual dependem e o conteúdo de seus programas" (ARROYO; BECERRA; CASTILLEJO; SANTAMARÍA, 2012). As duas primeiras variáveis se relacionam com uma das principais premissas conceituais em torno da comunicação pública: sua independência tanto dos governos, como dos agentes do mercado. A gestão pública afasta, ao menos em tese, as pressões estabelecidas por grupos econômicos poderosos e pelos anunciantes que asseguram a sustentabilidade financeira das emissoras privadas. Por outro lado, a autonomia administrativo-financeira frente aos governos existe em maior ou menor grau a depender dos mecanismos que são adotados em cada país para garantir tal premissa. Głowacki (2011) assinala que a participação ativa da sociedade na comunicação pública também é um elemento central. Trata-se de um dos pilares que sustentam a autonomia editorial e política dos veículos de comunicação pública. Mas também não há, no mundo, um padrão acerca das estruturas que viabilizam tal participação no desenvolvimento de sua programação. As experiências da presença de representantes da sociedade civil nas instâncias que tomam as decisões finais dentro dos veículos têm sido variadas. Assim, a capacidade de influência desses representantes e a forma como eles são indicados desempenham papéis importantes.

Atualmente, a comunicação pública é defendida por grupos organizados na sociedade como a possibilidade de construção de um fazer comunicacional que não esteja voltado para o atendimento das necessidades do mercado empresarial, político ou personalista. Um fazer onde esteja ausente o proselitismo político e a defesa de um ou

outro governo e onde uma verdadeira autonomia editorial, administrativa e financeira permita que os interesses plurais da sociedade sejam expressos na sua produção.

Nas democracias europeias, a comunicação pública é rapidamente associada à corporações mantidas pelo Estado e administradas com relativa autonomia, como é o caso da BBC (Reino Unido), France Televisions (França), Rai (Itália) e ARD e ZDF (Alemanha). No Brasil, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado pelo Ministério da Cultura em 2007, procurou enfrentar a longa crise de identidade pela qual passa a comunicação pública brasileira que nasceu como radiodifusão educativa na década de 1960, fazendo teleducção. Participaram do evento acadêmicos, comunicadores, cineastas, jornalistas, movimentos sociais, dirigentes de emissoras não-comerciais, entre outros. A partir das discussões, foi aprovada uma proposta básica que ficou conhecida como Carta de Brasília. O documento apontava a importância de se criar uma TV pública que expressasse a diversidade cultural brasileira, promovesse o diálogo entre as múltiplas identidades, contemplasse a produção regional, e desenvolvesse parceria com o cinema nacional. Ao mesmo tempo, destacava a importância da interface com a comunicação eletrônica, capaz de estimular a produção de conteúdos interativos, usando para isso inclusive softwares a serem desenvolvidos a partir das demandas de nova emissora.

A Carta de Brasília foi tomada como referência para a criação da TV Brasil e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em 2008. A emissora pública nacional se tornava realidade 20 anos depois que a Constituição de 1988 estabeleceu a complementariedade entre os sistemas de radiodifusão público, estatal e privado. Além da TV Brasil, a EBC engloba atualmente sete rádios públicas e duas agências de notícias que distribui material gratuitamente para veículos (sejam comerciais ou independentes) de todo o país: a Agência Brasil e a Radioagência Nacional.

3. O local como paradigma da comunicação pública brasileira

A necessidade de uma televisão pública que fosse capaz de absorver em sua programação os regionalismos do país foi uma das principais diretrizes presentes na Carta de Brasília. Esta posição revela em parte a preocupação com a crescente influência da cultura estrangeira em um mundo dominado pela comunicação eletrônica. Mas, além disso, lança luz sobre um aspecto particular do país: as dimensões continentais do Brasil trazem desafios maiores para se pensar a preservação da

diversidade cultural se comparado a nações com territórios mais reduzidos. A Carta de Brasília sinaliza para a TV pública o desafio de não ignorar manifestações culturais de certas regiões e nem privilegiar outras.

A forma como essa questão tem sido colocada em debate revela peculiaridades do caso brasileiro. O estímulo à produção regional não foi um temas que esteve, por exemplo, em debate no surgimento da BBC em 1922. Em certa medida por uma questão óbvia: naquela época, a comunicação eletrônica ainda não era uma realidade e o ritmo de trocas globais de informação também não haviam ainda atingido um ritmo que gerava, nos primórdios da emissora britânica, preocupações em relação ao futuro das culturas locais. Naquele momento, outros assuntos mais proeminentes se colocavam para se pensar o desenvolvimento da televisão pública na Grã-Bretanha. Publicidade ou autonomia em relação aos anunciantes; prioridade para programas educativos ou para entretenimento despretensioso; busca agressiva pela audiência ou primazia da qualidade na programação são alguns dos debates que perpassam as análises de Raymond Williams acerca do surgimento da emissora britânica (WILLIAMS, 2016).

No caso do Brasil, a preocupação com as culturas regionais está patente também na redação da Lei Federal 11.652/2008 que criou a EBC. Segundo o artigo 8º, a empresa deve “estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública” . Com sedes em apenas quatro das 27 unidades federativas (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão), a EBC e, particularmente, a TV Brasil dificilmente dariam conta de representar com uma produção exclusivamente própria o multiculturalismo do país. Daí a importância de um sistema colaborativo, que incorpore não apenas conteúdos de emissoras de abrangência estadual como também produções de emissoras universitárias.

A orientação em torno do estímulo ao nacional e ao regional traz resultados práticos. Dados da Agência Nacional de Cinema (Ancine) mostram que a TV Brasil tem sido, nos últimos anos, a emissora aberta do país que proporcionalmente mais exhibe filmes nacionais. Em 2016, foram 120 títulos (ANCINE, 2017). Uma situação bem diferente se observa na comunicação comercial: há emissoras que nesse mesmo ano exibiram apenas um título brasileiro.

Uma análise das grades de programação anunciadas para o período de 02 e 06 de setembro de 2019 pelas três emissoras comerciais de televisão com maior audiência do

Brasil mostra a dificuldade que o cinema nacional possui para encontrar espaço na televisão aberta. Dos cinco filmes anunciados pela Rede Globo, apenas um é produção brasileira e os demais são produções dos Estados Unidos. Já a Rede Record e o SBT anunciaram respectivamente quatro e dois filmes para o período, todos eles estadunidenses. Em todas as três emissoras, há na grade entre quatro e seis novelas e seriados, sejam inéditos ou reprisados. Eles são geralmente produzidos e gravados na cidade onde fica a sede nacional da emissora e transmitidos para todo o país. No caso do SBT, há ainda telenovelas de origem mexicana. A produção regionalizada no período analisado ficou por conta somente dos programas jornalísticos locais, que são conduzidos pelas afiliadas que cada emissora possui nos estados.

A TV Brasil tem respondido também pela maior programação infantil na TV aberta, sendo a principal janela para as animações nacionais. É singular observar que, em 2017, a publicidade dirigida às crianças foi proibida em território nacional, impactando a programação das emissoras comerciais, que acabaram reduzindo ou mesmo eliminando o tempo dedicado aos desenhos animados. Entre 02 e 06 de setembro de 2019, Globo e Rede Record não incluíram em sua grade uma programação de animação infantil. O SBT incluiu. Ainda assim, nenhum dos desenhos anunciados - Ben 10, Jovens Titãs, Tom & Jerry, Kung Fu Panda - é produção nacional. Sem espaço na comunicação comercial, produtores regionais têm cobrado da TV Brasil uma maior frequência de abertura de editais públicos para seleção de conteúdo consistente com a demanda.

Ao comparar os resultados dessa breve análise das grades de programação das três emissoras com um estudo promovido em 2009 pelo Observatório do Direito à Comunicação (OCB), é possível observar que a situação corresponde ao que foi constatado há 10 anos. O levantamento que envolveu 58 emissoras em 11 capitais das cinco regiões brasileiras chegou à conclusão de que apenas 10,83% do tempo veiculado é ocupado com conteúdo de origem local. (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2009) pesquisa mostrou que o maior percentual de programação regional - 25,55% - foi obtido pela Rede Nacional de Comunicação Pública, que é liderada pela TV Brasil e composta por emissoras públicas estaduais. Na comunicação comercial, o melhor desempenho foi da Rede TV. Considerando todas as suas afiliadas, foi registrado um índice de 12,2% de programação regional. Foram ainda registrados os seguintes índices: Rede Record (11,2%), SBT (8,6%) e Rede Globo (7%). Dentre os

conteúdos analisados, a maior presença de conteúdo regional foi observada nos programas jornalísticos.

A ênfase no conteúdo local também pode ser observada em emissoras radiofônicas da EBC, a exemplo da Rádio Nacional da Amazônia, cujo sinal de ondas curtas alcança boa parte do território do norte do país e faz com que a emissora seja ainda hoje o principal meio de comunicação em algumas comunidades ribeirinhas. Criada em 1977, a Rádio Nacional da Amazônia atravessou décadas com programas atentos à cultura e às demandas locais. Um exemplo emblemático é a radionovela *Sonhos Contra o Destino*, veiculada em 2011. A produção trouxe uma abordagem sobre o escarpelamento, acidente recorrente na Amazônia que ocorre quando o motor de pequenas embarcações suga o cabelo da vítima. Na maioria das vezes, a tragédia envolve mulheres que acabam sofrendo mutilações. Mesmo antes da radionovela, profissionais da emissora já se mobilizavam em torno do tema, a exemplo da radialista Mara Régia, que liderou uma campanha em 2009 junto aos ouvintes com o objetivo de exigir dos condutores das embarcações o uso de tampas nos eixos dos motores.

Desde a fundação da Rádio Nacional da Amazônia, em 1977, sua hegemonia na região como emissora de ondas curtas não foi ameaçada por nenhuma emissora comercial. Tal fato revela que a falta de interesse da comunicação privada deixaria desassistidas populações dispersas na região amazônica. Evidencia-se nesse exemplo uma diferença de projeto. Conforme aponta Raymond Williams (2016), a batalha em torno da comunicação é necessariamente parte de uma luta social muito mais ampla. Ele observa que o desenvolvimento da tecnologia "não é somente questão de algum processo autônomo dirigido por engenheiros distantes" e sim "uma questão de definição social e cultural, de acordo com os fins que se buscam" (WILLIAMS, 2016). Na mesma linha, Otondo aponta que "a discussão do modelo de televisão pública a ser adotado é na realidade uma discussão sobre os valores e princípios que organizam uma determinada sociedade e governam a vida social" (OTONDO, 2008). O debate em torno do papel da comunicação pública na promoção da diversidade cultural é assim espaço de confronto de ideias. Críticos das emissoras públicas, nos diversos países, defendem com frequência que a existência de uma pluralidade de emissoras comerciais seria suficiente para promover a diversidade da sociedade na radiodifusão. Dessa forma, seria assim desnecessária a comunicação pública. Williams lembra que "como na retórica geral de defesa do capitalismo, a radiodifusão comercial não chama a si mesma de comercial, muito menos de capitalista" e "usa descrições de relações públicas como 'livre' e

'independente' e muitas vezes afirma se contrapor a 'monopólio' e 'controle do Estado'" (WILLIAMS, 2016). No entanto, ele aponta que tal retórica se dissolve quando fica nítido o contraste entre a programação de um veículo público e um veículo comercial.

Desde 2016, com a emergência de governos conservadores no Brasil, a legislação que regula a comunicação pública e que criou a EBC sofreu diversas modificações que afetam a autonomia administrativa da empresa. Foi extinto o Conselho Curador que era formado por representantes de entidades da sociedade civil e aprovava diretrizes para o conteúdo da empresa. Ele havia orientado, por exemplo, a criação um programa de correspondentes nacionais da Agência Brasil, que levou ao envio de jornalistas para quatro estados onde não há sede da EBC: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. O programa, voltado para desenvolver uma cobertura mais regional da comunicação pública, durou cerca de um ano e meio. A ampliação do escopo de cobertura cultural do veículo se observou, por exemplo, nas inéditas coberturas dos carnavais de Recife, Olinda e Salvador, da Mostra de Cinema de Tiradentes e da XV Semana Cultural Festa de Manuelzão que celebrou na comunidade mineira de Andrequicé os 60 anos da obra Grande Sertão Veredas, de Guimarães Rosa. Em 2017, alguns meses após a extinção do Conselho Curador, os quatro correspondentes foram chamados de volta para as cidades-sede.

Já em 2019, em mais uma medida que impacta a autonomia da comunicação pública, a emissora estatal NBR foi extinta e parte de sua programação foi fundida à TV Brasil. A confusão de conteúdos estatais e públicos em uma mesma emissora provocou consequentemente redução de espaço voltado para a promoção do regionalismo e o enxugamento da programação jornalística, com especial prejuízo para a cobertura regional. Nas cidades-sede da EBC, os jornais locais foram encerrados.

4. De que complementariedade estamos falando?

Em que sentido as mudanças mais recentes colocam em cheque a existência de uma comunicação pública que ofereça de fato uma complementariedade à comunicação estatal e à comunicação comercial, tal como prevista da Constituição de 1988? Na medida em que a comunicação comercial tende a oferecer pouco espaço para a produção local, falar em uma emissora pública que complemente a programação só faz sentido se considerarmos sua capacidade de oferecer um olhar mais regionalizado e de

organizar fluxos de produção de conteúdos regionais. Cumprindo essa função, a comunicação pública ganha maior poder para reivindicar sua existência.

Mesmo reconhecendo a improbabilidade de que a globalização conduza a uma homogeneização cultural, como aponta Hall, a comunicação pública deve ser capaz de influenciar nos processos de construção de novas identificações "globais" e de novas identificações "locais". O ritmo, intensidade e os resultados dos processos associados a globalização não são uniformes em todos os locais o que, em certa medida, depende das formas como a sociedade se relaciona com as estruturas midiáticas. Observando as manifestações diárias dos indivíduos na América Latina, Néstor Canclini (2003) identificou que, na globalização, as novas relações sociais e econômicas impostas aos sujeitos provocam trocas interculturais intensas e criam a tendência à homogeneização. Entretanto, o que se alcança são culturas híbridas que estão constantemente se formando e se reformando através de dois processos: desterritorialidade e reterritorialidade. O primeiro processo reforça o universalismo que ao se impor abafa, marginaliza ou silencia as culturas locais. O segundo, por sua vez, produz certas relocalizações territoriais a partir das velhas e novas produções simbólicas, seguindo na direção do localismo, negando a noção de homogeneidade. Os ambientes locais são reconhecidos pela fixação de signos de identificação e de rituais, capazes de promover uma diferenciação dos que neles estão de passagem. É por isso, persistem as discussões sobre a identidade, o nacional, a soberania e a desigual apropriação do saber.

Os processos de desterritorialidade e reterritorialidade, porém, são influenciados por diversos fatores e não ocorrem de forma uniforme. As culturas híbridas carregam sempre a marca da força de cada um desses processos. Hall (2003) observa o hibridismo não se contrasta com o que é tradicional ou o que é moderno, mas trata-se de um processo de síntese que nunca se completa. Não há um indivíduo híbrido e a indecibilidade é permanente e uma marca do multiculturalismo. Acrescenta:

Um termo que tem sido utilizado para caracterizar as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas dessas comunidades é 'hibridismo'. Contudo, seu sentido tem sido comumente mal interpretado. Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução (HALL, 2003).

Hall aponta que, na globalização, o próprio mercado cria nichos para explorar comercialmente a diferenciação local. Nos meios de comunicação privados, a diferenciação tem sido explorada em busca de gerar audiência. Há, portanto, uma

avaliação prévia do potencial gerador de audiência de cada cultura, o que não se traduz em tratamento isonômico e não garante espaço para toda a pluralidade de manifestações.

Boa parte das vezes, essa exploração de viés comercial da diversidade gera situações paradoxais: produções retratam a diferença eliminando o ponto de vista do diferente. Este tipo de problema seria eliminado quando a preocupação do veículo é menos com o retorno do produto (em termos financeiros ou de audiência) e mais com o seu resultado em termos de construção da alteridade cultural. Não é o que se observa em boa parte da programação da comunicação comercial, que muitas vezes assume abertamente o risco de reprodução de preconceitos advindos da exploração de estereótipos construídos pelo olhar externo à cultura.

Shohat e Stam (2006) citam o exemplo de um episódio do programa norte-americano *Tom Brokaw Report*, exibido em 1993. O tema da imigração, tal como abordado, ilustra a necessidade de historicizar a discussão sobre os estereótipos.

No programa, acompanhamos os esforços da polícia da fronteira na perseguição de ‘estrangeiros ilegais’ vindos do México. Na tela esverdeada das câmeras de segurança vemos ‘seres estranhos’ se arrastando sob cercas, através de buracos e estradas. As imagens sugerem um tipo de verme invencível que se prolifera como um rato e que só com dificuldade é exterminado. Um ‘deles’ aparece brevemente, não para explicar sua perspectiva, mas para avisar que nada pode detê-los e que a prisão e a expulsão não constituem verdadeiros obstáculos. Não há contextualização, nada sobre a brutalidade da polícia, e tampouco qualquer explicação sobre o fato de que toda essa área tinha sido parte do México, que mexicanos ‘ilegais’ já estavam há muito antes que os americanos ‘legais’ e que muitos chicanos e moicanos se consideram parte de uma nação entre-fronteiras (SHOTAT; STAM, 2006).

Críticos das tentativas de identificação de personagens midiáticos que representariam a voz autêntica de determinado grupo social, Shotat e Stam defendem que cada voz é personalizada de um lado e aberta à pluralidade de outro. "Uma voz nunca é somente uma voz individual, é uma soma de discursos, uma polifonia de vozes". O discurso falsamente polifônico, na visão de ambos, marginaliza e enfraquece certas vozes.

O problema deve ser contornado na comunicação pública com estratégias de fortalecimento dos processos de reterritorialização, a partir de uma potente abertura à voz local. Trata-se, neste sentido, de se contrapor aos veículos comerciais e à sua tendência em endossar de forma mais enfática a desterritorialização e de promover a reterritorialização menos como estratégia cultural e mais como estratégia comercial. O que se propõe para a comunicação pública não significa negar os inevitáveis encontros

culturais entre o “global” e o “local” que conduzem aos processos de hibridização. Significa atuar para definir os tipos de hibridizações que estarão em processamento. Equivale a propor novos equacionamentos na tensão entre o “global” e o “local”.

Ao reforçar os processos de reterritorialização, a comunicação pública se torna ainda uma nova ferramenta pela qual se processam novos ajustes da cultura nacional na globalização. Pressionadas de um lado pela cultura global, a cultura nacional tem no reforço ao regionalismo a possibilidade de desenvolver sua estratégia de diferenciação. Trata-se, portanto, de reconhecer, tal como assinala Hall, a impossibilidade de uma identidade nacional homogênea, centrada, coerente e inteira. Uma impressão de homogeneidade poderia ser gerada por uma unidade discursiva propagada por elites políticas e econômicas e pela mídia hegemônica. Com a comunicação eletrônica e a transversalidade da circulação da informação, essa impressão é cada vez mais frágil. Assim, na globalização, o reconhecimento da impossibilidade de uma identidade nacional homogênea converte-se na potência da cultura nacional para absorver a cultura global de forma particular. Uma comunicação pública abrangente permite observar como as populações de cada região estão produzindo sentido a partir do contato com as informações que circulam em nível global. É a partir desse compartilhamento de sentidos produzidos regionalmente no país que novos discursos no âmbito da nação permitirão conectar seu presente com seu passado.

5. Conclusão

Conforme Williams (2016) o futuro da comunicação resulta dos desdobramentos de uma ampla luta social. Depende, portanto, do poder de mobilização dos atores que advogam a importância e a legitimidade da comunicação pública. Legitimidade essa que precisa ser reivindicada a partir da necessidade do país de ter veículos comprometidos com promoção da produção local. Como aponta Eugenio Bucci (2008), a empresa de mídia pública se mostra necessária apenas se for “capaz de melhorar os processos democráticos, a geração de cultura, a diversidade, a inclusão social, se elevar o nível de fundamentação das decisões políticas tomadas direta ou indiretamente pelos cidadãos”.

Num país cheio de diferenças culturais como o Brasil, promover a pluralidade de produção e a distribuição de conteúdo é uma forma eficaz de assegurar desenvolvimento, movimentar mercados, gerar empregos. Mas é também uma demanda ética, que cobra o compromisso com a preservação de riqueza cultural brasileira e com a

aceitação do diferente. A comunicação comercial, no entanto, não tem se mostrado capaz de assumir esse compromisso. A produção das emissoras continua centralizada no eixo Rio-São Paulo, o que acaba por fomentar tentativas de padronização da "brasilidade".

Referências

Agência Nacional do Cinema - Ancine. **Informe TV Aberta 2016**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.ancine.gov.br/pt-br/sala-imprensa/noticias/ancine-divulga-informe-sobre-programa-o-da-tv-aberta-0>> . Acesso em: 02 de setembro de 2019.

ARROYO, L.; BECERRA, M.; CASTILLEJO, A. G.; SANTAMARÍA, O. **Cajasmájicas: el renacimiento de la televisión pública en América Latina**. Madrid: Tecnos, 2012.

BUCCI, Eugenio. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GŁOWACKI, M. Public Service Media in Europe: Future or Funeral?. In: STEENFADT, O. (ed.) **Future or Funeral? A Guide to Public Service Media Regulation in Europe**. Open University Foundation, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e Mediações Culturais**. Editora UFMG. Belo Horizonte: 2003

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003

Observatório do Direito à Comunicação. **Produção regional na TV aberta brasileira: um estudo em 11 capitais**. Observatório do Direito à Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direi-toacomunicacao/>>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

OTONDO, T. M. **Televisão pública na América Latina: para quê e para quem?**. Universidade de São Paulo (USP). Tese de doutorado. 2008.

Rede Globo. **Programação**. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/sao-paulo/programacao/>>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

Rede Record. **Programação**. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/programacao>>. Acesso em: 02 de setembro de 2019.

SBT. **Programação**. Disponível em: <<https://www.sbt.com.br/programacao>> Acesso em: 02 de setembro de 2019.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Uma mulher desprotegida: a apropriação neoliberal do discurso de empoderamento feminino

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a apropriação de pautas feministas pelas iniciativas neoliberais e como a mídia, em especial os telejornais policiais, contribuem para esse processo. Buscamos relacionar como a imagem de feminilidade se altera ao longo dos anos de acordo com contexto histórico e como a políticas econômicas podem interferir nessas mudanças. Para tanto, nos apoiamos na análise de Nancy Frasser sobre a segunda geração do movimento feminista e sua apropriação pela política neoliberal. Relacionamos o papel da mídia como disseminadora de discursos com sua capacidade de influenciar em decisões de poder. Utilizamos os dados preliminares de nossa pesquisa de mestrado em andamento sobre as formas de representação da violência urbana em Brasil Urgente, Rede Bandeirantes.

Palavras-chave: Femicídio; Representação da mulher; Neoliberalismo; Porte de Armas

1. Introdução

No dia 8 de março de 2019, o presidente da república brasileira, Jair Messias Bolsonaro, publicou uma mensagem de homenagem ao dia das mulheres. Na nota, ele relacionou a celebração da data com a necessidade de propostas direcionadas ao que ele denominou de respeito ao “feeling da mulher”, acrescentou que “infelizmente” não dependia só dele o avanço das pautas em prol dos direitos das mulheres e encerrou o comunicado com a frase: “de tudo faremos para que estas joias raras ao fim dos próximos 4 anos possam se sentir representadas”¹.

Eleito devido à popularidade de seus discursos conservadores, Bolsonaro se dizia um candidato a favor da família tradicional e dos bons costumes, sendo adepto de respostas radicais para a problemática da violência urbana, como a flexibilização do porte de armas para população civil. O ministério de Bolsonaro conta com uma baixa representatividade feminina. As poucas representantes mulheres no governo estão vinculadas a instituições religiosas, se posicionam contra a liberação do aborto e defende uma visão antiquada do desempenho dos papéis de gênero na sociedade.

O fenômeno que pareceu eleger Bolsonaro e alguns outros políticos da nova “extrema-direita” brasileira, nas eleições de 2018, é caracterizado por um novo contexto de popularização de uma mentalidade político-social que prega o conservadorismo dos costumes

¹ A declaração feita pelo presidente pode ser verificada na íntegra na reportagem feita pelo Estado de São Paulo, disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dia-da-mulher-bolsonaro-promete-acoes-para-quejoias-raras-tenham-mais-representatividade,70002747570>>. Acessado em: 14.08.2019.

e uma postura neoliberal na economia. O Brasil havia passado por 14 anos de governo geridos pelo Partido dos Trabalhadores. Uma gestão com forte participação estatal na economia que rendeu avanços em vários setores, inclusive nas pautas identitárias e nos direitos da mulher.

A eleição de Dilma Rouseff, primeira presideta da história brasileira, representou uma abertura de possibilidades: a partir daquele momento as mulheres não só estavam se inserindo com mais intensidade no mercado de trabalho, como também podiam sonhar em ocupar o cargo mais alto do país. Com Dilma, tivemos o ministério com maior representatividade feminina na história. Embora buscasse uma paridade maior entre gêneros no congresso, a ex-presidenta encontrou barreiras políticas que a impediram alcançar esse objetivo. No que se refere aos direitos reprodutivos, a forte influência religiosa na política brasileira não permitiu avanços na liberação do aborto. No setor socioeconômico, as políticas públicas do governo Dilma tiveram grande impacto na vida de pessoas mais pobres, em especial mulheres negras. Segundo dados da ONU Mulheres Brasil, houve um aumento de 800% no número de microempreendedoras individuais nos 6 anos de governo. Entre 2009 e 2014, o número passou de 21 mil para 2,1 milhões. Mais de 495 mil dessas mulheres pertenciam ao programa Bolsa Família².

A crise econômica e a instabilidade política, devido aos casos de corrupção denunciados na operação Lava Jato, contribuíram para o golpe político que permitiu o impeachment de Dilma Rouseff e a posse de seu vice-presidente Michel Temer. Já no início do novo governo, viu-se a queda na representatividade feminina no congresso, assim como uma movimentação na aprovação de políticas neoliberais de estado mínimo como a flexibilização dos direitos trabalhistas. Foi nesse contexto que ideias antiquadas sobre o local da mulher na sociedade voltaram à tona. Um símbolo desse retrocesso foi a venda da imagem da ex-primeira dama Marcela Temer como uma mulher “bela, recatada e do lar”, como dizia a capa da revista *Veja*³.

Entre avanços e retrocessos nas políticas estatais em prol dos direitos das mulheres, o Brasil se encontra estável na posição de 5º maior taxa mundial de Femicídio. Em 2015, foi aprovada a Lei de nº 13.104/2015 que transforma em crime hediondo o assassinato de mulheres por razões da condição de gênero. A medida também eleva a pena mínima deste crime de 6 para 12 anos e a máxima de 20 para 30 anos. A ação foi responsável por trazer a

²Essas informações podem ser conferidas na reportagem da BBC Brasil, disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797>>, acessado em: 14.08.2019.

³ A matéria pode ser verificada em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>. Último acesso em: 14.08.2018.

tona o debate sobre esse tipo de violência tendo amplo espaço em noticiários policiais sensacionalistas.

Diante do cenário apresentado, este trabalho discute como os direitos da mulher, em especial as políticas públicas de segurança, são incorporadas por práticas neoliberais contribuindo para uma falsa sensação de empoderamento. Essa premissa se sustenta na observação de discursos disseminados na campanha eleitoral de 2018 usados para atrair mulheres a pautas mais conservadoras. Neste artigo, refletimos sobre como os jornais policiais, que se posicionam a favor do armamento civil, criam uma representação da mulher paradoxal e incentivam o avanço desses discursos. Entenderemos como a política neoliberal adotada no governo Bolsonaro se beneficiou da apropriação de pautas feministas para vender uma imagem de empoderamento que se anuncia como um grande risco para a vida de mulheres.

2. Feminismo, capitalismo e neoliberalismo

“Ninguém nasce mulher: tornar-se mulher”, a célebre frase de Simone Beauvoir (1967, p. 9) traduz a realidade de sujeição sofrida por mulheres há séculos na história das civilizações. Apesar de não haverem de fato motivações biológicas que expliquem a posição de inferioridade na qual pessoas do sexo feminino são colocadas, a concepção de feminilidade construída socialmente atua como dispositivo de sujeição e controle da mulher dentro das sociedades patriarcais.

As formas com as quais os efeitos de poder são investidos nas sociedades ocidentais desde o século XVIII, principalmente no que tange as questões de cunho sexuais, tiveram como um dos alicerces o fenômeno da “histerização do corpo da mulher”. Esse processo foi responsável por solidificar a ideia do corpo feminino saturado de sexualidade, atribuindo-lhe uma responsabilidade biológico-moral e uma condição patologizante: “a Mãe, com sua imagem em negativo que é a mulher nervosa, constitui a forma mais visível desta histerização” (FOUCAULT, 1999, p. 99).

A mulher bonita, sensual, artilosa, frágil, sacra, histérica, nervosa, passional, incapaz de pensar racionalmente, todas essas percepções da condição feminina são os papéis nos quais a feminilidade compulsória tenta conformar e dominar mulheres ao longo dos séculos. Essas formas de categorizações não se refletem somente em representações trocadas socialmente, mas ajudam a definir papéis sociais e a dar acesso a direitos dentro da sociedade. Fora do espectro do ideal de poder e racionalidade masculinos, as mulheres tiveram negada entrada em espaços de poder. Assim, durante muito tempo foi-lhes negado o direito ao voto, mercado de trabalho, educação e direito de escolha. Partindo da premissa foucaultiana (1999, p. 91) de

que onde há poder há resistência, entendemos o feminismo como a grande força de resistência que tenta combater os dispositivos de opressão aplicados à mulher ao longo da história.

Nancy Fraser (2019, p. 25) identifica uma relação entre o desenvolvimento das fases do movimento feminista e as etapas do capitalismo. Baseando sua análise na segunda fase do feminismo (década de 70), a autora relaciona os efeitos produzidos nesse momento do movimento com as transformações na organização social do capitalismo pós-guerra. Para ela, a novidade trazida com a segunda onda foi “o entrelaçamento da crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado, de três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: a econômica, a cultural e a política” (FRASER, 2019, p. 27). Assim, segundo essa perspectiva, a crítica feminista conseguiu atuar de forma simultaneamente ramificada e sistemática. A fragmentação da crítica feminista vai servir, posteriormente, à reorganização das velhas estruturas de dominação capitalistas com a roupagem do neoliberalismo.

As críticas da segunda onda feminista foram direcionadas às bases de funcionamento de opressões inerentes à sociedade capitalista de bem-estar social. Assim elas percebiam de forma negativa: a) o economicismo, rejeitando o foco exclusivo do marxismo na economia política e no liberalismo da lei; b) o androcentrismo, questionando a injustiça de gênero dentro do capitalismo organizado pelo Estado, o sexismo dentro da esquerda⁴ e buscando a descentralização do trabalho assalariado e valorização de atividades não assalariadas, especialmente trabalhos envolvendo cuidado, socialmente delegados às mulheres; c) o estatismo, a política inerente ao capitalismo organizado de Estado era percebida como responsável pela manutenção da injustiça de gênero; d) o westfalianismo, refletia a insensibilidade do Estado com injustiças transfronteiriças (FRASER, 2019, p. 33-35).

Embora as críticas explicitadas acima fossem bem direcionadas, a segunda onda feminista acabou sendo influenciada pelo momento de transição do capitalismo organizado pelo Estado para o neoliberalismo. Conforme explica Fraser, as iniciativas neoliberais propunham uma inversão da fórmula de organização social que vinha sendo implementada. Dessa forma, ao invés de se utilizar a política para a domesticação do mercado, no novo sistema, o mercado que era o instrumento de domesticação da esfera política. “No lugar do dirigismo, promoveram a privatização e a desregulamentação; em lugar de provisão pública e cidadania social, “trickle-down” e “responsabilização pessoal”; em lugar dos Estados de bem-estar social e desenvolvimentistas, um Estado competitivo enxuto e mesquinho” (FRASER,

⁴ Existiam divergências: as feministas liberais radicais não viam um problema no sexismo de esquerda, uma vez que podiam se tornar separatistas e abandonar a esquerda; já as feministas-socialistas, antiimperialistas e de cor, encontravam dificuldades nem confrontar o sexismo dentro da esquerda e permanecer parte dela (FRASSER, 2019, p. 33).

2019, p. 36). Nesse sistema, a segunda onda do feminismo não só prosperou como conseguiu transformar o movimento contracultural radical em um fenômeno social de massa, conforme evidencia Fraser.

Podemos entender a percepção de Fraser sobre a relação entre o capitalismo e o feminismo, a partir da visão de Foucault (1999) sobre as sociedades disciplinares que tiveram seu desenvolvimento fortemente influenciado pela evolução do capitalismo moderno. O modelo de sociedade vislumbrado pelo autor coincide com o momento de conquista do poder pela burguesia, classe responsável pelo estabelecimento da sociedade capitalista moderna. Como citamos anteriormente, para ele, o poder vem acompanhado de resistência, não sendo essa externa a ele. Assim em sua percepção: “nas relações de poder, o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 91).

O feminismo, como uma das formas de resistência ativas contra o capitalismo organizado pelo Estado, acabou contribuindo de certa forma para as forças que desejavam acabar com esse sistema de organização econômico-social. Assim, não é surpreendente que o neoliberalismo tenha se apropriado de pautas defendidas por forças de resistência insatisfeitas com o sistema vigente.

Diante desse panorama, podemos compreender como pautas identitárias, entre elas o feminismo, conseguiram apoio para prosperarem no início do estabelecimento das iniciativas neoliberais. No âmbito dessas reflexões, Fraser (2019, p. 37) defende que o surgimento do neoliberalismo contribuiu para mudar o contexto no qual a segunda onda do feminismo atuava, agindo de forma ressignificar os ideais feministas, atribuindo-lhes um caráter ambíguo. Para ela, se há a possibilidade de se afirmar a existência de uma afinidade entre o movimento e feminista e a política neoliberal, esse ponto de convergência estaria situado na crítica à autoridade tradicional:

Mas a autoridade tradicional também aparece em alguns períodos como um obstáculo à expansão capitalista, parte do conteúdo social circundante em que os mercados historicamente foram incorporados e que serviu para delimitar a racionalidade econômica em uma esfera limitada. No momento atual, as duas críticas à autoridade em uma esfera limitada. No momento atual, as duas críticas à autoridade tradicional, a feminista e a neoliberal, parecem convergir (FRASER, 2019, p. 43).

Podemos entender a partir das observações de Fraser que houve uma aglutinação entre as iniciativas neoliberais de diluição do estado e a crítica feminista ao estado patriarcal androcêntrico. Como ela percebe, as influências dessa apropriação acabaram contribuindo para promover uma separação entre a perspectiva econômica de distribuição e a cultural, mais

facilmente incorporada pelo novo sistema. O movimento feminista acabou se afastando que mulheres mais pobres que enfrentavam outros tipos de opressão, negligenciando recortes de classe e até de raça. Também foi se gerando um apagamento em relação às explorações transfronteiriças relativas aos Estados ainda marcados pelos resquícios do colonialismo.

“Fruto do feminismo como movimento social, esse sentido discursivo do “feminismo” se tornou traiçoeiro. À medida que o discurso se torna independente do movimento social, ele é progressivamente confrontado com uma cópia estranha e sombria de si mesmo” (FRASER, 2019, p. 42). Nessa perspectiva, o feminismo parece comportar uma briga interna: sua identidade de movimento cultural emancipador, e sua apropriação como dispositivo de controle dentro das sociedades disciplinares. Conforme nos fala Foucault, o sucesso dos instrumentos de poder dentro dessas sociedades se dá através daquilo que ele consegue ocultar em seus mecanismos, “o poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade” (FOUCAULT, 1999, p. 83).

3. A concepção ambígua do “empoderamento” feminino nas eleições de 2018

O contexto sociopolítico brasileiro atual não é a mesmo vislumbrado por Fraser (2019) na segunda onda feminista, nem os dispositivos do poder atuam nos moldes dos observados por Foucault (1999). Entretanto, a crítica da influência neoliberal no movimento feminista proposta por Fraser e as formas de operação da microfísica do poder de Foucault nos fornecem algumas pistas para compreendermos como o fenômeno de apropriação de discursos emancipatórios direcionados a minorias sociais pelo capitalismo aconteceu no Brasil.

Na contemporaneidade, podemos observar uma maior veiculação de conteúdos midiáticos que promovem – em um primeiro momento – uma maior representatividade de parcelas da população que até pouco tempo eram invisibilizadas. Os 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que contaram com Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff como presidentes, foram cruciais para a entrada de minorias sociais no mercado consumidor. Se orgulhando de ter tirado 14 milhões de pessoas da pobreza, na realidade o governo Lula deu maior poder de compra para uma parcela que não estava acostumada nem a ser ver nas propagandas das grandes lojas populares. Embora tenha sido um governo de um partido de esquerda que dizia governar para os trabalhadores, o PT contribui muito para o avanço de uma política neoliberal mais comedida no Brasil:

[...] o PT não abraçou o ideário neoliberal por completo e de uma vez por todas. Foi abraçando aos poucos e envergonhado e, à medida que abraçava, amenizava seu discurso classista até subordiná-lo completamente aos interesses do capital; sobretudo, substituindo a organização política de base pela de aparelhos

meritocráticos os mais diversos: aí incluídos o próprio partido, os sindicatos, institutos, ONGs etc. (Pinheiro, 2006, p. 157).

Ao mesmo tempo em que adotava políticas neoliberais, o governo do PT tentava não se desassociar das pautas sociais que o haviam levado ao poder. O mandato de Lula foi marcado por programas sociais como o Bolsa Família que visavam preservar o apoio das camadas mais pobres da população, sem criar conflitos com as frações hegemônicas dentro da sociedade. Para Machado (2009), isso pode ter ocorrido devido à falta da tradução dessas iniciativas populares em uma mobilização das camadas mais pobres como ocorreu no governo de João Goulart, culminando no golpe de Estado. O autor também evidencia que as políticas do governo Lula em um primeiro momento não apresentaram de fato um perigo à dominação burguesa, uma vez que não foi executada “a máxima robinhoodiana de tirar dos ricos para dar aos pobres” (MACHADO, 2009, p. 28). Em resumo, os dois mandatos do líder petista foram baseados numa política conciliatória que rendeu algumas poucas migalhas para as classes populares.

No que se refere às pautas feministas, o governo de Dilma Rousseff foi muito mais representativo. Nas campanhas eleitorais do primeiro e do seu segundo mandato havia a construção da dupla identidade de mãe e guerrilheira. A presidenta, como gostava de ser chamada, tentava fazer uma negociação entre a imagem de mãe bondosa e cuidadosa com a de uma líder política de pulso forte. A segunda identidade era constantemente posta em descrédito e seu governo foi bombardeado por inúmeras críticas de gestão que culminaram em seu impeachment em 2016. As figuras abaixo foram veiculadas nas campanhas eleitorais:

Figura 1 – apoio do movimento feminista a Dilma Rousseff



Figura 2 – material de campanha de Dilma Rousseff



Assim como o governo anterior, a gestão de Dilma tentou se pautar mais uma vez em políticas conciliatórias, adotando iniciativas sociais sem pôr em risco os benefícios das camadas hegemônicas. No entanto, a crise econômica enfrentada pelo país ajudou a mobilizar as classes mais abastadas contra o governo. As parcelas mais pobres da população com a diminuição do poder de compra e alta dos juros, associadas às veiculações midiáticas que passavam uma imagem negativa do governo também começaram a reclamar do governo. As feministas também se decepcionaram com a gestão de Dilma. Embora a presidenta tenha trazido um congresso com uma maior representatividade feminina, promovido um fortalecimento da Secretaria Política para as Mulheres (SPM) e iniciado incentivos à microempreendedoras, muitas pautas de gênero ficaram congeladas.

O golpe sofrido por Dilma, as políticas neoliberais iniciadas no governo Temer, aliadas ao crescimento de grupos de extrema-direita trouxeram um ambiente instável para a política brasileira. Nas eleições presidenciais de 2018, candidatos filiados a uma política neoliberal mais agressiva tentavam trazer para si o apoio de camadas populares se apropriando de discursos emancipatórios atribuindo-lhes um caráter ambíguo, da forma como vimos em Fraser (2019). Assim, cotas raciais passaram a ser vistas como uma política racista e programas de assistência como o Bolsa Família foram e perseguidos. O candidato eleito, Jair Bolsonaro, tinha sua narrativa política baseada no combate à corrupção e à violência, defendendo a liberação do porte de armas e uma política de extermínio de pessoas consideradas criminosas. Devido à dificuldade do candidato de mobilizar eleitoras, Bolsonaro e outros políticos conservadores se apropriaram de um discurso de empoderamento feminino através do armamento civil que já havia sido utilizado pela campanha eleitoral de Donald Trump nas eleições americanas de 2016. As figuras abaixo trazem exemplos da aplicação desses discursos:

Figura 3 – Instituto Defesa a favor do porte de armas



Figura 4 – Material de campanha de Letícia Aguiar



A foto 3 foi veiculada em uma página da rede social Facebook pelo Instituto Defesa. As sedes da instituição ficam no Paraná e em Curitiba e seu objetivo é recuperar, ampliar e conservar o direito de acesso às armas e à legítima defesa. Seus fundamentos estatutários seriam: a liberdade; o direito de acesso às armas; a democracia; o direito à propriedade; o respeito indisponível à legítima defesa; a vida; a segurança; a igualdade; a valorização do

trabalho e da livre iniciativa e a proteção do cidadão frente ao Estado⁵. O material de campanha traz uma mulher branca usando uma arma na cintura e seus dizeres direcionam uma crítica ao Estado que o compreende como um obstáculo ao livre exercício do direito à defesa.

A foto 4 foi usada como material de divulgação da entrevista dada pela deputada estadual Letícia Aguiar. Eleita pelo Estado de São Paulo e filiada ao Partido Social Cristão, ela declarou apoio a Bolsonaro nas eleições de 2018. Em sua campanha, a deputada defendeu o uso de armas como uma forma de combate ao feminicídio e à violência contra a mulher. Em sua fala à Folha de São Paulo, ela coloca as mulheres como maiores vítimas do desarmamento civil. Ao dizer “uma mulher armada e preparada em seu dia a dia é sinônimo de segurança”, ela institui uma perspectiva privatizada da segurança pública.

Percebemos que as iniciativas neoliberais no Brasil também se utilizaram de pautas feministas – e de outras lutas de minorias – como forma de mobilização e suporte para alcançarem o poder. Usando uma aproximação mais branda na gestão do Partido dos Trabalhadores e mais radical com o avanço da extrema-direita nas eleições de 2018, as iniciativas neoliberais atuam para um combate mais agressivo ao capitalismo organizado pelo estado. Reforma dos direitos trabalhistas, reforma da previdência, privatizações, fim de programas sociais e diminuição de políticas assistencialistas voltadas para as camadas mais pobres, todas essas medidas contribuem para a diminuição da presença Estatal e ajudam a cunhar uma visão privatizada dos direitos civis.

Um ponto de convergência entre as políticas neoliberais e os discursos de resistência ressignificados é a falta de um recorte socioeconômico. A política de empoderamento feminino através do armamento é uma espécie de feminismo distorcido, essencialmente branco e de classe média, que nega recortes de classe e raça. A perspectiva também ignora dados da violência e pesquisas que demonstram que a liberação do porte de armas poderá, na realidade, agravar o problema do feminicídio. Na posição de 5º país que mais mata mulheres, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, o Brasil possui alto índice de mortes de mulheres por armas de fogo nos últimos anos. De acordo com dados do Departamento de informática do SUS (Datasus), pouco mais de 2.300 mulheres foram mortas por armas de fogo no país entre os anos de 2012 e 2016, o que representa um percentual de 49% do total de registros de mulheres vítimas de mortes violentas. Em 2016, um total de 560 mulheres

⁵ Informações do Instituto Defesa podem ser encontradas em: <www.defesa.org>, acessado em: 20.08.2019.

brasileiras foram mortas por armas de fogo dentro de suas residências, o que representou 40,2% das mortes em casa registradas⁶.

Em suma, a empoderamento feminino através da “política da bala” representa uma falácia, podendo se tornar o maior “tiro no pé” na história das brasileiras. Embora os dados governamentais apontassem para o erro desse discurso ele foi defendido e aceito entre mulheres apoiadoras da direita. Boa parte da responsabilidade dessa aceitabilidade pode ser atribuída a visão distorcida com a qual a mídia trata o feminicídio. Veremos a seguir, como o telejornal Brasil Urgente contribuiu para o fortalecimento desses discursos.

4. O feminicídio em Brasil Urgente

O Brasil Urgente foi ao ar pela primeira vez no dia 3 de dezembro de 2001. Desde sua estreia, traz como proposta: “tratar dos acontecimentos cotidianos, com repórteres espalhados pela cidade e apresentadores expressivos” (LANA, 2008, p. 18), dando enfoque à cobertura policial e de violência. Desde 2003, o programa é apresentado por José Luiz Datena. Durante um período de tempo, foi o único telejornal do gênero no ar. Atualmente é exibido de segunda à sexta, 16h da tarde. O público do telejornal é integrado por 53% de pessoas do sexo masculino e 47% feminino⁷, sendo 45% integrantes da classe C.

Remanescente do telejornalismo dramático (LANA, 2009), Brasil Urgente possui como característica a preferência por coberturas locais, notícias que retratam a realidade da violência urbana, utilização de recursos técnicos e estéticos de forte apelo emocional como coberturas de perseguições policiais, interesse por imagens em tempo “real” e incentivo de uma identificação entre público e apresentador. Esse tipo de programa integra um modelo de telejornalismo que, por ser essencialmente híbrido, ocupa um lugar de intercessão, onde ficção e realidade se encontram (LANA, 2009; SOUZA, 2008).

De acordo com dados de coleta próprios, referentes aos meses de maio, agosto e dezembro de 2018 no canal do programa na plataforma de vídeos Youtube, o feminicídio representa em média 21% das notícias de homicídios veiculadas em Brasil Urgente. Nos três meses observados, o número de assassinatos de mulheres realizados com objetos cortantes e força bruta, separadamente, superou os realizados com armas de fogo. A partir de uma análise mais

⁶ Dados encontrados na reportagem do Huffpost Brasil sobre as ameaças da flexibilização da posse de armas para mulheres. A matéria pode ser verificada no site: < https://www.huffpostbrasil.com/entry/decreto-armas-violencia-mulheres-feminicidio_br_5c3dc5bae4b0e0baf541092b>, acessado em: 20.08.2019.

⁷ Dados são referentes ao ano de 2015 e podem ser encontrados em: < <http://agenciapcarcara.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Tabela-Tv-Band-Out-2015.pdf>>, acessado em: 20.08.2019.

superficial das narrativas de feminicídio também pudemos perceber que esses eram majoritariamente cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas, tendo o ciúme como a principal motivação. Nas reportagens os crimes de gênero foram retratados como uma fatalidade isolada, fruto do descontrole emocional e não como um fenômeno social complexo.

A mulher em Brasil Urgente é um ser frágil inserido em um cotidiano de violência que a persegue em ambientes públicos e domésticos. Curiosamente, a maioria das mulheres vítimas de seus companheiros e ex-companheiros nas narrativas analisadas são moradoras de subúrbios e periferias, salvo pouquíssimas exceções. Já os assassinatos de pessoas do sexo feminino de etnia branca foram, majoritariamente, latrocínios. Esse dado é interessante para a discussão que propomos nesse trabalho. Como falamos anteriormente, a política de empoderamento feminino através da flexibilização do porte de armas é essencialmente um discurso direcionado às mulheres que tem condições aquisitivas, uma vez que armas de fogo são vendidas a preços elevados.

Em maio de 2018, o Brasil Urgente veiculou uma série de reportagens que trouxeram de forma clara como uma mulher empoderada pela arma é vista no noticiário. Com a legenda “Mãe heroína”, o telejornal trouxe a cobertura dos desdobramentos da ação da policial militar à paisana, Kátia Sastre, responsável por impedir uma tentativa de assalto que resultou na morte do assaltante, Erivelton, ocorrida na porta de um colégio em Suzano, Grande São Paulo. As seis matérias, exibidas entre os dias 12 e 15 de maio de 2018. O tom de excepcionalidade do fato foi atribuído à quebra da expectativa, na qual a vítima – mulher e mãe – subverte a fragilidade do estereótipo e assume o papel de uma policial que detém o agressor e “salva o dia”, culminando na morte do assaltante. O telejornal justificou o ato como sendo “uma atitude de mãe protetora e policial bem treinada” (ARCOVERDE, 2019).

Nas reportagens, o telejornal promoveu a desvalorização do estereótipo herói em detrimento do estereótipo mãe. Considerando, a visão patriarcal e os valores androcêntricos que orientam a formação sociocultural brasileira, podemos compreender o porquê da imagem da mãe prevalecer. Nas narrativas, ele é usado para justificar a atitude heroica: “Ela que tem 20 anos de profissão diz que usou o instinto de mãe e a experiência para dominar o ladrão” (Brasil Urgente, 14.05.2018, reportagem 3). A dificuldade de aceitação do fato de uma mulher estar desempenhando o papel, tradicionalmente masculino, do herói é evidenciada também em outro momento no qual a repórter, ao descrever como Kátia rendeu o agressor, faz ênfase na palavra sozinha, quando como se quisesse apontar para a excepcionalidade da policial superar

a fragilidade feminina: “Ela chuta a arma dele para longe e sozinha domina o ladrão” (Brasil Urgente, 14.05.2018, reportagem 3).

Percebemos a partir dessa sequência de reportagens que o empoderamento feminino através da posse de arma é útil à necropolítica que vem sendo instituída no novo governo. Também é possível evidenciar nessas reportagens uma tendência do telejornal em defender a oposição entre aqueles considerados cidadãos e bandidos. Entendemos cidadão como sendo “aquele que se identifica culturalmente como parte de um território, usufrui dos direitos e cumpre os deveres estabelecidos em lei”⁸. No entanto, para o Brasil Urgente, cidadão é uma identidade compartilhada entre o jornal e seu leitor imaginado, é a forma como ele tenta criar uma identificação com o seu público e, assim, também demarcar uma relação de alteridade com aqueles que ele associa com a identidade de bandido (ARCOVERDE, 2019).

Nas narrativas, podemos observar que a posição cidadão é relacionada com a noção de legalidade, enquanto que a posição “bandido” se insere fora do espectro da lei. Em uma fala do apresentador do jornal, é dito que “bandido não tem ética”. Essa afirmação tem um duplo efeito de sentido, pois, a partir dela, entendemos que se o bandido não tem ética, ele não respeita seus deveres e se não respeita seus deveres não está dentro do espectro da classificação de cidadão, não sendo também merecedor de direitos. Essa interpretação serve de validação, dentro da argumentação do jornal, para a atitude da policial e de justificativa para a morte de Erivelton, isso pode ser evidenciado na passagem:

Um fato lamentável é essa ocorrência de hoje que o cidadão morreu dentro da casa dele e que o bandido, que muita gente defende por aí, ele quando entra na sua casa, tá sozinho com você é você ou ele, entendeu? E que faz coisas execráveis até uma maioria das vezes covardes (Brasil Urgente, 14.05.2018, reportagem 2).

5. Considerações Finais

A mídia desempenha um papel importante dentro das estruturas do poder, tendo grande influência na construção de representações e identidades sociais. O potencial de exposição dos meios de comunicação, sua inserção na vida cotidiana, possibilita a veiculação de ideologias, assim como a naturalização e cristalização de discursos no senso comum. Para Kellner (2001, p. 79-80), “a ideologia mobiliza sentimentos, afeições e crenças para induzir a anuência a certos pressupostos nucleares dominantes acerca da vida social”. Dessa forma, a mídia como uma instituição hegemônica de poder, mobiliza os afetos de seu público por meio da representação dramatizada da realidade para perpetuar a manutenção da estrutura de poder.

⁸ Definição retirada do site: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2010/01/direitos-e-deveres>> , acessado em: 20.08.2019.

Devemos lembrar que os meios de comunicação no Brasil estão concentrados em grandes monopólios familiares. Outra coisa importante é considerar que a mídia está inserida na lógica do capital e trabalha com lucro e está subordinada a financiamento de anunciantes. Todas essas características acabam orientando o direcionamento político e ideológico desses veículos a favor daquilo que lhe trará maior favorecimento econômico. A problemática da violência urbana envolve questões relativas à desigualdade social que estão intimamente relacionadas com a hierarquia do poder. Esse desequilíbrio do poder se mantém como um planejamento democrático de controle social. A representação ambígua da mulher dentro do contexto social da violência urbana tem servido de instrumento de legitimação de pautas que, na prática, prometem agravar as opressões patriarcais.

Como vimos em nossa recuperação histórica, governos de esquerda e de direita, cada um a sua maneira, vem contribuindo para estreitar cada vez mais a relação entre pautas voltadas para as minorias sociais e as políticas neoliberais. Diante desse “beco sem saída” que o feminismo parece está situado e da crise de identidade dentro do próprio movimento, é difícil apontar caminhos para o futuro. Com pesar e sem vontade de adotar uma visão pessimista e pouco contributiva, concluímos concordando mais uma vez com Fraser (2019, p. 43): “precisamos ampliar nossa consciência histórica, na medida em que operamos em um terreno que também está povoado pela nossa cópia estranha”. Acreditamos haver a necessidade de o movimento refletir sobre o caminho que vem seguindo e promover uma autocrítica, tendo consciência das transformações históricas que o levaram a conjuntura atual. Por fim, alertamos para a necessidade de se ampliar a crítica da distribuição para o campo midiático, percebendo a comunicação em todo o seu potencial emancipatório.

Reportagens Consultadas:

Reportagem 1: MÃE heroína: policial à paisana atira contra assaltante. Brasil Urgente, 12.05.2018. Disponível em:

Reportagem 2: GOVERNADOR de SP fala sobre segurança no estado. Brasil Urgente, 14.05.2018. Disponível em:
<<http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16442751/governador-de-sp-falasobre-seguranca-no-estado>>

Reportagem 3: PM impede assalto em frente a escola na grande São Paulo. Brasil Urgente, 14.05.2018. Disponível em:
<<http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16442723/pm-impede-assalto-emfrente-a-escola-na-grande-sp>>

Reportagem 4: SP: policial impede assalto em festa do dia das mães. Brasil Urgente, 14.05.2018. Disponível em:
<<http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16442706/sp-policial-impedeassalto-em-festa-de-dia-das-mães>> .

Reportagem 5: POLICIAL impede assalto em frente à escola na grande SP, Brasil Urgente, 15.05.2018. Disponível em:
<<http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/166443363/policial-impedeassalto-em-frente-a-escola-na-grande-sp>> .

Reportagem 6: LADRÃO morto por PM em frente à escola já era procurado. Brasil Urgente, 16.05.2018. Disponível em:
<<http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16444008/ladrao-morto-pm-emfrente-a-escola-ja-era-procurado>> .

Referências Bibliográficas

ARCOVERDE, Marcela R.. Telejornais policiais: usos dos estereótipos sociais na atribuição do valor vida. In:II Congresso TeleVisões, 2019, Niterói.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Editora Loyola, 1999

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HALL, Stuart. The spectacle of the “Other”. In: HALLS, S.; EVANS, J.; NIXON, S. (Orgs.). Representation: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage, 1997. p. 225-279.

KELLNER, Douglas. A Cultura da mídia. Estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru:Edusc, 2001.

LANA, Lígia. Para além do sensacionalismo: uma análise do telejornal Brasil Urgente. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

MACHADO, Elias. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. In: Revista Lutas Sociais, vol. 21/22, 2009.

PINHEIRO, Jair. Três tipos de candidatura no pleito eleitoral de 2002: opositorista, governista e continuísta. In: Revista Lutas Sociais, vol. 9/10, 2003.

PINHEIRO, Jair. Uma cena decepcionante. In: Revista Lutas Sociais, vol. 15/16, 2006.

SILVA, T.T. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, Carlos Alberto de. Telejornalismo e morte: a interdição do ver no noticiário televisivo. Itajaí: Universidade do Vale de Itajaí, 2008.

Retórica das ruínas, políticas do vestígio*
figuras do degradado e do obsoleto nas imagerias do retroativismo
contemporâneo

Resumo

Fashwave, *Tradwave* e *Laborwaves* são culturas visuais pautadas pela reedição de iconografias de posicionamentos políticos e ideológicos como o fascismo, o tradicionalismo e o comunismo, respectivamente, a partir das convenções imagéticas do *vaporwave*, movimento estético caracterizado pela recuperação nostálgica de características audiovisuais tipificadas por estratégias comunicacionais da publicidade e do entretenimento dos anos 90, principalmente aqueles que apelam aos *visualglitches*, formas que exibem os traços de degradação das aparições midiáticas, como ruídos, deformações e corrompimentos de protocolos de reprodução. O artigo investiga como as relações entre a actualidade do degradado e do obsoleto e a discursividade política às quais estão submetidas exibem as dinâmicas intensivas entre uma estratégia de propaganda ideológica e a dimensão lúdica da sátira e da brincadeira política com as tradições imagéticas das ideologias.

Palavras-chave: internet e política, retórica visual, estéticas do mau funcionamento.

1. Devolva o nosso futuro: introdução a partir de uma “mensagem da *alt-right*”

Em 2017, o vídeo *Takeback our future: a message from the alt-right*¹ foi submetido pela conta anônima “2dadstv” à plataforma de vídeos *youtube*. O vídeo se inicia com ruídos e distorções típicas dos primeiros segundos de reprodução de um videotape. Assim que se estabiliza, a imagem dá lugar a uma cartela de título composta por tipografias e grafismos que evoca elementos de design datado, de traços estereotípicos do que hoje é conhecido como *retrofuturismo*, categoria que reúne as formas defasadas e obsoletas de representações das tecnologias do futuro como foi imaginado em épocas passadas, a partir da escolha de modelos de fontes que remetem aos tubos da

iluminação de néon, às texturas e gradientes da *WordArte* à *fixedsys*², escritas em um quadro texturizado que emula as linhas horizontais e deformações geométricas dos monitores de tubo do tipo CRT, sobre um fundo gráfico de linhas paralelas luminosas que desenham um espaço em forma de grelha que foi ostensivamente usado para

¹ Trabalho apresentado ao GT 5 – Comunicação e Política para o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

representar figurativamente *espaços virtuais*, em sequências de filmes como *Tron – Uma odisseia eletrônica* (*Tron*, Steven Lisberger, EUA, 1982) e *13º Andar* (*The thirteenth floor*, Josef Rusnak, EUA, 1999).

Figura 1 - Cartela-título de *Take Back our Future: a message from the alt-right*.



Na pista sonora, uma versão ligeiramente alterada da faixa *The Funny Cruise*, presente no disco *EasyListening – VintageFlavor* (Antoine Binant, JulienRanouli, *Blue Pie Records*, 2015). A temática do disco da faixa original segue os moldes de arranjos próprios do *easylistening*, remetendo ao universo sonoro de certa espécie de versão noventista da *muzak*, segmento pensado para construir uma experiência musical caracterizada pela “audição passiva ocorrendo enquanto se fazem tarefas rotineiras, percorrem-se espaços públicos, como aeroportos, elevadores, supermercados ou salas de espera.” (FONSECA E RODRIGUES, 2011, p.118). Durante o vídeo, cenas de intolerância social e violência estarão sempre musicadas por uma trilha de escuta fácil, de timbres suaves e arranjos contagiantes.

Takebackour future é uma animação de traços simples na qual, durante dois minutos, o espectador verá um personagem masculino letárgico ser inspirado por três homens que solucionam supostos “males” contemporâneos dos Estados Unidos: a luta por direitos das comunidades LGBTQ+, a tolerância com imigrantes e o crescimento do islamismo. As soluções são violentas, embora o estilo do desenho animado poupe o espectador de qualquer choque visual. Em certo momento, uma estudante ativista pelos direitos LGBTQ+ é arremessada desacordada para dentro de um armário. Em outro, uma mesquita é destruída para ser sítio de construção de uma igreja cristã. Não será surpresa o fato de um desses homens exibir a tatuagem de uma cruz suástica, além do momento em que os três realizam o gesto de saudação nazista enquanto percorrem os corredores de um colégio. No fim, uma festa em típico *americanbarbecue*, onde o personagem inicial, outrora franzino e inseguro, aparece como um confiante homem de

família ao lado de sua esposa religiosa, em uma casa de subúrbio com jardim e piscina, um plano de encerramento que se torna um cartão postal que ilustra os dizeres finais “*vice city... without the vice*”, em uma clara alusão ao imaginário oitentista de uma cidade de Miami como representada em seriados como *Miami Vice* (Anthony Yerkovich, MCA TV, 1984).

Figura 2
Back our



–Frames de *Take Future*

Takebackour future surge na internet no mesmo mês em que ocorre a manifestação Unitetheright³ (Unir a direita), na cidade de Charlottesville e clama, como diz o título, ser uma mensagem da “direita alternativa”. O conteúdo do vídeo, de fato, representa alguns dos principais valores da *alt-right*, segmento de uma ultradireita contemporânea que:

não têm pudor em explicitar um conteúdo racista, machista, antissemita, islamofóbico e lgbtfóbico virulento, apelam para violência direta e com frequência manifestam-se de forma chocante, apelativa, provocativa e sensacionalista, buscando sempre cobertura da imprensa. (POGGI, 2018, p.345)

Embora o conteúdo discursivo de *Takebackour future* seja, de fato, violento, tais convicções são moduladas não pelo efeito do choque e da intensidade, mas estão articuladas em uma atmosfera lúdica e humorada que chegam a criar um quadro sob o qual somos incapazes de afirmar com certeza se se estamos diante de um proselitismo político genuíno. Diferentemente das estratégias de conscientização racional, ou da

seriedade de um apontamento crítico de um cenário de tragédia, o chamado à ação de *Takebackour future* é dotado da leveza de uma curiosa “solidariedade reacionária”, na medida em que encena o acolhimento de um jovem desmotivado por parte da turma de fascistas “amigáveis” e da descontração de uma representação lúdica, na qual o próprio texto da realidade aparece extremamente simplificado em uma narrativa rudimentar que propõe um “mundo especular”, inacessível porque “é apenas uma cena imaginária à qual se gostaria de “emprestar” realidade, já que se pode “vê-la” (ISER, 2013, p.371). São esses os termos colocados por Wolfgang Iser, nome fundamental da teoria do efeito estético da escola de Constança, especialmente atento a uma fenomenologia da leitura orientada à dimensão ativa de um “jogo do texto”. Partindo das perspectivas de Gregory Bateson e Eugen Fisk, defende a própria inacessibilidade do mundo especular do jogo é a forma de atração para o engajamento do leitor, ou participante. Sendo o engajamento o principal efeito buscado pela propaganda política, é a diferença entre o mundo especular com a realidade exterior à qual ele se endereça que condiciona o imperativo de “tomar de volta o futuro”, em *Takebackour future*, um chamado à ação que busca motivar, justamente, a superação de tal inacessibilidade, tornar possível um futuro supostamente cancelado por uma ordem contemporânea que frustra uma imaginação política, nesse caso, neofascista.

Takebackour future deve ser tomado, portanto, como uma peça legítima de divulgação ideológica em consonância com a efervescência da presença midiática de uma nova geração de militantes de uma ultradireita reacionária, que busca conciliar um repertório afetivo dos hábitos de consumo, entretenimento e convicção sociopolítica em uma integração excêntrica que a gramática visual do *vaporwave* nos permitiria compreender.

2. Sensibilidade *vaporwave* e retroativismo político

Por suas decisões formais, que podem ser genericamente descritas como a tentativa de simular um *instructionalvideo* (filme educativo) típico dos anos 90, *Takebackour future* é caso notável da apropriação de um ativismo de ultradireita dos códigos estéticos do *vaporwave*, movimento estético surgido na internet que é caracterizado pelo resgate de convenções audiovisuais tipificadas por estratégias comunicacionais da publicidade e do entretenimento nas últimas décadas do século XX. A música que sonoriza o vídeo, já citada anteriormente, é, não por acaso, de implicatura

típica do segmento musical do *vaporwave*, que se interessa intensamente por “recontextualizar a música de elevador (...) se engaja no reenquadramento, e não necessariamente na paródia, dos intermináveis *soft rock* dos shoppings ou na música ambiente das salas de espera.” (TANNER, 2016, p.40). A nomenclatura *vaporwave* é alegadamente derivada de *vaporware*, termo de autoria controversa que tem origem enquanto gíria da comunidade de profissionais e entusiastas das tecnologias de computação na década de 80 para se referirem a produtos ou projetos da área que prometiam muito além do que poderiam cumprir, simbolizando, portanto, expectativas frustradas e irrealizadas. É essa dimensão simbólica que dá substância para as identificações do *vaporwave* enquanto um movimento estético nostálgico, que identifica nos modos expressivos da cultura midiática dos anos 90 o *locus* de uma promessa de futuro que é cancelada, de um imaginário frustrado pelos rumos da sociedade ocidental a partir do século XXI. Daí autores como Grafton Tanner identificarem um ressentimento anticapitalista como gênese sintomática de uma “sensibilidade *vaporwave*”, que seria, “(...) cética em relação à promessa do capitalismo de nos redimir através dos bens materiais” (TANNER, 2016, p.13). Para Tanner, um movimento com *vaporwaves* só poderia ter sua fenomenologia na virtualidade da internet, pensada como espaço intensivo de convergência do passado, presente e futuro porvir, no qual estaríamos

vivendo em um estado de atemporalidade, ansiando por um tempo anterior ao presente. No ocidente, o tempo ao qual nos inclinamos é aquele anterior ao século XXI, que chega violentamente no onze de setembro de 2001, antes da ascensão da internet. O capitalismo sabe disso e explora nossa nostalgia coletiva pelo ganho econômico, transformando em commodities os próprios fantasmas aos quais nos apegamos voluntariamente. Fazemos isso porque nos reconhecemos nas engrenagens de um capital neurótico e caótico que se desfaz de qualquer sentido que não o lucro. (TANNER, 2016, p.13)

Embora o *vaporwave* responda satisfatoriamente aos critérios para ser pensado como cena artística, principalmente no estrato mais estabelecido de sua cena musical, frequente seus códigos são instrumentalmente utilizados apenas como uma gramática visual e, com isso, circula intensamente em um espaço muito mais próximo daquele dos *memes* de internet do que da *arte política*, na medida em que as peças são profundamente referenciais e não carecem de valor por serem cópias ou repetições de materiais de origem externa. São produzidas a partir de técnicas de reprodução de “fórmulas” visuais previamente definidas, tampouco há apelo à noção de autoria, características compatíveis tanto com as comunicações visuais de manifestação política,

como os *poster-bomber*, cartazes e faixas de protesto, quanto aquelas esboçadas por Patrick Davison (in. MANDIBERG, 2012) em sua tentativa de analisar a operacionalidade da linguagem dos memes, como, por exemplo, da diluição da noção de autoria artística em uma revisão Foucaultiana orientada à uma atribuição genérica de “função-autor” que se limitaria a “classificar e agrupar trabalhos distintos, da mesma maneira em que etiquetas e palavras-chave permitem que uma mídia digital distribuída seja pesquisada e classificada” (DAVISON in. MANDIBERG, 2012, p. 132). *Vaporwave* é, portanto, *atagde* uma cultura visual que não é pautada pelo destacamento de artistas particulares produtores de seu conteúdo, sendo muito mais um campo de proliferação de imagens a partir da replicação do que da criação.

Talvez possa parecer, nessa altura do texto, que o *vaporwave* deve ser considerado como um mero caso recente de revivalismo, fenômeno típico da história da cultura em que estéticas, tradições ou técnicas consideradas antiquadas ou obsoletas são reafirmadas sob uma reivindicação anacrônica, na medida em que são postas ao reaparecimento para além dos quadros históricos que as determinavam previamente. Nessa perspectiva, o *vaporwave* seria o movimento de resgatar e valorizar a singularidade das formas de expressão e os meios de reprodução midiática do fim do século XX que teriam sido superados por tecnologias mais avançadas, eficazes e adequadas às tendências de novos tempos.

Esses diferentes aspectos datados da experiência estética da cultura midiática oitento-noventista são artificialmente reunidos pelo *vaporwave* enquanto uma espécie de pacote de sensações, ou, em adesão ao termo de Arjun Appadurai, uma paisagem midiática (*mediascape*) (APPADURAI, 1990), o que resulta em uma hipérbole que caricaturiza e deslegitima qualquer compromisso de fidelidade de um revivalismo austero. Por essa razão, o *vaporwave* deve ser compreendido nos termos específicos de um movimento “retrô”, a forma excêntrica de um revivalismo depravado, como defende Elizabeth Guffey (2006), de um tipo que não olha para o passado em busca de uma exemplaridade orgulhosa e perdida, mas que faz reemergir com certa ironia o que é escuso e supostamente vergonhoso (GUFFEY, 2006, p.15), as limitações, defeitos, ingenuidades.

A conceitualização de Guffey sobre a relação entre o “retrô” e o revivalismo parece seguir a exata lógica da “transcontextualização irônica” como operador retórico dos efeitos de paródia, como é proposto por Linda Hutcheon em *A theory of Parody: The*

teachingsofTwentieth-centuryArtForms(2000). Nessa perspectiva, o movimento “retrô” seria senão uma paródia do revivalismo, e seus produtos culturais, como o *vaporwave*, estariam invariavelmente dotados de uma vocação paródica, o que Tanner não parecia disposto a admitir. Tal vocação, no entanto, deve ser compreendida na justa medida da complexidade que Hutcheon confere a esse horizonte de efeitos, que passa a ser inteiramente distinto do mero pastiche ou da imitação barata, por isso não é surpreendente que Guffey encontre a necessidade de atestar acertadamente que “a não seriedade do retrô deve ser diferenciada da frivolidade” (GUFFEY, 2006, p.15).

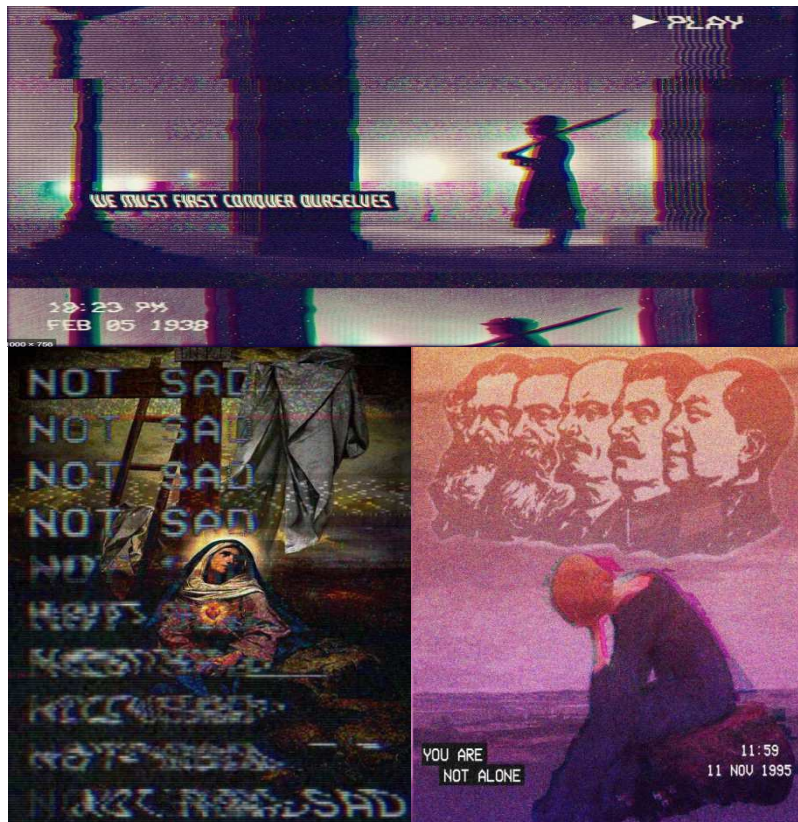
A seriedade do retrô para Guffey deriva de sua dimensão inesperadamente heurística, como uma forma “não-histórica de conhecer o passado” (GUFFEY, 2006, p.20). Assim, seu suposto efeito paródico é consequência colateral de uma “nostalgia não sentimental” (GUFFEY, 2006), sendo, assim como a paródia, uma reverência transformativa e não imitativa do passado (HUTCHEON, 2000). Logo, a nostalgia que se põe nos afetos do “retrô” é substancialmente distinta de um “desejo de retorno” real ao passado, sendo mais próxima da reescritura do passado no presente. Daí, embora não sugira essa formulação, Guffey nos dá um fundamento para que a ideia de *retroação* seja pensada sob uma forma radicalmente literal, não a literalidade simples da retração como movimento real de recuo, mas da ação no presente que é ela mesma “retrô”.

3 - Retóricas da ruína: *fashwave*, *tradwave*, *laborwave*

Fashwave, *tradwave* e *laborwave* são culturas visuais politicamente informadas que derivam do *vaporwave*. Na *fashwave*, fotografias histórias da segunda guerra mundial, simbologias fascistas e objetos estéticos da arte greco-romana são postas à reaparições excêntricas próprias da atitude *retrô* do *vaporwave*: aparecem como se estivessem sendo reproduzidas em fitas magnéticas degradadas, distorcidas enquanto arquivos de imagem digital corrompidos, deformadas a partir de erro de fidelidade em superfícies defeituosas. Na *tradwave*, o mesmo acontece sobre o material da arte sacra e da iconografia religiosa. Na *laborwave*, reaparecem as imagerias do comunismo soviético, as pinturas do realismo socialista, a propaganda gráfica da URSS. Apesar das diferenças ideológicas insuperáveis entre as três cenas, elas são passíveis de reunião na categoria de retroativismo político por serem convicções mobilizadas por imaginários sociopolíticos ligados a um passado tomado por antiquado diante de uma hegemonia da democracia liberal e por constituírem sua fortuna estética em uma morfologia visual de

sensibilidade retrô. Não podem ser justapostas, portanto, com as matrizes ideológicas que as inspiram, notadamente o fascismo, o tradicionalismo e o comunismo, porque, sob a lógica retrô, não se pautam mais por um vínculo de fidelidade, autenticidade e integridade.

Figura 3 -
da fashwave
tradwave
(esquerda),
laborwave
(direita).



Peças
(topo),

Poderia o uso da sensibilidade *vaporwave* enquanto substância expressiva de um conteúdo ideológico ser pensado como uma estratégia de “empacotamento”, como proposto por Bob Franklin (1994)? É verdade que Franklin se atenta especificamente à dinâmica persuasiva que as estratégias de comunicação na arena de debate da política institucionalizada (partidos, candidatos, militantes) estabelece com as mídias massivas, mas não seria esse trânsito entre traços materiais da mídia de informação e consumo e a difusão de programas político ideológicos passível de uso amplo sob a figura da *embalagem*, ou *pacote*? Em revisão crítica da perspectiva excessivamente suspeitosa de

Franklin, John Street indica esse potencial quando escreve que a política já está sempre empacotada na vida cultural, de modo que:

A comunicação política não pode ser separada da cultura popular, não pode ser apenas o caso de transmitir informação ou de persuadir pessoas através da força de argumentos. É sobre capturar a imaginação popular, dar a atos e ideias uma importância simbólica. Isso significa se apropriar das técnicas daqueles que são experientes nessas artes: publicitários e produtores de televisão, o que também significa tomar de empréstimo retóricas e práticas do populismo que a cultura popular corporifica. (STREET, 1997, p.57)

Que retóricas estão mobilizadas no pacote sensível da *vaporwave*? O retroativismo brinca com as possibilidades de transformação de uma imagem em ruína, em uma espécie de jogo especulativo com a economia estética de seus regimes de aparecer e desaparecer (MONDZAIN, 2005). Por isso se interessam principalmente, pelas marcas da sensibilidade *vaporwave* que atestam as formas exibidas pelos aparatos de reprodução e mediação midiática dos anos 90 quando fracassam. Brincam, portanto, com as formas inesperadas de intermedialidade⁴, como quando fazem pinturas e fotografias aparecerem como se estivessem sendo reproduzidas em uma fita magnética degradada, exibindo não apenas os ruídos típicos da má condição do aparelho, mas as características típicas das imagens captadas sob este horizonte de reprodução, como a informação sobre a data de gravação incorporada diretamente na imagem, assim como a emulação de aspectos que estariam presentes apenas em suas exibições em televisores do tipo CRT, como a distorção geométrica.

Em *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*, Wendy Brown utiliza a retórica da ruína para definir um momento contemporâneo no qual a razão neoliberal se encontra em estado crítico de autossustentação na medida em que sua estrutura se torna uma monstruosidade que seus próprios fundadores abominariam, alimentando o niilismo, o fatalismo e um ressentimento rancoroso em relação ao presente (BROWN, 2019). Podemos pensar, a partir disso, do modo particular pelo qual culturais visuais como *fashwave*, *tradwave* e *laborwave* se apropriam do pacote de sensações *vaporwave* e seu horizonte retórico para fazê-los coincidirem com o conteúdo argumentativo de suas posições ideológicas. Não é o caso de convicções ideológicas serem tomadas como programas hermenêuticos que intercedem a uma suposta matéria de plasticidade neutra da estética *vaporwave*, dotando-a de um substrato de significação até então ausente, mas é a própria aspectualidade do que se compreende enquanto quadro experiencial do *vaporwave* que

motiva e redefine modos de aparição de discursividades políticas que a utiliza como plataforma de formalização. A dimensão nostálgica do *vaporwave* e sua lógica de acesso não histórico ao passado condiciona um retroativismo que não é motivado pela reivindicação de uma alternativa de futuro, como se o porvir fosse um território indeterminado e passível de disputa, mas pelo resgate de um futuro que já foi imaginado e perdido que já se converteu em passado. É por isso que a estética retrô e o apelo ao futuro não entram em contradição, o próprio futuro tornado passado como promessa irrerealizada se converte em objeto privilegiado da retroação. Nessa aparição excêntrica, o

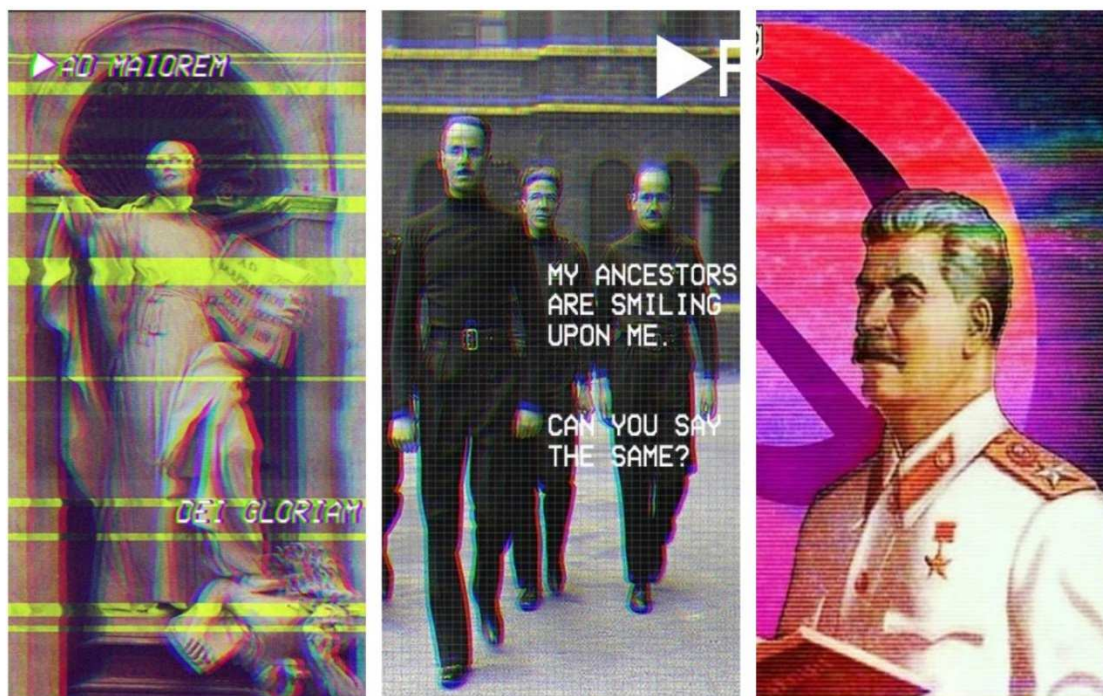
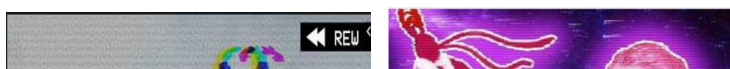


Figura 5: Na esquerda, uma imagem tradwave, no centro, imagem fashwave, na direita, laborwave

Acima (fig.3), à esquerda, vemos a reedição de uma fotografia que enquadra a estátua de Santo Inácio de Loyola, esculpida por Camillo Rusconi (1658-1728). Faixas horizontais de aberrações cromáticas são adicionadas na imagem, além do ícone convencional para representar a ativação do modo “reprodução” (*play*) em aparatos de controle de mídia, um triângulo inclinado de modo a parecer uma seta direcionada à direita. Estão inseridos também os dizeres em tipografia sysfont “*ad maiorem dei gloriam*”, “para maior glória de deus”. No centro, uma icônica fotografia de Oswald Mosley, principal líder de extrema direita na Inglaterra, reeditada de modo a emular o defeito de *fringe*, aberração cromática tipo das primeiras superfícies de LCD. São adicionados à foto os dizeres “*myancestors are similingupon me. Canyousaythesame?*”, “meus ancestrais estão sorrindo para mim, você pode dizer o mesmo?”. Por último, no



canto direito, uma pintura de Josef Stalin, líder da União Soviética entre as décadas de 1920 e 1950, também reeditada de modo a exibir o aspecto de uma reprodução em suporte degradado, com ruídos, chuviscos e distorções de linhas horizontais.

A imagem, mesmo se intercedida pelo erro, degradada e arruinada, não trai sua vocação de *fazer ver*. Por isso a iconoclastia é tarefa ingrata, já que destruir uma imagem também consiste em vê-la sobreviver insistentemente até o ponto crítico da extinção. Existe, nesse gradiente entre integralidade e destruição, uma zona de incerteza sob a qual uma imagem aparece igualmente sob o fracasso da degradação e a pujança da sobrevivência. Essa dupla natureza do visível é conhecida há muito, afinal: “já se tratava disso na Idade Média, por exemplo, quando os teólogos sentiram a necessidade de distinguir do conceito de imagem (*imago*) o de *vestigium*: o vestígio, o traço, a ruína.” (DIDI-HUBERMAN, 2010, P.34-35).

Cenas de *retroativismo* como o *flashwave*, *tradwave* e *laborwave* parecem perseguir esse efeito, através das reedições que realizam sobre as imagerias iconográficas às quais prestam referência: o simbolismo e o arquivo fascista, a arte sacra e a iconografia judaico-cristã e a arte realista e a propaganda das repúblicas socialistas soviéticas, respectivamente. Talvez esse efeito possa ser pensado sob os termos que Bruno Latour atribui ao *iconoclash*: “quando não se sabe, quando se hesita, quando se é perturbado por uma ação para a qual não há maneira de saber, sem uma investigação maior, se é destrutiva ou construtiva.” (LATOUR, 2008, p.113). De fato, o texto de Latour segue com relevância renovada nos contextos atuais em que o compartilhamento de imagens em ambientes de sociabilidade *online* se torna segmento notável de análise da comunicação política atual, visto que a todo o tempo ele se interroga “por que as imagens provocam tanta paixão?” (LATOUR, 2008).

O cenário da *iconoclash* é a constatação das ruínas deixadas por um furor iconoclasta, de uma guerra suspensa por um momento que, em ocasião do texto de Latour, é a própria virtude da exposição artística *Iconoclash* cujo catálogo é o dispositivo para o texto, pautada por um recuo ao ímpeto de *destruir* as imagens e se virar diante dos destroços já criados:

E o que aconteceu que possa explicar que, após cada íconocrise, um cuidado infinito seja posto em ação para restaurar as estátuas despedaçadas, salvar os fragmentos, proteger os escombros? Como se fosse sempre necessário desculpar-se pela destruição de tanta beleza, de tanto horror; como se de repente não se tivesse certeza do papel e da causa da destruição que, antes, parecia tão urgente, tão indispensável; como se o destruidor tivesse, de repente, se dado conta de que algo além houvesse sido destruído por acidente, algo em relação ao qual uma reconciliação fosse agora devida. Não são os

museus os templos nos quais sacrifícios são feitos para se pedir desculpas por tanta destruição, como se quiséssemos de repente parar de destruir e estivéssemos começando o culto indefinido de conservar, proteger, reparar? (LATOUR, 2008, p.115).

Que tipo de ação de proselitismo político tão motivado pela urgência buscaria não a comunicação eficiente, a persuasão objetiva, mas um espaço liminar entre seriedade e brincadeira, entre a restauração de imagerias do passado e a profanação de suas formas originais? Como já descrevemos ostensivamente, a lógica do retroativismo não é a do retorno, mas a reaparição, mas a modulação de uma reaparição marcada por um fracasso da emergência íntegra do visível nos compele à distinção entre aparecer como imagem e como ruína, uma diferença que é capaz de disparar quadros de reconhecimento inteiramente distintos.

No retroativismo, as iconografias ideológicas são tomadas como acervo oriundo de uma espécie de arquivo documental, uma vida menor das imagens quando já esvaziadas pelo julgamento estético, absorvidas pela história, tomadas “pela rotina convencional” (LATOUR, 2008), onde são observadas sob uma distância crítica através da qual seus efeitos apelativos são desmobilizados. Por isso, poderíamos pensar que as peças visuais do retroativismo *jogam* com essas imagens tornadas objetos historicizados, para restituí-las de um apelo afetivo adequado à certa demografia do contemporâneo, justamente através da sensibilidade *vaporwave*. Essa passagem de uma objetualidade lassa à experiência emocional é condição necessária das atividades do *jogo*, ainda que insuficiente, como escreve Bennett: “A transformação de objetos em fontes de profundas experiências emocionais ou intelectuais é uma das características definidoras do jogo. A transformação é uma condição necessária, mas não suficiente, do jogo” (BENNET, 1979, p.333). Para que essa atividade de reedição das imagens satisfaça a definição Bennetiana de jogo, ela deve ser o resultado de uma transformação simbólica de objetos sociais ou físicos com a intenção de produzir novidade, entretenimento ou inovação. Além da gratificação emocional e intelectual oriunda dessa transformação, é necessário também que as pessoas envolvidas em ato de jogar se reconheçam praticando ações positivas e afirmadoras (BENNET, 1979).

É verdade que os grupos que produzem, consomem e compartilham imagens de retroativismo já estão devidamente inseridos nos horizontes de expectativa da sensibilidade *vaporwave*, portanto, não respondem ingenuamente à actualidade das imagens como se elas fossem resultado real das operações defeituosas de reprodução

que buscam emular. No entanto, mesmo uma compreensão devidamente informada pelos preceitos estéticos do *vaporwave* lida com a questão da *legibilidade* visual, pela razão de que a própria valorização dos efeitos da degradação e do erro enquanto formas “esteticamente experienciáveis” depende de sua compreensão enquanto marcas que limitam, ou tensionam a legibilidade das figuras que se apresentam nas imagens. Não porque se relacionam diretamente ao repertório cultural que reconhece as formas de um mau funcionamento dos aparatos, mas porque as consequências visuais dessas quebras de protocolos de reprodução imagética são aquelas que desafiam nossas capacidades cognitivas de reconhecimento.

Portanto, a estratégia de comunicação política do retroativismo extrai valor de uma convenção que é ela mesma constituída de quebras de convenção, e, com isso, substitui as técnicas de apresentação de imagens que são metonimicamente adequadas às nossas formas de percepção por aquelas que nos seriam inadequadas. Com isso, no entanto, não quer eliminar do horizonte a possibilidade do reconhecimento, o que seria prática iconoclasta que já assumimos como não sendo o caso, mas produzir com aquilo que no processo de reconhecimento comparece como traço, vestígio, ou pista. Esses dados não são signos, segundo Umberto Eco e sua teoria da semiótica, mas “objetos a serem inseridos em uma função-sígnica” (ECO, 1979, p. 222). O que interessa pensar aqui é que, diferentemente da matriz cultural e da especificidade midiática envolvida no entendimento dos códigos *vaporwave*, que os determinam como consequentes de uma materialidade tecnológica como fundamento prescritivo da sensibilidade, a marca, traço ou vestígio como produto de certa atividade complexa e desafiante da atividade cognitiva de reconhecimento seria, como qualquer outro procedimento de reconhecimento, convencionalmente codificada, mas seu código não seria:

estabelecido por uma decisão social arbitrária, mas sim motivada por experiências passadas; a correlação entre uma dada forma e um dado conteúdo foi mediada por uma série de menções, inferenciais baseadas em circunstâncias não codificadas, declarações meta-semióticas.
(ECO, 1979, p.222-223)

Afinal, se a vocação retrô do *vaporwave* interessa pela apropriação anacrônica e não historicamente determinada dos aspectos de uma paisagem midiática noventista, devemos que pensar que esses próprios elementos visuais passam a existir para além do mero apontamento da dimensão tecnológica de suas constituições e, por isso, se tornam traços, atrações visuais singulares que podem ser postas a aparecer em materiais que lhes seriam impróprios, como o repertório

iconográfico das ideologias. É exatamente dessa operação que decorre o apelo *panfletário* dessas estratégias retroativistas, de mobilizar a afecção de uma política do vestígio a partir da experiência do traço que é radicalmente mobilizadora e muito distante de qualquer muda contemplação associada ao ato de ver imagens, porque o traço, nesse caso, a aparição ilógica das estéticas do erro e do defeituoso, não são mais efeitos meramente correlatos com unidades codificadas - a fita magnética, o televisor CRT, a imagem digital – mas de um discurso visual. “Portanto, a expressão não se trata mais de um signo, mas de um texto” (ECO, 1979, p. 222). Os elementos da degradação e da obsolescência se tornam aspectos de um objeto *heteromaterial*, já que as marcas visuais não são mais materialmente equivalentes à suas origens causais, a matéria, agora, é apenas “motivada por sua causa” (ECO, 1979, p.222).

A dimensão desorientadora das imageria retroativistas se estabelece na medida em que elas convidam à investigação de suas matrizes ideológicas ao mesmo tempo em que se desvinculam da referência autêntica de suas tradições, arruinam intencionalmente seus modos esperados de apresentação não para destruí-las, senão para *restaurá-las*. Encenam, com isso, a reaparição redentora desses imaginários ideológicos, que longe de figurarem nas galerias das políticas antiquadas, surgem reatualizadas como resistências contrahegemônicas no presente, contra o presente.

¹ O vídeo foi removido do youtube em razão do seu conteúdo violento, ao representar agressões contra populações LGBTQ+ e muçulmanas. Decido por não apontar diretamente endereços alternativos para a visualização do vídeo para não alimentar visualizações ao material. Caso o leitor ache necessário conferir as imagens para além dos frames incorporados no texto, uma pesquisa simples pelo título do vídeo em mecanismos de busca deve direcionar a replicações do conteúdo em outras plataformas.

² Família de fontes tipicamente utilizadas em interfaces de programação e sistemas operacionais rudimentares como o MS-DOS.

³ O protesto *Unitetheright* foi motivado pelo repúdio à decisão do poder local de Charlottesville pela remoção de uma estátua que homenageia Robert Edward Lee, comandante do exército dos estados confederados considerado um herói da guerra civil americana. A decisão pela retirada da homenagem se deu pela inadequação dos ideais escravistas de Edward Lee e de sua crueldade contra homens negros, fato historicamente documentado. O ato se tornou evento simbólico da reaparição de uma ultradireita protofascista nos Estados Unidos pela assunção explícita de símbolos nazi-fascistas por parte dos manifestantes, além da ocorrência trágica da morte de Heather Heyer, mulher que protestava contra o ato *Unitetheright* quando foi atropelada por James Alex Fields Jr. que deliberadamente lançou seu carro contra a multidão de opositores à marcha da *alt-right*, atentado que feriu 28 pessoas. James Alex Fields Jr. foi considerado culpado e condenado a 419 anos de prisão.

⁴ “A intermedialidade se define, *grosso modo*, como a relação que se estabelece entre diversas mídias e produtos midiáticos, e que estes estabelecem entre si, através de processos de adaptação, citação, hibridização etc., ressaltando a *medialidade* de sua constituição e do seu sentido. (MÜLLER, 2012, p. 170)

Referências

-
- APPADURAI, Arjun. *Disjuncture and difference in the global cultural economy*. Public Culture, v.2, n.2, Nova Iorque, 1990.
- BENNET, W. Lance. *When politics becomes play*. Political Behavior, v.1, n.4, 1979.
- BERARDI, Franco. *After the future*. Chicago, AK Press, 2011.
- BROWN, Wendy. *Edgework: critical essays on knowledge and politics*. Nova Jérsei, Princeton University Press, 2005.
- BRUMMETT, Barry. *Rhetoric of machine aesthetics*. Santa Bárbara, Praeger, 1999.
- CHAGAS, Viktor et al. *A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise do conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014*. Intexto, Porto Alegre, n.38, jan-abr, 2017.
- DAVISON, Patrick. *The language of internet memes*. In. MANDIBERG, Michael. *The social media reader*. Nova Iorque, NYU Press, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo, Editora 34, 2010.
- ECO, Umberto. *A theory of Semiotics*. Indiana, Indiana University Press, 1979.
- FONSECA E RODRIGUES, Rodrigo. *O muzak e as indústrias culturais: os hábitos de escuta e da experiência contemporânea com a criatividade musical*. Logos, Rio de Janeiro, v.34, n.1, jan-jul, 2011.
- FRANKLIN, Bob. *Packaging Politics: political communication in Britain's media democracy*. Londres, Edward Arnold, 1994.
- GUMBRECHT, Hans-Ulrich. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo, UNESP, 2015.
- GUFFEY, Elizabeth. *Retro: the culture of revival*. Londres, Reaktion Books, 2006.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2013.
- HUTCHEON, Linda. *A theory of parody: the teaching of Twentieth-Century Art Forms*. Illinois, University of Illinois Press, 2000.
- LATOUR, Bruno. *O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras de imagem?* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 14, n.29, jan-jun, 2008.
- MONDZAIN, Marie-José. *Image, Icon, Economy: The byzantine origin of the contemporary imaginary*. Califórnia, Stanford University Press, 2005.
- MÜLLER, Adalberto. *Linhas imaginárias: poesia, mídia, cinema*. Porto Alegre, Editora Sulina, 2012.
- POGGI, Tatiana. *Alt-right e a classe trabalhadora branca nos EUA: a face moderna do conservadorismo contemporâneo*. Marx e o Marxismo, Niterói, v.6, n.11, jul-dez, 2018.

STREET, John. *Politics and Popular Culture*. Filadélfia, Temple University Press, 1997.

TANNER, Grafton. *Babbling Corpse: vaporwave and the commodification of ghosts*. Winchester, Zero Books, 2016.

Repensar a epistemologia da *comunicologia*¹: um desafio planetário

Resumo

Este artigo pretende repensar a epistemologia da *comunicologia* e pôr sua natureza como lugar de emergência de uma ciência interligada, um desafio planetário. Na verdade, a *comunicologia* é uma ciência. Tem configurações epistemológicas que lhe permitem construir conhecimentos objetivos e estabelecer leis universais. A negação da cientificidade da *comunicologia* resulta, portanto, de uma abordagem de demarcação dogmática, política e ideológica entre ciência e não ciência, em que aqueles que teriam os chamados critérios de cientificidade seriam também aqueles que reclamariam a legitimidade para fixar a norma. O fundamento da legitimidade científica de uma ciência deve ser a pesquisa científica e a produção de novas problematizações de fenômenos e processos apresentados para debate público. A *comunicologia* faz prova desta conquista científica que ilumina as práticas sociais numa perspectiva interdisciplinar. Esta possibilita de conciliar os saberes. A *comunicologia* torna-se assim o motor de um mundo científico atomizado. Tudo leva à comunicologia e a comunicologia leva a tudo.

Palavras-chave: ciência; *comunicologia*; epistemologia; interdisciplinaridade; *comunicametria*.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é duplo: por um lado, repensar a epistemologia da *comunicologia* a partir de uma abordagem interdisciplinar e da definição básica da ciência. Em outras palavras, trata-se de ver o que torna a cientificidade da comunicação baseada nos elementos constitutivos de uma ciência em geral. E por outro lado, pôr a natureza da comunicologia, a interdisciplinarida, como um desafio planetário para uma ciência interconectada, um saber co-construído. Com efeito, a legitimidade da comunicação como ciência tem sido questionada pelos pesquisadores (tanto dentro como fora da disciplina) desde o seu aperecimento no mundo científico. Para os críticos da *comunicologia*, não é diferente da

¹ Ao longo deste artigo, utilizamos, alternadamente e/ou simultaneamente, o conceito de *comunicologia* de Alex Mucchielli com o de comunicação para designar as Ciências da Informação e da Comunicação. Com efeito, a comunicologia refere-se a um conjunto de disciplinas inventariadas sob o termo "vago" das ciências da informação e da comunicação) (ESTIVALS, R., "Les théories de la communication", In revue Schéma et schématisation, n° 53, 2000, p. 5) para dar conta do fenômeno comunicativo como um todo de forma unida e complexa e para sair da lógica sequencial e atomística da comunicação. A comunicologia seria uma resposta aos críticos das Ciências da Informação e da Comunicação que acreditam que, porque conjugadas no plural, estas ciências não teriam nada de próprio. A comunicologia, em si mesma, une três paradigmas: informação, comunicação e logos (discurso sobre a *comunicologia*). Esse trabalho é submetido para o GT 5 – Comunicação e política.

sociologia, da ciência política ou da ciência da linguagem. Lucien Sfez (1994), por exemplo, considera a *comunicologia* como um tautismo, ou seja, que evoca uma vocação totalizante, mesmo totalitária. A *comunicologia* não teria, portanto, "nenhuma legitimidade epistemológica, mas apenas legitimidade administrativa resultante da capacidade de certos atores e redes de a terem obtido e manterem reconhecida, o que seria apenas institucional" (YVES.-F., 2004).

Outros pesquisadores acreditam que tal perspectiva de demarcação, inspirada das concepções positivistas de Augusto Comte e da lógica disjuntiva cartesiana de Descartes, entre o que seria a ciência e o que não seria, não só não resolve o problema da cientificidade da comunicação, mas também aparece como uma pretensão dogmática, monádica, política e ideológica. Não existe de ciência pura e absolutamente autônoma. A Física, por exemplo, usa a matemática para algumas de suas operações e assim por diante. Todo o processo científico é um processo de desabsolutização, co-construção e interconexão de saberes.

Ao olhar as posições dualistas acima referidas, a questão da legitimidade e da cientificidade da *comunicologia* fica inteira: podemos falar de ciência ao respeito da *comunicologia*? A interdisciplinaridade, *natureza da comunicologia*, é uma fraqueza ou um trunfo importante pela compreensão do real comunicacional na sua complexidade? Para melhor definir nosso foco de pesquisa, nossa abordagem é baseada na fenomenologia e complexidade de Edgar Morin (2004) como método. De fato, a fenomenologia permite compreender o fato comunicacional "através da descrição de seu processo de realização" (EKAMBO, 2004, p. 105-106). A complexidade, por outro lado, tem a vantagem de conciliar o conhecimento e colocar a interdisciplinaridade como um desafio planetário. O nosso argumentário compreende quatro eixos, a saber: A cientificidade da ciência, Podemos falar de ciência sobre ciência da comunicação?, A *comunicologia*, uma ciência multilateral e multidisciplinar, Interdisciplinaridade, lugar de onde emerge uma ciência interligada e um desafio planetário.

2. A cientificidade da ciência

Falar da cientificidade da *comunicologia* é se perguntar se realmente a *comunicologia* é uma ciência. Tal preocupação abre o caminho para outra questão, não menos importante, a saber: o que é a ciência? Em outras palavras, quais são os elementos constitutivos de uma

ciência ou quais são os critérios de cientificidade ou as condições de possibilidade de uma ciência? É em função da resposta dada a esta pergunta que poderemos inferir se a comunicação é realmente uma ciência e como abordá-la a partir da sua natureza e da sua abordagem privilegiada: a interdisciplinaridade. De fato, segundo o dicionário Petit Robert, a ciência é "um corpo de conhecimentos, estudos de valor universal, caracterizado por um objeto e método específicos, e baseado em relações objetivas verificáveis". De acordo com o dicionário Larousse, a ciência é definida como "um corpo coerente de conhecimento relacionado a uma determinada categoria de fatos, objetos ou fenômenos"».

M.C. Bartholy, J.P. Despin, G. Grandpierre, em seu trabalho conjunto, "La science - épistémologie générale" (1978), concebem a ciência como "um conhecimento objetivo que estabelece relações universais e necessárias entre fenômenos, permitindo a predição de resultados (efeitos) cuja causa pode ser controlada experimentalmente ou identificada através da observação. Para K. Popper, a ciência é conhecimento objetivo e, como tal, é "independente da crença, ou vontade de admitir, ou afirmar, ou agir de qualquer pessoa. Conhecimento no sentido objetivo é conhecimento sem um conhecedor; é conhecimento sem um sujeito conhecendo" SAGAUT, 2009, p. 30).

Em seu artigo, " Qu'est-ce qui fait Science dans Science de l'Information? ", Le Coadic (2004) define a ciência como "uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas" para satisfazer a necessidade de uma sociedade em perpétuo desenvolvimento. A ciência interage sempre com a sociedade. Ela responde a uma necessidade de saber, a uma pergunta que o homem se faz ou a sociedade se faz a si mesma. Este foi o caso da ciência da natureza, da física e do desenvolvimento da sociedade industrial. Segundo Le Coadic (2004), a física nasceu com o advento desta sociedade industrial. Ao longo dos anos, alguns ramos da física formaram ciências independentes, como a química e a biologia, a fim de responder às necessidades da sociedade industrial na sua procura de estabelecer um sistema de produção que lhe permita explorar a natureza cada vez mais eficazmente. E o desenvolvimento dessa produção industrial tornou necessária "uma ciência que estudasse as propriedades físicas dos objetos naturais e os modos de ação das forças da natureza" (COADIC Y.F., 2004).

De todas as definições de ciência, emerge que para uma mente científica, todo o conhecimento é uma resposta a uma pergunta. Se não havia dúvida, não pode haver conhecimento científico. Nada é óbvio. Nada é dado. Tudo é construído. "(BACHARELATO,

1938). Tudo não é suficientemente bom para constituir conhecimento científico, como Paul Feyerabend afirmou em 1975. Por conseguinte, a ciência pretende constituir um conhecimento verdadeiro e eficaz. Deste ponto de vista, o conhecimento científico é conhecimento objetivo. A ciência estuda a realidade ou fenômenos, mas fenômenos definidos, ordenados e classificados pelo pesquisador que seriam diferentes daqueles observados por um leigo (COADIC Y.F., 2004). Para aceder ao estatuto de conhecimento científico e não de mera crença, o conteúdo da ciência deve ser justificável, ou seja, verificável ou validável. Em outras palavras, o conhecimento científico deve atender aos critérios de verdade ou verificação empírica (o estabelecimento de uma relação específica com a realidade) e validade (coerência, racionalidade) (SAGAUT, 2009). Esta etapa de validação, central para a definição da ciência através da epistemologia contemporânea, implica que o conhecimento científico é independente de qualquer apreciação subjetiva. A verificação deve ser efetuada por qualquer pessoa que o deseje. É aqui que o conhecimento científico é verdadeiramente objetivo: é (idealmente) independente da pessoa que conduz a operação de verificação.

O conhecimento científico pode ser analisado de acordo com quatro conceitos muito gerais, a saber: o referente, o objeto, a teoria e o método e/ou abordagem. Um conhecimento ao qual faltam alguns destes constituintes não é uma ciência. Uma ciência nasce quando um objeto e um modo de conhecimento são combinados, e o todo é testado empiricamente.

Além disso, a ciência é inequívoca nos seus conceitos e universal no seu conteúdo através do estabelecimento de relações universais e necessárias. Este é, por exemplo, o caso da lei da gravidade na física. Esta lei deve ser aplicada em todo o universo, ontem, hoje e amanhã. O espaço e o tempo científicos são, portanto, homogêneos e isotrópicos. É o que chamamos de princípio cosmológico: todos os lugares no espaço e todos os tempos são equivalentes em termos da aplicabilidade das declarações científicas. Esta é uma ruptura profunda com as concepções mágicas ou místicas que conferem propriedades particulares a certos lugares ou períodos (SAGAUT, 2009). Bachelard estava, portanto, certo quando afirmou que não há ciência, exceto quando há uma ruptura com a opinião (BACHELARD, 1938).

Estes poucos elementos básicos da ciência em geral são suficientes para nos ajudar a dizer se sim ou não a *comunicologia* é uma ciência.

3. Podemos falar de ciência ao respeito da *comunicologia* ?

A *comunicologia* faz parte das disciplinas chamadas ciências humanas e sociais, que são diferentes das ciências naturais. A *comunicologia* é, portanto, uma atividade social, nascida e determinada pelas condições históricas e socioeconômicas para responder às necessidades reais da sociedade em crescimento (COADIC Y.F., 2004). Como a ciência em geral, o conhecimento comunicacional é uma resposta a uma pergunta e/ou necessidade do investigador ou da sociedade. Com efeito, o século XX, com as suas mudanças de todos os tipos, assistiu ao nascimento da sociedade da informação. Esta caracteriza-se, em particular, pela utilização da informação como recurso económico. As empresas utilizam a informação para aumentar a sua eficiência e competitividade, estimulando a inovação para obter os melhores resultados.

Os homens em geral também usam a informação e a comunicação em suas vidas diárias para trocar e negociar. As interações, as relações promovidas pela comunicação e as trocas informacionais são agora vistas, neste contexto, como fatos e, portanto, como um verdadeiro objeto de estudo. Assim, a *comunicologia* nascerá para estudar as interações, "as propriedades e o comportamento da informação, bem como os meios de processamento da informação" (DRAGULANESCU, 1999, p. 27-28), os processos da sua construção, comunicação e utilização "para obter uma acessibilidade e utilização óptimas" (DRAGULANESCU, N., 1999, p. 27-28).

Como pode ser visto, o campo da *comunicologia* não resulta, portanto, de uma evolução dentro de disciplinas conhecidas, mas vem como resultado de uma interação constante entre quatro dimensões, humana, económica, social e técnica (WOLTON, 2015). Esta interação constante estrutura a resposta que a *comunicologia* reserva à sociedade da informação. E como no caso da física, várias ciências têm encontrado através da *comunicologia*, graças à interdisciplinaridade, um objeto de estudo de alto prestígio social no objetivo de responder a uma determinada necessidade. Assim, surgiram "especialidades como sociologia da comunicação, direito da informação, economia da informação, filosofia da comunicação, antropologia da comunicação" (EKAMBO, 2004, p. 17).

Todas essas ciências, em geral, compartilham um objeto comum de estudo: fatos comunicacionais. Estes fatos são definidos, ordenados e classificados pelo pesquisador

comunicólogo. Assim, não estudamos os leitores da Biblioteca ou os ouvintes de qualquer transmissão, mas sim o usuário, o leitor, o ouvinte, o visitante, o telespectador (YVES, 2004).

Sublinhamos, a este respeito, que os fatos comunicacionais observados aparecem nos dois extremos do processo de reflexão: a sua observação sugere hipóteses que são depois validadas por uma etapa de verificação baseada num teste de concordância entre fatos e hipóteses. É esta ligação que faz com que se dê valor às ciências empíricas em geral e à *comunicologia* em particular, porque estas ciências devem refletir uma realidade extra-linguística e, portanto, não ser puras ficções. A questão do valor da ciência está, portanto, subordinada a duas questões fundamentais: qual é a natureza dos fatos? Qual é a relação entre fatos e teoria?

O objeto da *comunicologia* é também estruturado e compreendido através dos métodos, conceitos, teorias e paradigmas unívocos, autônomos e operacionais postos em prática pela *comunicologia*. Estes conceitos são portadores de conhecimentos objetivos de comunicação, exigindo cooperação e confronto teórico. Isto é o que Wolton chama de "tournant communicationnel" ou "giratório comunicacional (WOLTON, 2015). Conceitos e/ou paradigmas, por exemplo, de rede, interação, hipertextualidade, linearidade, circulação, comunicação são uma ilustração perfeita. Eles são portadores de conhecimento e se prestam à mudança na comunicação. Com efeito, a comunicação, por exemplo, refere-se a um processo social que se estende a todos os seres humanos, a uma materialização, uma existencialidade de parceria. Georges Mead (1934, p. 69-120), no seu livro *L'Esprit, le soi et la société*, afirma: "O princípio fundamental na organização social é o da comunicação que implica uma participação em outrem. Isso exige que o outro apareça em si mesmo e que ele mesmo se identifique no outro; isso exige que o si acesse à consciência através do desvio do outrem". Esta participação é possibilitada pelo tipo de comunicação que o homem, à diferença das outras espécies, é capaz de cumprir.

Com o paradigma da hipertextualidade, surgem dois grandes princípios epistemológicos da comunicação:

O sentido não explode no início nem é completado no fim": trata-se, essencialmente, de uma tradução metafórica da infinitude que caracteriza o pensamento contemporâneo: economia empurrada para as fronteiras do planeta, capacidades ilimitadas do computador, etc. Todo o processo se desenrola assim como eco à imagem da bela teoria desenvolvida por Roland Barthes (1970, p. 10) que podemos ilustrar pela simples expressão de "obra literária", que é uma verdadeira negação do fundamento axiomático da filosofia tradicional que afirma

que "todo o texto é unívoco, detentor de um sentido verdadeiro, canônico". No entanto, segundo Roland Barthes (1970, 13), "o texto é absolutamente plural" e seu sentido se estende ao infinito (EKAMBO, p. 94).

Os atores não buscam necessariamente alcançar a produção coletiva do sentido (EKAMBO, 2004, p. 96). Este segundo princípio da hipertextualidade, logicamente ligado ao precedente, revela-se tanto mais significativo uma vez que nos convida a contrastar claramente com o paradigma da circularidade, que toma a orquestra como modelo. O sentido da comunicação, como aponta Ekambo, é produzido por cada um dos parceiros e nenhuma soma pode pretender reunir esta pluralidade num conjunto completo (EKAMBO, 2004, p. 96).

Como podemos ver, com efeito, a análise, estudo e conceitualização de fatos comunicacionais e/ou propriedades informacionais e os processos de sua construção, sua comunicação em um contexto de desafio, facilitam a conciliação de noções até então consideradas apenas relacionadas: noções de informação e comunicação. É nessa perspectiva que Robert Escarpit deixa entrever que, "dentro de uma teoria geral, a comunicação deve ser percebida como um processo e a informação como seu produto ou resultado" (ESCARPIT, 1976; EKAMBO, 2004, p. 21-22). Segundo Escarpit (1976), o objeto da comunicologia aparece claramente como um binômio : a informação e a relação. Os dois dados, portanto, aparecem simultaneamente e devem ser localizados no contexto da comunicação. Por conseguinte, não são isoláveis. A informação é informação apenas quando entra no contexto da comunicação, ou seja, no quadro relacional. Não há comunicação sem relação e informação. Informação e Relação são, portanto, como conteúdo e contendor.

Como podemos constatar, a *comunicologia* é fundamentalmente uma ciência. Ela tem um objeto de análise e conceitualização, métodos de abordagem que produzem perguntas, hipóteses, teorias, conceitos e declarações para descrever os processos de informação e comunicação. Estes elementos epistemológicos fazem da ciência da comunicação uma ciência interdisciplinar, multilateral e multidisciplinar que promove a co-construção dos saberes.

4. *Comunicologia*, uma ciência multilateral e multidisciplinar

Acusa-se a *comunicologia* muitas vezes de ser uma ciência-encruzilhada, interdisciplinar, em que se sacia na fonte de muitas disciplinas tradicionais. A *Comunicologia* não teria métodos próprios e/ou autônomos. Esta é frequentemente uma das principais queixas

apresentadas por alguns pesquisadores para contestar a legitimidade e a cientificidade da *Comunicologia* e de outras ciências do universo, da vida e mesmo do ambiente. No entanto, para Bernard Bougnoux, "pensar os fenômenos da comunicação conduz a várias interferências noutras disciplinas, onde exerceremos um direito de perseguição". Não para o prazer de acrescentar fragmentos de saberes dispersos, mas para aplanar, conectar e iluminar um a um" (BOUGNOUX, 2001, p. 5.) Esta é, portanto, uma epistemologia completa e geral que é mais crítica a considerar.

Wolton (2013), por sua vez, considera que "a indispensável interdisciplinaridade não é outra senão a aproximação e aprendizagem da coabitação entre diferentes disciplinas e saberes". E é depois de 50 anos que a informação e a comunicação, graças à interdisciplinaridade, contribuem largamente para a reestruturar as disciplinas, os saberes e os domínios do conhecimento e contribuem à aproximação desses saberes. A interdisciplinaridade não é, portanto, o elo fraco na possível epistemologia e/ou cientificidade da *Comunicologia*. É antes, um trunfo importante, uma vantagem. Em qualquer caso, *Comunicologia* e as ciências sociais atestam a importância crescente da interdisciplinaridade (WOLTON, 2013) no campo do conhecimento contemporâneo. Sua especificidade, como todas as outras ciências interdisciplinares, deve ser caracterizada por uma tensão entre a lógica científica clássica e a complexidade trazida pela interação entre o homem e a sociedade (WOLTON, 2015).

Esta complexidade evidencia o caráter científico da *Comunicologia* como uma ciência multilateral e multidisciplinar com fronteiras abertas, uma ciência mãe-portadora, uma infraestrutura social e tecnológica sem a qual os resultados das outras ciências não permaneceriam conhecidos a não ser pelos seus autores e no seu círculo limitado. O "plural" que caracteriza a *Comunicologia* simboliza tanto o seu caráter único, aberto e a pluralidade de ciências que fazem parte deste domínio epistemológico totalmente autónomo. Este plural é também uma afirmação e prova eloquente de que a *Comunicologia* é múltipla nos seus métodos, nos seus quadros de pensamento, de programas, de teorias e de modelos; plural nos seus conceitos e paradigmas e que é possível reconstruir seu regime de conhecimento de várias modalidades (BARTHOLY M.C., DESPIN J.P., GRANDPIERRE G., 1990 ; MIEGE, 2004.). Finalmente, graças à interdisciplinaridade, tudo leva à comunicologia e a comunicologia leva a tudo. A interdisciplinaridade é mais evidente neste caso, não apenas como lugar de emergência de uma ciência plural, interligada, mas também como uma aposta e um desafio planetário.

5. Interdisciplinaridade, lugar de emergência de uma ciência interligada e um desafio planetário

A interdisciplinaridade revela o caráter híbrido da ciência e, ao mesmo tempo, revela-se como aposta, um desafio e uma oportunidade ao mesmo tempo epistemológica e mundial que a comunidade científica deve enfrentar. Já não existe mais disciplina puramente original, ou seja, evoluindo independentemente das outras disciplinas científicas. A ciência é um corpo ontológico múltiplo e interdependente. Deste modo, a interdisciplinaridade surge como um lugar de emergência e consolidação de saber coletivo e comunitário. Os diferentes métodos da comunidade científica revelam-se como um conjunto de regras e mecanismos capazes de promover o diálogo entre disciplinas científicas, há muito tempo, separadas e fragmentadas pela visão cartesiana de Descartes (CARVALHO, 2014: 434). Colocando-nos na perspectiva da complexidade de Edgar Morin (MORIN, 1990), a interdisciplinaridade preconiza uma racionalidade plural, um mundo relativizado e convida a comunidade científica, através dos seus métodos, a restaurar a solidariedade entre todos os fenômenos, como já o pedia G. Bachelard (1938). Devemos, portanto, rejeitar o modo de pensar da disjunção que favorece o desenvolvimento da ciência numa perspectiva vaso fechado. Devemos afastar-nos da perspectiva monádica da ciência, da lógica sequencial e atomística da ciência e, portanto, da fragmentação do pensamento científico. E isto, graças a uma (re)organização crítica das teorias e ideologias, por um lado, e por outro, ao ligar os conhecimentos, o conhecedor aos seus conhecimentos (MORIN, 1990).

A humanidade tem assim a oportunidade de conceber o real na sua complexidade e pluralidade, ou seja estudar o real pelas ciências interligadas, saindo assim da sua visão autonomista, monádica e diferenciando umas das outras. Isto permite de levar conta do fenômeno científico como um todo de forma unida, interdisciplinar e complexa. É sob esta condição que a humanidade poderá sair da ignorância e da cegueira científica ou "inteligência cega" (MORIN, 1990, p.22) que muitas vezes leva os homens ao uso degradado da razão científica. Com efeito, passamos a pensar e a agir como fantoches manipulados, determinados pela realidade que nos cerca. Se nossa inteligência for cega, estamos privados de visão, abraçados por uma afeição extrema para o desenvolvimento da ciência e das ameaças ligadas a avanços descontrolados dos conhecimentos que já levaram e podem levar a catástrofes ainda mais graves (SOUSA SANTOS, 2002, p. 23).

A interdisciplinaridade, para encerrar este capítulo, é, portanto, uma chance para o advento de outra disciplina que chamamos de *comunicometria*, que seria o conjunto de atividades métricas relativas à comunicação ou binômio informação-relação e ao setor de todo dado que entra no seu campo epistemológico. Será uma ciência da ciência ou a ciência da comunicologia. Da mesma forma como foi tratada a cientometria, a *comunicometria* pode igualmente usar instrumentos científicos, incluindo os instrumentos matemáticos, para medir, generalizar, levantar hipóteses, tirar conclusões e servir como um método válido da avaliação, da pesquisa em comunicologia.

6. Conclusão

A comunicação é uma ciência. Ele tem configurações epistemológicas, tais como objetos e campos de estudo, métodos e abordagens preferenciais, e conceitos autônomos, inequívocos e operacionais que lhe permitem construir conhecimentos objetivos demonstráveis, controláveis pela comunidade científica e postos à prova dos fatos, de um lado; e por outro lado, estabelecer leis universais e / ou enunciados que permitem a descrição de processos de informação e comunicação. Sua construção teórica pode ser resumida no que Wolton (2015) chama de quadrado dos conhecimentos, caracterizado pelos seguintes quatro ângulos: epistemologia comparada e interdisciplinaridade; experimento e controvérsia; indústria do conhecimento; relatórios ciência-técnica-sociedade (WOLTON, 2015).

A negação da legitimidade e da cientificidade da comunicologia resulta, portanto, de um a priori e de uma abordagem de demarcação dogmática, política e ideológica entre ciência e não ciência, na qual aqueles que dispusessem dos chamados critérios da cientificidade seriam também aqueles que reivindicariam a legitimidade para estabelecer a norma (RUSSELL, 2001). Significa ser ao mesmo tempo juiz e júri. Além disso, na discussão que os opõe aos racionalistas, os defensores do relativismo afirmam que não existem critérios universais de cientificidade que sejam universais e que sejam válidos em todas as épocas do desenvolvimento da ciência. Os critérios que definem a ciência variam de uma disciplina para outra, e podem evoluir ao longo do tempo e variar de uma comunidade humana para outra.

O fundamento da legitimidade científica de uma ciência deve ser a pesquisa científica e a produção de novas problemáticas, conceptualizações, descrições de fenômenos e práticas sociais e seus processos tais que sejam apresentados ao debate público em artigos, colóquios e

seminários. A maior aquisição científica da *comunicologia* hoje são os resultados da investigação produzida em seu seio, tanto pela multiplicação de problemáticas heurísticas, de teorizações e de conceptualizações originais susceptíveis de esclarecer o real e/ou o fenómeno informacional e comunicacional numa perspectiva de interdisciplinaridade. Esta permite captar fatos comunicativos de uma forma complexa e plural. Nesse cenário, a ciência da *Comunicicologia* facilita a diluição das fronteiras científicas e torna-se princípio da atração, o corredor de transmissão e o motor de um mundo científico atomizado. Tudo leva à *comunicologia* e a *comunicologia* leva a tudo.

7. Referências

BACHELARD G. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1938.

BARTHES, R. **S/Z**. Paris: Seuil, 1970.

BARTHOLY M.C. et al. **Épistémologie générale**. Paris: Magnard, 1990.

BOUGNOUX, D. **Introduction aux sciences de la communication**. Paris: La Découverte, 2001.

CARVALHO, E. A. Teoria da Complexidade. CITELLI, A. Et al. (orgs.). **Dicionário de Comunicação : escolas, teorias e autores** (São Paulo : Contexto), p. 430-439, 2014.

DRAGULANESCU, N. **Sciences et techniques de l'information. Genèse et évolution**. Buscarest: éd. Agir, 1999.

EKAMBO J-C. D. **Paradigmes de communication**. Kinshasa: Ifasic éditions, 2004.

ESCARPIT, R. **Théorie générale de l'information et de la communication**. Paris: Hachette, 1976.

FEYERABEND P., **Against method, outline of an anarchist theory of knowledge**. New-York: New Left Books, 1975.

Le COADIC Y.F. **La science de l'information**. Paris : 3ème édition -Que sais-je? n°2873, P.U.F., 2004.

MEAD G.-H. **L'Esprit, le soi et la société**. Paris: PUF, 1934.

MIEGE B. **L'information-communication, objet de connaissance**. Bruxelles: De Boeck/INA, 2004.

MORIN, E. A inteligência cega. In:_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORIN, E. **La Méthode**. Paris, Seuil, 2004.

RUSSELL M.-J. La communication scientifique à l'aube du xxie siècle. **Revue internationale des sciences sociales**, Paris: ERES, numéro 2, vol. 168, 2001, p. 297-309.

SAGAUT, P. **Introduction à la pensée scientifique moderne**. Paris, 2009, 266 p. Cours de culture générale, Licence Année 2008-2009. Institut Jean Le Rond d'Alembert: Université Pierre et Marie Curie – Paris 6. Disponível em: <http://www.lmm.jussieu.fr>. Acesso em 8 de julho de 2019.

SURAUD, M-G. La scientométrie : une méthode d'évaluation de la recherche. Communication et organisation. Paris, 26 mars 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/communicationorganisation/1881>. Aceso em 10 de julho de 2019.

WOLTON, D. Défense et illustration des sciences de la communication. **Hermès** (Paris), numéro 71, p. 13-21, 2015/1.

WOLTON, D. Interdisciplinarité, entre disciplines et indisciplines ». **Hemès** (Paris), numéro 67, p. 210-220, 2013.

“Hoje vou jogar bem na sua cara”^{1*}

cultura pop-brasileira moduladora de dissidências ético-políticas

Resumo

Nesse trabalho, temos como objetivo pensar a cultura pop como mobilizadora de debates de ordem ético-política em um momento em que torna-se alvo. No escopo da indústria cultural, alguns agentes midiáticos viralizaram nas redes boatos a respeito de ícones da cultura pop brasileira como Anitta, Ludmila e Pablo Vittar com o intuito de construir dissidências de ordem política (a partir das preferências musicais das pessoas). Trabalhamos aqui com a hipótese de que em momentos de crise político-social, a esfera privada (valores privados de certos grupos políticos) sobrepõe-se à pluralidade que constitui a ágora pública e, no nosso caso, vemos no fato de a cultura pop estar sob ataque um sintoma mais latente de embaralhamento dessas esferas.

Palavras-chave: cultura pop, música pop, esfera pública, esfera privada, conflitos sônico-musicais

1. Introdução

A partir do segundo semestre do ano de 2017, o MBL (então conhecido *Movimento Brasil Livre* principal mobilizador em favor do golpe contra Dilma Rousseff) passou a orientar-se na defesa da moral no campo da cultura em lugar de pautas como corrupção e política institucional. Do “Lula na cadeia”, “fora Dilma”, “fora PT”, aderiram, já no contexto do governo Michel Temer, às pautas das artes, da cultura e da música². Pediram, por exemplo, a suspensão da exposição *Queermuseum* em Porto Alegre, advogaram contra a alardeada “ideologia de gênero”, militaram a favor do “Escola sem Partido”, entre outros casos.

De todas as pautas políticas aqui mencionadas (*Queermuseum*, Escola sem Partido, ideologia de gênero, meninas vestem rosa e meninos vestem azul) os diversos grupos organizados de direita pareciam partir do princípio de que a esquerda tenta sucessivamente corroer “a civilização judaico-cristã” por dentro. Nessa linha de pensamento, movimentos identitários – feministas, negros e gays, que defendem a

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – COMUNICAÇÃO E POLÍTICA durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

² Lembremos que o MBL nasceu em 2014 com o objetivo de mobilizar as ruas a favor do impeachment de Dilma (PT), de pregar o liberalismo econômico e exigir o combate à corrupção. Com relação a este último ponto, eles ainda concentram seus ataques, de forma obsessiva, ao PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é acusado de corrupção em vários processos e já foi condenado em um deles.

representatividade em obras de arte, seriam agentes de um suposto “marxismo cultural”. Por meio dele, confrontariam, supostamente, a família nuclear cristã sendo apologistas de uma “moral sexual degenerada”³.

Se teorizações (sic) conspiratórias em torno do “marxismo cultural” eram pautas exclusivas de grupos de direita dos Estados Unidos a partir da década de 1990, hoje, com a eleição de Jair Bolsonaro, tal cruzada ganhou centralidade dentro da burocracia do Estado. A nomeação do colombiano Ricardo Velez Rodriguez como Ministro da Educação é exemplo imediato. Em seus termos, os objetivos principais da pasta estariam em combater o “marxismo cultural” e exaltar a “família e a igreja”⁴. Efeito direto no campo da Cultura, por exemplo, foi a definitiva extinção do Ministério cujas principais atribuições anteriores pautavam-se em políticas de incentivo. Com seu fim, as pautas da cultura ficaram a cargo do então inaugurado Ministério da Cidadania, que, em suas primeiras demonstrações públicas priorizou políticas ligadas à regulação e fiscalização (que de modo exagerado nos remete à Censura de outrora). A recente renúncia do Secretário Nacional de Cultura Henrique Pires, por exemplo, explicita seu desacordo na intervenção do Presidente na cultura e liberdade de expressão⁵.

Na lógica que permeia às políticas de combate ao “marxismo cultural”, por exemplo, é possível ler em blogs simpatizantes ao bolsonarismo conspirações do tipo: “teoria dos três pilares”. “O sistema” (no caso a concepção que têm de marxismo cultural) “pode ter escolhido especificamente os seus representantes no Brasil para difundir a bandeira do marxismo”, “Anitta representaria a pauta do feminismo; Ludmilla à bandeira contra o racismo e o Pabllo Vittar a figura da agenda LGBT”⁶. Assim, o que poderia ser simples espirituosidade ou qualquer delírio que se encontra na *deep web*, máximas como essa envolvendo cantoras da indústria pop têm não só

³ Ver MEIRELES, Maurício. Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/bolsonarismo-importa-dos-eua-teoria-conspiratoria-sobre-marxismo-cultural.shtml>. Acesso em 30 ago. 2019.

⁴Ver SALDAÑA, Paulo. Vélez exalta igreja e família e diz que MEC vai combater marxismo cultural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-exalta-igreja-e-familia-e-diz-que-mec-vai-combater-marxismo-cultural.shtml>. Acesso em 30 ago. 2019.

⁵Pires teria revelado que um edital de temática LGBT para tevês públicas fora objeto de censura no Ministério da Cidadania. Ver PUTTI, Alexandre. Secretário de Cultura pede demissão e acusa Bolsonaro de censurar séries LGTBs. *Carta Capital*. São Paulo, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/secretario-de-cultura-pede-demissao-e-acusa-bolsonaro-de-censurar-series-lgbts/>. Acesso em 1 set. 2019.

⁶ REDAÇÃO, A teoria dos três pilares: Anitta, Ludmilla e Pabllo Vittar. *Conexão Política*, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://conexapolitica.com.br/brasil/a-teoria-dos-tres-pilares-anitta-ludmilla-e-pabllo-vittar/>. Acesso em 30 ago. 2019.

simpatia mas sim centralidade em um discurso que tem legitimidade na agenda do chefe de estado bem como à equipe ministerial que o circunda.

Nesse artigo, perguntamos em um primeiro lugar se o fato de uma vertente da cultura pop tornar-se, em determinado momento, alvo privilegiado de grupos de direita é mero delírio conspiratório de certos segmentos sociais ou algo de fato relevante, quando mais essa pauta ganha centralidade no Estado? No caso da música, o que alguns ícones da cultura pop e do entretenimento (sem quaisquer traços de militância pragmática), têm tanto a incomodar uma agenda de governo? Tratamos, no caso, de uma nova esfera pública que prescreve um modo ou uma moral privada? O que a música ouvida e consumida por cidadãos enquanto indivíduos teria tanto a afetar um novo “projeto de nação”?

Com o intuito de responder questões a princípio complexas, arranhamos a hipótese de que em um contexto de país novamente marcado pela característica de polarização política, a moral privada e íntima de alguns cidadãos sobrepõe-se, a partir de um poder central, à pluralidade de formas de *ser* e *significar* no espaço público (exemplos: escola sob controle religioso, universidade em vias de mercantilização, protagonismo político quase exclusivo de homens brancos, ricos, de idade avançada em ministérios, enfim).

Se a cultura pop parece, num primeiro olhar, ter maior imunidade contra instrumentos políticos de controle (exceto em momentos históricos particulares), apostamos nela (a despeito de toda concentração de poder e capital que lhe diz respeito) como *ágora* de micro resistências em torno das subjetividades. Em nossa hipótese, a agência da música e de seus protagonistas está na mobilização de afetos que podem *agregar* - o pop trabalha na chave da unanimidade - ou mesmo *dividir* - o que parece menos comum quando se é algo feito para agradar a todos. Em outras palavras, não trabalhamos nesse estudo com música de nichos específicos (*indie*, *folk*, *reggae*, etc.) tampouco música circunscrita a territorialidades particulares (funk proibidão, Racionais MCs). Trato de ícones e sonoridades que fazem balançar do neto à avó na sala de estar das mais diversas casas de diferentes classes sociais.

1. Música, política e divisionismo: já conhecemos essa história?

O último vestígio autoritário que partilhamos na memória, enquanto brasileiros, nos remete a 1964. Recapitulemos que naquele ano instalou-se no Brasil uma ditadura militar de direita a fim de garantir uma agenda econômica em consonância com o

projeto internacional estadunidense voltando-se, externa e internamente, contra o socialismo/comunismo. A população, ao longo de duas décadas, sofreria as consequências da então tomada de poder pelas mãos de generais: repressão nos sindicatos, na zona rural (ligas camponesas), congelamento e rebaixamento de salários, inquérito militar nas universidades, censura, suspensão de *habeas corpus* etc. Como bem nos explica o professor Roberto Schwarz, “a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data” (2009, p.7), ou seja, no imediato 1964. De um período que tem 1969 como limite diz: “apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país” (p.8).

O seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos etc. – mas daí nem sai nem pode sair por razões policiais (2009, p.8).

Naquele momento, o governo Castelo Branco havia de início apenas cortado as pontes entre o movimento cultural e as massas. Não teria impedido a circulação teórica ou artística do ideário *de esquerda* que, embora em área restrita, teria florescido de forma virtuosa. Contudo, a partir de 1968, o regime militar responderia com maior dureza à toda sorte de manifestação política e artística. Conforme Schwarz, se em 1964 fora possível à direita “preservar” a produção cultural de esquerda, pois “bastaria liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa”, em 1968 tamanha “tolerância” não parecia mais possível. “O público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros”, segundo palavras do autor, já constituíam massa “politicamente perigosa”. A partir de então, seria necessário censurar professores, encenadores, escritores, músicos, os livros e editores. Em suas palavras, teria sido necessário liquidar a “própria *cultura viva do momento*”.

Sobre tamanha particularidade na relação entre Estado, artes e cultura, Adalberto Paranhos nos lembra de alguns detalhes de outros tempos – anteriores a 1964 –também marcados por significativa polarização política. Durante a ditadura do “Estado Novo” “piscaram os sinais de alerta para os malandros e os que cultuavam a malandragem”. Nesse período, a censura, a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, teria sido implacável contra vozes destoantes da ideologia do regime varguista. Naquele momento, ganhou força a repressão contra a “vadiagem” e tudo que remetesse à ideia de “não trabalho”: um exemplo palpável na música seria o samba. Com efeito, explica, tudo o que conspirasse contra esse “ideal patriótico” ficava

sob a alça de mira do DIP e da polícia – os compositores populares, em especial os sambistas, passariam a ser estreitamente vigiados⁷.

Corte brusco e desembarcamos novamente em 2019, dificilmente diríamos que Anitta, Ludmila e Pabblo Vittar são, por exemplo, artistas de esquerda, “comunistas”, “vadios do morro”, etc. (isso, para dialogarmos com o exemplo que trouxemos na introdução). Pelo contrário, estão no topo das vendagens de nossa indústria da música junto a atuais ícones do sertanejo universitário. Forçando um anacronismo, dificilmente Vandrê, Edu Lobo e o Chico dos festivais de 1967 “dividiriam as trincheiras” com um *starsystem* que, em paralelo com 1960 e 1970, estaria muito mais identificado com a estética de Roberto Carlos e Wanderléa em lugar de qualquer estilo que flertasse, à época, com alguma sorte de engajamento político, quanto menos, “marxismo”. Assim, num primeiro momento, buscamos mapear razões e racionalidades (se é que existem) por detrás dos discursos que colocam Anitta, Ludmilla e Pabblo Vittar como vetores do “marxismo cultural”. É de se estranhar de fato o poder da música pop em incomodar e dividir opiniões quando se regra geral é entreter.

2. O público e o privado em questão: quando a esfera pública prescreve uma moral privada

A fim de deciframos parte deste problema, recorreremos às considerações da filósofa Hannah Arendt e do músico-sociólogo Richard Sennett a respeito do que compreendem como esfera *pública* e *privada*.

Em seu relato filosófico a respeito da existência humana, da Grécia antiga à Europa moderna, Hannah Arendt discutiu as diversas possibilidades do que chamou n’*A condição humana* (1958) de *vita activa*⁸. Nessa perspectiva, o indivíduo experimentaria

⁷Conforme Paranhos, embora os compositores tivessem de enfrentar a obrigação de submeter suas obras aos censures do DIP (os selos dos discos gravados em 78 rpm traziam, em regra, o número de registro junto a esse órgão), não foram poucas as gravações que transbordaram os limites admitidos⁶. Quer porque a performance dos intérpretes revestia as letras das músicas de novo sentido, quer porque a ironia que as contagiava alterava seu significado à primeira vista, e assim por diante. Excepcionalmente, um ou outro samba abordava, de forma direta e reta, as agruras da vida do trabalhador⁷. Muitos outros, no entanto, transitaram por um terreno minado em que, volta e meia, a questão do trabalho e da malandragem era exposta de maneira ambígua (2007, p.181).

⁸ Em sua perspectiva, a vida activa do homem, ou seja, a ação humana para com seu meio físico, organiza-se em 4 diferentes categorias desde a Grécia antiga. O campo político seria onde a ação ganha maior destaque - o âmbito das relações com os demais integrantes da polis, da sociedade, o campo da interação, do convívio social, da ação em sentido formal. O campo social relacionar-se-ia ao discurso, aos negócios realizados entre os indivíduos de uma sociedade, seria o campo de pacificação de conflitos - da

a liberdade no campo público (que chamaremos aqui de *esfera pública*), ao contrário do campo privado (*esfera privada*), no qual viveria limitado por situações hierárquicas, de um patriarca por exemplo, e pelas necessidades decorrentes da vida em grupo. Entre os principais achados de sua obra, apontamos aqui seu olhar sobre o que concebe como *modernidade* na sociedade de mercado. Nela identifica uma degradação e banalização de valores organizadores da vida social, que pode ser vista, por exemplo, numa progressiva diluição das fronteiras entre *humanidade* e *animalidade* dentro das ações humanas. Em outras palavras, aquilo que chama de *vida activa* teria sido essencialmente reduzida ao mundo material, econômico (*oikos*). Tanto nos regimes fascistas do entre guerras quanto no então insurgente neo-liberalismo pós anos 1970, o humano teria sido ainda mais reduzido à alienação política tornando-se mais alheio ao exercício de uma vida político *de facto* na *esfera pública*.

Com semelhante inquietação, Richard Sennett apresentou em seu *O Declínio do Homem Público* (1988) uma denúncia contra a personalização da política e o retraimento de uma cultura cosmopolita em micro-comunidades bairristas. Ou seja, em suas investigações em torno das concepções intimistas contemporâneas, nos traz a concepção moderna de *interioridade*, de uma natureza fragmentária e contingente da condição humana nas particularidades de cada experiência individual.

Produziu-se uma confusão entre vida privada e vida pública, as pessoas estão resolvendo em termos de sentimentos pessoais aquelas questões públicas que podem apenas ser corretamente tratadas através de códigos de significado impessoal (SENNETT, 1978, p.14).

Nos dias de hoje, tamanha discussão nos serve de lupa ao depararmos com regimes de extrema-direita (não só em nosso país) que flertam, de modo afetivo, com regimes autoritários do passado, por exemplo, o nazismo, o fascismo italiano e no caso brasileiro, o período ditatorial compreendido entre 1964 e 1985 (para além de outras influências conservadoras, inclusive o monarquismo). Nos vestígios das últimas eleições brasileiras, por exemplo, eleitores votaram mobilizados por afetos particulares (sobretudo via WhatsApp) mesmo o candidato vencedor não tendo comparecido à *ágora* pública (quero dizer, compareceu somente a dois debates televisivos com tempo de propagando eleitoral bastante reduzido). Para além de Bolsonaro, o que Donald Trump (EUA), Matteo Salvini (Itália), Erdogan (Turquia), Viktor Orbán (Hungria),

ação em sentido material. O campo público seria o âmbito em que a *vita activa* desenvolve-se na cidade, na pólis: o âmbito da política. Já o campo privado relaciona-se à família e às relações no âmbito da casa (*oikos*).

Mateusz Morawiecki (Polônia) parecem ter em comum, a priori, são discursos alinhados a um ideário nacionalista e uma ideologia de retorno (ou reinvenção) da tradição. Parte desta, por exemplo, estaria na ideia patriarcal e misógina de família nuclear, constituída exclusivamente por homem e mulher, sendo o homem exclusivamente chefe provedor e a esposa única responsável aos trabalhos do lar e a atividades relativas ao cuidado. Ou seja, se aqui trabalhamos com a premissa de desgaste da vida pública, observamos, tal como Arendt e Sennett em outro contexto, a corrosão da esfera pública em sua diversidade em favor da prescrição de uma moral privada que, a depender do contexto, ganha diversos nomes: no caso do Brasil, a defesa da “família judaico-cristã” e o combate à “ideologia de gênero”.

3. No caldeirão da cultura “ultrajada” a música também torna-se alvo

Seguindo o etno-musicólogo John Blacking, concordamos com o fato de que a música é uma “forma de pensamento e ação no mundo” (1995, p. 235), podendo ser utilizada para construir identificações individuais, compartilhamentos éticos e estéticos entre pessoas, ou o contrário, construir dissidências. Ou seja, Anitta, Ludmilla e Pabblo Vittar – para além de outros ídolos da música pop – gerenciam afetos diversos entre seus públicos para além do profuso capital que alimentam dentro da indústria da música. Nesse sentido, a despeito de um histórico niilismo da Escola de Frankfurt frente à cultura em seu escopo de indústria, avaliamos que o pop pode ser também um lugar de potências em que o real e o simbólico podem ser encontrar no diálogo - sobretudo em contexto de ofensiva anti-democrática.

Por outro lado, a Teoria Crítica, mais do que nunca, vêm reforçar sua relevância em um contexto político em que se volta a falar em fascismo (ou neofascismos)⁹. Basta pensarmos que toda moral privada que construída em torno de personagens públicos, como os que citamos sessão acima, mobiliza afetos particulares de indivíduos em detrimento de grupos sociais que devem, visualmente, ser eliminados (“as minorias que se curvem”). Por meio de mídias, sobretudo digitais, os então candidatos alçaram posições de poder essencialmente a partir de seus valores individuais e identificações afetivas, mais do que qualquer proposta política em torno de interesses de fato públicos (e sim, sobretudo, privados).

Nesse sentido, dentre as muitas *fakenews* difundidas no processo eleitoral em apoio ao candidato vencedor e difamatórias na direção de políticos adversários, em especial Fernando Haddad e seu Partido dos Trabalhadores (PT), ícones da música pop apresentados nesse artigo não ficaram imunes às engrenagens de mentiras, em especial PabbloVittar. Entre os principais boatos disparados em grupos do WhatsApp ao redor do Brasil, inventou-se que a artista faria uma "turnê LGBT" com o ex-deputado Jean Willys (PSOL-RJ) por escolas infantis, que ganharia R\$ 5 milhões via Lei Rouanet e que teria sido convidada para cantar o Hino Nacional na estreia do Brasil na Copa da Rússia de 2018¹⁰. Ludmilla, por sua vez, desmentiu a notícia de que teria cancelado contrato com uma marca de calçados que apoia o candidato Jair Bolsonaro. A artista revelou que costuma comprar suas próprias botas e que nunca teve contrato com a marca Victor Vicenza. Através de alguns vídeos postados no *stories* do seu instagram, a cantora teria afirmado ainda que não costuma comentar política pois “o voto é secreto”¹¹. Anitta, por sua vez, teve de desmentir em suas redes sociais o suposto *tweet* à respeito de Bolsonaro “Se #B17 ganhar me mudarei para Espanha. O Brasil pode me esquecer para sempre”, dizia a mensagem¹².

A despeito das diversas narrativas conspiratórias difundidas em círculos conservadores (em especial àquela que ganha nome de “marxismo cultural” e que chega ao ponto de nomear três artistas pop como “engrenagens contra o sistema”, dificilmente diríamos que elas seriam comunistas ou que exista nos dias de hoje algum vestígio de hegemonia de projeto socialista/comunista ao redor do mundo. Desde os anos 1970, pudemos observar ao redor do globo um acirramento de medidas neoliberais que investiram, sobretudo, contra o poder do trabalho (sindicatos, direitos trabalhistas e etc.). Germinou-se uma tendência de flexibilização do trabalho e de diminuição das remunerações e, por consequência, a classe trabalhadora tornou-se cada vez mais suscetível e impotente frente a entidades patronais (DELLA TORRE, 2019).

¹⁰ ORTEGA, Rodrigo. Pabblo Vittar fala sobre ser alvo de 'fake news': 'Antes me incomodava, mas hoje dou risada'. G1, Rio de Janeiro, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/pabblo-vittar-fala-sobre-ser-alvo-de-fake-news-antes-me-incomodava-mas-hoje-dou-risada-veja-video.ghtml>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

¹¹ BERENGUEL, Fernando. Ludmilla é vítima de fake news em notícia envolvendo Jair Bolsonaro. BOL, São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://observatoriodemusica.bol.uol.com.br/noticia/2018/09/ludmilla-jair-bolsonaro>. Acesso em 12 de setembro 2019.

¹² BARBOSA, Marília. Fake News: Anitta deixará o Brasil se Bolsonaro ganhar eleição. Catraca Livre, São Paulo, 19 out. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/fake-news-anitta-deixara-o-brasil-se-bolsonaro-ganhar-eleicao/>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

O que dizermos, em especial, da atualidade de nossa *indústria cultural*¹³? Sabemos que o conceito de Adorno e Horkheimer, elaborado nos anos 1940 em um contexto de Alemanha nazista, discorre sobre um sistema, mediado pela tecnologia, que acompanhava o indivíduo desde seu despertar a ouvir um rádio até a hora de dormir, assistindo televisão. No entanto, para Olavo de Carvalho, guru do novo governo e das diversas organizações de mobilização permanente (o próprio MBL, Escola sem Partido, Instituto Mises Brasil)¹⁴, Gramsci, Marcuse, Adorno e Horkheimer e a Escola de Frankfurt seriam responsáveis pela “destruição da cultura ocidental”, diz: “a nova escola foi bem aceita nos meios encarregados de defender a cultura ocidental que ela professava destruir” – a indústria capitalista de entretenimento seria nesta lógica também ameaça. Ora, se nas “análises” conspiratórias a indústria cultural estaria a serviço de agentes do “comunismo internacional” e de “detratores da família tradicional”, diríamos que na pós-crise de 2008 a *indústria cultural* capitalista enquanto sistema atingiu um grau de concentração e universalidade a léguas de distância do germen então identificado por Adorno (em outras palavras, estamos há bastante tempo muito distantes de projetos de socialização ou democratização da cultura).

Até os anos de 1990 a tela significava “hora do descanso” (televisão, cinema), ainda que a lógica do lazer obedecesse à lógica do trabalho, conforme defendeu Adorno. De lá para cá, a tela não quer dizer mais apenas diversão, mas espalhou-se para o trabalho (computador, Uber, redes sociais, etc.), ou seja, “laptop e smartphone formam um campo de trabalho móvel” (Han, 2017, p.116). Essa onipresença das telas tem uma série de consequências. Ela promove, em primeiro lugar, uma “coerção generalizada da percepção” (Türcke, 2010, p.17). Vale lembrar que o sucesso das plataformas está ligado justamente a essa onipresença, englobando tanto a coleta ininterrupta de dados promovida pelo Facebook, pela Google, etc., quanto a Uber que depende, por exemplo, de que os usuários estejam sempre com seus respectivos celulares, que façam o download do aplicativo, etc. (DELLA TORRE, 2019, p.14).

No caso, o capitalismo avançado no século XXI, segundo a autora, centrou-se na extração e uso de um determinado tipo de matéria-prima: dados. O antigo modelo de negócio – da fábrica que produzia um bem e vende no mercado, sem saber muito sobre o perfil de seus clientes e o uso que fazem de seu produto, teria sido suplantado pela plataforma que recolhe e analisa os dados de seus clientes e potenciais clientes (Della

¹³ Conforme Della Torre (2019), a tese de Adorno, em resumo, era a de que a “indústria cultural” era um sistema, mediado pela tecnologia, que acompanhava o indivíduo desde a hora que ele acordava e ouvia o rádio a caminho do trabalho até a hora de deitar quando o indivíduo assistia a televisão e, no fim de semana, desenvolvia hobbies para se divertir.

Torre, 2019). Na indústria da música, o Spotify, por exemplo, seria uma plataforma que organiza a oferta e demanda de fonogramas diversos, tal como um Uber que dita sozinho as regras do jogo de um “mercado de transportes” ao organizar oferta de motoristas e a demanda de passageiros. Remete-nos ao que Tia DeNora (2000) nos diz a respeito da música na cotidianidade contemporânea, cada vez mais colada e imbricada ao corpo.

No entanto, em sua leitura sobre as diversas formas de consumo musical na vida cotidiana, nos vale de ponderação, nesta reflexão, a respeito dos diversos *usos* que podem ser feitos no consumo musical, mesmo de uma música popular massiva. Conforme a autora, se o trabalho de Adorno representa o mais significativo desenvolvimento no século XX da ideia de que a música é uma “força social” na sociedade contemporânea, o trabalho do filósofo também teve o poder de frustrar no sentido de não oferecer “andaimes conceituais para visualização da música no ato de treinar a inconsciência, sem considerar a música quando entra em ação” (p.2). Quando nos remetemos, por exemplo, ao estudo de Douglas Kellner a propósito de Madonna, observamos que o consumo de música pop pode ser bastante *ambivalente*, agradando de partidários do então presidente estadunidense Ronald Reagan (Partido Republicano), feministas e os herdeiros de Stonewall.

Madonna transformou-se num foco de discussão e controvérsia, sendo adorada e abominada pelo público, crítica e estudiosos em geral. A maioria das polêmicas, porém, tem caráter apaixonado, sua natureza é “pró ou contra”, deixando de detectar os muitos lados do fenômeno Madonna. Enquanto alguns a celebram como subversiva e revolucionária, outros a atacam como antifeminista ou irremediavelmente desprezível e vulgar. Opondo-se a tais interpretações unilaterais, porém, argumentaríamos que “Madonna” é um foco de genuína contradição que deve ser articulado e avaliado para que seja possível interpretar adequadamente suas imagens e suas obras, bem como os efeitos por estas produzidas (KELLNER, 2001, p.335).¹⁵

Podemos então dizer que o consumo hoje, no Brasil, de Anitta, Pabblo e Ludmilla é monolítico? Ou em outras palavras, que esses protagonistas da atual cena pop, a partir de suas atividades sejam capazes e produzir sentido único sobre consumidores (que para o viés bolsonarista estaria no esteio da “ideologia de gênero” e da destruição da “família brasileira)? Certamente, não.

¹⁵ Segundo João Oswaldo Matta, a estratégia de Madonna teria sido a manutenção de uma imagem mutável, por mais paradoxal que possa parecer. Este caráter mutável, mas não destruidor da identidade anterior já construída, daria à Madonna a possibilidade de ter uma identidade sempre em mutação. Um nomadismo identitário teria então se tornado sua marca.

DeNora em pesquisas a partir de sua teoria da “constituição cultural dos corpos” nos dá subsídios empíricos de que os usos sociais da música são múltiplos em muitos sentidos. No entanto, não seríamos capazes neste artigo de apresentar uma empiria em torno dos diversos usos e apropriações possíveis dos consumidores sobre a música da “tríade” pop brasileira. Por certo, afirmamos que se já na década de 1980 os usos e possibilidades a partir de Madonna apresentavam-se numa gama de possibilidades a partir da individualidade do consumidor. Tal ambivalência, hoje em dia, parece ter se tornado maior num mundo de comunicação em redes e de consumo fragmentado. Pensamos que múltiplos sentidos são possíveis a partir de Anitta, Ludmilla e Pabllo, de feministas, militantes LGBTQs a “bolsominions” – no campo da Comunicação, existe hoje maior consenso de que o sentido não se captura de modo unidirecional.

4. *Mainstream*, representação e representatividade: à guisa de conclusão

Voltando à Adorno, lembramos mais uma vez que a indústria cultural como sistema não é e nunca foi qualquer sistema, esteve ligado num primeiro momento ao desenvolvimento do capitalismo nos países avançados: “não é à toa que o sistema da indústria cultural provém dos **países industriais liberais**, e é neles que triunfam todos os seus meios característicos, sobretudo o cinema, o rádio, o jazz e as revistas. É bem verdade que seu projeto teve origem nas leis universais do capital” (grifos meus, Adorno e Horkheimer, 1985, p. 109). Isto é, enquanto sistema, a indústria cultural nunca deixou de ser um sistema de dominação (o que não equivale, reiteramos, que não haja em suas estruturas disputas em torno de signos e significados).

No âmbito da indústria e de suas brechas, disputas em torno de representação são cotidianas inclusive na cultura pop conforme observamos. Enquanto *representar* é nada mais que colocar algo no lugar do ausente, *representatividade* é querer ter direito e uma agência sobre a representação. Nessa via, toda representação está em disputa e, com efeito, é produto final da luta por representatividade – e é a partir desta chave que nos encaminhamos para tatear algumas respostas sobre as perguntas que sugerimos no início desta reflexão. Assim, a disputa por representatividade muitas vezes encontra-se na questão do *lugar de fala* – como nos explicou Djamilla Ribeiro (2017) e nas múltiplas formas de significar através do discurso e performance, o que bem cabe no caso da música. Disso compreendemos que a luta nunca esteve na esfera da *representação* (a mídia e a indústria cultural, a priori, já o fazem como bem entendem),

as possibilidades de luta se concentram no âmbito da *representatividade*, no nosso caso, nas diversas possibilidades de se representar na indústria pop: à partir desse eixo, podemos começar a entender o ponto de fricção de uma ala populista de direita frente ao *starsystem* que, independentemente do formato, colocam suas existências num lugar sagrado de evidência.

Uma artista *drag-queen* pode muito bem não explicitar suas preferências políticas tampouco carregar discursos de denúncia no corpo das canções que performa. No entanto, basta estar lá, no ranking dos artistas mais ouvidos no Brasil desde 2017. No caso de uma artista negra, a poética nunca deixa de ser atravessada por uma dimensão corporal (um corpo que precisa se construir sem estar aprisionado no olhar do Outro, como bem nos lembra Conceição Evaristo), quanto mais no caso de uma cantora que recentemente assumiu em suas redes relacionamento amoroso com uma de suas dançarinas. Quando Djamila Ribeiro tratou de *lugar de fala* explica que não se trata do “ato de emitir palavras mas poder emitir” (embora lugar social não garanta consciência sobre a ocupação social de determinado lugar). No caso que evidenciamos, bastou o destaque ao lugar originário da favela atravessado identidades de raça e gênero (dentro de uma indústria de vultosos capitais) para incomodar setores da sociedade que hoje compõem a burocracia do Estado.

Dessa feita, todo um discurso acompanhado de “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” com desdobramento na indústria do entretenimento, mais que simples “cortina de fumaça” aparenta ser o estado da arte de mais um momento de crise social em que a esfera privada sobrepõe-se ao espaço político (como bem nos alertou Arendt e Sennett nos anos 1970). Por detrás dos discursos comuns à Trump, Bolsonaro, Salvini e afins perpetua-se ao redor do mundo uma crise estrutural da sociedade capitalista que em muitos aspectos, e através de porta-vozes políticos, demonstra-se menos propenso às diversas adaptações do capitalismo liberal frente a diversas corporeidades estigmatizadas ao longo da história (o fenômeno do pinkmoney e toda uma estruturação de um mercado de consumo LGBT, toda uma captura da cultura afro em torno de uma hegemonia branca, enfim, são múltiplas as facetas). No entanto, frente à ameaça discursiva de um governo que vem flertando não só com instrumentos de censura bem como ao desmonte de incentivos e fomentos à produção cultural, a grande indústria, a partir de seu aporte, parece estruturar-se de modo mais imune a ofensivas neofascistas de controle. Em síntese, consideramos aqui que mais que conspiração, uma onda de reinvenção das tradições e da prescrição de uma nova moral privada a partir do Estado e

estruturas que dele deriva, quando não atinge diretamente a grande indústria pop, atinge indiretamente segmentos e populações que ganharam, a partir de lutas, significativos espaços de representação, inclusive no caldo do *mainstream*.

Referências

- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ARRUZZA, Cinzia. Feminismo para os 99%: um manifesto/ CinziaArruzza, TithiBhattacharya, Nancy Fraser. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARBOSA, Marília. Fake News: Anitta deixará o Brasil se Bolsonaro ganhar eleição. *Catraca Livre*, São Paulo, 19 out. 2018. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/fake-news-anitta-deixara-o-brasil-se-bolsonaro-ganhar-eleicao/>. Acesso em 12 de setembro de 2019.
- BERENGUEL, Fernando. Ludmilla é vítima de fake news em notícia envolvendo Jair Bolsonaro. *BOL*, São Paulo, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://observatoriodemusica.bol.uol.com.br/noticia/2018/09/ludmilla-jair-bolsonaro>. Acesso em 12 de setembro 2019.
- BLACKING, John. Music, culture and experience. Chicago: Chicago University Press, 1995
- DENORA, Tia. Music in everyday life. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DELLA TORRE, Bruna. Adorno e o novo milênio: notas sobre a indústria cultural e capitalismo de plataforma. In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE MARX E O MARXISMO, 13., 2019, Niterói. *Anais...* Niterói: NIEP-MARX, 2019.
- EVARISTO, Conceição. Escrivência em Becos da memória. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia- estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MATTA, João Oswaldo Schiavon. Cultura da mídia e celebridades (midiáticas) do contemporâneo: Madonna e Avril Lavigne. *TecCom Studies – Revista de tecnologia y comunicación*, Madrid, n. 3, v. 2., 2012.
- MEIRELES, Maurício. Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/01/bolsonarismo-importa-dos-eua-teoria-conspiratoria-sobre-marxismo-cultural.shtml>.
- MELO, Demian. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE MARX E O MARXISMO, 13., 2019, Niterói. *Anais...* Niterói: NIEP-MARX, 2019.
- MOURA, Fernanda. A “ideologia de gênero” e a guerra cultural do bolsonarismo. In: NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE MARX E O MARXISMO, 13., 2019, Niterói. *Anais...* Niterói: NIEP-MARX, 2019.
- ORTEGA, Rodrigo. Pablo Vittar fala sobre ser alvo de 'fake news': 'Antes me incomodava, mas hoje dou risada'. *G1*, Rio de Janeiro, 18 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/pablo-vittar-fala-sobre-ser-alvo-de-fake-news-antes-me-incomodava-mas-hoje-dou-risada-veja-video.ghtml>. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

PARANHOS, Adalberto. Entre sambas e bambas: vozes destoantes no "Estado Novo". *Locus: revista de história*, v. 13, n.º 2, Juiz de Fora, UFJF, 2007, esp. p. 79/192.

PUTTI, Alexandre. Secretário de Cultura pede demissão e acusa Bolsonaro de censurar séries LGBTs. *Carta Capital*. São Paulo, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/secretario-de-cultura-pede-demissao-e-acusa-bolsonaro-de-censurar-series-lgbts/>. Acesso em 1 set. 2019

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROSSI, M.; BETIM, F.; SEGALLA, V.; De liberais anticorrupção a guardiões da moral. *El Pais*, São Paulo, 2 out. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html. Acesso em: 03 jan. 2019.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: SCHWARZ, R. Cultura e Política. – 3ª Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SALDAÑA, Paulo. Vêlez exalta igreja e família e diz que MEC vai combater marxismo cultural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/velez-exalta-igreja-e-familia-e-diz-que-mec-vai-combater-marxismo-cultural.shtml>

SENNETT, Richard. El declive del hombre público. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

A manutenção do diamante:^{1*}

o reforço do ur-fascismo à tradição quando confrontado com rupturas que ameaçam a hegemonia

Resumo

Este trabalho discute o fetiche do ur-fascismo pela tradição, bem como a tentativa de preservá-la quando confrontada com rupturas. Apropriando-se do conceito de ur-fascismo de Umberto Eco, o fascismo que se retrabalha e se reatualiza, adquirindo novas características ao mesmo tempo em que mantém algumas primordiais que o permitem continuar sendo entendido como tal, compreende-se a tradição como um diamante e o ur-fascismo como a tentativa do poder hegemônico de protegê-lo acerca de qualquer possível arranhão ou ruptura. A proposta é debater como o crescimento de movimentos minoritários em épocas de crise também leva à ascensão de discursos ur-fascistas; levando em consideração que o ódio a grupos, reais ou não, é um dos pilares que caracteriza qualquer forma de fascismo.

Palavras-chave: hegemonia; ur-fascismo; tradição; ruptura; diamante

1. Introdução

Antes de se embrenhar na relação entre ruptura e tradição no ur-fascismo é necessário traçar um paralelo entre Gramsci e Foucault para elucidar alguns dos conceitos-chaves trabalhados neste artigo: hegemonia e poder. Conceitos que se interligam em uma relação comensalista, não somente entre si, mas também com as demais ideias que serão aqui trabalhadas. Isto porque a hegemonia e o poder (tanto em sua escala micro quanto em macro), atuam em conjunto no reforço e manutenção do diamante da tradição, frente à possibilidade, mesmo ínfima, de rachá-lo: “Quando a tradição entra em crise, surge, quase que a antever a virulência de seus sintomas, a tentativa consciente de eternizá-la” (BORNHEIM, 1987, p. 23). Dado isso, Dênis de Moraes, sobre Gramsci, lembra que:

Na perspectiva de Gramsci, o conceito de hegemonia caracteriza a liderança ideológica e cultural de uma classe sobre as outras. A hegemonia é obtida e consolidada em disputas que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, como também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se (MORAES, 2016, p. 15-16).

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

Por lógica, a noção de hegemonia pode ser estendida não apenas para o domínio de uma classe sobre a outra, mas também pelo domínio de esferas sociais sobre outras: etnias, culturas, grupos sociais e religiosos, e em diante; sendo, no ocidente, esse domínio representado pela estrutura patriarcal da “família tradicional”, isto é, a figura heteronormativa do homem branco e cristão no topo da estrutura das redes de poder tanto privadas quanto coletivas (LOURO, 1997, p. 49-50).

Dessa forma, compreende-se que viver em sociedade é, inevitavelmente, uma permanente luta pela hegemonia: os grupos que a detém, a cristalizam na forma de um diamante chamado tradição (MORAES, 2016, p. 16); os que não a possuem, procuram romper este diamante. Esta ruptura pode se dar de diferentes formas, seja violenta ou política, ou mesmo por resistência e questionamento artístico-cultural. A arte pode ser uma arma eficaz para uma quebra não truculenta da hegemonia, podendo auxiliar a criar e aumentar gradualmente uma rachadura no diamante.

A hegemonia insere-se no quadro da atividade cultural, moral e intelectual, que se desdobra em experiências e práticas ativas de produção de sentido, argumentação e persuasão, todas elas inseridas nas batalhas ideológicas e políticas que envolvem as classes em tensão e antagonismo na sociedade civil. Na raiz desses entrechoques, está a disputa pelos campos de domínio e subordinação, isto é, pela direção política e cultural (MORAES, 2016, p. 19).

Compreendendo o poder como uma rede onipresente que permeia tudo e todos, conforme define Michel Foucault (FOUCAULT, 1979, p. 183), pode-se assumir que a hegemonia é, desta forma, a epítome do poder. Sendo uma forma de poder, a hegemonia está em constante disputa e dissenso (FOUCAULT, 1996, p. 14). A tradição é, portanto, o poder institucionalizado, a hegemonia; e a ruptura a quebra dessa hegemonia. Foucault também mostra, em *A verdade e as formas jurídicas*, como o poder é responsável pela formação da verdade, entendendo a verdade como a normalização do discurso hegemônico: sua relação com a produção e caracterização dos normais e dos anormais (FOUCAULT, 1996, p. 14). Sem pretender adentrar muito na discussão acerca do conceito de verdade utilizado por Foucault, é essencial à discussão suscitada neste artigo perceber, ao menos rapidamente, que o poder forma a hegemonia, que por sua vez produz o discurso hegemônico, ou, como também pode ser entendido, a verdade.

Se o poder se manifesta em uma rede onipresente, logo o micro-poder se aplica em rede na esfera privada. E no micro a hegemonia do poder ocidental é bastante reconhecida: a heteronormatividade, o homem branco e cristão (LOURO, 1997, p. 49-

50). Quando esta hegemonia, e a verdade que ela produz, é questionada, quando o diamante é arranhado, ele se reforça, cria novas camadas para defender-se (BORNHEIM, 1987, p. 23). E é esse reforço que o ur-fascismo devora (STANLEY, 2018, p. 16).

2. O ur-fascismo

A crise de meia-idade da democracia, como o cientista político David Runciman chama o processo de fragilização democrática pelo qual o mundo vem passando (RUNCIMAN, 2018, p. 233), ressuscita a discussão acerca do conceito usado para denominar esses movimentos que pipocaram ao redor do planeta nos anos recentes: “Se pensarmos no fascismo como uma ferida do passado que estava quase sarada, colocar Trump na Casa Branca foi como arrancar o curativo e futucar a cicatriz” (ALBRIGHT, 2018, p. 13). *AFreedom in the world2019*, instituição americana, reportou o décimo terceiro ano seguido de declínio da democracia no mundo (WOLF, 2019). Independente da terminologia usada, algumas características desses movimentos se repetem em padrão, com óbvias mudanças idiossincráticas entre cada Estado.

Há um dissenso entre estudiosos de campos de pesquisa distintos sobre se é possível chamar os governos populistas e/ou autoritários que pulularam no mundo na última década de fascistas. Grande parte dos estudiosos entendem que o fascismo foi um movimento limitado à Europa da primeira metade do século XX, sob a justificativa de que os governos atuais possuem, embora diversas semelhanças, algumas características completamente opostas que não os permitiriam receber o mesmo rótulo como, por exemplo, no caso do Brasil, o viés neoliberal (ALMEIDA, 2018). Mesmo o prefixo “neo” parece ser insuficiente para tratar dessas formas de governo, que se retributam e se reconfiguram ciclicamente, tornando o “neo” rapidamente obsoleto. Seria necessário uma infindável quantidade de prefixos “neo”, um antecedendo o outro, para que se pudesse chamar governos contemporâneos de fascistas; e mesmo assim seria superficial e insuficiente. Alguns especialistas, como Martin Wolf, preferem chamá-los de populistas (WOLF, 2019). Outros, como YaschaMounk, vão além e também os chamam de autoritários (DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO, 2019). Há alguns que os chamam simplesmente de democratura (ABRANCHES et al., 2019, p. 119.). De fato, eles podem ser tudo isso. Mas também são mais.

A palavra <<fascismo>> também é tabu na Europa no que diz respeito aos movimentos atuais. Há a extrema-direita, o conservadorismo radical, o populismo, o populismo de direita, mas o fascismo... não! Não, é impossível, já não temos disso, vivemos em democracia, parem de ser alarmistas e de ofender as pessoas![...] o bacilo fascista estará sempre presente no corpo da democracia de massas (RIEMEN, 2012, p.11)

Pensando nessa questão, o semiólogo italiano Umberto Eco criou um conceito que resolve esta problemática: ur-fascismo (ECO, 2018). O ur-fascismo é o fascismo “atualizado”, retirando marcas temporais do prefixo “neo” e incorporando “ur”, trazendo consigo a ideia de eternidade (ECO, 2018, p. 43). É o fascismo que nunca acaba, que se reconstrói, se retrabalha, se adequa a cada época, sempre paradoxalmente diferente e parecido no sentido de que, apesar de suas diferenças em relação ao fascismo original, possui diversos traços em comum e pode continuar a ser entendido dessa forma (ECO, 2018, p. 43). Primo Levi já dizia que “cada época possui seu próprio fascismo” (LEVI *apud* ALBRIGHT, 2018, p. 5). E, se Agamben defende que o contemporâneo é aquele que “enxerga a luz na escuridão do seu próprio tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 63), é possível afirmar que o ur-fascista atua justamente de forma oposta: se esforça continuamente para apagar qualquer resquício dessa luz.

Eco compreende que o fascismo dificilmente apareceria da mesma forma hoje em dia (ECO, 2018, p. 22). Não seria necessário. Basta que alguns de seus principais elementos aparecerem, como, por exemplo, “o culto à tradição, a recusa da modernidade, a valorização irracionalista da ação acima do pensamento e o apelo às classes médias frustradas” (TEIXEIRA, 2019); para se tornar evidente a sua presença. Por ser eterno, o ur-fascismo é uma espécie de hidra: uma cabeça renasce sempre quando outra é cortada, mais forte, mais perigosa, mais esperta e evoluída, disfarçada ou camuflada quando necessária.

3. Tradição e ruptura

Se o ur-fascismo, como define Umberto Eco, “adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista” (ECO, 2018, p. 42), também é verdade que esse sistema depende de alguns pilares essenciais para ser compreendido como tal (ECO, 2018, p. 44). Do contrário, incorre-se ao erro de achar que tudo é fascismo (ALBRIGHT, 2018, p. 16). E, se tudo é fascismo, nada é fascismo:

Quem usa o termo “fascista” se revela. Para a extrema esquerda, praticamente qualquer figurão do meio corporativo nele se encaixa. Alguns que trafegam pela não tão extrema direita acham Barack Obama fascista - além de socialista e muçulmano enrustido. Para um adolescente rebelde, fascismo se aplicaria a qualquer restrição do uso do celular imposta pelos pais. No ritmo das frustrações diárias despejadas pelas pessoas, a palavra escapole por milhões de bocas (ALBRIGHT, 2018, p. 15).

Assim, embora o fascismo seja maleável e adaptável é crucial que exista uma pré-definição sobre alguns de seus conceitos mais básicos (ECO, 2018, p. 44). Para ser entendido como tal, o ur-fascismo depende inexoravelmente das massas, algo que Umberto Eco denominou de “elitismo de massas” (ECO, 2018, p. 53) e Rob Riemen chamou de “homem-massa”.

Para existir o ur-fascismo, é necessário que exista não apenas massa, mas, principalmente, uma massa insatisfeita com alguma espécie de crise (ECO, 2018, p. 50). A crise alimenta as rachaduras no diamante, a luta de poderes pela hegemonia. E, nas crises, o diamante da tradição busca proteger-se consciente ou inconscientemente. É necessário que exista uma massa indignada com o paradigma, seja ele uma crise política, econômica, social, ou, em geral, tudo isso simultaneamente, para que surja o fascismo (ECO, 2018, p. 50). Essa é, inclusive, sua principal diferença em relação a uma ditadura autoritária: enquanto o golpe de Estado tradicional, ditatorial, surge de cima para baixo; o golpe fascista atua de forma circular, abarcando todas as camadas sociais (ALBRIGHT, 2018, p. 16).

O diamante no ur-fascismo responde pela criação de um passado mítico e heroico, ou seja, o fetiche pela tradição e o discurso de retornar aos tempos de glória (ILLING, 2018). Como padrão, esse retorno ao passado mítico exige um líder ou líderes que se colocam como messias (WOLF, 2019). Um discurso que se aproxima bastante do discurso populista, porque o ur-fascismo é, inevitavelmente, populista, embora a recíproca não seja verdadeira (RIEMEN, 2012, p. 34). É justamente por isso ele depende necessariamente da retórica do retorno à glória e da figura de um messias para que possa existir.

O fascismo europeu da primeira metade do século XX tinha como um dos pilares de sua estrutura a ultravalorização da tradição, tomando-a como uma espécie de religião (ECO, 2018, p. 44). O ur-fascismo, conseqüentemente, segue a mesma lógica, já que é, por extensão, a perpetuação dessa ideia (ECO, 2018, p. 44). Ricardo Piglia, escritor argentino, afirma que a tradição é um passado cristalizado com o qual o

presente se baseia (PIGLIA, 1991, p. 61). Esta afirmação é elevada exponencialmente no ur-fascismo, que possui, em sua base, um fetiche pelo diamante, uma paixão pela pedra. O ur-fascismo cultua a tradição, criando uma tradição da valorização da tradição. Isto é, o próprio ato de valorizar essa valorização da tradição torna-se por si próprio uma tradição. Paradoxalmente, o ur-fascismo e sua tradição de resgate à tradição consiste, quase sempre, de uma ruptura: “em 1908, Sorel criticou Marx por não ter percebido que ‘uma revolução alcançada em tempos de decadência’ poderia ‘tomar como ideal uma volta ao passado, ou até mesmo a conservação social’ (PAXTON, 2007 p. 14)

Assim, esse sistema é paradoxal: ao mesmo tempo em que prega e busca o retorno à tradição, também é uma ruptura. Uma ruptura com as instituições e valores democráticos, que busca se fortalecer através do resgate do diamante supostamente rompido e corrompido. Tradição e ruptura se retroalimentam em uma relação comensalista, elas interdependem entre si: “Na medida em que cada geração rompe com o passado, a própria ruptura constitui uma tradição” (COMPAGNON, 1996, p. 9). A eloquência ur-fascista injeta nas massas o discurso de preservação da hegemonia, mesmo entre indivíduos que não fazem parte do poder hegemônico; por isso ele depende tanto das mais diversas classes sociais (ALBRIGHT, 2018, p. 16). A ideia de que um retorno às origens, de uma utopia regressiva, é o único caminho para sobreviver a inevitável destruição que acometerá a Nação, caso a ruptura não ocorra (ILLING, 2018). Dado essas razões, não é surpresa que o movimento cresça em paralelo a grandes momentos de crise:

A política fascista invoca um passado mítico puro que foi tragicamente destruído. Dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro ou todos os itens acima. Mas há uma estrutura comum a todas as mitificações fascistas. Em todos os passados míticos fascistas, uma versão extrema da família patriarcal reina soberana, poucas gerações. Recuando mais no tempo, o passado mítico era um tempo de glória da nação, com guerras de conquista lideradas por generais patriotas, com exércitos repletos de guerreiros leais, seus compatriotas, fisicamente aptos e cujas esposas ficavam em casa cuidando da próxima geração. No presente, esses mitos se tornam a base da identidade da nação submetida à política fascista. Na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por “valores universais”, como a igualdade. Esses valores, supostamente, enfraqueceram a nação diante de desafios reais e ameaçadores para sua existência (STANLEY, 2018, p. 19).

Mas o retorno à tradição não se limita ao macrocosmo. De forma pragmática, o que acontece no plano nacional, a influência do sistema sobre o Estado, é

simultaneamente causa e efeito de um reflexo do micro, mais especificamente, do ambiente familiar. Ora, se a estrutura familiar é tradicionalmente patriarcal, sem espaço para a quebra da heteronormatividade, para o queer, ou mesmo para mulheres, é natural que essa estrutura, quando ameaçada, se reforce como mecanismo de defesa (BORGES; CISCATI, 2018). Desta forma, quando há o crescimento de vozes destoantes, de minorias marginalizadas, há também, inevitavelmente, a tentativa do poder, tanto micro quanto macro, em se manter: “em outras circunstâncias, é possível que o americano branco fosse receptivo a essas mudanças culturais”, disse Barker. Mas não em um contexto de crise econômica” (BARKER *apud* BORGES; CISCATI, 2018). O poder hegemônico é como um animal semi-domesticado, pode até ser “calmo” na bonança, mas inevitavelmente agressivo na tempestade.

O efeito é evidente: o ódio às minorias (BULGARELLIM, 2018, p. 101). Se o tradicional corre risco de romper, a ruptura é demonizada; mesmo que, para a ultravalorização do diamante, seja inexorável praticar por si próprio uma ruptura. Esse é um dos principais motivos para governos ur-fascistas e/ou populistas surgirem de crises: eles se alimentam do ressentimento, da culpa, do fracasso, do medo, e transformam tudo isso em ódio (KARNAL, 2017, p. 25).

O culpado pelo fracasso e pela crise podem ser as mulheres, com sua recém independência supostamente destruindo a instituição familiar; os lgbt+, corrompendo as crianças para implementar uma “ditadura gayzista” (ARBEX, 2012); os negros, vitimistas que buscam um arrivismo travestido de “coitadismo” (SENA, 2018); os imigrantes, que vão islamizar a Europa e roubar os empregos (GRIESHABER, 2019); os judeus, que “se casam entre si e têm práticas sexuais e religiosas completamente aberrantes” (FOUCAULT, 1979, p. 272); ou, melhor ainda, o espantalho do comunista, que pode incorporar todos esses grupos. Não é regra - mesmo porque o ur-fascismo não necessariamente está atrelado a apenas um dos extremos do espectro político-ideológico -, mas é uma tendência rotular todos aqueles que oferecem perigo à manutenção do poder hegemônico, como comunista (LICHTERBECK, 2018).

Desta forma, utilizar-se de um espantalho para estigmatizar tudo de “comunista”, é bastante útil: condiciona o ódio; criando um suposto inimigo, desviando o foco das polêmicas e convencendo as pessoas que, por pior que seja, o governo é uma alternativa válida ao comunismo que pretende acabar com o *status quo* do cidadão de bem e retirar suas propriedades privadas: “Os fascistas buscarão resolver todas as

situações caçando os comunistas e agitando o espantinho da subversão” (MORAES, 2016, p. 90). Assemelha-se a Dom Quixote perseguindo os moinhos de vento.

Em primeiro lugar, a ideologia fascista procura naturalizar a diferença de grupo, dando assim a aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano. Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos. Qualquer progresso para um grupo minoritário estimula sentimentos de vitimização na população dominante. Política da lei e da ordem tem apelo de massa, lançando "nós" como cidadãos legítimos e "eles", em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. A ansiedade sexual também é algo típico da política fascista, pois a hierarquia patriarcal é ameaçada pela crescente igualdade de gênero. A medida que o medo em relação a "eles" cresce, "nos" passamos a representar tudo o que é virtuoso (STANLEY, 2018, p. 16).

Classificando-os da mesma forma, torna-se mais fácil oprimi-los. A tradição, encarnada sob a forma do micro-poder hegemônico da família tradicional, cristaliza-se em seu formato de diamante, fechando-se a qualquer forma de alteridade e diálogo ao mesmo tempo em que renega uma ruptura que ameaça a sua hegemonia para abraçar outra ruptura, uma que reforça e lança mais uma camada sobre a sua tradição.

4. Considerações finais

Tomando a tradição como a tentativa do poder hegemônico de se cristalizar frente a um enfraquecimento, torna-se perceptível as razões pela qual o ur-fascismo tem um fetiche pela tradição (ILLING, 2018). Sendo o ur-fascismo, por si próprio, uma metodologia de poder, é compreensível a sua necessidade em se alimentar do ressentimento e do ódio, que crescem proporcionalmente às rupturas da tradição (RIEMEN, 2012, p. 69). O ur-fascismo é a política do vazio, razão pela qual se torna tão maleável e adaptável, adequando-se e evoluindo conforme a conveniência; mas mantendo, sempre, a paixão pela tradição e o ódio a grupos supostamente responsáveis por ameaçar esse diamante, pouco importando se essa ameaça é real ou não: “o fascismo não possuía nenhuma quintessência e nem sequer uma só essência[...] não era uma ideologia monolítica, mas antes uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições.” (RIEMEN, 2012, p. 32).

O filósofo neerlandês Rob Riemen, em seu livro *O eterno retorno do fascismo*, relaciona diretamente o fascismo com o niilismo, afirmando que o primeiro é a expressão política do segundo (RIEMEN, 2012, p. 22-23): “se a natureza abomina o

vácuo, o fascismo o acolhe”(ALBRIGHT, 2018, p. 15). Uma metodologia e sistema de poder que se apoia no ressentimento gerado nos arranhões do diamante, que necessita do atavismo e do culto ao passado para se alastrar (STANLEY, 2018, p. 14).

O homem-massa, porém, não está limitado a um grupo específico, ele pode ser encontrado em todos os gêneros e nacionalidades, independente do nível de escolaridade ou poderio econômico (RIEMEN, 2012, p. 22). O que explica, por exemplo, a ascensão do ur-fascismo contemporâneo em países que supostamente não possuem nenhuma grande questão econômica, como, por exemplo, a Holanda (RIEMEN, 2012, p. 75). A princípio pode parecer que isso contradiz a tese de que o ur-fascismo deve surgir de uma crise, mas não tanto: a crise não precisa ser necessariamente econômica, embora quase sempre o seja (RIEMEN, 2012, p. 77). Pode ser uma crise na educação, uma crise em valores democráticos, ou, como no caso da Holanda e de grande parte dos países europeus, uma crise de imigração em que o medo do refugiado alimenta um discurso de ódio (RIEMEN, 2012, p. 72).

Por mais que se estabeleça características mínimas para que o ur-fascismo possa ser entendido como tal, ele sempre: “assumirá diferentes formas em diferentes países porque o seu credo não assenta em ideias nem num único valor universal.” (TOGLIATTI apud RIEMEN, 2012, p. 70). Mas sempre o ur-fascismo devorará e irá devorar o homem-massa, esse sistema do vazio necessita do ressentimento presente no homem-massa para poder crescer e se legitimar. Foucault já dizia que “as massas, no momento do fascismo, desejam que alguém exerça o poder sobre elas.” (FOUCAULT, 1979, p. 45) É por isso que o ur-fascismo sempre existirá enquanto existir sociedade de massas: porque todos nós temos, dentro de nós, um “fascista esperando para sair”(SUNSTEIN, 2018, p. IX). Como o sentimento de ressentimento é inerente ao ser humano, também o fascismo o é. Em um momento de crise, quando esse rancor é alimentado exponencialmente, e/ou quando o diamante sofre arranhões, ele se fortalece (ILLING, 2018). E, assim, surge um messias ou um grupo de messias dispostos a guiar o povo escolhido de volta à glória de outrora, de volta a uma hegemonia que se encontra ameaçada (STANLEY, 2018, p. 16). Obviamente o público preferido desse messias, em uma sociedade patriarcal, é o homem branco, sendo, ele próprio, em geral, um (WOLF, 2019). Esse retorno ao passado mítico precisa, entretanto, se basear no discurso do inimigo invisível: o ur-fascismo é essencialmente populista (RIEMEN, 2012, p. 34). Esse inimigo pode ser aqueles que estão promovendo as tentativas de ruptura na tradição, ou seja, grupos minoritários, ou, tanto melhor, podem nem sequer

existir. E assim se recicla a histeria do perigo vermelho, em um mundo que viu a democracia liberal reinar soberana nas últimas três décadas (LICHTERBECK, 2018).

Referências

ALBRIGHT, M. **Fascismo**: um alerta. São Paulo: Planeta, 2018.

ALMEIDA, M. R. **Afinal, Jair Bolsonaro é ou não é fascista**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/afinal-jair-bolsonaro-e-ou-nao-e-fascista.shtml>>. Acesso em: 14 de agosto de 2019.

ARBEX, T. **'Falta coragem para enfrentar a ditadura gay'**. Veja, São Paulo, 14 jul. 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/falta-coragem-para-enfrentar-a-ditadura-gay/>>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1978.

BORGES, H.; CISCATI, R. Voto testosterona. **Revista Época**, São Paulo: Editora Globo, ed. 1062, ano 20, 05 novembro, 2018.

BORNHEIM, G. O conceito de tradição. In: **Tradição e contradição**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GALLEGO, E. S. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

COMPAGNON, A. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

PUC-Rio. **Palestra com Yascha Mounk**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1300&sid=24>>. Acesso em: 18 de agosto 2019.

ECO, U. **O Fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FAUSTO, R. Depois do temporal. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GRAMSCI, A. **Antología**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

GRIESHABER, K. **US museum condemns use of its art by German far-right party**. The Associated Press, Nova York, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.apnews.com/e4a3dca3c7464ca3925e4fe67afda5a6>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

ILLING, S. **How fascism works**. Vox, Washington, 15 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.vox.com/2018/9/19/17847110/how-fascism-works-donald-trump-jason-stanley>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

KARNAL, L. **Todos contra todos**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

LICHTERBECK, P. **Brasil, um país do passado**. Deutsche Welle, Bonn, 11 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-um-pa%C3%ADs-do-passado/a-46477566>>. Acesso em: 25 de agosto de 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** Petrópolis: Vozes, 1997.

MORAES, Dênis de. **Crítica da mídia e hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIGLIA, R. Memoria y tradición. **Anais da II ABRALIC**. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

RIEMEN, R. **O eterno retorno do fascismo**. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SENA, Y. **Vamos acabar com o coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 23 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/vamos-acabar-com-coitadismo-de-nordestino-de-gay-de-negro-e-de-mulher-diz-bolsonaro.shtml>> Acesso em: 29 de junho de 2019.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

SUNSTEIN, C. R. et al. **Can it happen here? Authoritarianism in America**. HarperCollins: Nova York, 2018.

TEIXEIRA, J. **Um mirante elevado**. Veja, São Paulo, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/um-mirante-elevado/>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

WOLF, M. **The age of the elected despot is here**. The Financial Times, Londres, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/9198533e-6521-11e9-a79d-04f350474d62>> Acesso em: 26 de junho de 2019.

Desta vez o Brasil foi longe demais?^{1*}

Fakenews e memes em contexto de polarização política

Resumo

Este trabalho analisa a relação entre viral, meme e *fakenews* no contexto de polarização política no Brasil, principalmente no ano de 2018. Para tal foi usado o caso do meme *Dessa vez Pabllo Vittar foi longe demais* somado a conceitos de Davison (2012), Shifman (2012) e Wardle (2017). Estabelecendo uma relação entre Vittar, o ex-presidente Lula e a disseminação de inverdades, nota-se um sintoma de relativização de discurso e a retomada do conceito de inimigo interno que permeia o imaginário brasileiro desde o começo do século XX (Chirio 2016). Como resultado, foi percebido que a prática de disseminação de inverdades é um fenômeno que tende a permanecer, cabendo aos jornalistas e os demais sujeitos da sociedade trabalharem em uma conscientização do que produzem e consomem enquanto informação.

Palavras-chave: Fakenews; Memes; Política brasileira; Polarização política.

1. Introdução

Uma vez que a eleição presidencial brasileira de 2014 ficou conhecida como a ‘eleição dos memes’, a de 2018 tornou-se conhecida por ser a ‘eleição das *fakenews*’. Embora divirjam conceitualmente, tanto memes, quanto *fakenews* se assemelham quando utilizadas para produzir narrativas que a população tende a validar enquanto verídicas *a priori*. O último termo abrange a prática memética quando classificada como conteúdo de “sátira ou paródia” (WARDLE, 2017) que não tem o intuito, quando disseminado, de causar nenhum prejuízo, mas detém potencial de ludibriar alguém e/ou instituições

Usadas para fins políticos, informações inverídicas podem influenciar a opinião pública, mesmo quando usadas como piadas ou conteúdos de humor. Tais informações podem servir para atacar um projeto político ou se apropriar desse para criar humor sobre si mesmo. O que vem acontecendo no país entre uma eleição e outra é, entre muitas variáveis, alimentado por aversão a partidos de esquerda e ao Partido dos Trabalhadores (PT) – o antipetismo – e de direita.

^{1*} Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação & Política durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

O objetivo deste trabalho é analisar uma variável de meme – na perspectiva de LimorShifman (2012) – o *Desta vez PabllloVittar foi longe demais* que eclodiu durante o ano de 2018 chegando a influenciar a campanha presidencial a ponto de um dos presidenciáveis na época ter que se posicionar sobre. Neste aspecto, os memes serão discutidos dentro dos estudos da autora e de Davison (2012), com seus aspectos políticos (CHAGAS *et al*, 2017) e com *fakenews* (WARDLE, 2017). Eles serão analisados tendo em vista a hipótese de seus usos dentro de ambientes de polarização política e de como pode ser sintomático de práticas contemporâneas que direcionam para uma reformulação da atividade jornalística como indica Marcelo Kischinhevsky (2018), especialmente no caso político do Brasil (CHIRIO *apud* MONTROYA, 2018).

Informações não verdadeiras e manipulações políticas não são novidades e tampouco surgiram nos últimos anos. A desvalorização dos fatos e verdade pode estar relacionada ao embate entre verdade e mentira que permeia a prática política. Uma política entendida para o além de partidos políticos e eleições, estabelecendo-se em um espaço a partir e entre os homens (ARENDT, 2007). Essa prática ocorre através ações, discursos, trocas de opinião que possibilita o surgimento da ideia de que algumas mentiras são necessárias para um bem maior, fazendo com que Hannah Arendt (2000, p. 545) chegasse a questionar se era “da própria essência da verdade ser impotente e da própria essência do poder ser enganoso”².

A filósofa judia percebe uma certa tensão entre verdade e política que perdura até hoje, uma vez que a verdade pode ser perigosa para quem a revela, como o que poderia acontecer no fim de *Alegoria da Caverna* de Platão. Após o homem retornar para o interior da caverna e provocar as convicções dos demais com o que vira, se estes “pudessem colocar as mãos sobre [tal] homem... eles o matariam”³ (PLATÃO *apud* ARENDT, 2000, p. 547). Porém o uso da mentira mudou do período clássico para o que percebemos atualmente, visto que anteriormente, ela era voltada para um certo grupo de pessoas sem mudar o contexto da experiência de todos. Este tipo de mentira, particular, “rasga [...] um buraco no tecido da factualidade. [...] pode-se detectar uma mentira notando incongruências, buracos ou as junções de lugares remendados”⁴ (ARENDT, 2000, p. 565). Após a Modernidade surge um novo tipo de mentira, uma organizada,

²Tradução de: “the very essence of truth to be impotent and of the very essence of power to be deceitful” (ARENDT, 2000, p. 545).

³Tradução de: “could lay hands on [such a] man... they would kill him” (PLATÃO *apud* ARENDT, 2000, p. 547).

⁴Tradução de: “tears [...] a hole in the fabric of factuality. [...] one can spot a lie by noticing incongruities, holes, or the junctures of patched-up places” (ARENDT, 2000, p. 565).

que desestabiliza a força da verdade ao fazer uma crença tornar-se fato e este em opinião. Tal artifício “tende a destruir o que quer que tenha decidido negar, embora apenas os governos totalitários tenham adotado conscientemente a mentira como o primeiro passo para o assassinato”⁵ (ARENDT, 2000, p. 565).

Entendo as proposições de Arendt, podemos ver como se dá a fragilização da realidade compartilhada por uma determinada sociedade. O que fora antes utilizado por regimes totalitários, ressurge novamente por discursos pautados em “nacionalismo, tribalismo, deslocamento, medo da mudança social e ódio dos forasteiros”⁶ (KAKUTANI, 2018, §2). Com o advento das redes sociais, popularizou-se a propagação de diversos tipos de opiniões de pessoas “que pensam da mesma forma [com] feeds de notícias personalizados que reforçam seus preconceitos, permitindo que vivam em silos cada vez mais restritos”⁷ (KAKUTANI, 2018, §11, grifos do autor).

Em decorrência desta nova rede estabelecida, surge uma grande polarização de ideologias, nas quais opiniões transformam-se em fatos e disseminam-se de conteúdos compartilhados. A partir desta rede há um fortalecimento da concepção de verdade dentro dos integrantes de grupos que interagem entre si através de um fenômeno de exposição seletiva. Deste modo, ao contrapor fatos/verdades não se tem necessariamente uma que prevalece, pois, os sujeitos visam defender suas crenças básicas que estão emergidas naquilo que está discutido. Isto explica porque *fakenews* são facilmente assimiladas por diversos grupos e, quando confrontados com dados que apresentam equívocos de suas crenças, os atacam acusando-os de serem falsos. Este ruído causado pela propagação de notícias inverídicas e a forte polarização política fomentaram a corrida eleitoral brasileira em 2018, principalmente para o cargo presidencial.

2. Sobre *fakenews* e memes

Ao abordar a relação entre memes e *fakenews* em contexto de polarização política, torna-se necessário diferenciar as duas práticas que tendem a ser confundidas por compartilharem uma linguagem que pode ser semelhante. Primeiramente, entende-

⁵Tradução de: “tends to destroy whatever it has decided to negate, although only totalitarian governments have consciously adopted lying as the first step to murder” (ARENDT, 2000, 565).

⁶Tradução de: “nationalism, tribalism, dislocation, fear of social change and the hatred of outsiders” (KAKUTANI, 2018, §2).

⁷Tradução de: “users with like-minded members and supplies them with customized news feed that reinforce their perceptions, allowing them to live in ever narrower silos” (KAKUTANI, 2018, §11).

se “meme”⁸ como “um grupo de itens digitais compartilhando características comuns de conteúdo, forma e/ou postura, os quais [...] foram criados com consciência uns dos outros, e [...] foram circulados, imitados e/ou transformados pela Internet por muitos usuários”⁸ (SHIFMAN, 2012, p. 41). Ademais, ele pode ser considerado um “fragmento da cultura, normalmente uma piada que ganha influência através de transmissão online”⁹ (DAVISON, 2012, p. 122). Mesmo sendo transmitido online e possível, até certo nível, fazer um mapeamento em busca de uma origem ou autor. Um meme, todavia, é uma criação sem autoria na maioria dos casos, ele vai sofrendo transformações até distanciar-se de sua matriz, “sem preocupação com gerenciamento de direitos, monetização, citação ou licenciamento”¹⁰ (DAVISON, 2012, p. 132).

Memes, em seu conceito original – de Dawkins – influenciam a percepção dos mesmos em um ambiente digital, uma vez que podem ser “pedaços de informação cultural que passam de pessoa a pessoa, mas gradualmente se transformam em um fenômeno social compartilhado”¹¹ (SHIFMAN, 2012, p. 18). Deste modo, eles atuam de esferas micro até atingir as macro como as populares fofocas ou, em grande parte por piadas que são assimiladas dentro de uma ótica viral. Entretanto, enquanto estes funcionam enquanto unidades, memes se multiplicam em um conjunto textual, fotográfico ou audiovisual. Por definição, um viral atua através “de um processo de difusão em cascata como um boca à boca em que uma mensagem é ativamente encaminhada de uma pessoa a outra, dentro e entre várias redes pessoais fracamente ligadas, resultando em um aumento rápido no número de pessoas expostas à mensagem”¹² (HEMSLEY; MASON *apud* SHIFMAN, 2012, p. 55).

Logo, um viral agiria de forma ágil e de longo alcance podendo gerar um meme. Shifman (2012) propõe uma divisão que facilita a não confusão entre os conceitos, especificando a existência do “viral” – uma unidade cultural singular -, dos “memes baseados no criador” – gerados a partir de um conteúdo específico – e dos “memes

⁸Tradução de: “(a) a group of digital items sharing common characteristics of content, form, and/or stance, which(b) were created with awareness of each other, and (c) were circulated, imitated, and/or transformed via the Internet by many users” (SHIFMAN, 2012, p. 41).

⁹Tradução de: “a piece of culture, typically a joke, which gains influence through online transmission” (DAVISON, 2012, p. 122).

¹⁰Tradução de: “with no concern for rights management, monetization, citation, or licensing” (DAVISON, 2012, p. 132).

¹¹Tradução de: “pieces of cultural information that pass along from person to person, but gradually scale into a shared social phenomenon” (SHIFMAN, 2012, p. 18).

¹²Tradução de: “a word-of-mouth-like cascade diffusion process wherein a message is actively forwarded from one person to other, within and between multiple weakly linked personal networks, resulting in a rapid increase in the number of people who are exposed to the message” (HEMSLEY; MASON *apud* SHIFMAN, 2012, p. 55).

igualitários” – que surgem em diversas versões parecendo que foram criados instantaneamente, relacionando-se mais a uma estrutura do que o conteúdo em si².

Os memes abordados nesta pesquisa pertencem ao grupo dos igualitários e agem sobre a ritualidade da comunicação (CAREY, 1989 *apud* SHIFMAN, 2012), através do compartilhamento de crenças construídas dentro de um grupo específico, atingindo níveis como os elucidados por Kakutani (2018). Tal abordagem denota a capacidade da comunicação ir além da simples prática de repassar uma informação e, assim, sua mensagem não se torna mais “uma unidade cujo alcance e efeito são facilmente rastreáveis, mas um processo contínuo no qual identidades e sentidos de pertencimento são continuamente construídos”¹³ (SHIFMAN, 2012, p. 60).

Ao pensarmos a comunicação como ritual, podemos notar como a influência dos memes mudou entre 2014 e 2018, uma vez que seu potencial deixou de ser apreendido ao ser entendido pelas esferas sociais e científicas com uma forma de “conteúdo raso e despretenso, [uma] simples manifestação de expressão” (MILTNER, 2011 *apud* CHAGAS *et al* 2017, p. 181). Ao entrarem no campo político no cenário que foi se estabelecendo nos últimos anos, a análise de memes vai além do que fora proposto nas tipologias políticas estabelecidas por Viktor Chagas *et al* (2017). O que antes era entendido como piada ou efeito de comparação de políticos com figuras do universo da cultura popular, agora assume signos que lhe configura algum nível de veracidade seja por assimilar uma estrutura de postagem de redes sociais ou de chamadas de telejornais.

Neste contexto tem-se o caso das *fakenews* que simulam a linguagem dos memes que pode ser facilmente assimilada por uma pessoa descuidada. Em um ambiente com polarização política, um receptor desatento que recebe uma informação de alguém que credita como confiável, irá tomar o conteúdo como verídico sem questioná-lo. Meme e *fakesnews* são diferentes e surgem de maneiras distintas. Enquanto o primeiro surge sem uma intencionalidade memética, o segundo é criado com o intuito de viralizar e influenciar a opinião pública, se entendido como viral (SHIFMAN, 2012).

Memes se encontram dentro dos tipos de disseminação de inverdades, de acordo com Claire Wardle (2017). Sua tipologia se bifurca entre “informação inverídica” – o compartilhamento imprudente de uma notícia crendo ser verdade – e “desinformação” – a qual é criada e compartilhada sabendo-se que é incorreta. Além destes dois grupos, há

¹³Tradução de: “a unit whose reach and effect are easily traceable, but an ongoing process in which identities and senses of belonging are continually constructed” (SHIFMAN, 2012, p. 60).

outras sete subcategorias, sendo que em uma delas os memes se encaixam, a da “sátira ou paródia”, algo que não pretende causar nenhum mal, mas que tem potencial para ludibriar; além dela há o “conteúdo enganoso” que pode ser usado para forjar um assunto ou algo sobre alguém; o “conteúdo impostor”, no qual terceiros imitam fontes que possuem credibilidade para propagar uma informação; o “conteúdo fabricado”, que é completamente original e propagado com o intuito de denegrir ou difamar; o “conexão falsa”, em que ocorre a incongruência entre os suportes visuais e textuais de uma informação; o “conteúdo falso”, que possui uma base verídica, mas em sua propagação há uma descontextualização dos suportes apresentados; e o “conteúdo manipulado”, onde ocorre manipulação imagética ou textual a fim de enganar as pessoas.

Nesta pesquisa os memes serão entendidos pela disseminação de conteúdo de informação inverídica (Wardle, 2017). Para tal, uma ramificação dos memes “Dessa PablloVittar foi longe demais”³, que pode ter sua origem datada a partir do começo de 2018 por Gilmar Lopes⁴por querer “entender como nasce uma fakenews” (LOPES *apud* CRUZ, 2018, §5). Gilmar colocou o rosto da cantora em uma nota de 50 reais e a postou em uma rede social questionando se aquilo era verídico para seus seguidores. Sua postagem causou uma grande repercussão, gerando conteúdos diversos sobre Vittar como dona de marca de pães de forma, jogar como participante da seleção brasileira da copa, querer comprar o Brasil, entre outras confabulações.

Em uma segunda onda dos memes, a partir da concepção de Shifman (2012), é possível realizar uma análise a partir de conteúdo, forma e postura. Substituindo postagens de aplicativos ou de redes sociais por signos de telejornalismo com certa credibilidade, tem-se uma nova forma (Figura 1). Após a prisão do ex-presidente Lula (PT) em abril de 2018, o conteúdo de intenções mirabolantes é substituído por planos de resgate, envolvimento amoroso e formação de chapa política; o posicionamento, por sua vez, não tem grandes alterações, mantendo-se coerente dentro do pacote de memes explicitando teorias da conspiração elaboradas por conservadores.

O que antes poderia se tornar uma piada por pessoas mais atentas, torna-se um caso de *fakenews* usando a simbologia do grupo dos memes de Vittar. Mesmo estando preso na época por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pela Operação lava-jato, o até então candidato à presidência localizava-se em primeiro lugar nas intenções de voto⁵. Entretanto, surge na internet uma imagem (Figura 2) indicando que a cantora seria sua vice candidata – uma montagem que substituíra Fernando Haddad (PT) que futuramente iria concorrer no lugar de Lula – mostrando como uma piada que se apropria dos signos

dos memes se transforma em *fakenews*, fazendo com que a assessoria de redes sociais do, até então, candidato viesse à público para desmentir a informação.

Figura 1 - Exemplos de memes de Pablo Vittar relacionados à prisão do ex-presidente Lula realizados em 2018.



Agora a Pablo passou de todos os limites!
#Lula



19:17 - 7 de abr de 2018



Figura 2 - Viral que se apropriou do imaginário dos memes do *Dessa vez PabllloVittar foi longe demais* (esq.). Imagem original propagada pelas mídias do PT



Fonte: Internet. Acesso em março, 2019.

3. O Brasil foi longe demais?

Como uma *fakenews* usando a linguagem dos memes chegou neste patamar? Como Vittar chegou longe demais e por que tão associada à figura de Lula? Há duas hipóteses para isto, na qual a primeira se refere à cantora. A cantora simboliza uma onda progressiva de minorias políticas e é considerada um dos maiores ícones pop do país, inspirando diversas pessoas. Esta narrativa faz com que setores conservadores se preocupem com a instabilidade do *status quo* da dita ‘família tradicional brasileira’ que é ameaçada por uma ‘ditadura gay’ e ‘ideologia de gênero pregada por professores comunistas’⁶.

Este segundo receio é o que possivelmente conecta-se à figura de Lula, sendo minha segunda hipótese. O político tornou-se uma figura messiânica do PT e que simboliza a esquerda, o comunismo, socialismo e marxismo⁷ por haver a crença de que os direitos da comunidade LGBT avançaram influenciando algum tipo de derrocada de valores morais. Durante os treze anos (2003-16) de presidência do PT, foram criados programas como o Brasil Sem Homofobia, a Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT e Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT.

Apesar disto, projetos mais práticos como a criminalização da homofobia e do casamento igualitário tiveram pouco ou nenhum avanço no período.

O governo do PT também sofreu um forte sentimento de antipetismo durante as eleições de 2014 e 2018 devido a uma grande crise econômica que assolou o país no segundo governo de Dilma Rousseff (2015-16). A partir disto, começa-se um certo medo de um novo possível governo do partido dos trabalhadores, gerando um sentimento de antipetismo, que foi apropriado por concorrentes para ganhar votos com o apoio da mídia tradicional, acirrando ainda mais a polarização política nacional e impulsionar a campanha de concorrentes que mudariam a política, *a priori*.

Entretanto, é possível pensar o cerne do antipetismo e de aversão da esquerda com as conhecidas *Marchas de junho* de 2013 durante o primeiro governo Dilma (2010-14). Uma hipótese que levanto devido alguns de seus desdobramentos que ecoaram em meados de 2018. As marchas ocuparam diversas avenidas centrais nas principais cidades brasileiras espontaneamente e sem lideranças, formadas por um sentimento de indignação difusa, com novas formas de organização e divulgações via internet. O que começou criticando o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus desencadeou novas formas de protesto a partir de uma nova consciência política – principalmente pelos jovens – que não existia, ocupação das ruas com intenções progressistas e conservadoras, reorganização da política da direita ativista e a crise das instituições.

Após o impeachment de Dilma em 2016 com forte apoio midiático e popular fruto de 2013, por não respeitar a Lei de responsabilidade fiscal, concorrentes e, principalmente, Jair Bolsonaro do PSL (Partido Social Liberal), vencedor da eleição de 2018, foram ganhando mais força em cima desta conjectura que se apoiou em:

um discurso de descrédito da política, por causa de casos de corrupção. Esse descrédito tem sido utilizado pela mídia como a única leitura possível da ação pública - um discurso produzido, originalmente pela direita, para tirar o PT do poder. Eventualmente, as pessoas rejeitaram o PT e a direita republicana com ele [tornando-se apoiadores do bolsonarismo]¹⁴ (CHIRIO, 2018 *apud* MONTOYA, 2018, §11, grifos do autor).

O que ocorre em 2018 é a polarização proveniente do caos político-econômico refletida das angústias e frustrações, uma desconexão com a memória que carece de conhecimento histórico confundindo o medo da “ameaça vermelha” com esquerda,

¹⁴ Tradução de: “undiscours de discrédit du politique, en raison des affaires de corruption. Ce discrédit a été utilisé par les médias comme l’unique lecture possible de l’action publique – un discours produit, à l’origine par la droite, pour chasser le PT du pouvoir. Finalement, les gens ont rejeté le PT, et la droite républicaine avec” (CHIRIO, 2018 *apud* MONTOYA, 2018, §11).

comunismo e socialismo. No entanto, esse medo não é recente, nem originário da Guerra Fria e do relativismo pós-moderno. A noção de inimigo interno é uma construção atrelada “à própria história da ideia de nação e nacionalismo brasileiro - o que não implica que possamos [...] traçar sua genealogia a partir da história brasileira, [visto que] é uma categoria que circulou pelo espaço político euro-americano durante os séculos XIX e XX”¹⁵ (CHIRIO, 2016, §5, grifos do autor). O que antes era uma preocupação externa na passagem do século XIX para o XX, o Comunismo se torna uma ameaça interna no país a partir da Revolução de 30 com Getúlio Vargas, chefe de governo provisório com o surgimento da crescente representatividade comunista na política nacional.

Com a Lei de Segurança Nacional em 1935, é possível combater a oposição centrada no grupo de frente esquerda da Aliança Nacional Libertadora reprimindo e desarticulando o movimento. O inimigo interno que circula em território nacional – que atualmente pode ser compreendido nas figuras de minorias, pessoas de esquerda, entre outros – “é um discurso construído no espelho da nação ideal imaginada pelas elites: em suas características nacionais, raciais, religiosas, mas também cívicas e políticas” (CHIRIO, 2016, §19). Esta concepção de ameaça perdurará até a ditadura militar através do golpe de 1964 como justificativa para sua realização uma vez dentro do imaginário nacional. O que o período Vargas possibilitou foi uma tentativa de estabelecer o que era nação e o que não era – algo focado na presença comunista – propagando entre seus agentes mantenedores da ordem pública – polícia e militares – e florescendo durante a ditadura entre 1964 a 1985.

Bolsonaro surge dentro deste último contexto influenciado por tal imaginário com valores conservadores visto em seu slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, pretendendo unir a nação que foi dividida pelo comunismo e pelo PT através de valores nacionalistas e cristãos. A grande aceitação do político por parte da nação pode ser oriunda da falta de crítica quanto ao regime ditatorial visto que

o processo de transição democrática foi negociado e organizado com os militares, que promulgaram uma lei de anistia em 1979, que não foi questionada [...]. Os militares [...] continuaram sua carreira, sem condenação judicial ou pública, tornando-se professores de academias militares e policiais militares¹⁶ (CHIRIO, 2018 *apud* MONTROYA, 2018, §6).

¹⁵ Tradução de: “l’histoire même de l’idée de nation et nationalisme brésilien – ce qui n’implique pas [...] retracer sa généalogie à partir de la seule histoire brésilienne puisque [...] ils s’agit d’une catégorie qui a circulé dans tout l’espace politique euro-américain au cours des XIXe et XXe siècles” (Chirio 2016: §5).

¹⁶ Tradução de: “le processus de transition démocratique a été négocié et organisé avec les militaires, qui ont promulgué la loi d’amnistie en 1979, qui n’a pas été remise en cause [...]. Les militaires [...]

Essa transição pode ser considerada como problemática, visto que não houve uma preocupação acerca do que havia ocorrido, pois o que estava no centro das discussões era “a Constituição, os direitos sociais, a economia, a estabilidade monetária e as mudanças cambiais” (CHIRIO, 2018 *apud* MONTTOYA, 2018, §8). Isto pode justificar porque o eleitorado não se choca com seu posicionamento frente à ditadura, quando expressa sentimentos ufanistas de uma era de ouro que “era particularmente corrupto, e é precisamente sob o poder militar que a violência urbana explodiu” (CHIRIO, 2018 *apud* MONTTOYA, 2018, §10).

4. Considerações finais

Memes e *fakenews* não devem ser confundidos, principalmente na atual conjectura política brasileira. *Fakenews* são mais virais do que memes (SHIFMAN, 2012). Estes surgem de modo espontâneo sem que, *a priori*, seja possível apreender seu potencial, enquanto que virais são criados dentro de um objetivo. *Fakenews*, dentro de um sistema de desinformação tem seu potencial viral ao ser difundido propositadamente como informação inverídica ou por imprudência de verificação de fatos por parte dos usuários da internet como tipifica Wardle (2012). Uma informação inverídica, ao usar os códigos de um meme (enquanto piada) tem seus códigos facilmente assimilados enquanto são compartilhados, ainda mais quando usam de estruturas que lhe configuram uma dada credibilidade, como o exposto nos memes de PablloVittar.

O que essa conjectura nos mostra é uma nova era de desinformação. Memes e *fakenews* são fenômenos recentes, mas inverdades e piadas existem desde muito antes. Tais fenômenos são sintomas de um período de relativização das esferas de poder e instituições, assim como a mídia tradicional. Com a Internet, surge uma nova forma de experiência através da “mídia difusa” (MIHAILIDIS; VIOTTY, 2017), tendo o surgimento de materiais questionáveis. Inseridos em um grupo específico com ideias semelhantes, o compartilhamento pode fomentar discussões a partir das opiniões que os usuários têm sobre o mundo. Esta estrutura promove fundamentações para que o sujeito defenda suas convicções a partir de “ações descentralizadas de pessoas que formam grupos com destinos conectados e um propósito comum”¹⁷ (JENKINS *et al*

ontdonc poursuiivre carrière, sans condamnation judiciaire ou publique, devenant professeurs des académies militaires et de policemilitaire” (CHIRIO, 2018 *apud* MONTTOYA, 2018, §6).

apud MIHAILIDIS; VIOTTY, 2017, p. 5).

Os indivíduos destes grupos, ao elaborarem uma narrativa, fazem com que ela possa ganhar mais força do que um fato. Uma elaboração coletiva é mais difícil de ser rebatida por algo verossímil, mostrando que conforme as redes sociais revelem uma “natureza participativa, nossas concepções de objetividade [das mídias tradicionais] despencam. Ficamos com um mundo que é hostil a qualquer reivindicação de especialização e que é cada vez mais enquadrado por um tipo de relativismo pós-moderno”¹⁸ (MIHAILIDIS; VIOTTY, 2017, p. 8, grifos do autor).

O argumento pós-modernista de que todas as verdades são parciais [...] levou ao argumento [...] de que existem muitas maneiras legítimas de entender ou representar um evento. Isso tanto encorajou um discurso mais igualitário quanto possibilitou que as vozes dos anteriormente marginalizadas fossem ouvidas. Mas também tem sido explorado por aqueles que querem defender teorias ofensivas ou desmistificadas, ou que querem equacionar coisas que não podem ser equiparadas¹⁹ (KAKUTANI, 2018, §16).

Virais, memes, *fakenews* e propagação de inverdades tendem a persistir dentro do contexto político e, deste modo, é preciso entendê-los como uma nova prática que deve perdurar e como estabelecer mecanismos para combatê-los quando tomados como fatos. Como os jornais podem contribuir quando estão se adaptando ao meio digital, precisando existir dentro de uma ótica capitalista, mas que cobram para a leitura de notícias? Como competir com a livre circulação de notícias em redes sociais que não passam por um crivo de verificação? É possível educar as pessoas para diferenciar uma notícia de um material inverídico?

O problema não se encontra nessas produções, mas na capacidade dos sujeitos de discernir fato de uma informação direcionada. Por muito tempo da história brasileira, a temática da política e a prática jornalística afastaram-se do cotidiano dos cidadãos. As marchas de 2013 possibilitaram que a extrema direita fosse “hábil em construir um ambiente midiático paralelo ao dos grandes grupos de comunicação”

¹⁷Tradução de: “decentralized actions of people who form groups with connected fates and a common purpose” (JENKINS *et al* *apud* MIHAILIDIS; VIOTTY, 2017, p. 5).

¹⁸Tradução de: “participatory nature, our conceptions of objectivity in reporting nosedive. We are left with a world that is hostile toward any claim of expertise and that is increasingly framed by a kind of postmodern relativism” (MIHAILIDIS; VIOTTY, 2017, p. 8)

¹⁹Tradução de: “The postmodernist argument that all truths are partial (and a function of one's perspective) led to the related argument that there are many legitimate ways to understand or represent an event. This both encouraged a more egalitarian discourse and made it possible for the voices of the previously disfranchised to be heard. But it has also been exploited by those who want to make the case for offensive or debunked theories, or who want to equate things that cannot be equated” (KAKUTANI, 2018, §16).

(KISCHINHEVSKY, 2018, §2). Tal mídia, inspirada na tradicional, continuou a propagação do antipetismo e do medo de um governo comunista desconsiderando apuração de fatos e informações. Ao omitir-se em prol de uma ética da isenção e imparcialidade, “um mito alimentado por parte da imprensa de elite norte-americana há um século” (KISCHINHEVSKY, 2018, §26), a grande mídia proporcionou o crescimento de mídias alternativas, perdendo sua credibilidade tanto com a esquerda quanto a direita.

Para intervir neste cenário, é necessário realizar uma conscientização midiática com jornalistas e consumidores de mídia. Com este último, é preciso trabalhar o empoderamento de indivíduos para avaliar as notícias falsas que encontram, e nas mudanças estruturais destinadas a evitar a exposição de outros a notícias falsas em primeira instância. No que tange os jornalistas, eles “precisam recuperar a capacidade de se indignar e de contrapor à mentira com firmeza e sem soberba. Caso contrário o jornalismo [...] terá seu papel de mediador ainda mais esvaziado” (KISCHINHEVSKY, 2018, §25).

Referências

ARENDT, H. Truth and Politics. In: BAEHR, P. (ed.). **The Portable Hannah Arendt**. New York: Penguin book., 2000.

_____. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAGAS, V. *et al.* A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, Porto Alegre, v. 38, p. 173-196, 2017.

CHIRIO, M. Lutter contre l'ennemi interne: La longue histoire d'une obsession de la droite brésilienne. 2016. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloquium**. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/68827>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

CRUZ, F. B. **Pablo Vittar vai estampar nova nota de R\$ 50. Gente! Isso é verdade?**. UOL, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://caraoucoroa.blogosfera.uol.com.br/2018/02/21/pablo-vittar-vai-estampar-nova-nota-de-r-50-gente-isso-e-verdade/>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

DAVISON, P. The language of internet memes. In: MANDIBERG, M. (ed.). **The social media reader**. New York, London: New York University Press, 2012.

KAKUTANI, M. **The Death of Truth: How We Gave Up on Facts and Ended Up with Trump.** The Guardian, 14 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2018/jul/14/the-death-of-truth-how-we-gave-up-on-facts-and-ended-up-with-trump>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

KISCHINHEVSKY, M. **Cinco lições de 2018 para os jornalistas.** Projeto #colabora, 27 dez. 2018. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/cidadania/cinco-lico-es-de-2018-para-os-jornalistas/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

MIHAILIDS, P.; VIOTTY, S. Spreadable spectacle in digital culture: Civic expression, Fake News, and the role of media literacies in “Post-Fact” society. **American behavioral scientist**, p. 1-14, 2017.

MONTOYA, A. **Mauad Chirio: «Bolsonaro va mettre en place un régime fascisant».** Le Monde, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/25/maud-chirio-bolsonaro-va-mettre-en-place-un-regime-fascisant_5374529_3222.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

SHIFMAN, L. **Memes in digital culture.** Cambridge, London: The MIT Press, 2012.

WARDLE, C. **Fake News. It's Complicated.** First Draft, 16 fev. 2017. Disponível em: <<https://firstdraftnews.org/fake-news-complicated/>>. Acesso em: 12 de março de 2019.

¹ O conceito é concebido, segundo Patrick Davison (2012), pelo etólogo Richard Dawkins em 1979, quando pontuou que a cadeia de DNA era a unidade básica da Genética e não “espécies, famílias ou até indivíduos” (DAVISON, 2012, p. 120). Em seu estudo ele concebe o termo “meme” que opostamente aos genes – que determinam características físicas –, influenciam o comportamento do sujeito quando são “ou ensinados a um organismo [...] ou aprendidos através da experiência [...]” (p. 121). Além disto, Dawkins alegava que memes seriam “qualquer ideia ou comportamento cultural” (DAVISON, 2012, p. 121).

² O “viral” é uma unidade informacional que atua na forma de texto, vídeo ou imagem. Um exemplo é o vídeo de reportagem realizado pelo Jornal Nacional da Globo em 2015 no qual uma repórter persegue uma senhora acusada de “bater o ponto” no trabalho e ir embora em seguida. O vídeo ficou conhecido como “Senhora, volta aqui”; “Memes baseados no criador” são os gerados a partir de um possível viral. No caso do “Senhora?” várias formas foram geradas criando montagens quadros contando algum tipo de narrativa cômica, gifs com dizeres engraçados, entre outros; por último, os “memes igualitários” são um caso diferente do anterior e que será abordado nesta pesquisa. Um exemplo é o caso do *Dessa vez Pablo Vittar foi longe demais*.

³ Pablo Vittar é uma cantora e dragqueen que se tornou um ícone para a comunidade LGBT brasileira. Sendo uma das pessoas mais famosas do país, conquistou um grande número de fãs e de pessoas que não gostam de seu trabalho ou que representa. Os memes que a usam como código, geralmente, se relacionam com teorias e receios da parcela conservadora do Brasil tem dela por simbolizar “uma ameaça à família, crianças, moral e valores cristãos”.

⁴ É fundador do site e-farsas (<http://www.e-farsas.com/>), fundado em 2002 e que se dedica a verificar a veracidade de notícias.

⁵ Segundo a pesquisa IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) realizada em agosto de 2018. Informação disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/21/pesquisa-ibope-de-20-de-agosto-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-raca.ghtml>. Acesso em: 12 de mar. 2019.

⁶ Um discurso propagado por algumas pessoas conservadoras que se alinham ao atual governo.

⁷ Os quatro conceitos, embora diferentes, dentro do imaginário de certa parcela da população brasileira detêm o mesmo significado e são usados como sinônimos. No decorrer da pesquisa, eles serão usados (erroneamente) como tais para ilustrar os discursos que ocorrem no país.

**A transformação do acontecimento em desacontecimento:
como Eliane Brum tratou as eleições de Dilma Rousseff e Jair
Bolsonaro^{1*}**

Resumo

Este artigo se propõe a analisar de que forma a jornalista e escritora Eliane Brum abordou as eleições de Dilma Rousseff, em 2014, e de Jair Bolsonaro, em 2018. O objetivo é avaliar de que forma a autora emprega suas estratégias de destaque ao desacontecimento, ou seja, de acontecimentos cotidianos, se é possível fazê-lo dentro de um tema tipicamente noticioso e de que forma é construída esta narrativa, como é o caso da eleição para Presidência da República. Para tanto, foi feita uma análise de conteúdo seguindo os princípios de Bardin (2011) delimitando a análise nas seguintes categorias: uso do acontecimento e do desacontecimento em seus textos, o enquadramento empregado e a construção da imagem de seus personagens.

Palavras-chave: acontecimento; desacontecimento; Eliane Brum; Dilma Rousseff; Jair Bolsonaro.

1. Considerações Iniciais

O meio político brasileiro encontra-se em uma grave crise, que emerge a partir das Jornadas de 2013, quando uma parcela da população, dita apartidária, foi para as ruas protestar contra a corrupção. Desde então, o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu uma queda de popularidade significativa. Em 2014, teve início a Operação Lava Jato, que culminou na prisão de dezenas de lideranças políticas, principalmente do PT e do MDB, e de empresários, acusados de corrupção e recebimento de propinas em contratos em especial da Petrobras.

As eleições de 2014 já mostraram um país com forte polarização, descrença nas instituições políticas e o prenúncio de uma forte crise econômica, que culminou no aumento expressivo do desemprego. Neste clima que Dilma venceu a eleição contra Aécio Neves numa das disputas mais acirradas desde a redemocratização. Dilma Rousseff foi deposta da Presidência da República em 31 de agosto de 2016, quando houve a votação final no Senado sobre o pedido de impeachment contra a petista. Souza (2016) e Santos (2017) classificam o impeachment de Dilma como um golpe jurídico,

^{1*} Trabalho apresentado no GT 4 – Comunicação, Narratividade e Discursos Midiáticos durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

político, midiático e econômico, tendo em vista a confluência das elites que sempre governaram o país.

Com a prisão de Lula, em abril de 2018, o cenário da eleição presidencial de 2018 ficou ainda mais instável. Com a candidatura do ex-presidente impedida, o PT o substituiu por Fernando Haddad em setembro. O PSDB, que até então havia sido o maior rival político do PT, encontrou dificuldades de angariar votos para seu candidato: Geraldo Alckmin, também investigado por corrupção. Marina Silva (REDE), terceira colocada nas eleições de 2014, terminou a disputa de 2018 com menos de 1% dos votos.

Considerado uma figura excêntrica e sem chances de se eleger presidente, o contexto político favoreceu para que Bolsonaro (PSL) surpreendesse e vencesse a eleição, mesmo sem ter uma frente partidária de apoio.

Com menos de um ano de governo, o presidente enfrentou múltiplas crises. A sua última polêmica que fez com que sua popularidade caísse foi a ocorrência de muitos focos de incêndio na Amazônia, chamando a atenção de ONGs e de países europeus preocupados com a questão ambiental. Bolsonaro tentou relativizar, mas a repercussão foi muito negativa, principalmente depois de declarações polêmicas contra líderes mundiais, como o presidente da França, Emmanuel Macron. Pesquisa divulgada no dia 02 de setembro do Datafolha apontava que a rejeição a Bolsonaro já chega a 39% que consideram o seu governo ruim ou péssimo (GIELOW, 2019).

Além disso, o presidente é acusado de se envolver mais em uma campanha permanente do que no governo do País, acirrando a tensão entre os brasileiros. Se, a seu tempo, a campanha entre Dilma e Aécio pareceu despertar inimizades entre os apoiadores de cada, a campanha de 2018 provou que a disputa poderia se aprofundar ainda mais.

Em um levantamento feito pela Agência Pública, entre 30 de setembro e 10 de outubro de 2018, ao menos 50 agressões foram cometidas por eleitores de Bolsonaro (MACIEL, 2018). Isso mostra que, apesar de passada a eleição, o país continua polarizado e com um forte discurso de ódio, seja por defensores de Bolsonaro ou pela forte oposição. Como o presidente usa recorrentemente as mídias sociais, em especial o Twitter, para não ter que acionar a mídia tradicional, tem sido na internet os principais embates de seus aliados e críticos.

Dadas estas circunstâncias e as teorias construcionistas que, como explica Traquina (2001), acreditam que as notícias são construídas pelos processos entre

agentes sociais e fornecem, além de fatos, maneiras de interpretá-los. Sendo, como afirma Lima (2004), a própria mídia um ator político, considera-se relevante avaliar como figuras midiáticas importantes relataram as eleições de Dilma Rousseff (2014) e de Jair Bolsonaro (2018).

Neste ambiente midiático, alguns colunistas dedicam-se às críticas mais contundentes ao presidente. Para este estudo, foi escolhida a jornalista Eliane Brum. Desde 2013, ela escreve colunas quinzenais para o jornal global *El País*, com textos traduzidos para o espanhol e compartilhados nas versões do jornal para a Europa e para o restante da América.

Em seus primeiros textos após as eleições tanto de 2014 quanto de 2018, a jornalista dedicou sua coluna aos temas. Neste artigo, foram analisados os textos "O longo dia seguintes" (27/10/14) e "A revanche dos ressentidos" (06/11/18), visando comparar as abordagens da jornalista por meio de uma análise de conteúdo nos moldes propostos por Bardin (2011).

2. Da centralidade da mídia aos processos de mediação

A mídia desempenha um papel central na nossa sociedade, permeando os diferentes campos simbólicos. Rodrigues (1990) afirma que a instância comunicativa midiática passa a ser mediadora da vida social. Intermediando os outros campos sociais, o discurso midiático assume uma natureza exotérica, que se constrói um discurso de fácil compreensão dos repertórios dos demais campos simbólicos.

[...] todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos divergentes das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público, em ordem à prossecução dos seus objectivos e ao respeito dos seus interesses (RODRIGUES, 1990, p.152).

De todas as áreas que fazem uso da mediação para transmitir seus discursos, talvez a política seja a que mais dependa da mídia para atingir seus objetivos. Thompson (2013) explica que o surgimento da mídia eletrônica nos possibilitou um maior acesso à imagem de líderes políticos e celebridades do que se tinha antes. Muitas vezes somos capazes de nos sentirmos íntimos de pessoas que nunca encontraremos em nossas vidas cotidianas. Essa evolução tecnológica modificou as formas de poder e, também, a maneira como distinguimos o público e o privado. A obrigatoriedade de exposição midiática também é percebida por Rodrigues (1990), que afirma que a

realidade é determinada pela mídia, ou seja, tudo que não é abordado por ela não tem existência reconhecida pela sociedade.

Além da ideia da centralidade da mídia, as mídias digitais possibilitaram o surgimento de um novo fenômeno: a midiaticização, que se dá via circuitos comunicativos e informativos que estão fora do círculo das mídias massivas tradicionais. Mesmo no caso de portais de grandes veículos, há uma circulação dos discursos jornalísticos pelas redes sociais e outros espaços da internet. Isso tem sido muito comum, por exemplo, nos artigos críticos de Eliane Brum. Em decorrência de um novo modelo de consumo midiático, que se dá tanto através das mídias tradicionais como das mídias digitais, muitos autores têm discutido esse novo processo midiático, como Braga (2012), Fausto Neto (2008) e Hjarvard (2012).

Há um debate atual sobre a midiaticização, já que a mídia hoje está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento da sociedade. Hjarvard (2012) afirma que não se pode tratar a mídia como uma instituição independente da cultura, da família e da religião. Para o autor, a mídia se integrou e se interpôs às demais instituições e deve-se compreender as formas pelas quais elas e os processos culturais se reformularam a fim de se adaptarem a lógica midiática. O autor lembra que o termo midiaticização foi aplicado primeiramente ao impacto dos meios de comunicação na comunicação política. Uma forma dessa adaptação da política à lógica da mídia, para ele, é quando os políticos formulam suas declarações públicas em termos que personalizam e polarizam as questões, para que as mensagens tenham mais chances de serem veiculadas pela mídia.

Para Braga (2012), a midiaticização afeta a lógica dos campos sociais. Ele reconhece que na era moderna os campos se autonomizaram e consolidaram enquanto estruturas hierarquicamente definidas (BOURDIEU, 1986). Se Rodrigues (1990) aponta a centralidade da mídia que avoca a tarefa de ser mediador da vida social, Braga (2012, p. 43) refuta a ideia de centralidade da mídia: “na sociedade em midiaticização, já não se pode apreender os processos sociais segundo essa inclusão de um campo especialmente por meio da cessão de mediações pelos outros campos sociais ao campo midiático”.

Já não se trata mais de apontar a centralidade da mídia na tarefa de organizar a vida social e os processos de interação entre os campos sociais, “mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de

codificação – estão atravessadas e permeadas por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’ (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

3. A perspectiva construcionista do jornalismo e o conceito de enquadramento noticioso

No contexto de uma mídia que se insere como um ator social e político, é importante resgatar as contribuições da perspectiva construcionista do jornalismo. Esse conceito parte da ideia de que as notícias são construções sociais, nos moldes descritos por Berger e Luckmann (1998). Traquina (2001) explica que são duas as vertentes dessa teoria: a estruturalista e a etnoconstrucionista. Ambas acreditam que as notícias são construídas pelos processos entre agentes sociais.

Traquina diz que, para teóricos da vertente estruturalista, a mídia não apenas relata o que está acontecendo, como também oferece maneiras de interpretar esses fatos de acordo com as posições daqueles que estão no comando da sociedade. Já a teoria etnoconstrucionista, segundo Traquina (2001), acredita que as notícias são produzidas num processo interativo do qual participam variados agentes sociais. Um dos grandes desafios das empresas jornalísticas é pôr ordem no espaço e no tempo, considerando que as notícias podem acontecer a qualquer momento em qualquer lugar. Ademais, a grande preocupação com o imediato faz com que seja dado mais valor aos acontecimentos do que às problemáticas (TRAQUINA, 2001).

Traquina (2001) explica que, para os teóricos dessa vertente, os políticos veem o campo jornalístico como um alvo prioritário e, portanto, tentam fazer coincidir seus interesses com o dos profissionais da mídia. Os jornalistas beneficiam-se dessa aliança, utilizando fontes que possibilitam que a produtividade de notícias seja maior. Por outro lado, isso reduz as chances de movimentos sociais conseguirem ter voz na mídia. Dizemos que: “Tanto a teoria estruturalista como a teoria etnoconstrucionista chegam à conclusão de que as fontes oficiais dominam o processo de produção das notícias e que os media noticiosos reforçam o poder instituído” (TRAQUINA, 2001, p. 123).

Outra teoria usada para explicar o funcionamento da mídia é a do enquadramento noticioso. Porto (2002) explica que alguns caracterizam essa teoria como um complemento à do *agenda setting*. Se os teóricos do *agenda setting*, McCombs e Shaw, diziam que a mídia determinava sobre o que o público deveria

pensar, o enquadramento funcionaria como um segundo nível disso, ao dizer que a mídia poderia influenciar em como as pessoas pensam.

Contudo, não existe um consenso quanto à definição de enquadramento. Porto cita a perspectiva de Goffman, na qual “enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais” (PORTO, 2002, p.4). Porém, segundo ele, a definição mais utilizada é a de Gitlin, na qual “enquadramentos são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos” (PORTO, 2002, p.6). Ambas deixam claro uma coisa: enquadramentos são ferramentas de poder. Mesmo que dois textos tratem de fatos idênticos, a maneira de abordar pode mudar a forma como as pessoas o compreendem.

É muito comum falarmos dos enquadramentos noticiosos, ou seja, da forma como os jornalistas apresentam, organizam e destacam os fatos sobre os quais escrevem, porém, o enquadramento está presente também nas nossas vidas cotidianas. Todos nós fazemos enquadramentos interpretativos, sendo “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc.” (PORTO, 2002, p.15). Ainda que os façamos, Porto (2002) não nos deixa esquecer que a mídia desempenha papel importante na definição dos nossos enquadramentos, mesmo que de maneira discreta.

Por essa razão, existem várias formas de se estudar os enquadramentos no jornalismo. Essas delimitações vão variar conforme o tipo de texto analisado e o contexto em que se inserem. Nesse artigo, determinamos duas categorias de enquadramento: a segundo à lógica do acontecimento e à lógica do desacontecimento.

4. Acontecimento vs Desacontecimento

O jornalismo tradicional tem como componente mais relevante o acontecimento. Rodrigues (1990) explica que o acontecimento seria um ponto inicial da significação. Visto como o real, ele existe de forma independente de opiniões, por isso é usado no discurso jornalístico. Na concepção de Rodrigues (1990), o acontecimento interrompe o cotidiano. Quanto mais improvável e distante da vida ordinária, maiores as chances de ir parar nos jornais.

O autor explica que alguns fatores que podem fazer com que um fato se distancie dos outros e se torne um acontecimento jornalístico. O mais comum deles é o excesso, uma afloração de um desvio à norma feita ou por indivíduos ou por instituições. Outro fator apontado é a falha, caracterizada pela insuficiência ou defeito dos corpos. O terceiro elemento é a inversão, quando a rotina é invertida.

Desacontecimento é um termo usado por Eliane Brum para descrever a temática de seus trabalhos. Para ela, buscá-lo é descobrir o extraordinário no comum. São situações que acontecem todos os dias, que não vão parar nos jornais, mas que não deixam de ser importantes.

O olhar que enxerga o “invisível” é, segundo Brum (2008), mediado por amor e compaixão pelo outro. Sendo assim, escrever sobre o desacontecimento torna necessário o uso de novas estratégias. Preocupada em mostrar o máximo da realidade, o texto de Eliane Brum é rico em detalhes, para que os leitores possam tomar suas próprias conclusões e fazer suas próprias escolhas. Ela busca pelo complicado, pois, segundo Brum (2008), o fácil é óbvio e, por essa razão, já foi contado antes.

Ainda que Elaine Brum faça um árduo trabalho de apuração, detalhando tudo que viu e ouviu, e ainda reproduza a fala de seus personagens da mesma maneira como foram ditas, a jornalista reconhece que não é imparcial. Para ela, ideais de objetividade e isenção jamais poderão ser atingidos, e essa incapacidade deve ficar clara.

5. A trajetória de Eliane Brum

Eliane Brum é uma das mais reconhecidas jornalistas brasileiras, com textos seus publicados em veículos nacionais e internacionais. Por 11 anos trabalhou no jornal gaúcho Zero Hora, para o qual escreveu os textos que deram origem, mais tarde, ao livro *A Vida Que Ninguém Vê*.

Durante 10 anos, Eliane foi repórter da Revista Época, em São Paulo. A partir de 2010, ela passou a atuar como *freelancer* e, desde 2013, assina uma coluna quinzenal no site do jornal *El País*. Ao longo de sua carreira, escreveu seis livros, sendo cinco deles de não ficção. Como jornalista, recebeu mais de 40 prêmios.

Com um olhar que enxerga o invisível aos olhos comuns, Brum fez reportagens que dão lugar de notícia a temas que seriam ignorados pelos noticiários, chamados por ela de desacontecimentos.

O que esse olhar desvela é que o ordinário da vida é o extraordinário. E o que a rotina faz com a gente é encobrir a verdade, fazendo com que o milagre do que cada vida é se torne banal. [...] cada Zé é um Ulisses. E cada vida uma *Odisseia* (BRUM, 2006, p. 187).

Rozendo e Mega (2014) comparam o olhar da jornalista ao de João do Rio. Para os autores, os dois funcionariam de maneira complementar. Ele fazendo um “diagnóstico” da miséria e ela trazendo a esperança de que um dia todos serão vistos como iguais. Ambos com o olhar voltado àqueles que não têm espaço nos noticiários e reportando suas realidades de maneira distinta da que é vista nos jornais diários.

Eles não se prendem à objetividade e à imparcialidade jornalística, tanto que muitas de suas narrativas são escritas em primeira pessoa. Além disso, possuem formas de relato que humanizam os personagens ao expor seus sentimentos, medos e aflições; enxergando-os como protagonistas e não como “coisas”. (ROZENDO e MEGA, 2014, p. 14).

Mais inovador ainda é falar do outro usando o eu. Fonseca (2013) explica que Eliane Brum, em suas reportagens, quebrou as barreiras impostas pelo Positivismo ao jornalismo. Eliane Brum não esconde sua parcialidade. A autora observa que a jornalista, muitas vezes, utiliza a primeira pessoa, dando voz ao outro por meio de seu olhar. Ela é apenas uma testemunha que dá o depoimento do que aconteceu com o outro.

Contudo, Brum não trabalha mais com o estilo que a tornou reconhecida. Tendo migrado para a internet, onde reina o imediatismo (BREADSHAW, 2014) e tem pouco espaço para detalhamento e contextualização dos fatos, de que forma a jornalista emprega suas estratégias de destaque ao desacontecimento, ou seja, de acontecimentos cotidianos e aos cidadãos comuns? Seria possível para ela, dentro de um tema tipicamente noticioso, como é a eleição de um presidente da república, introduzir a lógica do desacontecimento? E se sim, como?

Para responder às perguntas propostas, foi feita uma Análise de conteúdo segundo Bardin (2011). Essa metodologia envolve uma pesquisa quantitativa e/ou qualitativa na qual são determinadas categorias de análise. Foram selecionados como objetos os primeiros textos publicados por Eliane Brum em sua coluna no site do jornal global *El País* após as eleições de Dilma Rousseff em 2014 e de Jair Bolsonaro, em 2018. As colunas são intituladas: "O longo dia seguinte", de 27 de outubro de 2014, é "A revanche dos ressentidos", de 6 de novembro de 2018. Para analisá-las foram determinadas as seguintes categorias: (1) as imagens dos personagens construídas pela jornalista; (2) a relação entre acontecimento e desacontecimento presente no texto; (3) o

enquadramento escolhido por Brum na abordagem da eleição de Dilma Rousseff e de Jair Bolsonaro. Neste trabalho optou-se por utilizar a metodologia em seu caráter qualitativo.

6. Análise dos textos de Eliane Brum sobre a eleição de 2014 e 2018

6.1 O dia seguinte

Na coluna "O longo dia seguinte", publicada no dia 27 de outubro de 2014 no site *El País*, Eliane Brum comenta o resultado da eleição presidencial, que terminou com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff (PT). Porém, não parece importar tanto à jornalista quem saiu ou não vitorioso da disputa, para ela, como explicita em seu subtítulo, o que realmente importa é o que deixou de ser debatido durante o período eleitoral: a escassez de água em São Paulo.

A questão ambiental esteve bastante presente nos textos de Brum em 2014: foram nove colunas que utilizaram a expressão "meio ambiente" em um total de 26. Para a jornalista, a questão ambiental e o modelo de desenvolvimento adotado foram deixados de fora do debate tanto por parte dos candidatos quanto pela mídia. Em seu primeiro parágrafo, Brum atribui a falta de discussão sobre a escassez de água em São Paulo só pode ser explicada por um "deslocamento perverso da realidade".

Se a realidade estava sendo ignorada por todos, não importava quem ganharia as eleições. "Com qualquer um deles, o que se disputou foi o poder, não um projeto de país" (BRUM, 2014). As respostas dadas tanto por Aécio Neves, candidato à presidência pelo mesmo partido que governava o estado de São Paulo, o PSDB, quanto por Dilma Rousseff, então presidenta da República, foram consideradas uma "expressão [...] de mediocridade" por Brum. Enquanto os grandes pesquisadores do mundo enxergavam o meio ambiente e o esgotamento dos recursos planetários como os temas mais importantes da história, no Brasil, "os presidenciáveis disputavam quem tinha dado nó no rabo do gato" (BRUM, 2014).

Não só os dois candidatos do segundo turno foram atingidos pelas críticas de Brum. A colunista também questiona a falta de posicionamento de Marina Silva (PSB), candidata que terminou em terceiro lugar na disputa eleitoral, que, como os demais, apostou na "bandeira fácil do 'desenvolvimento sustentável'". Isso porque a degradação ambiental não desperta o interesse dos eleitores, ainda que possa "roer o cotidiano".

O texto desloca-se para além da disputa presidencial quando Brum aborda a reeleição de Alckmin (PSDB) para o cargo de governador de São Paulo. Como ele poderia ter sido eleito com o discurso de que não faltaria água, se o recurso já estava faltando? Brum propõe que as pessoas não estão abertas a propostas vagas, que exijam escuta para construção de algo concreto. Para ela, as pessoas estavam em busca de discursos firmes, ainda que as soluções fossem irreais.

Uma garantia expressada sem hesitação ou titubeio, em voz firme, quando a água se esvai das torneiras e a vida converte-se literalmente em cinza, uma garantia falsa, parece ainda soar como uma garantia. E logo é decodificada como força, como expressão de alguém que sabe liderar e sabe o que fazer e, principalmente, nos liberta de ter de fazer algo. Sua vantagem é manter viva a ilusão mais cara, a ilusão do controle. Está seria uma cisão para encobrir a fratura maior, a de que os responsáveis não têm responsabilidade. E a de que cada um, que também é responsável pela destruição ambiental, tampouco quer ser responsável, porque isso implicaria mudar de posição e alterar radicalmente seu modo de vida (BRUM, 2014).

Podemos observar que a jornalista envolve também o público como personagens de seu texto. Se, por um lado, Brum culpa os políticos por serem irresponsáveis, é também culpa dos eleitores que a situação ambiental seja invisibilizada. Não só são eles que escolhem esses representantes, mas é o desinteresse do povo em mudar seus hábitos que permite que o tema seja ignorado pelos políticos.

"O longo dia seguinte" tem 22 parágrafos. Dilma Rousseff é mencionada em apenas quatro deles. Embora tenha se proposto a falar sobre o futuro do Brasil após o resultado das urnas, Brum só menciona a presidenta eleita pela primeira vez em seu terceiro parágrafo, retornando a ela nos três últimos.

É possível afirmar, portanto, que o acontecimento (a definição de quem deveria governar o Brasil entre 2015 e 2018) foi deixado de lado. Brum decide focar em um tema pouco debatido tanto nas eleições quanto, como afirmam Dornalles e Grimberg (2012), pela mídia de forma geral.

A jornalista demonstra ter um olhar diferente ao apontar também ao público como culpado pela degradação ambiental e pela falta de esperança do longo dia seguinte. Contudo, o enquadramento de faz dos políticos é bastante tradicional. Eliane Brum os coloca como vilões. Nem Alckmin, nem Marina, nem Aécio e nem Dilma são apresentados como soluções para os problemas apontados no texto. Na verdade, a jornalista os coloca como iguais, que escolheram não tocar em profundidade no tema do meio ambiente apenas porque não despertava interesse no público. Ao mesmo tempo,

também de forma tradicional, ela coloca a si própria como o bem, a única a se importar com uma questão séria a quem ninguém dá valor.

6.2 A Revanche

A coluna de Eliane Brum para o *El País* "A revanche dos ressentidos" foi publicada no dia 6 de novembro de 2018. A primeira diferença a ser observada entre este texto e o publicado em 2014 é o tamanho. Enquanto o da reeleição de Dilma Rousseff possui 22 parágrafos, o da eleição de Jair Bolsonaro conta com apenas sete, sendo que o último deles tem somente duas linhas.

Essas características são estranhas aos textos de Brum. A jornalista costuma se alongar tanto em suas reportagens quanto em suas colunas. Ela aponta, inclusive, que uma das vantagens de escrever para a internet é que na web não há limite para suas palavras.

Dessa vez, o único político mencionado no texto é o presidente eleito. O foco não são projetos que deveriam ou não ser adotados para esta ou aquela área. Nenhuma discussão típica da política na democracia é levantada.

Na verdade, Brum não parece acreditar que o Brasil seguirá para um futuro democrático. A jornalista compara o Brasil de 2018 com a realidade de um regime autoritário como a do livro 1984, de George Orwell, na qual guerra, escravidão e ignorância são vistas como paz, liberdade e força.

Brum descreve um Brasil cuja atmosfera é "tóxica", um lugar onde gays, negros, mulheres e qualquer pessoa que pense diferente dos eleitores de Jair Bolsonaro são inimigos e estão sob ameaça. Para demonstrar isso, ela emprega recursos da literatura, como em seu primeiro parágrafo.

Eu acompanhava uma amiga no aeroporto, em São Paulo. Os elevadores que levavam do estacionamento aos terminais demoraram. Quando finalmente entramos, estava lotado. Um homem com um bebê no colo, possivelmente seu neto, gritou: "Quando Bolsonaro assumir, isso aqui vai andar rápido!". E acrescentou "Pá! Pá! Pá!". Abri a boca para perguntar: "Você está atirando no seu neto?". E então percebi que não poderia fazer isso sem me arriscar a sofrer violência. O homem é a família que o rodeava realmente pareciam acreditar que Bolsonaro dará "um jeito em tudo", dos "comunistas" que supõem existirem aos milhões, à velocidade dos elevadores (BRUM, 2018).

Eliane Brum descreve como um acontecimento, a eleição de Jair Bolsonaro, mudou o cotidiano das pessoas, libertando do "esgoto do inconsciente" todo o tipo de "recalque" e "ressentimento". Fatos que eram tidos como anormais, ou, pelo menos, não

aceitos publicamente, como o espancamento de homossexuais, xingamentos a negros e ameaças a pessoas apenas pela cor da roupa que usam, passam a ser rotineiros.

Se antes esses eventos poderiam aparecer no jornal por serem acontecimentos, passam a ser ignorados por serem desacontecimentos, ou seja, normais. Essa transformação do que deveria ser extraordinário em ordinário é o que move o texto de Eliane Brum.

Assim, ela volta-se para o novo cotidiano, esse no qual velhos amigos se separam por um deles querer a morte do outro e de sua família de comunistas, no que mães são recriminadas pela "indecência" amamentarem em público, no que pessoas que achavam merecer mais sucesso vociferam "seu ódio contra quase todos", e no que aquele que "sempre se sentiu ofendido pela inteligência alheia, sente-se autorizado a exibir sua ignorância como se fosse qualidade" (BRUM, 2018).

O esvaziamento das palavras, a transformação do anormal em rotineiro, a impossibilidade de comunicação sem ofensa, a intolerância do que seja minimamente diferente são pistas de que: "O pacto civilizatório, aquele que permitia a convivência, já vinha sendo rompido nos últimos anos no país. Agora foi rasgado por completo. Este é o primeiro sinal" (BRUM, 2018). Assim, a jornalista conclui seu texto, até então focado no cotidiano, em um anúncio: o Brasil está em guerra.

7. Considerações Finais

Com base na análise dos dois textos, percebemos que algumas das características de Eliane Brum se mantêm. Os relatos, assim como aqueles observados por Rozendo e Mega (2014), são humanizados. Esse traço é dado em ambos os textos quando a escrita da jornalista se aproxima da literatura. As descrições dadas por elas permitem que seus leitores se identifiquem mais com o que está sendo dito. Como acontece nesse trecho da coluna "O longo dia seguinte":

A seca acentua a nuvem de poluição que envolve a capital, o nariz sangra, a tosse se instala, o recorde de calor fora de época esgarça os nervos dentro de carros e ônibus que se movem lentamente num gigantesco labirinto de concreto. A crise tem produzido cenas como a de caminhões-pipa com escolta policial pronta para dominar a população desesperada de um interior pintado como bucólico. A polícia que massacrou os manifestantes, agora se prepara para reprimir os sem-água. A imagem dos reservatórios remete ao repertório de geografias historicamente calcinadas. A vida torna-se pior, bem pior. E torna-se bem pior em ritmo acelerado (BRUM, 2014).

Uma característica que, à primeira vista, aproxima as duas colunas é o fato de que nenhuma delas menciona com frequência os eleitos para o cargo de presidente da República. Outro ponto em comum é que nem em "O longo dia seguinte" nem "A revanche dos ressentidos" apresenta os políticos como positivos para a sociedade. No primeiro, isso é expresso pelo relato da inação dos governantes e dos candidatos, no segundo, pela não menção de nenhum outro político que não fosse Jair Bolsonaro.

Contudo, o tom dos textos demonstra que, embora pareçam semelhantes, as duas colunas têm motivações bastante diferentes. Na primeira, ao discutir o futuro, Brum aponta caminhos que podem ser seguidos no futuro se a população começar a ver o meio ambiente como um tópico de importância. Há esperança, porque há possibilidade de debate, ainda que ele não tenha sido feito. Os políticos são apresentados, ainda de que de forma negativa.

Já em "A revanche dos ressentidos", a não menção de outros políticos possivelmente reflete a crença da autora de que o futuro do Brasil é de autoritarismo, um ambiente hostil ao debate. E o líder do país é visto como esperança por pessoas que fingem atirar nos próprios netos e acreditam que tudo esteja sob o domínio do presidente, até mesmo a rapidez ou lentidão dos elevadores.

Outra aparente semelhança é a abordagem do descontentamento. Na coluna de 2014, Brum fala do meio ambiente, um tema ignorado por todos, tido como desimportante por eleitores e políticos, mas que, na verdade, é o de maior relevância para o cotidiano das pessoas.

Em trabalhos anteriores, como assinala Quadros (2018), sua escolha temática girava em torno desse critério: temas relevantes, do âmbito do cotidiano, que eram ignorados pela mídia, por não serem percebidos como acontecimentos, uma vez que não havia uma quebra do esperado.

Já no texto de 2018, o foco também é o cotidiano, mas em um sentido diferente. Brum fala do acontecimento que é a mudança do que é considerado ordinário. Uma pessoa ser espancada por sua cor ou sexualidade seria um acontecimento, uma vez que não era tido como um comportamento normal. Porém, com a eleição de Bolsonaro, atitudes consideradas impróprias ou até ilegais passam a não gerar espanto, pois se tornaram rotineiras.

Em ambos os textos observamos a presença do ordinário e do extraordinário. As narrativas têm como principal tema a eleição de um presidente, mas as aproximações

param por aí. Em "O longo dia seguinte", nada de novo aconteceu e isso, como esperado, desperta o interesse de Eliane Brum. Mas em "A revanche dos ressentidos", a jornalista, ainda que com seu estilo não tradicional de escrita, nos conta que algo aconteceu e as palavras, assim como em 1984, mudaram de significado: extraordinário é ordinário, acontecimento é desacontecimento.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., e JACKS, N., orgs. **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 29-52. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

BREADSHAW, Paul. Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados é o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros LabCom, 2014.

BRUM, Eliane. **A Vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

BRUM, Eliane. **O Olho da rua**: uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **O longo dia seguinte**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/opinion/1414418707_927989.html> Acesso em: 22 de julho de 2019.

_____. **A revanche dos ressentidos**. Disponível em: Acesso em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/06/opinion/1541508597_737258.html> 22 de julho de 2019.

DORNALLES, Beatriz Correia P. e GRIMBERG, Daniela. Jornalismo Ambiental: análise dos critérios de noticiabilidade na web. **VOZES & DIÁLOGO**. Itajaí, v. 11, n. 01, jan./jun. 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. **Contendas de sentidos**: estratégias de midiatização da doença do ex-presidente Lula. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Vol 11, No 22. 2012, pp. 246 a 271.

FONSECA, Isabel de Assis. Guinada subjetiva no jornalismo: um olhar opaco em direção às narrativas da repórter Eliane Brum. In: **ANAIS DO XXXVI CONGRESSO**

BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Manaus, 4-7, set. 2013.
Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/r8-0287-1.pdf>> Acesso em: 3 de agosto de 2016.

GIELOW, Igor. **Reprovação de Bolsonaro cresce para 38% em meio a crises, mostra Datafolha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/reprovacao-de-bolsonaro-cresce-para-38-em-meio-a-crieses-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em 02 de setembro de 2019.

HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 53-91, jan./jun. 2012.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

MACIEL, Alice et al. **Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país**. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>> Acesso em 28 de julho de 2019

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS (Sessão “Estratégias de Comunicação e Política: Teoria e Pesquisa” do GT Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições), Caxambu/MG, Brasil, 22 a 26 de outubro de 2002, 25p.

QUADROS, Ana Resende. **Marcas de um olhar**: um estudo das obras de Eliane Brum. Monografia (Graduação em Comunicação Social- Jornalismo). Departamento de Comunicação, Universidade Federal de São João del-Rei.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Editorial Presença; Lisboa, 1990.

ROZENDO, Suzana e MEGA, Vinícius Mizumoto. A Humanização dos Relatos em João do Rio e Eliane Brum: Observação e Consonância que perpassam o tempo. In: **Anais do 3º Encontro Regional Sudeste de História da Mídia** “Mídia e Memórias do Autoritarismo” (GT 1 – História do Jornalismo), 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/3o-encontro-2014/gt-1-2013-historia-do-jornalismo/a-humanizacao-dos-relatos-em-joao-do-rio-e-eliane-brum-observacao-e-consonancia-que-perpassam-o-tempo/view>> Acesso em 02 de agosto de 2016.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Unisinos: São Leopoldo, RS, 2001.

Personalidade autoritária e preconceito de gênero^{1*}

O caso “Vingadores” na Bienal do Livro de 2019

Resumo

O discurso de preconceito se tornou comum nas instituições que deveriam representar a toda a população. Nesse sentido, a proibição, pela prefeitura do Rio de Janeiro, do livro “Vingadores: a cruzada das crianças” na Bienal do Livro de 2019 provocou discussões recentes, diante do viés do ato, considerado homofóbico. Considerando a repercussão do caso, o presente artigo pretende, portanto, discutir a atitude do prefeito a partir da definição de “personalidade autoritária”, do filósofo alemão Theodor Adorno (1950), em conjunto com diferentes autores que analisem a questão do preconceito na sociedade. Junto a essa análise, acrescenta-se a discussão sobre como o livro, uma vez que tenha promovido o debate sobre preconceitos, abre possibilidades educacionais sobre o tema.

Palavras-chave: personalidade autoritária; preconceito; educação; gênero; Bienal do Livro.

1. Introdução

Todo indivíduo é, essencialmente, diferente do outro. Porém, enquanto inserido em determinado grupo social, experimenta liberdades e opressões semelhantes. Por exemplo, homoafetivase heterossexuais estão em lugares sociais distintos, fato que torna a empatia necessária na relação com o outro. Nesse cenário, a discussão de pautas que abordem as opressões de grupos minoritários é relevante, não só nos espaços tradicionais como a escola ou a universidade, mas também em espaços de entretenimento, como cinema, literatura e redes sociais.

Contudo, há atualmente no Brasil um forte discurso de intolerância e ausência de empatia corroborada institucionalmente. Embora o preconceito, seja de classe, raça ou gênero, sempre estivesse presente nas questões sociais do país, pela primeira vez vê-se representantes políticos que ignoram a dimensão da alteridade na construção de relações e entendem como aceitável a inferiorização do outro em sua diferença. Representantes estes cuja personalidade autoritária se reflete na postura enquanto figuras públicas.

^{1*} Trabalho apresentado no GT 4 - Comunicação, narratividade e discursos midiáticos durante o XVI Poscom PUC-Rio, de 4 a 8 novembro de 2019.

Em diferentes esferas de poder o discurso preconceituoso se tornou lugar-comum. O próprio presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, já se posicionou diversas vezes contra minorias. Como exemplo, quando ainda era deputado federal, declarou preferir um filho morto em um acidente a um gay (MARÉS *et al*, 2018). Já o governador de São Paulo, João Dória, recentemente determinou que fossem recolhidas apostilas de ciências sobre diversidade sexual destinadas a alunos do 8º ano do ensino fundamental. Dória determinou que o recolhimento da cartilha sob alegação de que o conteúdo era impróprio para a idade por fazer, segundo o mesmo, “apologia à ideologia de gênero”. Diante do ato, o Ministério Público de São Paulo abriu inquérito alegando possível violação do direito à educação, infração aos princípios constitucionais do ensino e eventual lesão ao erário. (ORTEGA, 2019)

Na cidade do Rio de Janeiro, um caso em especial ganhou atenção da mídia e gerou debates em redes sociais. O prefeito da cidade, Marcelo Crivella, determinou que fiscais fossem à Bienal do Livro ocorrida entre 30 de agosto e 08 de setembro deste ano, para verificarem e, se fosse o caso, apreenderem livros considerados inadequados para crianças. Como exemplo de livro a ser proibido na Bienal, citou a história em quadrinhos “Vingadores: a cruzada das crianças”, onde havia a imagem de um casal de jovens gays se beijando. (JORNAL NACIONAL, 2019)

Alguns pontos, porém, chamam atenção: por um lado, o prefeito alegou que o conteúdo do beijo entre dois jovens gays era impróprio para crianças, ainda que muitas histórias para a mesma faixa de idade tenha imagens de beijos heterossexuais as quais não são censuradas. Por outro lado, a prefeitura não tem alçada para a proibição de livros na Bienal, ainda que houvesse linguagem imprópria em alguma obra sem a devida identificação. Nesse sentido, ocorrido com o prefeito do Rio leva a reflexões sobre como se constitui a “personalidade autoritária”, conforme concepção do filósofo alemão Theodor Adorno (1950).

Assim, o presente artigo visa, em um primeiro momento, elucidar a definição de personalidade autoritária para, então, discutir como o entretenimento pode contribuir na educação contra o preconceito e autoritarismo. Para debater a questão, será utilizado como objeto de estudo o caso de censura da prefeitura do Rio de Janeiro ao livro “Vingadores: a cruzada das crianças” na Bienal do Livro de 2019.

2. A construção da personalidade autoritária

A personalidade autoritária foi definida por Adorno *et al* (1950) quando, após o regime nazista, estudaram os traços da personalidade dos indivíduos que poderiam levá-los a um pensamento e atitude autoritárias que externassem seus preconceitos. Como resultado, verificou-se que pessoas de mesma condição socioeconômica poderão ter pensamento divergente ao olhar para o outro, bem como pessoas de grupos sociais distintos poderão pensar de modo equivalente. A racionalidade, ou ausência da mesma, seria um dos determinantes para essa variação de pensamento.

Segundo os pensadores, um exemplo da época nazista seria o profissional que fosse contra a imigração de um refugiado judeu porque este podia ser um concorrente e assim diminuir suas possibilidades de ganho com o trabalho. Isso, afinal, seria racional, embora não fosse democrático. Porém, ao atribuir características e males do mundo aos judeus, seria necessária a ausência de lógica, assim como também ao apenas elogiar os judeus. Logo, embora haja uma relação com eventuais frustrações e experiências, uma pessoa que é preconceituosa com uma determinada minoria tende a ser também com outras minorias, sem embasamento lógico para tal, em um processo de generalização do outro.

Diante disso, nota-se que a definição de personalidade autoritária se aproxima da filósofa húngara Agnes Heller (2000), que atribui a generalização a um juízo que não é verificado na prática. Ora, se baseado em alguma racionalidade, haveria comprovação prática e, assim, explicação lógica para a generalização que fundamenta, portanto, o preconceito, o que no caso da censura na Bienal do Livro, se deu contra pessoas homoafetivas.

Adorno *et al* (1950) explicam que tanto quando há atitudes de preconceito, quanto quando há uma aceitação de um determinado grupo em sua condição de diferença, quando ambos são acríticos, muitas vezes tal percepção sobre o outro se baseia na ausência de experiência com este grupo ao qual se é comparado. Nesse sentido, vale lembrar a filósofa alemã Hannah Arendt (2008), que relaciona a formação de preconceitos à experiência que leva a um juízo que não é revisto, o que vem a contrapor a concepção adorniana. Portanto, há variados fatores que podem estabelecer uma postura preconceituosa.

De um modo geral, a pesquisa de Adorno *et al*. (1950) estabelece traços de uma personalidade autoritária, a saber, conforme resumido por Teixeira e Polo (1975): convencionalismo, submissão acrítica, agressividade autoritária, destruição e cinismo, poder e rudeza, superstição e estereotipia, exteriorização, projeção, sexo.

As características de poder e rudeza merecem especial atenção. São relacionadas à identificação com figuras de poder, o que seria reflexo da ausência de força interior, a qual seria suprida pelo apoio em estruturas poderosas. Teixeira e Polo (1975) citam como exemplo as SS alemães em sua “obediência cega ao ‘superior’ e na tirania desapiadada ‘para com o inferior’” (*Ibid.*, p. 52). Porém, uma vez que todos os seres têm defeitos, o que ocorre é um maior ou menor conhecimento dos próprios defeitos, o que levaria a uma conclusão de que há deficiências no olhar de si e do outro naquele que apresenta comportamento autoritário.

O obstáculo é individualizado na *intolerância da ambiguidade*. Enquanto o igualitário tende a resolver o problema com uma complicação (realística) que lhe permite distinguir, na mesma pessoa e mesmo nós próprios sentimentos, aspectos diversos e até contrastantes, o autoritário resolve o conflito simplesmente negando ou reprimindo o que não lhe agrada. (*Ibid.*, p. 54) [grifos do autor]

Segundo os autores, essa negação do que não agrada, própria de um comportamento autoritário, assim se manifesta porque a personalidade valoriza um determinado status que lhe atribua segurança e poder. Logo, se utilizaria da intransigência para se defender de toda e qualquer ambivalência.

Portanto, alteridade, preconceito e autoritarismo são temas que se relacionam. Pois, se reconhecer o outro demanda conhecimento, o autoritarismo cria um “outro” a partir de seus próprios preconceitos e projeta neste outro aquele a ser posto à margem da sociedade.

Ora, denotamos regime de conhecimento ao falarmos de autoritarismo. Realizamos uma operação mental relacionada ao outro quando falamos de conhecimento. Isso porque conhecimento é gesto cognitivo na direção do outro, do novo, do diferente, em uma palavra, do desconhecido. É justamente o outro que é destruído pelo autoritarismo. O autoritarismo inventa o outro para poder destruí-lo. Nesse sentido, o que chamamos de conhecimento, não acontece de fato no regime de pensamento autoritário. Nele o conhecimento é máscara sem rosto. O que chamamos de ideologia, o ofuscamento das indesejáveis verdades sociais, tem relação direta com esse processo de mascaramento de si pela invenção de um outro a ser odiado. No fundo, uma operação de projeção está em funcionamento. (TIBURI, 2016, p. 40)

Assim, diante do autoritarismo, a educação é uma motivação para se evitar a barbárie, tal como ocorreu outrora em regimes autoritários que se espalharam pelo mundo (ADORNO, 2010). É nesse sentido que a educação contribui para o enfrentamento do preconceito, e não por meio de leis que o inibam, pois estas só combatem os comportamentos explícitos (MUNANGA, 2016, n.p.).

Mas, como refletir sobre esse pensamento que leva ao preconceito, de modo a evitá-lo? Para Adorno (2010), há pressupostos sociais e políticos difíceis de mudar, não bastando o esclarecimento sobre as qualidades das minorias oprimidas, pois seria necessário também compreender o que leva, da parte dos opressores, a cometer tais atos contra essas minorias. Reconhecendo isto, se revelariam tais mecanismos aos mesmos, de modo que é despertada uma consciência sobre seus atos.

Entretanto, em que pesem os fatores a serem considerados para se combater o autoritarismo por esse caminho da educação, uma questão é essencial: o perigo da volta da barbárie está presente, também, em não se admitir o contato com a questão, como se isso acabasse responsabilizando quem levantasse a discussão. Embora não se possa generalizar, muitos casos de silenciamento ocorrem entre os que defendem minorias, o que pode ser uma forma de esconder ou justificar os próprios preconceitos, uma vez que se veem como progressistas. Contudo, a censura imposta por Crivella e a reação da sociedade mostram que é necessário, sim, falar sobre os preconceitos. Para tal, não só a educação formal, como toda a forma de transmissão de conhecimento, inclusive histórias em quadrinhos que produzam reflexão sobre a sociedade, tem papel fundamental.

3. A censura ao livro “Vingadores: a cruzada das crianças” e possibilidades educacionais no entretenimento contra o autoritarismo

Em 06 de setembro deste ano Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro, anunciou que mandaria recolher os exemplares do livro “Vingadores: a cruzada das crianças” vendidos na Bienal do Livro, alegando que o livro trazia conteúdo sexual para menores e que, inclusive, já teria sido “denunciado na Internet” por isso. Porém, não havia conteúdo de sexo explícito no livro, e o que Crivella considerou “conteúdo sexual” era apenas a imagem de dois personagens masculinos se beijando. (JORNAL NACIONAL, 2019) A história do livro como um todo, aliás, não tem nenhuma conotação sexual:

A publicação conta a história de jovens super-heróis que surgem depois que a Feiticeira Escarlata enlouquece e perde o controle de seus poderes, fazendo com que ondas de inimigos ataquem os Vingadores. Com isso, os heróis Gavião Arqueiro, Visão e Scott Lang acabam morrendo. Isso abre caminho para o aparecimento de adolescentes com poderes (que se tornam os Jovens Vingadores) e agora irão ajudar a combater o crime. Entre os novos heróis estão Wiccano e Hulking, o casal centro da polêmica da proibição do livro. (REVISTA GALILEU, 2019)

O livro chegou ao Brasil em 2016, não sendo objeto de nenhuma proibição até então, visto que não havia motivos para tal. Do mesmo modo, outros livros que continham romances entre personagens do mesmo sexo não foram alvo da proibição do prefeito. Vê-se, portanto, quando foram apresentados argumentos lógicos para determinar o recolhimento do livro, mas somente se partiu da seguinte generalização: o que é inato a pessoas homoafetivas é impróprio para crianças.

Houve ampla reação da sociedade. A advogada da OAB Silvana do Monte Moreira declarou: “eu queria saber desde quando um beijo passou a ser uma cena de sexo explícito. Em 2019, a homofobia tornou-se crime, equiparado ao racismo. É um ato inicialmente arbitrário, que traz homofobia, preconceito e é um ato velado de censura”. (*Ibid.*, 2019). Já o *youtuber* Felipe Neto comprou um total de 14 mil obras de temática LGBT e posteriormente as distribuiu na mesma Bienal do Livro em que houve a proibição. (GOBBI; MACEDO, 2019)

A natureza arbitrária do ato, conforme atribuído pela advogada, é próprio das características de poder e rudeza atribuídas à personalidade autoritária. Retoma-se aqui o que Teixeira e Polo (1975) caracterizaram como a ausência de piedade para com aquele que é considerado “inferior”. Marcelo Crivella, ao considerar a orientação sexual do outro como algo inferior, não só determinou o recolhimento dos livros, como indicou uma possível cassação do alvará da Bienal (JORNAL NACIONAL, 2019). Uma liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro proibiu a censura de Marcelo Crivella e, após recorrer, obteve uma decisão favorável do Tribunal. Quando sua intervenção foi, por fim, impedida por decisão do Supremo Tribunal Federal, a prefeitura anunciou no último dia do evento que recorreria da deliberação. (G1, 2019) Por fim, não houve recolhimento de nenhum livro na Bienal.

Como lidar, portanto, com preconceitos pautados na ausência de lógica e intransigência próprias da personalidade autoritária? Um ponto recorrente ao se buscar desconstruir preconceitos consiste em ressaltar o que os oprimidos têm de bom, que eles não são uma ameaça aos que os rejeitam. Porém, Adorno (2010) diz não acreditar em “[...] apelar a valores eternos, acerca dos quais justamente os responsáveis por tais atos reagiriam com menosprezo” (*Ibid.*, p. 121), como também diz não acreditar que “[...] o esclarecimento acerca das qualidades positivas das minorias reprimidas seja de muita valia” (*Ibid.*, p. 121). Considerando este pensamento na atualidade, porém, pode haver certo equívoco do filósofo alemão, uma vez que há a necessidade de se apresentar as

qualidades dos oprimidos, especialmente a crianças e jovens, cujos preconceitos não estão tão fortalecidos quanto em um adulto.

O autor ainda lembra que, uma vez que pessoas ignorantes quanto a uma determinada questão são exigidas ou criticadas, elas tendem a adotar uma postura ameaçadora, o que também se relaciona com a personalidade autoritária aqui analisada. Isso é basilar de uma estrutura social ligada à autoridade, que também aparece na educação. Quando Marcello Crivela diz que “está cuidando dos menores da cidade” (JORNAL NACIONAL, 2019), proíbe a venda de um livro e, quando questionado, resolve recorrer, se aproxima desta postura.

Para se contrapor a um retorno da barbárie, a proposta seria, então, “se contrapor ao poder cego de todos os coletivos” (ADORNO, 2010, p. 127). Diante disso, para refletir sobre as opressões e as confrontá-las é necessário o reconhecimento do outro em sua diferença, bem como o reconhecimento, pelo indivíduo, de sua própria singularidade. Nesse sentido, uma obra com grande público, como as histórias em quadrinhos da Marvel de modo geral, pode oferecer possibilidades de reflexão sobre preconceitos quando mostram personagens homoafetivos. Pode, inclusive, ser uma opção para uma prática educacional que vise combatê-los.

O sociólogo Muniz Sodré (2012) propõe uma nova educação a partir da diversidade. O autor acredita que educar é socializar e vê na tecnologia uma forma educativa que deve ser considerada. Porém, não se fala, no caso, de tecnologia no sentido meramente técnico, mas sim, dos conteúdos que esta propicia através da mídia. Para Sodré, deve ser levado em conta, nos conteúdos apresentados pela mídia, o que há da ordem do sensível que tenha efeito sobre a formação do indivíduo.

Segundo o filósofo colombiano Jesús Martín-Barbero (2014), há três dimensões que são as principais norteadoras da educação: além da dimensão da capacitação para o trabalho, também há a dimensão da transmissão de herança cultural entre gerações. Porém, tais dimensões devem ser redirecionadas para que a Educação cumpra com uma terceira função, que lhe deveria ser essencial: a formação de cidadãos. Portanto, partindo das definições de Sodré e Martín-Barbero, o conteúdo de “Vingadores: a cruzada das crianças” pode contribuir para a construção de uma educação que forme indivíduos mais justos e comprometidos com uma sociedade mais democrática, uma vez que não seja visto somente como entretenimento, na medida em que apresente elementos que produzam a reflexão através da representatividade.

3. Considerações finais

As discussões sobre preconceito são recorrentes na sociedade, visto que a inferiorização do outro é um problema permanente. Nesse sentido, negar a condição de existência do outro, o rebaixando a um ser inferior interfere na própria dignidade deste e busca legitimar o discurso preconceituoso. Assim, disseminam-se visões desviadas sobre minorias que favorecem atos autoritários.

No caso da proibição de livros de temática LGBT na Bienal do Livro, a determinação da prefeitura foi evitada pela atuação das instituições, o que impediu a conclusão de seu viés autoritário. Entretanto, notou-se que a intenção autoritária do prefeito apresentou características próprias da personalidade autoritária conforme a concepção adorniana, uma vez que demonstrou ilógica e intransigente.

Ressalta-se, nesse sentido, que é preocupante essa condição de rebaixamento do outro e ausência de reflexão por parte de um prefeito. Ao se promover essa forma de inferiorização, tendo apenas a heterossexualidade como padrão de conduta, nega-se a estratos sociais minoritários o direito à representatividade na sociedade, o que se contrapõe ao papel do poder público de promoção de igualdade e bem estar.

Por outro lado, a reação de diferentes setores da sociedade à censura do livro demonstra que há, sim, o interesse em discutir meios de combate a preconceitos. O fato de ter havido forte posicionamento contra a proibição de uma obra literária, ainda que de entretenimento, deve ser ressaltado, pois demonstra um interesse da sociedade pelo debate. E por meio do debate, há oposição a demonstrações de autoritarismo. Além disso, quando há perspectivas educacionais em uma obra midiática, no sentido de desenvolver o olhar sobre o outro e buscar melhor compreensão sobre um tema, amplia-se possibilidades de formação de melhores cidadãos.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. *et al.* **The authoritarian personality**, v. 1. Nova York: Harper, 1950.

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

G1. **Prefeitura do Rio anuncia recurso ao Supremo para poder recolher livros na Bienal**. Globo.com, Rio de Janeiro, 08 set 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/08/prefeitura-do-rio-anuncia-recurso-ao-supremo-para-poder-recolher-livros-na-bienal.ghtml>> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JORNAL NACIONAL. **Marcelo Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos**. Jornal Nacional, Globo.com, Rio de Janeiro, 06 set 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>> Acesso em: 09 de setembro 2019.

MARÉS, Chico *et al.* **Homofobia, salário de mulheres e inadimplência: os erros de Bolsonaro em sabatina**. Agência Lupa. Rio de Janeiro, 04 ago 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/08/04/bolsonaro-sabatina-globonews/>> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **“Mito da democracia faz parte da educação do brasileiro”, diz antropólogo congolês radicado no Brasil**. (entrevista publicada por Thiago Araújo). Brasil Post. [S.l.], 28 jan 2016. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/01/28/kabengele-munanga-racismo_n_9099166.html> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

ORTEGA, Pepita. **Promotoria de São Paulo investiga confisco de apostilas por “ideologia de gênero”**. Blog Fausto Macedo, Estadão, São Paulo, 05 set 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-de-sao-paulo-investiga-confisco-de-apostilas-por-ideologia-de-genero/>> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

REVISTA GALILEU. **“Vingadores: a cruzada das crianças”: conheça a HQ que Crivella tentou proibir na Bienal**. Globo.com, Rio de Janeiro, 06 set 2019. Disponível em <<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2019/09/vingadores-cruzada-das-criancas-conheca-hq-que-crivella-tentou-proibir-na-bienal.html>> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação. Diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

TEIXEIRA; João Bosco de Castro, POLO; Antonio. **A personalidade autoritária. Componentes e gênese psicológica**. Rio de Janeiro, 1975.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

